

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

JOANA SANTOS ROLEMBERG CÔRTEZ

DOSSIÊ ITAMARACÁ:

Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha  
de Itamaracá-PE (1973-1979)

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

JOANA SANTOS ROLEMBERG CÔRTEZ

DOSSIÊ ITAMARACÁ:

Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979)

MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação da Profa. Dra. Heloísa de Faria Cruz.

SÃO PAULO

2012

.....

.....

.....

*Apenas a memória acende azuis  
corolas na penumbra do impossível.*

Ferreira Gullar

*Se muito vale o já feito, mais vale o que será.  
E o que foi feito é preciso conhecer, para melhor prosseguir.*

Fernando Brant/Milton Nascimento

## AGRADECIMENTOS

À **Mainha e Painho**, AMOR tão, tanto, tantíssimo.

Aos meninos de Itamaracá, **Alanir, Alberto Vinícius, Carlos Alberto, Chico e Marcelo**, pela chance desse generoso reencontro.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> **Heloísa Cruz**,  
mão certa e afetuosa nessa gastronomia historiográfica.

Aos filhos, mulheres, familiares e amigos dos presos, exilados e desaparecidos políticos  
**do Brasil**,  
pela coragem solidária nos anos de chumbo e nos de hoje, ainda.

À **Cláudia Ribeiro**, Cleber Santana, Heitor e Helenice, Juliana, Sandra e Paula,  
pelo aprendizado cúmplice.

Às **professoras(es)** do Programa do Mestrado de História da PUC-SP,  
pelo incentivo à liberdade de pensar.

À PUC-SP, Capes e CNPQ, longa vida.

A **meus irmãos** Marquinhos e Eduardo, Isadora e nosso Vinícius,  
meus gurus fraternos.

À vovó Caçula e tia Carmo, dona Però e seu Zeca, tias Maria José, Selma, Cocota e Nana, Dora e Rosa, tio Zé, tia Eliana e Tata, meus pequenos Igor e Mari, **pelos dias e pelas horas**.

**Aos do Recife:** Neguinha e Alexandre, meninos Pedrinho e Miguel, Tuquinha, Luci e Luciano Siqueira, Nevinha querida, Lú Piteca e funcionários do Arquivo Público de Pernambuco,  
pelo apoio incondicional a esta pesquisa.

A meu **Cariño**, Gabi, 29 beijos sempre guardados.

E aos de dentro que **me Nordestam**: maninha Flávia Martins, Sheila Cheds Torres, Nina, Edite, Ravi e Moreira, Janaína Santos, Tatiane Dantas, Mingau, Ivve Rodrigues, Isabel Santos, Gabriela do Parque San Rafael, Nal e Beta, Débora Zoe, grupo Imbuça e Cleomar Brandi.

## RESUMO

Esta dissertação tem como tema central as experiências de resistência socializadas no cotidiano dos presos políticos na Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá, no estado de Pernambuco, entre 1973 a 1979, durante a ditadura civil-militar no país.

Através da História Oral, da análise de vasto acervo documental/fotográfico pertencente aos seis ex-presos políticos entrevistados para esta pesquisa, e de relatórios produzidos pelo DOPS de Pernambuco, analisa duas dimensões essenciais desse movimento de resistência gestado no cárcere brasileiro. A primeira diz respeito à luta de resistência aos diferentes mecanismos de violações de direitos, impostos pelo aparelho repressivo do Estado na prisão, e a invenção de estratégias de sobrevivência, de reorganização de identidades e de rearticulação da força política coletiva desses sujeitos.

A segunda dimensão centra-se nas articulações dessas lutas aos movimentos sociais externos. Analisa como, ao defender incontestavelmente o reconhecimento da condição de presos políticos e denunciar as arbitrariedades do regime então vigente, as mobilizações do coletivo de Itamaracá extrapolam os muros da prisão e estabelecem vínculos com diversos presídios políticos do país, consolidam a ligação com as entidades de direitos humanos e se constituem – ao lado dos Movimentos Femininos e Comitês Brasileiros de Anistia, do MDB, das OABs, dos exilados, dos familiares de mortos e desaparecidos, das organizações estudantis e operárias e das Comissões de Justiça e Paz das Arquidioceses – em um dos principais protagonistas das forças de oposição contra a ditadura brasileira e pela redemocratização do país no final da década de 1970.

No ano em que as Comissões da Verdade começam a ser instaladas no país, colocando em foco as experiências de ex-presos políticos de Itamaracá, a pesquisa busca contribuir para o alargamento da memória social sobre questões atuais desse processo histórico sobre o passado recente – e PRESENTE - de autoritarismo político e violação dos direitos humanos no país.

**PALAVRAS-CHAVES: PENITENCIÁRIA BARRETO CAMPELO, PRESOS POLÍTICOS, DITADURA, RESISTÊNCIA, MEMÓRIA**

## **ABSTRACT**

The core issue of this Master's dissertation is the resistance experience socialized in the daily life of the political prisoners at the Barreto Campelo prison on Itamaracá Island, in the state of Pernambuco, from 1973 to 1979, during the civil-military dictatorship in Brazil.

By means of Oral History, the analysis of a rich document and photo archive belonging to the six former political prisoners interviewed for this research, as well as reports produced by DOPS (Political and Social Order Department – Intelligence Department during Dictatorship) of the State of Pernambuco, the study analyses two key dimensions of this resistance movement born and developed in the Brazilian jail. The first of them concerns to the resistance struggle against various rights violations, to mechanisms imposed by the repressive apparatus of the State in prisons, and the creation of survival strategies, identity reorganization and rearticulation of collective political power of these individuals.

The second dimension focuses on the articulation of these struggles with external social movements. It examines how, in defending without hesitation the recognition of the political prisoners' conditions and denouncing the arbitrariness of the regime then in power, the mobilisation of the collective of Itamaracá goes well beyond the prison walls and establishes links with many political prisons of the country, strengthens the link with human rights groups and constitutes - along with Women's Movement and the Brazilian Amnesty Committees, MDB (Brazilian Democratic Movement party), OABs (Brazilian Bar Associations), exiled Brazilians, families of the dead and missing, students and workers organisations, as well as the Commission of Justice and Peace of Archdioceses in some states – one of the main actors of the opposition forces against the Brazilian dictatorship for the democratisation of the country in the late 1970s.

In a year that the Truth Commissions start to operate in the country, focusing on the experiences of the former political prisoners of Itamaracá, the research seeks to contribute in the extension of social memory on current issues of this historical process over the recent past – but also PRESENT - of - political authoritarianism and human rights violations in the country.

**KEYWORDS: BARRETO CAMPELO PRISON FACILITY, POLITICAL PRISONERS, DICTATORSHIP, RESISTANCE, MEMORY**

## ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Imagem 1: Presos políticos na Casa de Detenção do Recife. Novembro de 1970	36
Imagem 2; Presos políticos na Casa de Detenção do Recife. Agosto de 1971	36
Imagem 3: Presos políticos na Penitenciária Barreto Campelo(PBC). 1975	37
Imagem 4: Preso político com familiares na PBC. Década 1970	76
Imagem 5: Preso político com familiar na PBC. Década 1970	76
Imagem 6: Preso político com familiares na PBC. 1975-1976	76
Imagem 7: Vista de cela na Penitenciária Barreto Campelo. Década 1970	79
Imagem 8: Flagrante de preso político no banheiro da cela da PBC. Década 1970	79
Imagem 9: Presos políticos no campo de futebol da PBC. Década 1970	89
Imagem 10: Presos políticos no campo de futebol da PBC. Década 1970	90
Imagem 11: Presos políticos no campo de futebol da PBC. Década 1970	90
Imagem 12: Presos políticos no campo de futebol da PBC. Década 1970	90
Imagem 13: Presos políticos no campo de futebol da PBC. Nov/1978	93
Imagem 14: Preso político no campo de futebol da PBC. Década 1970	93
Imagem 15: Vista do galpão de artesanato da PBC. Década 1970.	102
Imagem 16: Presos políticos no galpão de artesanato da PBC. Década 1970 .	102
Imagem 17: Preso político no galpão de artesanato da PBC. Década 1970	103
Imagem 18: Presos políticos em frente ao galpão de artesanato da PBC. Década de 1970	103
Imagem 19: Presos políticos na cela da PBC. Década 1970	109
Imagem 20: Preso político na cela da PBC. Década 1970	110
Imagem 21: Presos políticos na cela da PBC. Década 1970	110
Imagem 22: Preso político na máquina de datilografia. Cela da PBC. Década 1970.	111
Imagem 23: Preso político lendo jornal. Cela da PBC. Década 1970	111
Imagem 24: Correspondências revistadas. Acervo João Bosco R. Côrtes	119
Imagem 25: Preso político com familiares. Área Externa da PBC.	123

Imagem 26: Presos políticos no pavilhão interno da PBC. Década 1970	123
Imagem 27: Preso político ao violão. Cella da PBC. Década 1970	123
Imagem 28: Presos políticos reunidos. Cella da PBC. Década 1970	124
Imagem 29: Mulheres em visita na PBC. Década 1970	151
Imagem 30: Mulheres em visita na PBC. Década 1970	151
Imagem 31: Presos políticos em greve de fome. Hospital da PM. 1978	152
Imagem 32: Presos políticos em greve de fome. Hospital da PM. 1978	152
Imagem 33: Familiares de presos políticos em audiência. 1978	153
Imagem 34: Presos políticos em greve de fome. Hospital da PM. 1978	168
Imagem 35: Presos políticos em greve de fome. Hospital da PM. 1978	169
Imagem 36: Manifestação em solidariedade aos presos da PBC. 1978	169
Imagem 37: Cartão de Ano Novo. Acervo Marcelo Mário de Melo	171
Imagem 38: Presos políticos. Cella da PBC. 1979.	171
Imagem 39: Visita da Comissão de Anistia. PBC. 1979	176
Imagem 40: Visita da Comissão de Anistia. PBC. 1979	177
Imagem 41: Visita da Comissão de Anistia. PBC. 1979	177
Imagem 42: Visita de Frei Damião. PBC. 1979	178
Imagem 43: Visita da Caravana de Anistia. Cella da PBC. 1979	178
Imagem 44: Caravana da Anistia. Galpão de artesanato PBC. 1979	179
Imagem 45: Liberdade de preso político Cella da PBC. 1979.	182
Imagem 46: Despedida de Preso Político. Pavilhão Int.PBC. 197	182
Imagem 47: Despedida de Preso Político. Corredor PBC. 1979	183
Imagem 48: Despedida de Preso Político. Cella da PBC. 1979	183
Imagem 49: Despedida de Preso Político. Cella da PBC. 1979	183
Imagem 50: Saída de preso político. Entrada da PBC. 1979	184

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 – DA CASA DOS HORRORES AO ISOLAMENTO COLETIVO</b>	
1.1. Sob o signo da “modernização” penitenciária pernambucana: impactos da transferência da Casa de Detenção do Recife para a “nova” Barreto Campelo	23
1.2. Perfis e percursos dos presos políticos até a chegada à prisão de Itamaracá	36
1.3. O alívio de escapar vivo, a herança do coletivo da Casa de Detenção e a perda de direitos na remoção para nova penitenciária	49
<b>CAPÍTULO 2 - COTIDIANO, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NA PRISÃO POLÍTICA</b>	
2.1. Juntos para resistir: a reestruturação e a luta do coletivo contra a repressão	59
2.2. “A necessidade leva à adaptação”: registro e organização do cotidiano dos presos políticos	71
2.3. Sobre o mal estar de estar preso e as formas individuais de resistência	106
<b>CAPÍTULO 3 – OS CAMINHOS PELA LIBERDADE: GREVES DE FOME E LUTA PELA ANISTIA NO CÁRCERE DE ITAMARACÁ</b>	
3.1. A repressão aberta e a mobilização ultrapassa as celas: o início das greves de fome como arma política extrema em Pernambuco	128
3.2. A experiência se acumula e a solidariedade se amplia: Itamaracá a frente da primeira Greve de Fome Nacional de 1978	146
3.3. Caravanas e despedidas: o alcance do movimento por <i>Anistia ampla geral e irrestrita</i> na Barreto Campelo	171
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>185</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	<b>188</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa faz parte de um projeto que nasceu de um incômodo. De uma inquietação. De um silêncio. Quiçá, de um esquecimento. E de vários questionamentos.

Em agosto de 2009, com os trinta anos da Anistia, fui curadora da exposição *Anistiados\_Couro Esquecido*, na Galeria Municipal de Arte Álvaro Santos, em Aracaju (SE). A mostra trazia dez pirogravuras do artista plástico sergipano Bosco Rolemberg<sup>1</sup>, meu pai, produzidas durante o período de prisão política (1975-79), na Penitenciária Prof. Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá, em Pernambuco. Durante quatro anos e nove meses, foi lá – nas celas da prisão – que ele libertou de forma mais intensa seu potencial artístico e de resistência ao regime autoritário.

Com uma ponta incandescente, pirogravou no couro tudo o que as retinas tinham presenciado durante os anos de clandestinidade pela Ação Popular (AP), no início da década de 70, nas fábricas do ABC paulista, e nos canaviais pernambucanos. Cenas de luta social, de resistência popular, inspiração de telas que retratam um dos períodos mais duros do país. Além do resgate de dez dessas telas, a coletiva teve uma outra missão: libertar, através da ficção, a palavra e o olhar de dez artistas-contistas que toparam o desafio de desencourçar as histórias desses quadros. Dessa geração. Desse Brasil.

Durante a pesquisa para a montagem da exposição, entrei em contato não só com as telas espalhadas por Pernambuco, Sergipe e Bahia, como também com um acervo familiar documental, histórico e afetivo, alheio e íntimo, guardados através de correspondências trocadas durante o período da prisão e de fotografias que registravam o convívio e o ambiente entre os presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo. Material vasto e inédito, sim, tesouro escondido que foi, em parte, compartilhado com estudantes e historiadores, operários e funcionários públicos, professores e tantos outros que visitaram, durante quase dois meses, a exposição *Anistiados*.

Ao desmontá-la, vários questionamentos me vieram à tona. O primeiro era o incômodo e a vontade de compreender por que, por trinta anos, todo aquele material de cartas e fotografias havia permanecido guardados, esquecidos, nas gavetas e estantes empoeiradas de

---

<sup>1</sup> Ex-integrante da Ação Popular (AP), militante do PCdoB, o sergipano João Bosco Rolemberg Côrtes, 65, atuou na clandestinidade no ABC paulista entre 1969 e 1971, e na região canavieira de Pernambuco, entre 1972 a 1974. Foi preso e torturado pelo DOPS/PE, em junho de 1974 na região de Caruaru, em Pernambuco. Libertado em 20 de março de 1979, atualmente vive em Aracaju(SE).

casa? Será que tantos outros ex-presos políticos tinham práticas idênticas? Por que, assim me parecia, era tão difícil quebrar esse silêncio e socializar essas histórias?

O segundo veio em sequência: o que fazer com todo aquele material? Guardá-los de volta no criado-mudo? Aqueles documentos, aquelas memórias em preto e branco, em letras desbotadas em papéis de cartas amareladas, pareciam pedir mais. Tinham fome. E me provocaram ainda mais apetite. Mais vontade de coletar e de compartilhar depoimentos e documentos, de pesquisar de forma mais aprofundada esse cotidiano, o registro específico de um espaço urbano, social e político ainda pouco investigado: a prisão política no presídio da Ilha de Itamaracá.

Quem eram aqueles homens de barbichas, feições sérias, com a bola aos pés, posando no pátio da penitenciária, logo após uma partida de futebol? O que comiam, o que ouviam, o que pensavam, o que cantavam, o que gemiam, como passavam o tempo, quais eram as atividades produtivas, de lazer, de que forma lidavam com os conflitos, com a dor, com a solidariedade, quais eram os mecanismos de resistência política, como se davam as relações entre os agentes de autoridades do lugar, as visitas familiares, como eram divididas as tarefas no espaço cotidiano da prisão política?

E, por último, por que essas histórias nunca foram contadas, ou, se são, de que maneira se dá a relação desses ex-presos políticos com a memória presente desse passado coletivo?

Foi da insistência dessas dúvidas, e do desejo de investigar essas questões e de se aprofundar no tema, que nasceu o objetivo principal desta pesquisa: o de se dedicar a compreender e refletir as diferentes experiências de resistência e repressão socializadas no cotidiano entre os presos políticos da Ilha de Itamaracá.

De fato, o presente trabalho se justifica por atender a uma demanda atual de investigação acadêmica da memória e história recente do país. Afinal, questões ligadas ao período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) estão na ordem do dia. Temas polêmicos como a apuração de responsabilidades, a punição dos torturadores, a abertura dos arquivos da repressão, as reparações aos anistiados políticos e o direito à Verdade e à Justiça, através do acesso a informações sobre as violações e a localização dos corpos dos mortos e desaparecidos têm sido discutidos com diversos setores da sociedade: nas organizações de direitos humanos, no Judiciário, no Poder Executivo e Legislativo, entre representantes da comunidade civil, nos meios de comunicação, no ambiente acadêmico, nas produções da historiografia brasileira.

Isso se deve principalmente, porque, diferente de outros países da América Latina, no Brasil, a radiografia dos atingidos pela repressão política durante a ditadura civil-militar não está concluída. De acordo com o Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos no Brasil (2009):

Ainda observamos uma lacuna entre passado e presente, marcada pela ocultação dos acontecimentos, a negação ao direito à verdade e à justiça, limitando a ação reparadora e impedindo, a articulação e transmissão da herança e da memória desses anos de violência. Podemos dizer, porém, que cerca de 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses de ditadura; há pelo menos 426 mortos e desaparecidos políticos [...]; e até o momento, 24.560 vítimas de perseguições por motivos políticos foram anistiados (TELES, 2005, *apud* ALMEIDA, 2009, p. 21)

Nos últimos dois anos, o tema se fortaleceu como assunto sensível no debate público do país em dois momentos distintos. O mais recente diz respeito à Comissão Nacional da Verdade<sup>2</sup>, criada em 18 de novembro de 2011, pela presidenta da República, Dilma Rousseff, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas durante um período que alcança os 21 anos de governo autoritário brasileiro, entre as décadas de 1960 e 1980. Com o objetivo primeiro de descobrir, esclarecer e reconhecer abusos do passado, por meio da efetivação do direito à memória e à verdade histórica e promoção a reconciliação nacional, a implantação das ações da Comissão levanta polêmica por não ter efeito punitivo aos agentes de Estado que violaram os direitos humanos, através de sequestros, torturas, e assassinatos de centenas de integrantes das organizações de esquerda.

O segundo momento, ocorrido em abril de 2010, foi decisivo na constituição da amplitude restrita do poder de justiça dessa Comissão Nacional da Verdade e tem a ver com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro em rejeitar a revisão da Lei de Anistia<sup>3</sup>,

---

<sup>2</sup> A Comissão Nacional da Verdade é composta por sete membros, nomeados pela presidenta da República. Para a execução dos seus objetivos, a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011 prevê que a Comissão poderá, entre outras atribuições: receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe forem encaminhados voluntariamente, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada; requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo; convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados; determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados; promover audiências públicas; requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de sua colaboração com a Comissão Nacional da Verdade; Ver Lei nº 12.528, acesso em 10/03/2012, em: [www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=264260&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=264260&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB)

<sup>3</sup> Promulgada pelo ditador João Figueiredo, a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, ficou conhecida como Lei de Anistia. Aprovada sob forte crítica do principal movimento organizado, os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), essa lei nunca conseguiu aplacar as divergências em torno da forma como deveria ser o acerto de contas da sociedade com o seu passado ditatorial. Ao anistiar, ao mesmo tempo, torturadores e torturados, a lei abriu fissuras na sociedade que até hoje não foram fechadas. Sobre A luta pela Anistia Ver Sales, em Silva e outros, 2009.

aprovada em agosto de 1979. Por sete votos a dois, em dois dias de julgamento histórico, o Supremo rejeitou a ação proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nacional que questionava a amplitude da concessão de anistia a agentes da ditadura, ao afirmar que tortura é crime de lesa humanidade e imprescritível – quem cometeu, portanto, não poderia ser beneficiado pelo perdão.

Todo esse contexto histórico nos apresenta o Brasil como um país que ainda está distante de concluir o processo de elaboração e reflexão crítica sobre o passado da ditadura civil-militar, ocorrida entre 1964 e 1985. A reprovação da proposta de revisão da Lei de Anistia, pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, em abril de 2010, a legislação impeditiva ao acesso aos documentos sigilosos nos arquivos militares, a não responsabilização dos crimes de torturas e assassinatos políticos e os conflitos do direito à memória e à verdade são só alguns dos pontos tanto atuais quanto nevrálgicos desse processo histórico sobre o passado recente – e PRESENTE - de autoritarismo político e violação dos direitos humanos no país.

Por um lado, muitos fatos e experiências permanecem desconhecidos. Por outro, estudos historiográficos significativos que analisam experiências, traumas sociais e individuais e dimensões diversas de como a sociedade tem lidado com a memória social provocada pela ditadura civil-militar no Brasil têm sido publicados nos últimos anos.

Entre os estudos produzidos nas universidades brasileiras, ainda há poucos voltados para experiências de presos políticos nos cárceres do país, especialmente as de fora do eixo Rio-São Paulo, como é o caso dos da região Nordeste. Por isso esta pesquisa se propõe a compreender e refletir as diferentes experiências socializadas no cotidiano entre os presos políticos da Ilha de Itamaracá; como a prisão política foi decisiva durante e depois, para a formação de suas identidades; por quais instrumentos coletivos e individuais atuavam na resistência à repressão dentro do cárcere durante a ditadura, especificamente no espaço temporal entre 1973 a 1979, período que corresponde a inauguração e o fim do funcionamento da Penitenciária Barreto Campelo como prisão política. Para mais além de tudo isso, como se processa, atualmente, passado mais de 40 anos, essa relação da memória com um passado ditatorial que permanece como um fantasma a assombrar e contaminar o presente (Teles, Safatle, 2010, p.10).

*Dossiê Itamaracá* é, também, portanto, uma dissertação sobre refazimentos e reencontros: com a memória pessoal, com a história coletiva, com o passado, o presente e o futuro de um país que, como tantos outros na América Latina, ainda vive sob o alcance dos

efeitos violentos deixados pelos anos de execução do regime autoritário.

No cotidiano desconhecido das prisões, na mediação entre o público/privado, tempo e espaço são reinventados, revestidos de significados distintos (GOIFMAN, 1998). Espaço oculto, trazido para a realidade acadêmica brasileira, através dos presos políticos, pela ditadura militar em seus momentos finais. De acordo com Aguirre (in MAIA, 2009, p.68) os presos políticos escreveram memórias e testemunhos, contrabandearam cartas e outros documentos, organizaram células partidárias dentro das prisões e mergulharam em múltiplas formas de confrontação com o poder do Estado. Ao fazê-lo, criaram um poderoso imaginário acerca da prisão que ressoaria fortemente em toda a sociedade, muito mais, certamente, que as vozes dos presos comuns.

Outras trilhas, por outros pés (institucionais, acadêmicos ou mesmo civis), têm sido abertas sobre a memória da repressão das ditaduras militares ocorridas durante a segunda metade do século XX nos países latinos. Memória que, no caso brasileiro, parecia “esquecida” pelos discursos e canais oficiais e que começa, nos últimos anos, a sair da sombra e do silêncio para encontrar terreno fértil por outros caminhos possíveis.

Como bem alerta os trabalhos de Pollak (1989, p. 15), existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação.

Para Freire (1997), se debate ainda muito pouco as memórias dos ex-presos políticos, as relações e o processo de construção de convivência e conflitos no espaço desse tipo de cárcere específico. Ainda estão no processo de consolidação os estudos que dão voz aos atores desse período histórico e que esquadrinham em vários negativos o retrato de gerações que se organizaram e reinventaram modos de alimentar, discutir, se divertir, de viver o dia a dia e desenvolver a experiência, de amadurecer dentro das prisões políticas brasileiras.

Para desenvolver a pesquisa e compreender as mediações de resistência e repressão na Penitenciária Barreto Campelo, comecei por realizar o levantamento de quatro tipos diferentes de fontes: depoimentos orais de ex-presos políticos, fotografias, correspondências e prontuários funcionais do Arquivo Público do Estado de Pernambuco. Cada uma delas

envolve questões e problemáticas específicas e exige procedimentos distintos para serem utilizadas como fonte histórica.

Primeiro, fui em busca das vozes silenciadas. Afinal, aqueles rostos anônimos que apareciam nas fotografias dos tempos da prisão política no álbum de meus pais e os nomes que encontrei citados nos documentos oficiais relativos ao tema, no acervo do Fundo SSP/Dops<sup>4</sup> do Arquivo Público do Estado de Pernambuco, poderiam ter falas, registros, memórias e muito o que dizer.

Entre tantos, ainda vivos, os cinco dos seis ex presos políticos entrevistados para a pesquisa foram escolhidos por dois critérios convergentes: todos moram na capital pernambucana, Recife, cidade que reúne também o acervo arquivístico oficial referente tanto a Penitenciária Barreto Campelo, quanto aos dossiês das organizações de esquerda as quais os ex-presos políticos integravam antes de serem presos. Com as entrevistas e o corpo documental da repressão concentrados em uma só região, isso tornaria possível a viabilidade da investigação.

E foi assim que cheguei para reencontrar, pela primeira vez, e entrevistar aqueles que haviam sido, por quase cinco anos, companheiros de celas de meu pai: Alanir Cardoso, Alberto Vinícius Melo Nascimento, Carlos Alberto Soares, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho e Marcelo Mário de Melo. Como metodologia, procurei não esgotar as conversas em uma só rodada. Pela profundidade do tema, adotei a opção de realizá-las em três idas diferentes a Recife: a primeira em outubro de 2010, a segunda em maio de 2011 e a terceira e última em agosto do mesmo ano.

Assim, em quase onze horas de entrevistas, foi possível abordar e discutir, com calma, questões sobre o engajamento político e a clandestinidade, o período de violação das sessões de torturas nos interrogatórios dos órgãos de repressão, a reestruturação individual de cada um na chegada à prisão, a reorganização política em coletivo, a consolidação da luta por melhores condições carcerárias, as rotinas e os conflitos entre os presos políticos, as mobilizações pela Anistia, o momento da liberdade, os caminhos que cada um seguiu na reelaboração da identidade depois da prisão política e o engajamento no processo de redemocratização do Brasil, nas décadas de 80 e 90.

---

<sup>4</sup> Prontuários Funcionais Fundo SSP/ Dops nº 27.421 “A” ( jan-jul/1977) e “B” (ago-dez/1977); Fundo SSP/Dops nº 29.594 (jan a jun/1978) e nº 29.686 (jul-dez/1978). Os quatro pacotes contém 97 relatórios do Dops sobre as vistorias às visitas dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, produzidos entre 07/01/1977 e 29/12/1978, sendo 50 referentes ao ano de 1977, e 47 ao de 1978.

Por todas essas possibilidades e amplitudes de análise que oferecem, os depoimentos trazidos na dissertação funcionam como uma das vigas centrais do corpo documental desta pesquisa, talvez porque:

As entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. E nos contam não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31).

Para além da riqueza de análise encontrada nos depoimentos, durante as entrevistas, realizadas durante as três idas a Recife e Aracaju (cidade onde meus pais moram), entrei em contato com um diferente e vasto material documental. Foi assim que, durante a pesquisa, pude catalogar e investigar os álbuns de fotografia que cada ex-presos político guardou consigo, com retratos tirados durante o período de prisão política na Penitenciária Barreto Campelo; os diários da greve de fome de 1977 e 1978, registrados por um dos ex-presos políticos, Marcelo Mário de Melo; e um lote de correspondências trocados entre meu pai e minha mãe, Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes<sup>5</sup>, enquanto ele se encontrava recluso nas celas da prisão na ilha de Itamaracá.

Observar os álbuns das fotografias junto com os ex-presos políticos enquanto a entrevista era realizada fez parte da estratégia da pesquisa como um instrumento-ativador dos processos de análise e mediações históricas da memória social. Afinal, a imagem não é despreendida de caminhos e acompanhar as semelhanças e distinções do álbum fotográfico de cada ex-presos político, de que maneira essas fotografias estão guardadas, e ao serem revisitadas, de que modo ajudam a resignificar a experiência da prisão política possibilita alcançar o entendimento não só da formação e consolidação das batalhas do coletivo político na prisão de Itamaracá, mas também, e talvez principalmente, coopera para revelar e compreender o que tanto os órgãos de repressão quanto as organizações de esquerda, em nome da Segurança do Estado ou das lutas democráticas nacionais, acabaram perdendo ou

---

<sup>5</sup> Ex-integrante da Ação Popular (AP), militante do PCdoB, a ex-presos política Ana Côrtes, 67, participou do movimento estudantil na Faculdade de Serviço Social de Sergipe, onde conheceu João Bosco Rolemberg Côrtes. Casaram-se em 1969 e logo após entraram na clandestinidade, atuando no ABC paulista entre 1969 e 1971, e na região canavieira de Pernambuco, entre 1972 a 1974. Foi presa em junho de 1974, sendo torturada grávida pelo DOPS/PE e pelo DOI-CODI, em São Paulo. Permaneceu em cárcere até outubro de 1974, e após ser libertada voltou a morar em Aracaju(SE), de onde manteve intensa comunicação epistolar com o marido preso político em Itamaracá. Participou do Movimento Feminino de Anistia, em Sergipe, atuando na retomada da mobilização social contra a ditadura brasileira. Atualmente vive em Aracaju, e permanece casada com João Bosco Rolemberg Côrtes, com quem teve três filhos.

deixando em segundo, ou terceiro, ou quarto plano: a dimensão de entender o íntimo, de apreender o indivíduo e o seu amadurecimento dentro do coletivo.

É importante citar que, pelo papel central que ocupa como fonte documental nesta pesquisa, as fotografias não são compreendidas como um complemento ou apêndice à análise da pesquisa e sim como parte integrante das provocações e problematizações intrínsecas ao percurso da pesquisa. Ao cruzar a investigação fotográfica com as discussões provenientes de outras fontes objetos de análise desse texto o que se quer é aprofundar diálogos e possibilidades das leituras históricas sobre os presos políticos no cárcere durante a ditadura civil-militar. Neste sentido, é crucial também não perder de vista que a fotografia é um duplo testemunho: pelo que aparenta ter apreendido de uma cena passada e pelos aspectos de composição visual que denuncia acerca do autor (KOSSOY, 2001).

A análise do acervo de 43 correspondências escritas por meu pai, o ex-presos político João Bosco Rolemberg Côrtes, e endereçadas a sua esposa, durante o período de prisão nas celas do Dops de Pernambuco (jun-1974 a jan-1975) e do cumprimento de pena na Penitenciária Barreto Campelo (jan-1975 a mar-1979), também ofereceu a pesquisa um grande campo de possibilidade. Acompanhar e fragmentar essa escrita de si durante toda a produção da dissertação me permitiu espiar por uma fresta a vida privada palpitante do espaço mínimo e inviolável da cela, entender como se constitui a singularidade individual do preso político numa dimensão coletiva (Malatian in PINSKY, 2009, p. 200). A leitura das cartas possibilitou também captar a organização e um modo de contar as experiências num espaço-tempo interior construído que é particular ao sujeito da escrita e que desafia outras perspectivas e focos temáticos ao que é vivido no cotidiano da prisão.

No primeiro semestre da realização da pesquisa, em outubro de 2010, uma outra documentação foi acolhida e incluída como fonte para a análise: os relatórios de visita<sup>6</sup> produzidos pelo DOPS/PE, encontrados nos prontuários funcionais arquivados no acervo do Fundo Dops do Acervo Público do Estado de Pernambuco.

Nos 97 relatórios referentes a todos os sábados de visita dos anos de 1977 e 1978, constam as ocorrências, os nomes e as informações detalhadas de identificação de cada visitante. Os prontuários também trazem anexadas as listas de todos os alimentos e objetos pessoais, remédios e material para artesanato, jornais, revistas, discos e livros que eram

---

<sup>6</sup> Fundo SSP/Dops-PE 27.421 'A', 27.421 'B', 29.594, 29.686.

levados pelos familiares e amigos para serem entregues aos presos políticos e que passavam ou ficavam retidos na rigorosa vistoria feita pela administração da Penitenciária Barreto Campelo.

Fontes sensíveis da história recente, o conjunto documental produzido pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas possui uma especificidade característica, apontada por Bauer e Gertz (in PINSKY, 2009, p. 178) como “efeito bumerangue”:

Os documentos que compõem os acervos provenientes das forças repressivas servem, no presente, para atividades opostas à sua origem – produzidos para coordenar ações repressivas, agora podem ser usados para compensar vítimas por arbitrariedades e violações aos seus direitos.

No caso da análise dos relatórios sobre o controle das visitas e da entrega de materiais aos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, produzidos pelo Dops/PE, a compensação é dupla: tanto se tem acesso ao grau de invasão e vulnerabilidade que a repressão impetrou aos presos políticos e aos seus familiares, quanto pode-se ler, a contrapelo, as mediações de resistência, conhecendo tudo o que era importante de se ter como munção para o combate a ditadura atrás das grades (alimentação reforçada, material para trabalho, fortalecimento intelectual).

Seja nos depoimentos orais dos ex-presos políticos, ou no cruzamento dessas fontes com os indícios encontrados nas fotografias que cada um guardou consigo; seja na compreensão histórica a partir dos documentos contidos nos cinco pacotes dos prontuários funcionais<sup>7</sup> relativos aos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo encontrados no Fundo Dops do Arquivo Público do Estado de Pernambuco Penitenciária Barreto Campelo ou na investigação da escrita das correspondências pessoais ou dos diários de greve de fomes dos presos políticos, o que está em foco são os mesmos objetivos: observar permanências e paradoxos, processos e transformações e ampliar as dimensões da repressão e da resistência no percurso desses sujeitos históricos dentro da prisão política.

---

<sup>7</sup> Quatro dos cinco pacotes (Fundo SSP/Dops PE, nºs 27.421 ‘A’, 27.421 ‘B’, 29.594, 29.686) reúnem um corpo documental correspondente a mais de mil folhas de 97 relatórios de controle das visitas feitas aos presos políticos em todos os sábados nos anos de 1977 e 1978, constando as ocorrências e todos os objetos, alimentos, remédios, material de artesanato, jornais, livros, discos e revistas entregues por familiares e amigos visitavam os presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo. O quinto pacote (Fundo SSP/Dops nº 3905) trata-se de um pedido de busca, datado de 08 de janeiro de 1976, que solicita a remessa dos nomes dos “terroristas e subversivos” que se encontravam cumprindo pena naquela penitenciária.

É dessa análise detalhada e abrangente das fontes que foram puxados os eixos temáticos que definem os capítulos dessa dissertação. No primeiro capítulo, o percurso traçado nas entrevistas, nas fotografias, nas correspondências e nos periódicos me levou a começar a escrita pela análise dos discursos e práticas envolvidas durante a transferência dos presos políticos. Afinal, a desativação da Casa de Detenção do Recife e a chegada a Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá, em 1973, marcam e atravessam todo o corpo documental estudado. Procurei entender quais os significados e como esse movimento de saída e chegada são sentidos e registrados de maneiras distintas pelas diversas fontes.

Para entender o preso político que se compõe dali por diante, no primeiro capítulo também fiz um exercício de compreender o sujeito político e seus processos vividos até o momento da prisão. De onde vêm, quais os perfis e os percursos percorridos pelos opositores da ditadura até serem sequestrados, torturados e isolados nas grades da ilha de Itamaracá? Entram também aí nesta primeira etapa do trabalho percepções sobre situações semelhantes e díspares dos que compõem e a herança da luta política encampada pelos presos da Casa de Detenção do Recife.

A segunda parte do *Dossiê Itamaracá* tomou fôlego ao destrinchar, através das fontes documentais consultadas, o início do processo de esforço de cada um na reconstrução de duas dimensões inseparáveis na composição da identidade enquanto preso político: a pessoal e a política. Por todo o capítulo, vou à caça para farejar como reestruturação do coletivo e reconstrução da identidade do preso político, resistência e repressão, aparecem negociados e mediados nos depoimentos dos entrevistados, nas fotos dos álbuns dos seus acervos pessoais, nos relatórios do Dops e nas correspondências.

O esforço investigativo desse segundo momento se direcionou, portanto, para os rastros abertos nas trincheiras do cotidiano. O mergulho historiográfico para compreender as dimensões da prisão política se aprofunda nas necessidades e modos de resistir impostos pelas condições opressivas, pela rotina, pelas miudezas essenciais do dia a dia. Tanto para a repressão (administração penitenciária), quanto para a resistência (presos políticos), tudo tem valor de negociação: importa a alimentação, importa o banho de sol e o futebol, importa as visitas, importa o artesanato, importa os objetos pessoais, importa o jornal, importa a música, importa o silêncio.

A última parte deste trabalho pretende dar prosseguimento à tentativa de radiografar o campo da disputa entre os presos políticos e a ditadura no período que consolida, dentro do

cárcere, a luta pela Anistia. Os confrontamentos das greves de fome, a censura na Penitenciária Barreto Campelo às mobilizações do Movimento Feminino pela Anistia, os registros das visitas das Caravanas de Anistia, as despedidas e os caminhos da liberdade seguidos por cada um dos presos políticos entrevistados, eis os desafios temáticos do terceiro capítulo.

## CAPÍTULO 1

### DA CASA DOS HORRORES AO ISOLAMENTO COLETIVO

*“ [...] e às 16:30 chegou escoltado para remoção.*

*Despedi-me do pessoal, a viagem foi normal.*

*A passagem p/ a ilha na ponte é bonita; faz tempo que não via o mundo. O presídio fica bastante afastado. Meu novo endereço é Penitenciária Prof. Barrêto Campêlo – Itamaracá. Código é 55.980. Como é normal meu ritmo de vida está bagunçado, mas logo me adapto. O calor da acolhida aqui [pelos presos políticos] foi muito bom.*

*Conversei até meia-noite.”<sup>8</sup>*

---

<sup>8</sup> JOÃO BOSCO ROLEMBERG CÔRTEZ. Correspondência de 10 de janeiro de 1975, a primeira escrita depois de ser transferido para a Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, e endereçada à esposa Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes.

### **1.1. Sob o signo da “modernização” penitenciária pernambucana: impactos da transferência da Casa de Detenção de Recife para a “nova” Barreto Campelo**

O trecho da carta destacado acima faz parte da primeira correspondência do preso político João Bosco Rolemberg Côrtes, escrita em 10 de janeiro de 1975, após a transferência da cela onde se encontrava sob custódia da Secretaria Pública do Estado de Pernambuco, na Delegacia de Polícia Política e Social (DOPS-PE), no centro do Recife, para o pavilhão de presos políticos da Penitenciária Professor Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá, município vizinho à capital pernambucana.

A correspondência possibilita seguir alguns rastros que sugerem caminhos interpretativos como eixos de reflexão deste capítulo inicial. É possível observar que o preso político saía de um período característico de longa incomunicabilidade e isolamento nas celas do DOPS-PE, pois fazia muito tempo que não via o mundo<sup>9</sup>. Em seguida, nota-se a localização bastante afastada da Penitenciária Barreto Campelo, que naquela data estava próxima a completar somente dois anos de inaugurada. Ao relatar o calor da acolhida e as conversas até mais tarde do primeiro dia de chegada na nova prisão, dá-se o terceiro indicativo: o alívio, o desafogo, o aconchego de encontrar seus iguais, outros presos políticos, juntos, num coletivo.

O encarceramento de presos políticos quase sempre funcionou como um termômetro para indicar períodos de anormalidades institucionais no Brasil. Durante a sua vigência, os períodos discricionários, como os ocorridos no país nas décadas de 30 e 40 e na ditadura entre 1964 e 1985, intensificaram consideravelmente a presença de sujeitos políticos opositores à ideologia dominante nas prisões do país. Comunistas, anarquistas, operários, estudantes, camponeses, militares rebeldes estiveram, frequentemente, no topo da lista de inimigos do Estado autoritário como alvo principal da repressão política e social, principalmente no período republicano do país.

No Nordeste brasileiro, especificamente em Pernambuco, essa questão histórica não fugiu à regra. Inaugurada parcialmente em 1855, ainda no Império, a Casa de Detenção do Recife<sup>10</sup> (CDR) iria recolher às suas celas milhares de presos políticos, até ser extinta 118

---

<sup>9</sup> Na linguagem prisional, expressões como ir para o mundo, mundão significam o ambiente fora da prisão, enquanto mundinho é o de dentro, os das celas, atrás das grades.

<sup>10</sup> Em 14 de agosto de 1848, foi sancionada a Lei Provincial nº 213, que autorizava a construção de uma casa de detenção na cidade do Recife, com capacidade para duzentos presos. Planejada pelo engenheiro José Mamede Alves Ferreira, a construção da Casa de Detenção do Recife seria iniciada em 1850 e finalizada somente 17 anos

anos depois, no início da década de 70. Com a sua desativação, todos os presos políticos que estavam recolhidos lá foram transferidos, em março de 1973 para a Penitenciária Barreto Campelo<sup>11</sup>, na ilha de Itamaracá (PE), onde permaneceriam até a Anistia, em 1979.

Seja nas correspondências escritas pelo preso político João Bosco Rolemberg Côrtes durante o período de adaptação antes e depois da transferência para prisão política (jun-1974/mar-1979), seja pelos depoimentos dos entrevistados para esta pesquisa, o que está no foco de interesse nesta etapa inicial do primeiro capítulo são as mediações e os impactos da remoção registrados neste corpo documental, contrapondo-os ao discurso oficial dos órgãos estatais. Perceber as contradições dos discursos de quem gesta, opera e executa a desativação da Casa de Detenção do Recife e de quem sente os efeitos práticos do movimento de saída e chegada, durante a transferência para a prisão na ilha de Itamaracá.

De um lado, é pertinente observar que tanto a inauguração da Penitenciária Barreto Campelo, para onde os presos políticos estavam sendo levados a partir de 1973, em Pernambuco, quanto o fechamento da antiga Casa de Detenção vão compor as principais ações de implantação da nova política do sistema penitenciário em Pernambuco, que, no início da década de 1970, será propagada pelo Estado sob o signo da modernização, e que, na prática, representará o aumento do rigor penitenciário aplicado aos presos políticos que são transferidos para a “nova” penitenciária da ilha de Itamaracá.

Após dois anos da criação do Regulamento do Sistema Penitenciário, em março de 1971, o Decreto nº 2793, de 9 de março de 1973, sancionado pelo governador biônico Eraldo Gueiros Leite<sup>12</sup> (1971-1975), assinalava alguns pontos sugestivos dessa representação ‘*nada*

---

depois, em 1867. Foi projetada com uma combinação de arquitetura eficiente e aparato disciplina rigoroso, sob o modelo de prisão pan-óptica, conceito elaborado pelo jurista inglês Jeremy Bentham, que consiste num dispositivo arquitetônico em que, de um ponto único do edifício, todas as celas pudessem ser vistas (MAIA, 2009, p. 101). Desativado como Casa de Detenção em 15 de março de 1973, o prédio localizado na rua Floriano Peixoto, no centro do Recife, abriga hoje a Casa de Cultura de Recife, funcionando como centro de artesanato e divulgação da cultura nordestina.

<sup>11</sup> Inaugurada em dezembro de 1972, a Penitenciária Barreto Campelo se traduzia, na realidade, numa ampliação da antiga Colônia Penal da Macaxeira, instituição prisional que aparece nos Diários Oficiais do Estado de Pernambuco desde a década de 1950. Localizada na ilha de Itamaracá, serviu, de março de 1973 a 1979, como prisão política, e até os dias atuais funciona como penitenciária de segurança máxima e com grande índice de superlotação.

<sup>12</sup> Jurista de formação, fez sua carreira na Justiça Militar. Em 1935, foi consultor jurídico do executor do estado de sítio em Pernambuco, o general Aurélio de Souza Ferreira. A partir de 1957, tornou-se integrante do Supremo Tribunal Militar (STM). Após a instauração do regime de exceção no Brasil, em 1964, assumiu a Procuradoria Geral da Justiça Militar, durante o governo ditatorial de Humberto de Alencar Castelo Branco. Em março

*agradável do universo carcerário*’ em três justificativas que explicam porque o velho prédio de 118 anos da rua Floriano Peixoto, no centro do Recife, merecia sua extinção, já não mais correspondendo às exigências do sistema penitenciário, considerando:

[...] as notórias condições de obsolescência funcional da secular Casa de Detenção do Recife; a inconveniência da localização de uma penitenciária em pleno centro urbano da Capital; a necessidade do fundamental respeito à dignidade do homem não sendo possível, conseqüentemente, admitir regimes carcerários incompatíveis com os inalienáveis direitos inerentes a personalidade humana [...] (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/03/1973, p. 9)

O Decreto de Extinção da Casa de Detenção do Recife determinava ainda a transferência dos mais de 1200 presos para as instalações da recém-criada Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá, distante 44 quilômetros da extinta Detenção, e que toda a estrutura administrativa e de material fosse relocada no Presídio Ministro Mourão Filho, no bairro Dois Unidos, zona norte do Recife.

Plenamente festejada nos jornais locais, a desativação da Casa de Detenção ocorreu no dia 15 de março de 1973, com direito a derrubada simbólica de suas muralhas e arremesso da sua chave nas águas do rio Capibaribe<sup>13</sup>. O ponto fundamental que apreende-se das fontes documentais analisadas nesta pesquisa, entre decretos do Diário Oficial e pelas manchetes, editoriais e matérias dos principais jornais impressos do Recife sobre a nova política carcerária era o seu caráter de modernização do sistema, marcando “uma nova era”, (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/03/1973, p. 3) com “pioneirismo”, ao afirmar que “Pernambuco estava à frente da reforma do sistema penitenciário nacional” (JORNAL DO COMÉRICO, 16/03/1973, p.9).

Ideia amplamente destacada também no discurso feito pelo secretário do Interior e Justiça, José Paes Andrade, quando do ato da extinção da Casa de Detenção:

Hoje, o povo do Recife liberta-se desse fantasma, [...]. Tudo dentro do mais renovado espírito científico e seiva humanística, com as portas abertas, terapêutica ocupacional, salário penitenciário, casa para aldeiaos e outras medidas

---

de 1969, foi empossado como ministro do STM, no governo do ditador Costa e Silva. Através de eleições indiretas, tomou posse em março de 1971 na condição de governador biônico do Estado de Pernambuco.

<sup>13</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16/03/1973, p. 6. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

preconizadas pelas modernas técnicas penitenciária e criminológica. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16/03/1973, p. 6)

Se, com a desativação da Casa de Detenção do Recife, a população poderia se ver livre dos malefícios da masmorra em pleno centro da cidade, logo os presos políticos viveriam na prática justamente o contrário do que o discurso do Estado e os meios de comunicação alarmavam. Traçar o percurso do discurso (institucional) e o contra-discurso (dos presos) prisional, quando da transferência da Casa de Detenção do Recife para penitenciária da ilha de Itamaracá, ajuda a captar também como o conceito-chefe de “reeducação” dos apenados, propagado de forma intensa no novo regulamento penitenciário foram aplicados na prática.

O primeiro grande impacto que houve quando a gente sai da Casa de Detenção e vai para a Barreto Campelo é que eles diziam que todos éramos reeducandos, de que não tinha esse negócio de preso político. Quando a gente foi chegando lá, eles pegam todos os nossos pertences, a gente ficou sem direito a ter esses objetos. Então a gente entra nas celas sem fogão, sem eletrodoméstico, sem televisão, material de limpeza. A gente tinha que ir pro rancho três vezes por dia, em fila, com as mãos para trás e não podia falar, levava cacete. Aí a primeira briga da gente foi ser tratado como preso político. Que era uma coisa que estava consolidada na Casa de Detenção. A gente teve que retomar o direito de ser tratado com o preso político, e não como reeducando. (MARCELO MÁRIO DE MELO<sup>14</sup>, 19/10/2010, Recife)

A perda de direitos adquiridos na Casa de Detenção também aparece citada, quase um ano e meio depois da desativação e consequente início de funcionamento da Penitenciária Barreto Campelo, na correspondência de 28 de setembro de 1974 do preso político João Bosco Rolemberg Côrtes, que das celas da Secretaria de Segurança Pública, no centro do Recife, escreve para a sua esposa, enquanto aguarda a remoção para se juntar aos presos

---

<sup>14</sup> Nascido em 1944, em Caruaru (PE), era militante do PCBR quando foi preso em março de 1971, na cidade de Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte. Passa 17 dias no quartel do Exército em Natal e depois é transferido para Recife, onde é torturado na base da Aeronáutica e no Dops-PE, para só depois cumprir pena na Casa de Detenção e, posteriormente, na Penitenciária Barreto Campelo. Em julho de 1975, é transferido, junto com o preso político Luciano de Almeida, para o Batalhão Dias Cardoso, no Recife, o que provoca uma das primeiras greves de fome dos presos políticos da prisão de Itamaracá. No total, permaneceu preso dos 27 aos 35 anos, entre 1971 e abril de 1979. Iniciou seu engajamento político no movimento estudantil do Colégio Estadual Pernambucano (antigo Ginásio Pernambucano) e se filia ao Partido Comunista ainda no movimento secundarista, aos 17 anos, sendo, durante este período, preso e fichado pelo Dops-PE pela primeira vez. Participa da fundação do Comitê Regional do PCBR em Recife, em abril de 1968, e atua na clandestinidade a partir de então, tendo a prisão preventiva decretada em 1970.

políticos de Itamaracá: “O pessoal de Itamaracá está sem televisão, sem radiola, sem banho de sol e sem as visitas especiais”.

O primeiro grande impacto e estranhamento às regras desse “moderno” sistema penitenciário vieram com o reforço da defesa da condição de preso político, ao rejeitar o tratamento como “reeducandos” – conceito-chefe na propaganda do tratamento “mais digno” do novo regulamento penitenciário, que, como vamos constatar no aprofundamento da pesquisa, significou na prática um aperto ainda maior no controle social da disciplina carcerária.

Na prática, o cotidiano carcerário continuou a ser desumano e cruel, contrapondo-se às novas propostas: a recuperação e adaptação do preso à vida comum (PEDROSO, p.21-22). Na análise da historiografia e dos documentos, superlotação, insalubridade, péssima alimentação, promiscuidade e torturas despontam como problemas crônicos, na Casa de Detenção do Recife. E vão continuar temas recorrentes, como iremos acompanhar nas fontes documentais investigadas nos capítulos seguintes desta pesquisa, listados como problemas recorrentes nas condições carcerárias denunciadas pelos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo.

Portanto, dentro dessa perspectiva, as primeiras impressões, relatadas no trecho da correspondência escrita por um preso político, na semana de sua chegada na Penit. Barreto Campelo, se resignificam, ao se notar que ele mapeia na escrita as principais problemáticas práticas implícitas sob o discurso de *modernização* prisional propagado pelo Estado. A percepção de que o presídio ficava bastante afastado, por exemplo, a distância na localização da prisão na ilha de Itamaracá era algo proposital, pensado e estratégico na nova política penitenciária do Estado de Pernambuco. Construída a partir da elaboração e implementação do Regulamento do Sistema Penitenciário<sup>15</sup>, sancionado em março de 1971, tinha entre os

---

<sup>15</sup> Instituído pelo governador biônico Eraldo Gueiros Leite através do Decreto nº 2340, de 13 de março de 1971, e alterado pelo Decreto nº 2404, de 27 de agosto de 1971, o primeiro Regulamento do Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco definia como órgãos setoriais a Casa de Detenção do Recife, a Penitenciária Agrícola de Itamaracá, a Colônia Penal da Macaxeira (que também se localizava na ilha de Itamaracá), a Penit. Industrial do Estado, a Colônia Penal Feminina e o Manicômio Judiciário. Ver DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 31 DE AGOSTO DE 1971. Já o Código Penitenciário do Estado de Pernambuco só seria criado sete anos depois, em 24 de julho de 1978, pela Lei nº 7699, que instituiu os deveres e direitos do sentenciado, os regimentos de trabalho, estudo, penalização e assistência ao preso. Ver [www.sppernambuco.blogspot.com/2010/12/historia-do-sistema-e-esquecimento.html](http://www.sppernambuco.blogspot.com/2010/12/historia-do-sistema-e-esquecimento.html), acesso em 02/02/2011.

seus objetivos além do fim da Casa de Detenção, descentralizar os estabelecimentos prisionais, situando-os nas suas respectivas Comarcas.

Nas fontes documentais pesquisadas no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, sobre o período de desativação da Casa de Detenção do Recife, no início da década de 1970, os apelidos deixam transparecer que era de conhecimento público há muito *as notórias condições de obsolescência funcional da secular Casa de Detenção do Recife*, listada como a primeira das três principais justificativas do Decreto de Extinção da mesma. Assim, o fracasso do projeto de modernização penal implementado na reforma prisional a partir da década de 1840 atende nos jornais pernambucanos pelos mais variados nomes: Casa dos Horrores, mancha negra, masmorra do Recife, fortaleza inexpugnável, inferno, velha bastilha, prisão subhumana, vetusta jaula de homens, fantasma do povo do Recife.

É importante pontuar que o conceito da *inconveniência da localização de uma penitenciária em pleno centro urbano da Capital* vai aparecer como um dos argumentos-chave no Decreto nº 2793, de 9 de março de 1973, que extingue a Casa de Detenção do Recife. Assim, essa preocupação fica clara no discurso feito pelo secretário de Interior e Justiça, José Paes Andrade, durante a cerimônia que marcou a desativação da Casa de Detenção, com a demolição simbólica dos seus muros, em 15 de março de 1973:

O presídio da Capital não mais se localizará no centro da cidade, transferindo-se para a periferia.

[...]Com o decorrer dos anos, e por força mesmo de circunstâncias as mais diversas, sobretudo as relativas ao crescimento demográfico do Recife, a Casa de Detenção foi evidenciando ser demasiado acanhar e tomando vulto a inconveniência e sua localização em pleno centro urbano.

De mais a mais, sua existência configurava o espetáculo quase circense: as grades, os prisioneiros, a rede elétrica da segurança, os guardas armados, em pleno centro da cidade, espetáculo visto diariamente por milhares que chegam das cidades circunvizinhas ou do interior, pelo povo em geral, das ruas, dos escritórios, das lojas, dos ônibus. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16/03/1973, p. 9)

Em outras palavras, ao que tudo indica, por trás do argumento oficial de inaugurar, com a extinção da Casa de Detenção do Recife, uma nova etapa do Sistema Penitenciário do Estado, era preciso silenciar a velha masmorra como lugar de memória, numa espécie de limpeza urbana, e deixar o ( fracassado) ambiente penitenciário longe dos ouvidos cosmopolitas e dos olhos da sociedade, a 44 quilômetros dali, na Penitenciárias Barreto Campelo e Agrícola de Itamaracá, ilha de mesmo nome, para onde seriam levados os 1200

presos.

Cenas como essas não mais acontecerão. Por 118 anos, elas existiram. [...] Sua morte está decretada - 15 de março de 1973. Seus muros tenebrosos - como uma amarga recordação de castigo aos olhos do recifense - vão desaparecer. Seus hóspedes serão levados para outro presídio mais moderno e mais confortável. Sua imagem, de aspecto telúrico, enfiada bem no centro da cidade, desaparecerá como um fantasma misterioso e muito pouco desejado. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14 de março de 1973, p. 1)

Para alegar que a Casa de Detenção do Recife e todo o antigo aparato legal prisional não correspondiam mais as exigências do moderno sistema penitenciário, o Estado usou como ponto fundamental da nova política carcerária de Pernambuco o discurso da dignidade do apenado. A Penitenciária Barreto Campelo surge aí como um lugar ideal construído especificamente como espaço que abrigará o detento como um reeducando<sup>16</sup>. Meta principal na execução do novo modelo prisional – e arma forte de propaganda dessa “modernização”, é contra esse tipo de tratamento que os presos políticos irão resistir, na chegada à prisão da ilha de Itamaracá.

Decência no tratamento ao preso, de preferência bem longe dos olhos de todos, como que para esconder o que não há. Sob o signo do suposto bem estar do preso, as construções e ampliações das penitenciárias Mourão Filho e Barreto Campelo são anunciadas como símbolos de obras ‘modernas e confortáveis’:

Diz também que a dignidade humana requer um local mais decente para a moçada presa. Com isto chama a atenção para as penitenciárias Mourão Filho e Barreto Campelo que são modernas, e conseqüentemente, devem oferecer as condições próprias para os fins a que se destinam. Tanto melhor para todos. Ficam os convictos mais acomodados, a polícia tranquila e a sociedade defendida e o Recife ganha um edifício público, que será o Chateau d’If, a Torre de Lones ou a Bastilha dos pobres. Ninguém se lembra, ao passar pela antiga (ou atual, quem sabe?) Biblioteca Pública, ter sido o belo prédio uma cadeia. Talvez aconteça o mesmo, em breve, com a Casa de Detenção, conforme o que o governo determinar que ali funcione. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/03/1973, p. 3)

---

<sup>16</sup> Tomar o preso como reeducando, a fim de estimular a regeneração do condenado, não era algo que o Regulamento do Sistema Penitenciário de Pernambuco trazia como inovador. De acordo com PEDROSO (2003, p. 121), no Brasil, as penas detentivas propostas no Código Penal de 1890 e no Código Penitenciário da República, em 1935, já traziam esse mesmo pressuposto.

Desta maneira, a Penitenciária Barreto Campelo parece ser criada para ser uma penitenciária modelo, idealizada para pôr fim às velhas práticas carcerárias. Intenção reforçada pelas matérias de jornais que noticiam a remoção dos presos da antiga da Casa de Detenção para o novo estabelecimento prisional na ilha de Itamaracá.

Mais cem detentos foram transferidos na manhã de ontem da Casa de Detenção do Recife para Itamaracá, tornando-se os primeiros hóspedes da nova Penit. Barreto Campelo, construída dentro dos mais modernos padrões, de modo a que o reeducando tenha condições de recuperação [...]. O homem agora perde a liberdade quando a prática do crime contra a sociedade, mas não perde a dignidade. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/03/1973, p. 3)

Evidenciam-se aí novamente duas questões nesse discurso que se propunha “novo”: a ênfase na mudança do tratamento do preso – ao se dizer mais ‘digno’, ao tratar o apenado como quase um ‘hóspede’ - e a direta relação estabelecida entre a inauguração de um sistema penitenciário com ‘modernos padrões’ como condição decisiva para reeducação do preso. Três meses antes da desativação da Casa de Detenção, o Diário Oficial de Pernambuco de 13 de dezembro de 1972 configura essa intenção do Estado ao trazer a notícia da inauguração da Penitenciária Barreto Campelo e das obras de ampliação da Penitenciária Agrícola de Itamaracá, com a presença do ministro da Justiça Alfredo Buzaid, da seguinte maneira:

A conclusão das obras havia sido determinada pelo Governador Eraldo Gueiros Leite, que considera os dois empreendimentos de vital importância para o programa de implantação do novo sistema penitenciário de Pernambuco. O estabelecimento penal (*Penit. Barreto Campelo*) é composto de 10 apartamentos para encontros conjugais; onze celas coletivas para seis detentos; quatro celas especiais; além de alojamento da guarda, refeitórios modernos, cozinha, oficinas e almoxarifado.

No setor de saúde foram construídos as enfermarias de Tisiologia; o isolamento; a sala de tratamento intensivo; o centro cirúrgico; o posto de enfermagem; o gabinete médico e dentário e, por fim, o laboratório. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO XLIX, nº 238. 13/12/1972)

Na prática, numa análise mais cuidadosa, é possível perceber que nenhuma dessas obras inaugurava, na ilha de Itamaracá, algo novo – como era propagado intensivamente pelo governo - e sim ampliações de estruturas prisionais já existentes. A Penitenciária Agrícola de Itamaracá (PAI) fora construída na década de 1930, no contexto de montagem de um universo

de defesa social que demandaram a criação de prisões agrícolas<sup>17</sup>, numa “tentativa de isolar o réu dos núcleos populacionais das grandes cidades” (Pedroso, 2003, p. 25). Já a Penitenciária Barreto Campelo se traduzia numa ampliação da antiga Colônia Penal da Macaxeira, que aparece nos Diários Oficiais do Estado de Pernambuco desde a década de 1950 como um anexo prisional criado para dar apoio funcional aos detentos locados na PAI. Como reformar e ampliar a Casa de Detenção do Recife tinha sido posto como algo impraticável, por conta da velha estrutura do prédio e dos gastos financeiros aviltantes, é possível perceber a “solução” de arranjo reformatório no transcorrer da justificativa dada pelo próprio secretário de Interior e Justiça, José Paes Andrade, ao traçar os trâmites das obras para reformulação do sistema prisional em Pernambuco:

E esta foi encontrada: transferimos do orçamento recursos no valor de dois milhões de cruzeiros do Fundo Especial. Idealizamos, então, desenvolver o complexo prisional de Itamaracá, porquanto, na realidade, na Ilha existia além da Penitenciária Agrícola a Colônia Penal da Macaxeira. [...] planejamos ampliar ambos os presídios, o que foi feito, orçando-se as obras em dois milhões e setecentos mil cruzeiros.

Se a tarefa do historiador seria a de se deter nas transformações e seus processos, para aí apreender o papel das diversas instâncias e de todas as suas mediações (Perrot, 2010), até este momento esta pesquisa fez alguns percursos iniciais que expuseram as práticas por trás do discurso em cima do conceito de “modernização” do sistema penitenciário pernambucano, atravessando os desalinhos ideológicos na desativação da Casa de Detenção do Recife, em março de 1973, e da conseqüente transferência para a não tão nova Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá. Assim, apreendem-se do novo regimento penitenciário proposto, sob o signo de tratamento digno, os verdadeiros mecanismos utilizados para reforçar os dispositivos de controle social, através do isolamento geográfico da nova prisão e da permanência do ocultamento do preso, agora colocado com um véu de “reeducando”. Afinal:

Todo o arcabouço legislativo montado pela regulamentação das prisões e pelas leis, decretos e códigos não trouxe, na prática, a melhoria e humanização do sistema penitenciário; muito pelo contrário, a quantidade de novos códigos fará com que se perca a finalidade do surgimento da prisão – a regeneração -, transformando a instituição em um mero aparelho burocrático. (PEDROSO, 2003, p. 23)

---

<sup>17</sup> Nesse bojo foram construídas a Penitenciária Agrícola de Neves (MG), o Instituto Correccional da Ilha Anchieta(SP), a Colônia Agrícola General Daltro Filho(RS), entre outras.

É pertinente registrar que dos seis ex-presos políticos que se dispuseram como fontes orais para esta dissertação, quatro deles<sup>18</sup> já se encontravam presos na Casa de Detenção do Recife, desde 1970, quando houve a transferência para a Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá. Refletir sobre essa trilha que percorre as ideias disseminadas pelo Estado nesse período de implantação do novo sistema penitenciário de Pernambuco faz sentido para entender que a proposta de tratamento “mais digno” e confortável logo se traduziria, durante a chegada na Penit. Barreto Campelo - e durante os anos inconstantes como prisão política até 1979 - em perdas dos direitos adquiridos nos anos de experiência na Casa de Detenção do Recife pelo coletivo de presos políticos. Entenda-se aqui por perdas de direitos as conquistas batalhadas na Casa de Detenção em relação as questões primordiais de sobrevivência e negociação no espaço carcerário: alimentação, banho de sol, visitas familiares, acompanhamento do andamento judicial dos processos e combate à torturas dos presos (sobre essa perda de direitos e início da reestruturação do coletivo na luta por melhores condições carcerárias, ver análise de fontes no tópico 1.3 da pesquisa).

Ao chegar na Casa de Detenção do Recife, ou, mais adiante, na Penitenciária Barreto Campelo, os presos políticos já têm um percurso de experiências semelhantes que os une e que seria percorrida por quase todos antes de chegarem a prisão política. Trajetórias que seguem em paralelo e desalinho à consolidação da ilegalidade e repressão do Estado autoritário brasileiro. Desta maneira, assim como foi em todo o resto do país, todos os presos políticos da Barreto Campelo, em Pernambuco, iniciaram sua participação política no movimento estudantil, ou nos movimentos sociais de base da Igreja Católica e, especificamente em Pernambuco, nas Ligas Camponesas, no fim da década de 50 e início da de 60, e sentiram o peso e o pesar do golpe civil-militar na virada de março para abril de 1964. Quase todos se reestruturaram ou se fortaleceram na resistência em organizações de esquerda, se arregimentaram em grupos de guerrilha urbana ou do campo e entraram na clandestinidade quando o cerco apertou com a promulgação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968.

---

<sup>18</sup> Do grupo, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho (PCBR) foi o primeiro a chegar na Casa de Detenção, no segundo semestre de 1970. Depois, entre o fim do primeiro semestre e início do segundo de 1971 chegaram Alberto Vinícius Melo do Nascimento (PCBR), Carlos Alberto Soares (PCBR), e Marcelo Mário de Melo (PCBR). Os dois integrantes do PCdoB entrevistados para esta pesquisa, Alanir Cardoso, e João Bosco Rolemberg Côrtes, só caem em 1974, quando o Dops desbaratava a organização em Pernambuco. Nesse período, já não existia mais a Casa de Detenção do Recife, e todos os presos políticos, após passar pelo período clandestino de torturas do Doi-codi e no Dops, eram transferidos para a Penitenciária Barreto Campelo, onde se juntavam ao coletivo de presos políticos que já estavam lá.

Todos sentiram o baque da repressão, as mudanças de nome e de endereço constante, os seus deixados para trás como estratégia de segurança, a não-inscrição de uma identidade fixa, a insegurança do deslocamento e da fuga permanente e dos encontros em aparelhos clandestinos como arma de resistência. Todos caíram, foram sequestrados e presos de forma ilegal, passaram pelos interrogatórios e torturas no Doi-Codi, Dops e nas bases do Exército e da Aeronáutica. Todos sentiram o medo na boca, ouviram gemidos lascinantes, tremeram quilowatts, viram companheiros(as) desaparecer, ou se exilarem, atravessaram a morte e escaparam dela para se encontrarem, e se refazerem, se reorganizando individual e coletivamente, nas celas da Casa de Detenção do Recife, e a partir de 1973, nas celas da Penitenciária Barreto Campelo.

Criminosos políticos, todos são classificados como terroristas e subversivos, pelos órgãos de repressão. Por crime político, entende-se:

Toda ação subversiva, inspirada em propósito elevado e nobre, que vise ao bem coletivo, ou da pátria, e de que resulte violação da segurança das instituições nacionais, ou da ordem social, ou pública, alcançando direta e especificamente a organização política do Estado, representando por qualquer dos órgãos que o integram. (NUNES, 1979 *apud* SÁ, 1990, p.360)

Para o judiciário, a polícia e o sistema prisional, o preso político é diferente do preso comum, portanto, em algumas particularidades existentes na lei que os define, na identidade dos seus autores, as formas que os expressam e efeitos provocados. Ao tempo em que o preso comum é julgado por um Direito Comum, caberia ao criminoso político ser julgado também por um “Direito Especial”<sup>19</sup>, por conta da natureza específica do crime cometido.

No caso específico dos presos políticos julgados a partir do golpe de 1964, foco principal desta pesquisa, a arbitrariedade para violação de seus direitos e execução da repressão se deu através da Lei de Segurança Nacional<sup>20</sup> (LSN), o principal e mais violento instrumento de atuação da política de Segurança Nacional<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Para NADER, a distinção entre Direito Comum e o especial tem por critério o maior ou menor alcance sobre as relações da vida. O Direito comum projeta-se sobre todas as pessoas, sobre todas as relações jurídicas, enquanto que o Direito especial é aplicável apenas a uma parte limitada das relações jurídicas. Toda pessoa, independentemente de sua profissão ou classe social, é atingida pelo Direito Penal, entre outros. (NADER, 1988 *apud* SÁ, 1990, p. 439)

<sup>20</sup> No Brasil, a doutrina de Segurança Nacional foi adotada como ideologia de base para a criação da Escola Superior de Guerra<sup>20</sup> (ESG), fundada em 1949, e tinha, em síntese, como alguns dos fundamentos principais do que se transformaria na ideologia oficial das Forças Armadas: a defesa do “ocidente cristão”, o fortalecimento do “Poder Nacional” e a consequente caça ao “inimigo interno”, que procurava “solapar as instituições”; a ideia

É a Lei de Segurança Nacional de 1967 que abre os precedentes legais que o Ato Institucional nº 5<sup>22</sup>, de 13 de dezembro de 1968, vai acabar de implementar através da mais severa das leis de Segurança Nacional: o decreto-lei 898, de 29 de setembro de 1969, que vigorou durante quase toda a década de 70<sup>23</sup>. Sob a ação do AI-5 e do Decreto-Lei 898/69, estavam previstos rigor penitenciário no cumprimento da pena, sempre definida a critério do juiz, e pena de morte e prisão perpétua aos presos políticos que se envolvessem com crimes que resultassem em morte.

O resultado prático disso tudo foi a consolidação do período mais violento da ditadura brasileira, com a repressão rigorosa aos criminosos políticos através de uma justiça de exceção<sup>24</sup> e o aumento das arbitrariedades (censura, exílios, prisões, torturas, assassinatos) da polícia política na violação dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro. Sob a ação do AI-5 e das sucessivas leis de Segurança Nacional, muita gente sofreu violência, morreu nos cárceres ou desapareceu sem deixar vestígios (COMPARATO, 1982, p. 12).

Essa desproteção legalizada pelo Estado e o alto grau de vulnerabilidade, “garantidos” pela LSN, compunham a condição primeira de ser preso político no Brasil a partir da década de 1960. Em Pernambuco, os que chegavam à Casa de Detenção do Recife e, a partir de 1973,

---

abstrata da Nação como superior a todas as classes e o sacrifício do Bem-Estar (leia-se extinção das liberdades, das garantias constitucionais, dos direitos da pessoa humana) em nome da Segurança Nacional ‘ameaçada’.

<sup>21</sup> Para uma compreensão mais ampla e aprofundada ver Comblin, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; Couto e Silva, Golbery. *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

<sup>22</sup> Decretado pelo marechal-presidente Arthur da Costa e Silva e assinado pelos membros do Conselho de Segurança Nacional, o Ato Institucional nº 5 investiu o Estado da prerrogativa de manipulação da vida de todos os cidadãos e constituiu-se no mais discricionário entre os 17 atos institucionais do regime militar implantado em 1964 e o único decretado por tempo indeterminado. O AI-5 ampliou os poderes de exceção do presidente ao dar-lhe plenos poderes de decretar estado de sítio e fechar o Congresso Nacional, concedendo o domínio absoluto sobre os estados da Federação e extinguindo vários direitos civis e políticos, especialmente o habeas corpus para crimes contra a Segurança Nacional, concedendo-se o direito de cassar mandatos, demitir e aposentar juízes e demais funcionários públicos. (DOSSIÊ DITADURA: mortos e desaparecidos políticos no Brasil, 2009, p. 126)

<sup>23</sup> O Decreto-Lei 898/69 vigorou até o final de 1978, quando o então ditador, Ernesto Geisel, sancionou a Lei nº 6620, de 17/12/1978. Em seguida, veio a promulgação durante o governo do presidente João Figueiredo da Lei nº 7170, de 14 de dezembro de 1983, mais branda e que continua em vigor até hoje.

<sup>24</sup> Considera-se aqui a interpretação do jurista Hélio Bicudo que classifica a utilização da justiça militar como justiça de exceção durante o regime ditatorial, pois, sendo organizada para responder aos chamados delitos de caserna, passou a aplicar uma legislação especial com finalidade não apenas punitiva, mas – ao contrário – trazendo consigo um imenso potencial de intimidação. De acordo com Bicudo (in COMPARATO, 1982, P. 14), num Estado realmente democrático não se vê como a Segurança da nação em tempo de paz esteja ligada à formulação de uma lei como esta. O Estado democrático, que representa a nação, encontra plena defesa nos dispositivos de sua legislação ordinária, aplicados pela Justiça Comum. Dispensa e prescinde de mecanismos especiais para punição daqueles que investem ou contra as instituições ou contra os que representam.

na Penitenciária Barreto Campelo, já haviam percorrido todo esse caminho de prisões clandestinas e interrogatórios violentos no DOI-Codi, Dops, Polícia Federal e bases do Exército e Aeronáutica da capital pernambucana.

Desta maneira, a desativação da Casa de Detenção (propagada pelo Estado como símbolo de horrores, vergonha e perigo), a construção de um complexo penitenciário que jogasse os presos para longe do centro geográfico e dos olhos dos moradores da cidade, e a inauguração de um “novo” discurso de rigor do controle social camuflado no tratamento “moderno” dos apenados como reeducandos já encontram, não por acaso, em Pernambuco, no ano de 1973 – ano de sua desativação e transferência para a prisão na ilha de Itamaracá -, terreno apto e bastante eficiente judicialmente no país para encarcerar a geração de perseguidos políticos das organizações de esquerdas presos no Nordeste após a institucionalização do AI-5 e dos dispositivos de opressão rigorosos e violentos que vieram com o recrudescimento da ditadura a partir do fim de 1968.

## 1.2. Perfis e percursos dos presos políticos até a chegada à Penit. Barreto Campelo



**Imagem 1** – Os 33 presos políticos<sup>25</sup> da Casa de Detenção do Recife, em novembro de 1970.  
Acervo Pessoal Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho



**Imagem 2** – Os 29 presos políticos da Casa de Detenção do Recife, em agosto de 1971.  
Acervo Pessoal Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho

<sup>25</sup> Da esquerda para a direita, na primeira fileira superior na fotografia: Érico Dorneles, Rholine Cavalcanti(ALN), Dirivaldo, Alan (VAR-Palmares), Silvério, Maurício Anísio de Araújo (ALN), Zoé Lucas de Brito Filho(ALN), Airton Correia de Araújo, Erinaldo, Francisco de Assis Barreto Rocha Filho (PCBR), Amaro Félix (Camponês), Ivo Valença (PCB). Na fileira do meio: Bode, cara de Caruaru, Chico Passeata, Edvaldo (o padre), Júlio Santana (Ligas Camponesas), seu Justino (camponês da AP), Zé Pedro, Samuel Firmino (ALN), José Arlindo Soares (trotskista), Sérgio Buarque (trotskista), Elenaldo Celso Teixeira. Na fileira inferior: Tomilton, Pedro Coutinho (AP), Chico Passeata, Hamilton, Vandevaldo (trotskista), Juliano Homem (PCBR), Luciano de Almeida (ALN), Peri, Rosalvo e Inocêncio Tavares (trotskista).



**Imagem 3:** Presos políticos<sup>26</sup> no pátio interno do pavilhão da Penitenciária Barreto Campelo. Ano de 1975 Acervo Pessoal de Alanir Cardoso/ Alberto Vinícius de Melo do Nascimento / Carlos Alberto Soares / Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho / João Bosco Rolemberg Côrtes / Marcelo Mário de Melo

Quem eram, o que queriam, a quais entidades políticas de esquerda pertenciam e como iniciaram seu engajamento político? Qual o perfil dos atingidos pela LSN em Pernambuco que chegam à Casa de Detenção do Recife e, posteriormente, a Penitenciária Barreto Campelo?

A princípio, a investigação desses questionamentos passa pela discussão de três imagens relacionadas aos presos políticos na Casa de Detenção do Recife, a primeira de novembro de 1970, a segunda de agosto de 1971, e na Penitenciária Barreto Campelo, a terceira que se refere ao ano de 1975. Do cruzamento da análise dessas fotografias com os argumentos e reflexões coletados com as fontes orais, se tentará observar permanências e

<sup>26</sup> Da esquerda para direita, em pé: Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho (PCBR), Maurício Anísio de Araújo (ALN), Alberto Vinícius Melo do Nascimento (PCBR), Ivanildo Sampaio Xavier, Francisco Peixoto (Galego) (ALN), José Calixtrato Cardoso Filho (ALN), Rholine Cavalcanti Silva (ALN), José Mendonça da Silva, Marcelo Mário de Melo(PCBR), José Emilson Ribeiro (ALN); sentados, fileira do meio: Moisés Domingos Sobrinho, Júlio Santana (LIGAS CAMPONESAS), Carlos Alberto Soares (PCBR), Luciano de Almeida (ALN), Arlindo Felipe da Silva (VAR-Palmares), Samuel Firmino (ALN), Aluísio Valério (Fidel); sentados, no chão: Luciano Siqueira (AP/PCdoB), Edilson Romariz Machado (PCBR), Alanir Cardoso (AP/PCdoB), João Bosco Rolemberg Côrtes (AP/PCdoB), Antônio Ricardo Braz, Cláudio Ribeiro, Francisco Ferreira de Lima (Chagas)

paradoxos, processos e transformações, para ampliar as dimensões na composição desse quadro de presos políticos que vão para a prisão da ilha de Itamaracá, cumprindo um percurso que, para a grande maioria, tem o seu registro inicial da pena cumprida na Casa de Detenção, após a avalanche repressiva que se abate no fim de 1968 no Brasil.

Por extensão desse processo, analisar como e de que modo os presos políticos estão registrados nas três fotografias representa, sobretudo, estudar um documento-instrumento de um espelho histórico que reflete (a depender das indagações que o historiador faça à fonte) o perfil de quem e a quais organizações sociais e partidárias proibidas a ditadura brasileira queria calar, ou, ao menos, isolar nas prisões.

Durante o caminho de levantamento e digitalização dos acervos fotográficos pessoais referentes ao período de prisão das seis fontes entrevistadas para esta dissertação, as duas primeiras imagens que aparecem acima foram as únicas encontradas que registram o grupo de presos políticos na Casa de Detenção do Recife, nos dois primeiros anos da década de 1970. Fora esse caráter específico, um outro aspecto que influenciou na decisão de escolher essas duas fotografias para a análise diz respeito ao tipo e peso de experiência vivenciada na Casa de Detenção - indicada como muito importante e decisiva para a reestruturação interna e política de quatro dos seis ex-presos políticos consultados durante a pesquisa. Afinal, até que Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho<sup>27</sup>, Alberto Vinícius de Melo Nascimento<sup>28</sup>, Carlos

---

<sup>27</sup> Nascido em 1946, em Recife (PE), pertencia ao Comitê Regional do PCBR no Nordeste, quando foi preso em um aparelho em julho de 1970, no bairro dos Afogados, na capital pernambucana, junto com as militantes Nancy Mangabeira Unger e Vera Maria Pereira. Foi interrogado e torturado pelos militares no Doi-Codi/PE e no Dops, antes de ir para a Casa de Detenção do Recife e, em seguida, para a penitenciária de Itamaracá. No total, passou dos 22 aos 31 anos na prisão, entre 1970 a 1979. Iniciou seu engajamento político em 1961, aos 15 anos, quando se filia ao PCB na célula do Ginásio Pernambucano, onde ajudou a fundar o Clube Literário Monteiro Lobato. Continua a participação no movimento estudantil a partir de 1964 na Faculdade de Direito do Recife. É preso pela primeira vez em 1967 e solto em seguida, quando se desloca para fazer parte do movimento estudantil na Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza. Se filia ao PCBR em julho de 1968, aonde já se encontravam militantes como Marcelo Mário de Melo, Bruno Maranhão e João Baltar, e após o AI-5 já está totalmente na clandestinidade.

<sup>28</sup> Nascido em 1947, em Jardim do Seridó, no Rio Grande do Norte, pertencia ao PCBR, quando foi preso em novembro de 1970, em Pato Branco, no Paraná. Foi interrogado e torturado pela Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo, no Dops e na base da Aeronáutica de Pernambuco, antes de ir para a Casa de Detenção do Recife em 1971. No início de 1973, foi transferido durante alguns meses para a Penitenciária do Ahú, em Curitiba, onde respondia a processo do STM e ao retornar vai para a Penitenciária Barreto Campelo. No total, ficou preso dos 22 aos 32 anos, entre 1970 e 1979, sendo condenado a prisão perpétua pelo STM, pena que foi reduzida depois a 30 anos. Iniciou seu engajamento político no movimento estudantil pré-64, quando ocorreu sua primeira prisão, e se filiou ao PCB em 1965, já como estudante da Escola de Engenharia da UFPE. Adere ao PCBR em 1968, quando passa a viver clandestino e a participar de ações armadas na guerrilha urbana, morando em Recife, Salvador e em cidades do Paraná.

Alberto Soares<sup>29</sup> e Marcelo Mário de Melo, (todos, na época, integrantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), e o restante dos presos políticos, fossem transferidos no início de 1973 para a Penit. Barreto Campelo, a Casa de Detenção se constituiu como espaço do encarceramento onde foram vivenciados os processos de reconstituição da identidade pessoal e coletiva enquanto preso político após o período de insegurança e isolamento passados no sequestro, prisão e interrogatórios ilegais.

A terceira imagem entra na discussão e dialoga com as outras duas porque, nos álbuns dos entrevistados, é a primeira a registrar o grupo de presos políticos na Penitenciária Barreto Campelo, em meados de 1975. Não que não haja nenhum registro entre a fotografia de agosto de 1972 e a de 1975, mas as que constam nos arquivos pessoais das fontes orais referidas especificamente a esse período, dizem respeito a imagens sempre com familiares, nenhuma onde esteja representada os presos políticos formando um grupo, um coletivo posando para o registro fotográfico. Um outro elemento observado no percurso da pesquisa entre fotografia e fonte oral me fez ficar atenta para a escolha da imagem 3 como objeto de análise: ela é uma das poucas que todos os ex-presos políticos entrevistados tem em comum nos seus acervos fotográficos.

À primeira vista, as duas primeiras imagens, referentes ao grupo de presos políticos que se encontravam presos na Casa de Detenção do Recife, em novembro de 1970 (imagem 1) e agosto de 1971 (imagem dois), parecem senão iguais, extremamente semelhantes. Ambas aparentam terem sido tiradas dentro da área externa da prisão, e os presos políticos indicam, pela postura e o modo como estão compostos nas vestimentas, que se prepararam para o ato

---

<sup>29</sup> Nascido em 1943, em João Pessoa (PB), era um dos integrantes do PCBR mais procurados pelos órgãos de repressão no país, quando foi preso em fevereiro de 1971 em um ônibus, na praia do Pirangí, em Natal (RN), junto com a então esposa Rosa Barros, e os militantes Cláudio Gurgel e Maria Yvone Loureiro Ribeiro, quando voltavam de uma reunião que tentava reorganizar o Partido, que vinha sofrendo grandes baixas pela repressão no Nordeste. Passou alguns dias no quartel do Exército em Natal, a ter se transferido e torturado no Dops de Pernambuco, no Esquadrão de Cavalaria Dias Cardoso e, principalmente, na base da Aeronáutica do Recife. Foi transferido para a Casa de Detenção do Recife e, depois, para a Penitenciária Barreto Campelo. De julho a dezembro de 1979, cumpriu pena no Presídio do Barro Branco, em São Paulo, quando foi um dos últimos presos políticos a serem soltos, em condicional. Condenado a prisão perpétua pela LSN, ficou preso dos 28 aos 36 anos, entre 1971 a 1979, quase três deles em rigor penitenciário de isolamento total dos outros presos políticos na Barreto Campelo. Iniciou seu engajamento político no movimento estudantil da Escola de Geologia, após o golpe de 64, e se filiou ao Partido Comunista no final de 67. Já no PCBR, a partir de 1968 participa de ações armadas e entra definitivamente para a clandestinidade, desenvolvendo militância na cidade de Fortaleza (CE) e depois em Natal (RN).

fotográfico. Fica evidente, nas duas fotografias, a intenção de enquadrá-los sempre com as janelas com grades ao fundo, numa referência direta de que estão encarcerados. Isso nos leva a apontar alguns indícios: 1) o de que os registros eram feitos com o objetivo claro de retratá-los enquanto presos, 2) o de que provavelmente as fotografias eram tiradas por conhecidos e familiares, durante o período de visita, quando era permitida a circulação pela área externa do pátio da Casa de Detenção, suspeita que ganha reforço ao atentarmos para dois aspectos - na segunda imagem há presos políticos que olham para a frente e outros que voltam o seu foco do olhar para outra direção, como se houvesse a presença de mais uma câmera fotográfica, e alguns presos políticos aparecem com um sorriso discreto no rosto, demonstrando uma certa, quase pálida descontração, fato que não aconteceria se fossem os representantes dos órgãos de segurança que estivessem apertando o obturador da câmera.

Um novo dado visual na segunda imagem acrescenta uma informação sobre o possível local da fotografia: o quadro do placar esportivo e de futebol de salão para indicar os pontos da Casa de Detenção do Recife (CDR) versus visitantes na parte superior direita da imagem possibilita dizer que as duas fotografias podem ter sido feitas próximas ao campo de futebol da prisão. No entanto, para além da comparação descritiva, uma observação mais de prospecção histórica nas fotografias – e das mediações surgidas ao analisar as fotografias durante as entrevistas com os ex-presos políticos – podem incitar indagações e aprofundar questões próprias da prisão política.

É possível apreender, por exemplo, que tanto na Casa de Detenção do Recife, quanto na Penitenciária Barreto Campelo, eram jovens as feições de todos - ou quase todos - os opositores que o regime dos “anos de chumbo” se preocupou em colocar na lista de prioridade dos órgãos de repressão. “Eu, muito magro e muito novo”, se percebe Francisco de Assis Barreto Rocha Filho (Entrevista concedida a autora, em 20/10/2010, em Recife), ao se rever na imagem 1, tirada quarenta anos antes, e onde no verso está escrito com sua própria assinatura, datado em 21 de novembro de 1970, um registro dessa consciência de juventude e de para onde o engajamento político de oposição do regime os tinha levado: “Meus velhos: Eis ai o retrato dos nossos tempos. Trinta e três jovens - alguns não de idade, mas de idéias - que por amarem demais a liberdade, terminaram por perdê-las”.

De fato, os estudos historiográficos sobre o tema indicam que os regimes discricionários que se instalaram na América Latina a partir dos anos 60 sempre vigiaram e reprimiram a juventude – a maioria forjada no movimento estudantil - empenhada em lutar

contra o autoritarismo do Estado. Conforme Almeida ( in BARRETO e FERREIRA, 2004, p. 175), a juventude idealista dos anos pré-1964 tinha 20 e poucos anos, não faltava disposição física nem ideias para sair às ruas ou fazer greves, formando um dos movimentos sociais mais fortes da época. De acordo com o BRASIL NUNCA MAIS (2009, p. 83/84), 38.9% das 7.367 pessoas que foram levadas ao banco dos réus pela ditadura tinham idade igual ou inferior a 25 anos. Esse índice alcança, principalmente, a juventude atingida na segunda fase da repressão, intensificada drasticamente a partir da decretação do AI-5, em dezembro de 1968, quando registraram-se 4.460 denunciados entre 1969 e 1974, correspondente quase por completo ao mandato de Garrastazu Médici (2009, p. 83).

A situação não foi diferente na Argentina, durante a ditadura entre 1976 e 1983:

[...] aproximadamente 70% das pessoas desaparecidas tinham entre 16 e 30 anos. Eram jovens e constituíam uma geração não somente pela idade, mas também por pertencer a uma época comum, por compartilhar uma cultura própria, códigos, linguagens, gostos, formas de perceber e apreciar o mundo de uma maneira particular. (GONJMAN, 2007, p. 80)

Em outras palavras, nos três casos de análise iconográfica, o registro fotográfico é um registro de presos políticos, mas, sobretudo, de jovens sobreviventes. Sobrevivem ao período de clandestinidade das organizações políticas de esquerda, sobrevivem aos sequestros e prisões ilegais ocorridas principalmente a partir do fim de 1968, sobrevivem às sessões de interrogatórios e torturas nos órgãos de repressão do DOI-CODI, Dops, Polícia Federal e quartéis do Exército e da Aeronáutica. Escapam da morte e pagam com os anos dessa juventude na prisão. Por amostra, esse é um ponto também em comum e irreversível na experiência dos seis ex-presos políticos que serviram de depoimentos para esta pesquisa: Alanir Cardoso<sup>30</sup> ficará preso dos 30 aos 35 anos, entre 1974 e 1979; Alberto Vinícius de

---

<sup>30</sup> Nascido em 1943, em Arraias (Tocantins), era membro da Ação Popular Marxista-Leninista, órgão integrado ao PCdoB, quando foi preso, juntamente com o reverendo americano Fred Morris, em outubro de 1974, no Recife. Interrogado e torturado do DOI-CODI do Exército, em Pernambuco, e na base da Aeronáutica em Brasília (DF), é transferido depois de alguns meses para a Penitenciária Barreto Campelo. No total, ficou preso de outubro de 1974 a abril de 1979. Iniciou seu engajamento político no movimento estudantil secundarista de Goiás, se filiando a Ação Popular em 1968. Torna-se líder nacional da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e atua nas bases da AP na capital paulista, até ser descolado em meados dos anos 70 para reforçar o quadro de atuação, que vinha sofrendo várias perdas, no estado de Pernambuco. Atualmente, é presidente estadual do PCdoB em Pernambuco.

Melo do Nascimento, dos 22 aos 32 anos, entre 1970 e 1979; Carlos Alberto Soares, dos 28 aos 36, entre 1971 a 1979, Francisco de Assis, dos 23 aos 32 anos, de 1970 a 1979, João Bosco Rolemberg Côrtes, dos 26 aos 31, entre 1974 a 1979, e Marcelo Mário de Melo, dos 27 aos 35, entre 1971 a 1979.

Portanto, perceber a pouca idade nos rostos da grande maioria dos presos políticos que aparecem nas três fotografias referentes à Casa de Detenção do Recife e a Barreto Campelo é percorrer uma linha reversa que nos leva a tentar entender a identidade desse jovem preso político que chega a prisão brasileira através de um processo de formação e ação na resistência que levou a juventude (e, por tabela, os estudantes) da geração de 1968 a se tornar o alvo predileto do enrijecimento violento da ação punitiva do Estado. Como representantes derradeiros e reflexo direto da onda opressiva do Estado às movimentações sociais de 68, eles – os jovens presos políticos – ocupam, em maioria, as prisões, o exílio, ou a lista os 436 mortos e desaparecidos assassinados pela ditadura brasileira neste período; durante, são eles também que integram a militância majoritária, recrutada especialmente no meio universitário, das organizações de esquerda que se lançaram à luta armada; no início, estão em primeiro lugar nas mobilizações de protesto e descontentamento frente ao governo, na permanente retomada das atividades de resistência, que inclui fatos históricos como as manifestações a morte do estudante Edson Luís, a passeata dos 100 mil e a realização do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna, em outubro de 1968.

Ao observar e acompanhar permanências e mudanças nas três imagens, referentes aos anos de 1970, 1971 e 1975, pode-se decifrar também que a sequência da chegada desses sujeitos na prisão segue a ordem de prioridade dos órgãos de segurança na caça e repressão às organizações clandestinas de esquerda que esses integrantes representavam. Ao estudar a imagem 3, compará-las as anteriores, e cruzá-las com as fontes orais entrevistadas por mim e o documento que informa a relação dos enquadrados na LSN que se encontravam recolhidos na Penitenciária Barreto Campelo em janeiro de 1976 (Fundo SSP, nº3905) é possível afirmar que grande parte dos que vão compor a prisão política de Itamaracá são presos pela repressão e chegam na Casa de Detenção do Recife entre 1970 e 1971, o que nos fornece um quadro objetivo dos grupos políticos da resistência que eram prioridades para serem perseguidos e o período em que eles são esfacelados pelo regime durante o cerco da repressão no Nordeste, principalmente nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, nos anos do governo Médici, após o AI-5.

Senão, vejamos: seis dos 24 presos de Itamaracá que aparecem na fotografia de 1975 já estão retratados entre os 33 fotografados na Casa de Detenção, em novembro de 1970. Desses seis, quatro deles (Rholine Cavalcanti, Luciano de Almeida, Samuel Firmino e Maurício Anísio de Araújo) pertenciam a Aliança Nacional Libertadora -ALN, um (Francisco de Assis Rocha Filho) ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e um (Júlio Santana) a Ligas Camponesas. Nove meses depois, em agosto de 1971, eles já são onze, entre os 29 fotografados na imagem 2, dos presos políticos que farão parte do grupo de 24 que estarão na prisão da ilha de Itamaracá, três anos depois, em 1975. Em relação à primeira fotografia, na segunda somavam-se ao único representante do PCBR, os integrantes Alberto Vinícius Melo do Nascimento e Carlos Alberto Soares, além dos presos Arlindo Felipe (VAR-Palmares), Antônio Ricardo Braz e Francisco Ferreira de Lima.

Seguindo o percurso da chegada dos presos políticos na Casa de Detenção do Recife e das mulheres militantes que iam para a Colônia Penal do Bom Pastor, no bairro Engenho do Meio, também em Recife, fica evidente que além da ALN, PCBR e Var-Palmares, a Ação Popular, os trotskistas e o PCR foram as organizações de esquerda que sofreram a maior baixa no fim da década de 60 e início da de 70 em Pernambuco. Isso se deu de tal maneira que, assim como havia acontecido aos que formaram o grupo da Penitenciária Barreto Campelo, 20 das 24 presas políticas<sup>31</sup> que passaram pelo Bom Pastor foram presas pelos órgãos de segurança e chegaram à prisão no período entre 1969 a 1972, o que reforça o período como o de escolha da região Nordeste, e especificamente, do Estado de Pernambuco, como um dos focos principais de resistência política e alvo incisivo do rigoroso combate pelos aparelhos de repressão. E assim como os que adentravam as celas da Casa de Detenção do Recife, antes dela ser desativada em 1973, as militantes também pertenciam, majoritariamente, ao PCBR (8 integrantes), a Ação Popular (5 integrantes), a ala trotskista do Partido Comunista (4), a ALN (2), ao PCR (2), a Var-Palmares (1), e a Polop (1).

---

<sup>31</sup> Das 24 presas políticas do Bom Pastor eram militantes do PCBR: Lyliya da Silva Galetti (presa entre 1971-73), Maria do Socorro Diógenes (1972), Rosa Maria Barros Santos (1971-73), Sônia Maria Beltrão (1972), Vera Maria Rocha (1970), Helena Mota Quintela (1972), Maria do Carmo Tomaz (73-75), Nancy Mangabeira Unger (1970). Da Ação Popular: Ana Maria Fonseca (1969-71), Eridan Moreira Magalhães (1969-70), Gilseone Westin Cosenza (1971-72), Helena Serra Azul (1969-71), Lília Maria Pinto Gondim (1969-70). Da ala trotskista: Cleusa Maria Palm Aguiar (1970-71), Erlita Rodrigues (1973), Maria Quintela de Almeida (1972), Vera Lúcia Stringuini (1970-72). Da ALN: Dulce Chaves Pandolfi (1971), Maria Teresa Lemos Vilaça (1970-1974). Do PCR: Selma Bandeira (1978-79) e Maria Aparecida dos Santos (1978-79). Do PCB: Maria Yvone Loureiro Ribeiro (1971-73). Da Polop: Yara Falcón Lins (1970-72). Da VAR-Palmares: Áurea Bezerra dos Santos. In **A história das presas políticas do Bom Pastor. JORNAL DO COMMERCIÓ, Recife, 10/04/2011, Caderno de Política, p. 10**

Enquanto que pela Penitenciária Feminina do Bom Pastor não passou nenhuma militante do PCdoB, no caso da prisão política masculina esses militantes não alcançam a prisão na Casa de Detenção do Recife e só vão aparecer nas fotografias já na Penitenciária Barreto Campelo, época quando começam a ser fortemente perseguidos e presos em Pernambuco a partir de 1974 - a maioria remanescente da Ação Popular(AP) que conseguiu escapar e se reorganizar clandestinamente após a primeira forte avalanche repressiva que derrubou grande parte dos quadros da organização em todo o país, entre 1969 e 1972. Por isso, os militantes do PCdoB Alanir Cardoso, João Bosco Rolemberg Côrtes e Luciano Siqueira só vão aparecer na última fotografia, referente a janeiro de 1975, das três imagens analisadas.

A representação política dos opositores à ditadura que são presos e chegam, gradativamente, para formar o grupo recolhido a Penitenciária Barreto Campelo, a partir de 1973, estava composta, portanto, de uma grande maioria de jovens, quase todos nordestinos<sup>32</sup>, quase todos egressos de organizações clandestinas geradas, sobremaneira, dos intensos debates políticos que levaram a criação das dissidências armadas urbanas e rurais do Partido Comunista e de alguns outros grupos, durante a entresafra de rearticulação dos movimentos sociais pós-64 até as mobilizações de massa em 1968. Assim, dos 24 presos políticos localizados na imagem 3, é possível precisar que oito deles vinham do PCB, outros seis da ALN, três do PCdoB, um da VAR\_Palmares, um do PCR, um das Ligas Camponesas, e o restante de núcleo de bases de esquerda não identificados, que atuavam em ações rurais e urbanas.

Durante as conversas com os seis ex-presos políticos entrevistados para a pesquisa, entender suas marcas históricas, o panorama no qual estavam inseridos no início do caminho do engajamento político, antes do golpe que levou o país a uma ditadura de 21 anos, e que os levaram a se lançar na luta clandestina e/ou armada das organizações de esquerda, agrega bastante significado para entender dois processos que se confluem na identidade desse quadro de presos políticos da Penit. Barreto Campelo. Por um lado, há a constatação de que, assim como ocorreu no contexto nacional, os presos políticos da Barreto Campelo foram forjados, a maior parte, na base do movimento estudantil, principal porta-voz dos descontentamentos da

---

<sup>32</sup> De acordo com a relação do documento nº 3905, do Fundo SSP do Arquivo Público de Pernambuco, dos 21 que constam presos em janeiro de 1976, somente dois não têm origem na região Nordeste: 10 são de Pernambuco (três de Recife, dois do município Serrita, no sertão pernambucano, dois de Timbaúba, cidade na Zona da Mata Norte, um da cidade do Cabo, um de Caruaru e um de Pau Dalho), 5 da Paraíba, 2 do Rio Grande do Norte, 1 do Ceará, 1 de Alagoas, 1 de Sergipe, um do Pará e um de Goiás.

sociedade frente ao regime civil-militar nas manifestações de 68, e a outra parte nos militantes ligados às questões agrárias que renderam às Ligas Camponesas uma das perseguições mais violentas pelo Estado autoritário. Por outro, no qual o primeiro aspecto está inserido, fica evidente que a formação ideológica e política dessa geração de militantes de esquerda está intrinsecamente ligada à grande efervescência política no Nordeste, especialmente em Pernambuco, nos movimentos sociais pré-64. Esse aspecto será decisivo para compreender porque, quatro anos depois, em 1968, Recife assume a base das polarizações de resistência à ditadura no Nordeste, e porque, por conseguinte, Pernambuco se torna o centro predileto das intensas ações repressivas dos órgãos de segurança no Nordeste.

Eu localizo o ano de 61, quando tinha 15 anos, o começo de uma atividade política mais intensa, em Recife. Embora com a marca da festividade, que caracterizava as opções daquela época. Quer dizer, havia aquela efervescência social e política e cultural que marcou a década 60 toda, foi a década revolucionária por excelência. A gente ia participando dos processos, aqui em Pernambuco, particularmente, havia uma prefeitura avançada e progressista de Miguel Arraes de Alencar, seguindo uma prefeitura de Pelópidas da Silveira, que instituem toda uma forma diferente de governar, porque os dois tiveram uma capacidade diferente de perceber, de oscultar a população. [...] Então já havia essa influência também dentro de casa e no colégio onde eu estudava que era o tradicional Ginásio Pernambucano, que tinha uma composição social que estimulava, eu só vivia no Diretório Acadêmico e foi aí que consolidei a opção de entrar na juventude do Partido Comunista. (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 20/10/2010)

Nesta época [em 1961], a gente ouvia muito falar sobre a revolução cubana. Tínhamos uma influência muito nacionalista, contra os Estados Unidos, a favor da reforma de bases, da reforma agrária das Ligas Camponesas, na defesa da democracia, uma coisa patriótica e popular. Quando eu entro no PC, com 17 anos no Ginásio Pernambucano, já tinha uma base lá de 25 comunistinhas e daí por diante eu já tava indo para comício, indo para as ruas, assistindo a conferências, indo as reuniões. No mês de agosto já peguei as campanhas da legalidade, que foi a renúncia de Janio Quadros e daí por diante segui na militância. (MARCELO MÁRIO DE MELO, Recife, 19/10/2010)

A JEC antes e depois do golpe marcou minha opção de vida: dedicar a vida a ajudar o povo “espiritual e materialmente” e com rapidez a transição da luta de natureza religiosa para reivindicações do movimento estudantil, para a necessidade do poder político, do caminho da revolução através da violência. (JOÃO BOSCO ROLEMBERG CÔRTEZ, Aracaju, 07/09/2011)

Questões relevantes pontuadas nesses três trechos de entrevistas nos permitem aprofundar análises e inquietações sobre o início da participação política em Pernambuco dos que, anos depois, iriam ocupar as prisões classificados pelo Estado como “subversivos” e “terroristas”. Num primeiro plano, é pertinente observar que, assim como no cenário nacional, conforme Barreto e Ferreira (2004, p.176), o movimento estudantil no Nordeste, nos anos

1960, recebeu uma forte atuação dos grupos políticos de esquerda, principalmente o PCB e o da Juventude Universitária Católica (JUC), cristã, mas com ideias de igualdade social muito próximas do pensamento dos comunistas declarados.

Esse percurso se estabelece claramente quando, durante as entrevistas, todos os seis ex-presos políticos localizam o princípio da formação política deles construída no movimento estudantil, tanto secundarista, quanto universitário: Alberto Vinícius Melo do Nascimento veio da base da Faculdade de Engenharia do Recife, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho e Marcelo Mário de Melo identificam-se como crias do Ginásio Pernambuco, Carlos Alberto Soares começou seu engajamento na Faculdade de Geologia do Recife, e foi nessa época ainda como estudantes que os quatro se filiaram ao Partido Comunista Brasileiro, para depois fazerem parte do PCBR. Já Alanir Cardoso começou sua atuação política no movimento secundarista de Goiás, enquanto João Bosco Rolemberg Côrtes participava da Juventude Estudantil Católica, e logo em seguida se integraria à JUC e a Ação Popular, já na Faculdade de Serviço Social, em Sergipe.

O que intensifica e agasalha as inquietações políticas da juventude estudantil nesse período pré-64 em Recife é o fato de Pernambuco abrigar conflitos, debates e mobilizações que farão o Estado nordestino desempenhar um papel-sede irradiador dos principais movimentos de massas, representantes da ebulição por reformas de base e por um desejo de transformações sociais e políticas profundas no país naquele momento: as Ligas Camponesas, a Frente do Recife, o Movimento de Educação de Base (MEB), o Método Paulo Freire para alfabetização de adultos.

Assim, as reivindicações estudantis por uma reforma educacional a favor da qualidade no ensino público e pela democratização das universidades, se somam a tantas outras bandeiras sociais defendidas por sindicalistas, militares, políticos, jornalistas e religiosos que vão convergir, logo adiante, para compartilhar a mesma identidade de preso político nos meses logo após o golpe de 1964 e, mais adiante, a partir do fim de 1968. Talvez seja por isso que 1961 seja indicado, nas entrevistas da pesquisa, como o ano do início do engajamento político dos ex-presos políticos. Afinal, é quando se dá o começo de um maior envolvimento estudantil com assuntos que não eram apenas do interesse do aluno. Eles discutiam o Nordeste, as desigualdades regionais, a condição do operário urbano, a fome e o respeito à Constituição (BARRETO; FERREIRA, 2004, p.176). Em Recife, meses antes da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 61, eles chamariam a atenção do Brasil com a greve da

Faculdade de Direito. E como em todo o país, preocupados com os rumos políticos e sociais do Brasil, fizeram campanha pela legalidade, defendendo a posse do vice-presidente da República, João Goulart, conforme previa a Constituição (*Idem*, 2004, p. 176).

Desta maneira, em Pernambuco, e nos outros Estados do Nordeste, os estudantes que comporiam a maioria dos quadros das organizações de esquerda clandestinas a partir de 1968 e que ocupariam as fichas carcerárias da Casa de Detenção do Recife e da Penitenciária Barreto Campelo, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, acompanham atentos e se misturam, por tabela, às convulsões políticas e sociais de massas que ascendem neste período tanto na capital como no campo.

Portanto, antes de entrarem e resistirem na clandestinidade e serem pegos pela repressão, cruzam nas praças e nas ruas com as grandes mobilizações e greves gerais dos trabalhadores rurais das Ligas Camponesas, um dos mais importantes marcos da luta pela terra no Brasil, e que em 1963, nas vésperas do início da ditadura, sob a liderança do deputado estadual Francisco Julião e com o lema “Reforma agrária na Lei ou na Marra”, concentravam só em Pernambuco mais da metade, 64, das 126 associações rurais organizadas no Nordeste (AUED, Bernardete *apud* AQUINO; MENDES. 2009, p. 296). Acompanham a consolidação da Frente de Recife, formada em 1955 por setores de esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), católicos progressistas e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que irão apoiar reformas de base, através da eleição de Pelópidas Silveira (1956-59) para a prefeitura de Recife, conseguindo seguidas vitórias expressivas com a chapa Cid Sampaio – Pelópidas Silveira (1959-1963) para o Governo do Estado e, igualmente, Miguel Arraes para a prefeitura e depois como governador (1963-1964).

Participam da criação, em Recife, do Movimento de Cultura Popular, que originaria os Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE), alistam-se como voluntários no Método de Alfabetização Paulo Freire, colaboram com o Movimento de Educação de Base (MEB), fundado em 1961, como instrumento de ação da Igreja Católica que desenvolve o projeto de alfabetização do campesinato, base para a criação dos sindicatos rurais.

De uma maneira ou de outra, independente da região onde atuavam ou de que organização política provinham, os presos políticos das três imagens trabalhadas nesta etapa da dissertação haviam passado, inevitavelmente, por esse terreno político fértil, fluido e convulsivo de manifestações públicas, articulações sociais e reivindicações populares que o

golpe militar de 1964 trataria de começar a enterrar e que o AI-5 e a LSN de 1969 tratariam de dar cabo.

A derrota de 64 não destruiu apenas esquemas, sonhos e partidos. Cortou carreiras políticas, interrompeu projetos de vida. A grande massa dos que militavam antes de 64 ficou-se perplexa, desorientada [...]. Os que haviam começado em 1963, 1964 viram-se subitamente com responsabilidades de direção. Nas organizações e nos partidos da Nova Esquerda a média de idade beirava frequentemente os 20, 22 anos. Os que tinham 25 anos eram considerados veteranos. (REIS FILHO; FERREIRA DE SÁ, 1985 apud VENTURA, 2008, p. 46)

Para Ventura (2008, p. 46), a ilusão dessa geração terminou em 64; a inocência, em 68.

O golpe militar foi o grande corte no sonho do povo brasileiro de avançar a democracia política, a independência nacional e os direitos do povo. Sentido dentro de casa. Na pele. A prisão do irmão mais velho [liderança regional da AP], a invasão da casa, a apreensão dos livros. A irmã mais nova esquizofrênica aos gritos em desespero. Assisti ao desmoronamento dos projetos, enclasurei minhas mágoas, chorei, mas com o tempo tomei uma decisão – dedicar minha vida ao povo, ao país, derrubar a ditadura tinha um gosto de vingança pessoal. (JOÃO BOSCO ROLEMBERG CÔRTEZ, Aracaju, entrevista concedida em 07/09/2011)

Nesse intervalo de quatro anos, entre 1964-68, a esquerda brasileira entrou em profundo debate e divisões sobre o melhor caminho para derrubar a ditadura. Começaria aí a subdivisão das organizações de esquerda, o engajamento às ações de luta armada, e o período de clandestinidade e não inscrição da identidade dos jovens que se engajaram na luta contra o Estado autoritário. Daí por diante, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho viraria Ricardo ou Daniel, Alberto Vinícius adotaria o codinome de Olavo ou Cláudio, João Bosco Rolemberg Côrtes seria Zeca ou Luís, e assim como centenas de outros brasileiros, só atenderiam novamente pelo próprio nome e se reencontrariam com uma nova identidade, a de preso político, para serem deixados fotografar quase sempre juntos, em um coletivo, quando chegassem à Casa de Detenção do Recife, até 1973, e à Penitenciária Barreto Campelo, a partir deste ano até 1979.

### **1.3. O alívio de escapar vivo, a herança do coletivo da Casa de Detenção e a perda de direitos na transferência para nova penitenciária**

Após entrar na clandestinidade e serem pegos pela repressão, que caminhos e sentimentos (in)comuns percorrem até se encontrarem como presos políticos em Itamaracá? Que experiências trazem de herança da organização política na Casa de Detenção do Recife durante a passagem para a Barreto Campelo? Perceber, principalmente, que dilemas iniciais, perdas e ganhos de direitos, e outras questões identitárias perpassam o grupo de presos políticos neste período de transferência e chegada à Penitenciária Barreto Campelo fará avançar alguns entendimentos sobre o início da reorganização individual e política e da luta por melhores condições carcerárias através da reestruturação de um coletivo.

Estudar o corpo documental de correspondências, do acervo fotográfico e dos relatos orais dos seis ex-presos políticos referentes a esse período de transição entre os interrogatórios clandestinos nos órgãos de repressão e a chegada à prisão definitiva – fosse para quatro deles a Casa de Detenção do Recife, entre 1971 e 1972, e para os outros dois a Penitenciária Barreto Campelo, em 1974 - possibilita mapear alguns pontos convergentes e semelhantes nos sentimentos, atitudes e características que compõem essa passagem para um processo de reestabelecimento pessoal e coletivo e de constituição de uma identidade como preso político.

O alívio de escapar vivo dos sequestros, dos desaparecimentos e dos assassinatos, dos choques elétricos, do pau de arara, do afogamento, da cadeira do dragão, do empalamento, da geladeira, dos insetos e animais, dos produtos químicos e de outros modos e instrumentos das sessões de torturas no Dops da rua Aurora, no Doi-Codi da rua do Príncipe, na base da Aeronáutica, em Recife, ou na sede da Operação Oban, na rua Tutóia, em São Paulo, é o sentimento comum mais forte encontrado entre eles, seja no lote de dez cartas, correspondentes ao período que um deles ficou sob custódia da Polícia Federal nas celas da Secretaria de Segurança Pública, entre agosto de 1974 a janeiro de 1975, e que antecede sua remoção para a Barreto Campelo; seja nos relatos orais dos seis ex-presos políticos entrevistados cerca de quarenta anos depois.

Assim como para centenas de outros presos políticos retidos no país, para Alanir Cardoso, Alberto Vinícius Melo Nascimento, Carlos Alberto Soares, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, João Bosco Rolemberg Côrtes e Marcelo Mário de Melo, ser transferido para Casa de Detenção ou para a Penitenciária Barreto Campelo trazia perspectivas práticas mais amplas até mesmo do que o significado de terem sobrevivido.

Representava, fundamentalmente, sair da pior fase de tensão, do longo período de incomunicabilidade, à mercê dos maus tratos físicos e mentais dos interrogatórios, do clima de instabilidade a quais estavam sujeitos enquanto estivessem sob a guarda ilegal das Forças Armadas ou a disposição do Dops e da Polícia Federal. Para o ex-presos político Carlos Alberto Soares, a lógica era clara: “nós estávamos lá e enquanto estivéssemos lá nós estávamos sujeitos às torturas” (Recife, entrevista concedida em 21/10/2010).

Era a coisa que eu mais queria era sair do isolamento do Dops e ir pro coletivo. Porque o Dops tinha o isolamento. Tinha uns dois ou três lá presos, de outras organizações que eu não tinha relação. E eu sabia que era ainda de transição, ainda sob a ameaça de voltar pra interrogatório, de [sibila] voltar pro DOI. Então eu tinha medo. E também porque eu sabia que no coletivo estava Luciano (Siqueira), estava Alanir. Então a coisa que eu mais queria era ir pra Itamaracá, pra ter tratamento melhor. E para me encontrar. E pra ter vida coletiva. (JOÃO BOSCO ROLEMBERG CÔRTEZ, Aracaju, 15/10/2010)

Cheguei em fevereiro de 71 no Dops de Recife. Então, foi triste essa parte porque foi muito dura, a gente fica querendo morrer e também porque eu tive que iniciar um processo de negociação pra pelo menos acabar o suplício, que era insuportável. A gente saiu do Dops numa greve de fome vitoriosa, porque eles mataram Odijas Carvalho<sup>33</sup>, e eu fui praticamente testemunha. Aí fui para o quartel da Cavalaria, daí me levaram pra Base Aérea, onde me quebraram de pau. Depois de tudo isso que havíamos passado, ir pra Casa de Detenção, que ficava no centro de Recife, era assim, como sair do inferno para o céu. (ALBERTO VINÍCIUS MELO NASCIMENTO, Recife, 19/10/2010)

Essa sensação de desafogo que a passagem para prisão coletiva representava, ao sair bastante violentado, mas ainda e, ao menos, vivo das sessões nos porões da ditadura, é recorrente também nas produções memorialistas sobre a experiência da prisão política na década de 70 no Brasil. Em *Tiradentes, um presídio da ditadura*, há registros similares aos de Pernambuco, em relação ao que representava para os presos políticos a transferência dos órgãos de repressão para um complexo penitenciário.

---

<sup>33</sup> Líder estudantil, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e estudante de agronomia da Universidade Rural de Pernambuco, o alagoano Odijas Carvalho de Souza (1945-1971) foi preso em 30 de janeiro de 1971, no município de Paulista (PE), torturado e morto no DOPS de Recife, após uma semana de cárcere. Na época, seu assassinato foi denunciado por vários presos políticos em depoimentos prestados na Auditoria de Guerra da 7ª Região Militar, entre eles os de Alberto Vinícius de Melo do Nascimento e Carlos Alberto Soares. O atestado de óbito fornecido pelo IML/PE tinha como causa mortis embolia pulmonar, e o corpo de Odijas apresentava várias fraturas de ossos, ruptura de rins, baço e fígado. Sua morte foi reconhecida oficialmente pelo Estado no requerimento aprovado em abril de 1996. Ver DOSSIÊ DITADURA: Mortes e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985) (2009, p. 230-231).

Um pequeno aceno como o paraíso para quem já estava há alguns meses no inferno. [...] O terror não era apenas ser chamada para as inquirições, mas também assistir, impotente, à saída e volta de meus companheiros das mesmas sessões de violência, arrebatados, cheios de marcas e hematomas, muitas vezes mal podendo andar, feridos por fora e por dentro [...].

[...] sem dúvida, a perspectiva de ir para o Tiradentes iluminava com certa alegria o meu espírito. Talvez fosse o fim da violência física. Minha saúde não ia bem e eu temia não aguentar mais. (*Apud.* MAIA, Dulce. *A morte, a donzela e a Canção dos pescadores*. In: FREIRE; ALMADA; PONCE (orgs), 1997, p. 97-98)

O medo da morte e de voltar aos interrogatórios, a fragilidade física e moral decorrentes das torturas, a vulnerabilidade do isolamento e a preocupação intensa em conseguir logo, por conta de todos esses fatores, o aceleração jurídico para a remoção e a ida ao encontro do coletivo na Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, são questões constantes encontradas também durante a análise das dez correspondências, referentes aos cinco meses em que o ex-presos político João Bosco Rolemberg Côrtes permaneceu sob custódia da Polícia Federal nas celas da Secretaria de Segurança Pública, entre agosto de 1974 a janeiro de 1975.

Alguns desses fatores aparecem já na primeira carta estudada, de 28 de setembro de 1974:

No bilhete que mamãe fez pede p/ eu dar alegria de estar presente na morte deles. [...] A comida aqui é a mesma merda. Por aqui tem passado alguns casos de gonorreia e eu tenho receio de contágio. [...] O pessoal de Itamaracá está sem televisão, sem radiola, sem banho de sol e sem visitas especiais. [...] Eu estou resolvido a viver onde estiver mais pessoas, quanto mais gente, mais suportável a vida, mais rica a experiência.

[...]

Estou mais equilibrado emocionalmente, acho que SBX<sup>34</sup> está contribuindo muito para aliviar tensão, continuo meio endurecido, esta atitude minha, nestas condições eu acho positiva.

---

<sup>34</sup> SBX é a corruptela de 5BX (Cinco Exercícios Básicos, em inglês), um programa de exercícios desenvolvidos pela Força Aérea Canadense, no final de 1950. Publicado pela primeira vez em 1961, o programa era bastante utilizado pelos presos políticos brasileiros. É baseado em gráficos que propõem uma série de exercícios físicos que ficam progressivamente mais difíceis. Sua versão para mulheres ficou conhecida como XBX. Marca da prisão política, meu pai ainda segue o seu SBX matinal.

O peso e a agonia desse período, a marca física e psíquica da repressão, o incômodo ocasionado pelo retorno quase diário aos interrogatórios, o forte desejo de quebra da incomunicabilidade que intensificam cada vez mais a vontade da transferência para a penitenciária de Itamaracá também são reforçados sucessivamente nas correspondências.

Êstes dias tenho sentido o coração um pouco dolorido; sabe quando a gente sente o peso do órgão, é diferente de uma chuchada; talvez seja do SBX e passe logo. [...]. Segue as perguntas de praxe: Onde estava no tempo em que foi cometida a infração? Se conhece as testemunhas arroladas na denúncia? Se conhece as provas contra se apuradas, e se tem alguma coisa a alegar contra as mesmas? Se conhece o instrumento com que foi praticada a infração, ou qualquer objeto com ela relacionado e que tenham sido apreendido? Se é “verdadeira” a imputação que lhe é feita? Se pode oferecer provas da verdade de suas declarações? [...] Tenho exigido minha remoção. [...] Cada dia a vida aqui na delegacia fica mais intragável! [...] cada dia cresce em mim a vontade de conversar, de encontrar mais pessoas, de sair deste dia-a-dia das ocorrências policiais do grande Recife e ficar junto de outras na mesma situação. De conversar em profundidade.<sup>35</sup>

[...]. Tenho tido um sono pesado, com sonhos esquisitos. Sonhei que o rádio desligado continuaria tocando alto e me levantei p/ verificar. Sonhando me acordei gemendo.<sup>36</sup>

Investigar esse lote de correspondências durante o período específico de custódia na SSP de Pernambuco permite constatar também outros aspectos como a situação precária carcerária a que todos, presos comuns ou presos políticos, estavam (estão?) expostos - praga de percevejos nos colchões, alimentação com carne fedendo a peixe, surto de meningite - e os primeiros registros de solidariedade de outros companheiros de celas. Acompanhar, através dessas cartas, as reclamações da lentidão jurídica durante os seis meses de custódia que antecedem a remoção definitiva para a penitenciária Barreto Campelo evidencia, nitidamente, como se dava a aplicação, no dia a dia do preso político, da legislação implantada pela ditadura, através dos princípios formulados na Lei de Segurança Nacional e executados pelo STM. Para o Estado autoritário brasileiro, dificultar o andamento jurídico do preso político também foi uma estratégia de aniquilamento progressivo utilizada para garantir o prolongamento do estado de vulnerabilidade dos opositores do regime, e que vai se estender durante os anos de prisão política na Barreto Campelo.

---

<sup>35</sup> Carta de 11/11/1974, Acervo João Bosco Rolemberg Côrtes

<sup>36</sup> Carta de 5/11/1974, Acervo João Bosco Rolemberg Côrtes

[...] Já estou colocando a alternativa desgraçada de ver chegar o Natal e eu ainda sem ser removido.<sup>37</sup>

[...] Estou muito puto para se aproximar a data de você chegar e eu ainda aqui. Se acontecer de eu não ser removido, estou me controlando p/ enfrentar assim mesmo. Um dia a gente se encontra de verdade. [...]. Parece que para coroar mesmo minha estadia aqui, estas duas semanas inundou aqui de gente de todo tipo, tudo misturada, tôda hora sendo desalojado. Completei 6 meses de prisão. [...] Aqui os meninos expressam a solidariedade sob a forma de brincadeiras, quando me vêem de cara fechada.<sup>38</sup>

Seja para os presos políticos que vão para a Casa de Detenção do Recife, antes de 1973, ou os que aportam já na Penitenciária Barreto Campelo, essas condições assinaladas são similares e fazem parte da conjuntura de suas remoções dos órgãos de repressão para o complexo penitenciário. Mas o que significa a mudança para a prisão para a identidade desse preso político? Chegar à prisão definitiva significa sair do isolamento, receber o calor da acolhida dos outros presos nas mesmas condições políticas, estar alegre por estar vivo e no meio de muita gente. No entanto, significa, sobretudo, o início do processo de esforço de cada um na reconstrução de duas dimensões inseparáveis na composição da identidade enquanto preso político: a pessoal e a política.

Então o primeiro momento era ver essa coisa de como é que a gente reciclava a nossa imagem pra nós mesmo, refazer a ideia que a gente tinha de si mesmo. Porque essa coisa do comportamento pesou muito na cabeça de todos nós que entramos na ditadura. Porque a gente não tinha se revelado grandes revolucionários que pensávamos que éramos, o sofrimento era muito grande, o remorso, porra, devia ter agüentado, podia ter resistido aqui, podia ter resistido ali, não fui de acordo com aquilo que nós recomendávamos. Pelo menos pra mim isso foi muito doloroso. É um processo de autocrítica que você faz de qualquer jeito para resolver porque ... ou então dar um tiro na cabeça. (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO ROCHA FILHO, Recife, entrevista concedida em 20/10/2010)

Quando você chega na prisão, soma-se uma série de outros fatores. Na prisão, um tema ficou muito forte, que era o comportamento diante da repressão. Como tinha sido isso, como tinham sido as torturas ... então isso marcou muito esses primeiros meses, esse primeiro ano da prisão. Nós do PCBR reconhecemos que já tinha desarticulado totalmente o Partido, nessa altura já éramos pouquíssimos aqui no Nordeste, não tínhamos mais existência de fato, e com a prisão, não existia, nós não tínhamos contato, éramos totalmente isolados lá. E é claro que aí você tem todo esse processo de tortura que você passou e aí você tem que reestruturar [...]. Em alguns momentos nós tentamos ter uma discussão mais ou menos assim, de pessoas que eram do mesmo partido, que tinham vivido a mesma situação, tentar discutir isso, mas isso não deu certo. Porque mexe com muita coisa, você saber que

<sup>37</sup> Carta de 24/11/1974. Acervo pessoal João Bosco Rolemberg Côrtes

<sup>38</sup> Carta de 10/12/1974. Acervo João Bosco Rolemberg Côrtes

o outro te entregou, e você saber que entregou outro, de chegar no seu limite.  
(CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 21/10/2010)

No plano individual, chegar à prisão significa começar a se reestabelecer desse estado de fragilidade física, psíquica e moral, no qual se encontram após passar pelas máquinas de terror operadas pela ditadura brasileira. No plano político, cruzar portões adentro da Casa de Detenção e da penitenciária de Itamaracá significa rever suas posições e atitudes políticas mas, sobremaneira, sair do plano de discussões teóricas e projetos ideológicos para condução do país que havia marcado toda a trajetória dos grupos de oposição na década de 60 e se deparar diretamente, ali, da hora que acorda a que vai se deitar, restrito a uma cela, com as necessidades e dificuldades práticas de um grupo por sobrevivência carcerária. Serão essas condições reais, postas no cotidiano dos presos políticos no regime penitenciário e que os afetam ostensivamente, que vão pautar as reivindicações desses presos e configurar o novo perfil de engajamento político nos cárceres da ditadura brasileira na década de 70 e a formação de seu principal instrumento de luta: o coletivo político.

Em outras palavras, com a nova condição de preso político, era preciso se colocar de pé novamente, retomar a vida, reorganizar a identidade, individual e politicamente, agora atrás das grades. Quando os quatro dos seis entrevistados para esta pesquisa chegam à Casa de Detenção do Recife, entre 1970-71, já encontram formado e em plena atividade o coletivo dos presos políticos, muitos pertencentes à leva de opositores cassados pela ditadura logo após o golpe de 1964. Quando os presos políticos são transferidos, em março de 1973, para a Penitenciária Barreto Campelo, as estratégias e experiências aprendidas durante a passagem por esse coletivo na Casa de Detenção do Recife serão herdadas e utilizadas como referências para fortalecer a reestruturação do coletivo no início dos anos na ilha de Itamaracá, e, em seguida, para consolidar as lutas de resistência e desempenhar papel de destaque no movimento pela anistia política, entre 1975 a 1979.

Na historiografia brasileira, as organizações de presos políticos começam a se fortalecer significativamente durante os anos 30, principalmente após as prisões que precederam o movimento comunista de 1935, o que fez crescer espantosamente o confinamento em massa dos opositores políticos ao regime vigente. Conforme Pedroso (2003, p. 192), a organização era decorrente das péssimas condições de higiene e espaço encontradas nos cárceres e o coletivo se unia em torno de princípios básicos de convivência, da defesa dos requisitos mínimos de sobrevivência e de resistência ao governo.

Na Casa de Detenção do Recife, é exatamente em 1935, após as prisões em Recife e arredores durante o levante comunista, que se forma o primeiro grande coletivo político em Pernambuco. De acordo com BEZERRA (2011, p. 257), existiam duas organizações na Detenção. Uma de massa, que tinha as seguintes iniciais: CCC, Comissão Central dos Coletivos, e outra, partidária, que orientava a CCC e se preocupava com os problemas políticos e tinha grande influência de membros do Partido Comunista Brasileiro. O diálogo comparativo das reivindicações permitirá assinalar, com o aprofundamento temático no segundo capítulo, que elas serão as mesmas a aparecer na lista de solicitações da terceira formação do coletivo político, quarenta anos depois, na penitenciária na ilha de Itamaracá – o que aponta indícios do fracasso do projeto de “modernização” penitenciária proposta pelo Estado no início da década de 70, em Pernambuco. Seja em 1935, após 1964 ou depois da transferência da Casa de Detenção para a Barreto Campelo, a partir de 1973, os presos políticos lutam pelos mesmos direitos elementares: espaço mínimo na cela, melhoria na qualidade da alimentação, acesso a visitas e banho de sol regularmente, tratamento digno aos presos políticos e presos comuns. Militante do PCB, Gregório Bezerra traça o quadro da situação na Casa de Detenção em 1936:

As celas, que eram para três, estavam com dez e até quinze; as que eram para cinco, estavam com vinte e até trinta presos. Em tais condições, éramos obrigados a fazer revezamento para dormir. A xepa não era ruim, era péssima! Os percevejos, pulgas, baratas e ratos eram nossos companheiros constantes [...]

[...]

Uma greve de reivindicação ocorreu ainda em 1936. Não tínhamos sabão, não recebíamos roupas, não tínhamos direito a banho de sol nem a visitas de nossos familiares. [...]. Eram, portanto, reivindicações mínimas, que podiam ser atendidas. (*Idem*, 2011, p. 255;259-60)

Os que chegam a Casa de Detenção do Recife, a partir de 1970, conseguem incorporar mais facilmente a identidade de preso político porque se inserem numa estrutura de organização de coletivo que já está consolidada, o que não a impede de sofrer abalos com as intervenções arbitrárias típicas do regime penitenciário, que se dedica a aplicar a Lei de Segurança Nacional aos opositores que chegam ao cárcere a partir de 1968. De acordo com as fontes orais consultadas durante a pesquisa, de um lado elas aportam em um terreno de direitos já conquistados pelo percurso de lutas do coletivo político da Casa de Detenção do Recife. Por outro viés, a estrutura falida da prisão secular no centro de Recife piorava as

condições básicas de higiene nas celas, permitia o descontrole do rigor ao possibilitar o contato de preso político com preso comum e, por sua localização e seu deficitário controle estrutural de segurança, facilitava a troca de comunicação ilegal entre as celas e o entorno urbano.

Quando a gente chega na Casa de Detenção, os presos políticos já estavam há bastante tempo lá organizados num coletivo. Então pra mim isso foi mais fácil porque eu entro numa coisa que tá funcionando lá, eu me integro a isso. Essa questão partidária na prisão se dilui um pouco. Quer dizer, as questões eram mais da sobrevivência, da situação interna da prisão, do que questões de ordens políticas ou das diferenças. [...] Lá nós tínhamos sérios problemas de espaço. Então precisava administrar bem isso. O objetivo do coletivo era tentar normatizar, era um local de discussão, de uma série de decisões internas para organizar a vida da gente ali na cadeia, para tentar sobreviver da melhor maneira possível. (CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 21/10/2010)

Os presos que estavam lá desde 64, inclusive Gregório Bezerra, tinham conseguido a partir de muita luta algumas conquistas na vida carcerária. Por exemplo, receber comida crua, era uma coisa pra gente fundamental porque a comida que vinha era intragável, então a gente divide o trabalho entre a gente para cozinhar. Então na Detenção, apesar do clima ser muito mais pesado de repressão geral, da gente ser chamado para novos interrogatórios, acariações, essas coisas, a vida carcerária do preso político lá já estava um pouco melhorzinha, até porque a estrutura era muito envelhecida e eles não conseguiam fazer uma coisa de isolar a gente lá. (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 20/10/2010)

Foi muito complicado porque já havia preso político na Casa de Detenção desde 64, então eles já eram familiarizados com a existência de preso político. Então como havia preso político na Casa de Detenção desde 64, a gente tinha conquistado alguma estabilidade lá dentro. A gente recebia comida crua e beneficiava. Tinha autorização para usar fogareiro, material eletrodoméstico, [...]. Ia-se ao banho de sol, e lá podia conversar com o preso comum. O grande problema na Casa de Detenção era o espaço físico e as condições de higiene. A gente ficava num anexo, numa antiga enfermaria onde havia um monte de beliche, aqui e acolá, um encostado no outro, porque não tinha espaço físico e havia um banheiro com somente uma torneira e um único célebre cagador pra todo mundo. Era uma agonia. (MARCELO MÁRIO DE MELO, Recife, 19/10/2010)

De acordo com os entrevistados da pesquisa, a transferência para a Penitenciária Barreto Campelo, com a desativação da Casa de Detenção do Recife, em março de 1973, já era algo conhecido e aguardado pelo coletivo. Durante a mudança, propagada pelo Estado, como vimos no quesito 1.1, sob o signo de melhor tratamento aos apenados e “modernização” do sistema penitenciário em Pernambuco, a ditadura aproveitaria para consolidar uma série de ações arbitrárias aos presos políticos em Recife, provocando um clima de instabilidade nas condições carcerárias – que seria utilizada sempre como estratégia recorrente de repressão na Barreto Campelo, na década de 70.

Na prática, o aumento do rigor aplicado aos presos políticos durante a transferência para a prisão de Itamaracá representou um corte em todos os direitos conquistados pelo coletivo durante os anos de batalha por melhores condições carcerárias na Casa de Detenção do Recife. Desta forma, com a mudança, o Estado desestrutura e enfraquece o coletivo. E os presos políticos entram nas celas da Barreto Campelo, num pavilhão isolado dos demais presos comuns, sem direito aos objetos pessoais e eletrodomésticos de uso coletivo, ao banho de sol, as visitas familiares, a alimentação beneficiada. E todas essas perdas vinham representadas com a imposição da administração carcerária de tratar o preso político com um novo codinome: reeducando.

Por isso, a defesa da condição de preso político em contrapartida a esse discurso de reeducação prisional é apontada pelas fontes orais como a primeira questão fundamental entre as reivindicações postas para recompor os direitos por um tratamento carcerário digno e para reestruturar o poder de articulação do coletivo dos presos políticos na Barreto Campelo. Afinal, aceitar ser tratado como reeducandos era perder espaço significativo na luta de resistência, era abrir mão de um caminho de direitos conquistados ao longo do tempo pelo coletivo de presos políticos na Casa de Detenção do Recife.

Foi na Barreto Campelo que a gente passou a ser perseguido e reprimido de uma forma assim acintosa. Foi a primeira porrada lá, no primeiro dia, tinha que ir obrigado para o refeitório comer. Para ir pro refeitório comer todos os presos comuns iam de mão pra trás e cabeça baixa. Não, a gente só vai de mão pra frente, nada de mão pra trás, e cabeça pra cima. Mas ninguém conversa. Foi pedir uma manteiga, sei lá, um café, o cara, o subtenente, andava com chicotinho na mão, silêncio. “Olha nós não vamos comer calado. Não estamos fazendo algazarra, nós não estamos fazendo nada, passando um mantegueiro por outro”. Aí ficou aquela guerra, vai pra lá, vem pra cá, o diretor chegou, e disse: “Olhe, vocês tem que se adequar a novas normas, isso aqui é diferente do que vocês viam”. “Olhe, a gente quer tirar nossa cadeia. Esse é nosso objetivo, mas agora ninguém vai nos reeducar aqui não, que a gente não precisa de reeducação”. Porque eles chamavam lá os presos de reeducando. Então a gente deixou claro que não aceitamos essa posição de reeducando, nós somos presos políticos, e como presos políticos temos que ter um tratamento diferenciado, não porque sejamos melhores ou piores do pessoal que está aqui, mas porque é nossa condição de preso político. (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO ROCHA FILHO, Recife, 20/10/2010)

## CAPÍTULO 2

### Cotidiano, Repressão e Resistência na Prisão Política

*“Trata-se agora de viver o dia a dia e desenvolver a experiência”<sup>39</sup>*

---

<sup>39</sup> JOÃO BOSCO ROLEMBERG CÔRTEZ. Correspondência de 19 de janeiro de 1975, a segunda escrita depois de ser transferido, em 08 de janeiro de 1975, para a Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá. A carta foi endereçada à esposa Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes.

## 2.1. Juntos para resistir: a reestruturação e a luta do coletivo contra a repressão

A chegada à Penitenciária Barreto Campelo significava para os presos políticos que a prisão estava posta, em definitivo. Para os que tinham prisão perpétua, como Carlos Alberto Soares, para os de 30 anos de condenação, como Alberto Vinícius Melo do Nascimento, ou para os de penas menores, como João Bosco Rolemberg Côrtes, as condições impostas nas celas da ilha de Itamaracá ocupavam o novo espaço de trincheira na luta cotidiana tanto por tratamento digno, quanto pela defesa, a cada momento, em ser preso político. Como iremos perceber na análise dos relatos dos entrevistados, das correspondências trocadas na época e das fotografias, mesmo isolados na prisão, era preciso estar juntos e fortalecidos, ativos e produtivos, era preciso procurar não se fazer esquecer também politicamente, evitar o vazio, não fazer da prisão um túmulo. Era preciso viver e se mostrar vivos!

De repente (mas sempre de instabilidade previsível), logo após a remoção da Casa de Detenção para a penitenciária de Itamaracá, em março de 1973, eles perdem todos os direitos já conquistados e são trancafiados nas celas, sem banho de sol, sem autorização para uso de eletrodomésticos, sem cadeiras e mesas, obrigados a ir em fila para o refeitório e proibidos terminantemente de conversar, sob forte escoltamento policial. A perda, durante a transferência, de todos os direitos conquistados pelo coletivo de presos políticos na Casa de Detenção do Recife, será somente o primeiro sinal da regra nº 1 que caracterizará a relação entre a ditadura, representada pela administração da penitenciária, e os presos políticos. De 1973 a 1979, a norma geral estabelecida pela repressão foi impor ao dia a dia dos presos políticos um clima de tensão constante, por conta desse terreno de instabilidades e arbitrariedades carcerárias. Sem nenhuma garantia de permanência de seus direitos, os presos políticos de Itamaracá percorrem o caminho da reestruturação do coletivo e do fortalecimento da luta por melhores condições carcerárias através do que se tornariam os dois mandamentos dessa batalha: se organizar e resistir.

Itamaracá foi meio barra pesada no início porque eles quiseram impor, era uma cadeia nova, né, aí um regime um pouco diferente. Ir pro rancho. Comer a comida da cadeia, comer em silêncio, não podia conversar um preso com o outro. [...]. Aí foi se criando uma situação tensa, os caras de metralhadora dentro do refeitório. Aí um dia um deu um tiro, aí a gente se negou a ir comer no rancho, aí começou uma confusão que pra encurtar a estória, eles acharam melhor voltar ao regime que já funcionava muito tranquilo na Casa de Detenção. Que era dar a comida crua, e dar o fogareiro lá e a gente fazia a comida. (ALBERTO VINÍCIUS MELO DO NASCIMENTO, Recife, 19/10/2010)

A alimentação foi a primeira guerra. A segunda banho de sol, que era fundamental pra gente, banho de sol e futebol. Aí eles admitiram durante dois dias, duas vezes na semana, terça e quinta, senão me engano, a gente era levado para uma área onde tomava banho de sol e jogava bola. Com uns quatro meses a gente fez a primeira greve [de fome] em função dessas questões. Regularizar mesmo o banho de sol. Porque, às vezes, era pior do que não ter. Porque, às vezes, a gente se preparava todo e a guarda não chegava. Aí a gente ficava sem banho de sol, ficava lá puto da vida, fim de 73, começo de 74.

[...]

Aí começou a guerra por pequenas coisas. Aí o coletivo passou a se organizar e se dirigir para encaminhar essas lutas. [...] Essa era uma grande dificuldade, que, às vezes, as pessoas não entendiam. Às vezes eram coisas tão pequenas, tão comezinhas, mas a gente sabia que se a gente cedesse, eles botavam a canga. Quer dizer, era resistir no pequeno pra poder não, senão daqui a pouco eles estavam querendo montar [...] (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 22/10/2010)

Então, eu lembro que ... a primeira coisa, na prisão, a sua energia, a suas coisas é pra resistir aquelas condições, né?! Você tá 24 horas ligado pra não se deixar abater diante daquelas condições. E no enfrentamento constante com os seus carcereiros, quer dizer ... e num processo de isolamento de um conjunto da sociedade muito grande. Porque nós éramos pixados como sanguinários, tratados ... terroristas [...] Então uma das principais lutas nossas durante a cadeia era as condições carcerárias, ter o mínimo de tranqüilidade, assegurar uma alimentação razoável, assegurar o acesso das famílias. (CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 21/10/2010)

A gente que tava lá tinha algumas posições políticas claras. A gente tinha a defesa da condição de preso político, denunciava as torturas de presos comuns e defendia as melhorias de condições carcerárias pra gente, que incluía o andamento do processo judicial. Situação jurídica, condições carcerárias e Anistia eram as bandeiras gerais. E tinha a luta do cotidiano que era solidariedade aos presos comuns, que eles não eram organizados, quem podia falar era a gente, quem tinha vontade política era a gente, entendeu? (MARCELO MÁRIO DE MELO, Recife, 19/10/2010)

Seguir essas observações dos entrevistados permite extrair alguns aspectos importantes na configuração dos modos e motivos dos presos políticos em se organizar e resistir, em coletivo, aos mecanismos de repressão levado ao cárcere pela ditadura brasileira. O primeiro ponto que fica nítido, no decorrer das falas dos ex-presos políticos, é o clima de tensão, de vulnerabilidade carcerária a que estão expostos e a busca por acesso a direitos básicos que garantam o mínimo de condição e tranquilidade na sobrevivência atrás das grades. Este momento convulsivo carrega implícito também a primeira das três principais frentes de batalha dos presos políticos: a luta pela sobrevivência física, traduzida na reivindicação por acesso à alimentação menos deficiente e de forma menos precária e ao acesso à luz e a exercício físico, através do banho de sol e futebol.

O segundo ponto que fica exposto e aparece nos relatos dos depoentes de maneira bastante convergente é que a pauta de reivindicação e de resistência vai se estabelecer a partir

da guerra por pequenas coisas, na defesa por questões mínimas que envolvem a sobrevivência no dia a dia da prisão e a dignidade (ou a ausência dela) não só física, mas ampliadas também para as duas outras frentes: o respeito aos mais elementares direitos da pessoa humana e pelo respeito aos direitos cidadãos, em especial a condição de presos políticos. “Resistir no pequeno” passava, portanto, tanto pela conquista de tornar menos intragável a comida entregue pela penitenciária, ao cozinhar o alimento cru na própria cela, ou de ter um espaço para os encontros conjugais durante as visitas, quanto pela denúncia das torturas e maus tratos que eram vítimas os presos comuns. Resistir nas coisas pequenas, e permanentemente, todos os dias, incansavelmente, *24 horas ligado pra não se deixar abater diante daquelas condições.*

Nos depoimentos dos entrevistados fica nítido também qual era a diferença, para os presos políticos, da atuação deles da dos presos comuns, e como o coletivo vai se estabelecendo como instrumento político aglutinador, arma e porta-voz eficientes contra a repressão. Ao dizer que *“eles [os presos comuns] não eram organizados, quem podia falar era a gente, quem tinha vontade política era a gente (...)”* ou *“aí o coletivo passou a se organizar e se dirigir para encaminhar essas lutas”*, se expressa claramente que a força dos presos políticos para resistir estava na sua organização e no seu poder de consciência política.

Entender os mecanismos de resistência dos presos políticos de Itamaracá passa, portanto, por compreender o processo de organização do coletivo e conhecer suas condições carcerárias. Como o coletivo funcionava, de que maneira desempenhou e cumpriu seu papel, como e através de que medidas os presos políticos acionavam o poder de mobilização e alcance de reivindicações do coletivo, que causas os uniam e que conflitos e contradições se apresentavam na construção de um grupo organizado politicamente dentro do cárcere?

O poder dentro da cela era o poder do coletivo. Para o sistema lá a gente era altamente organizado, furioso e terrorista. A gente tinha que está organizado fortemente e tinha uma luta por melhores condições carcerárias e contra a tortura. Os caras metiam o pau no preso e a gente sempre interferia. Isso gerava momentos de maior tensão vividos na cadeia e quando foi para Itamaracá essa tensão chegou no ponto máximo assim de ver a tropa suada dando nos presos [...]. A gente reagia através de documentos de denúncias. Fazia muito abaixo-assinado pro diretor, pras autoridades, OAB, CNBB. (ALBERTO VINICIUS MELO DO NASCIMENTO, Recife, 21/10/2010)

Um dos principais [instrumentos de resistência], que nós só recorriamos em casos extremos, era a greve de fome. Fora isso era mandar ofício, remeter às famílias irem protestar, irem falar com políticos, entidades de Anistia, quando começou a aparecer essas entidades de anistia, e essa questão do direito. Quer dizer, isso era uma forma, principalmente através de ofício, documento, tentar que saísse no jornal alguma

notícia sobre as condições carcerárias, essa coisa toda. (CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 21/10/2010)

A gente tinha um programa, a gente tinha uma comissão eleita. Tinha um coletivo e tinha uma lista de reivindicações. Nós [...], nos terrenos de reivindicações carcerárias, no terreno da situação jurídica. Que era a questão de recurso no STM, denúncia de torturas aos presos comuns, direito de ler, acesso ao que fosse publicado legalmente no país. Tinha um programinha amarradinho mesmo de reivindicações. Melhoria da alimentação, tratamento médico, tratamento dentário. Na Casa de Detenção por muito tempo a gente só tinha extração de dente. A gente perdeu dente que só o diabo. (MARCELO MÁRIO DE MELO, Recife, 19/10/2010)

Os instrumentos que a gente tinha lá era denúncia em primeiro lugar. [...] A gente mandava documentos pra fora, pra CNBB, pra OAB, para os órgãos de resistência, Comissão de Direitos Humanos. [...] Fazer documentos, discutir quais eram as bases da reivindicação. Era uma coisa muito elementar, como a gente tinha feito com as massas estudantis. Aí na cadeia não havia essa compreensão da luta política, tinha que ser mesmo em cima das nossas sobrevivências porque eram coisas muito mínimas que iam para o documento. Tudo era voltado pra vivência do dia a dia. Coletivo se organizava em função das nossas necessidades na penitenciária. Não tinha uma função política que discutia ... era mais para sobreviver. Era a luta pela dignidade, trazida da Casa de Detenção, e que aí se acentuou muito na Barreto Campelo. (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 20/10/2010)

Os dados mais expressivos desses trechos dos depoimentos nos assinalam que a principal atuação do coletivo político se dava pelo seu poder de denunciar os problemas e reivindicar as demandas que surgiam das necessidades práticas, no dia a dia da prisão. No cárcere, os presos políticos vão se organizar e se engajar em questões políticas que dizem respeito especificamente as dimensões da sua própria condição de preso político, e não a questões partidárias e ideológicas que os levaram à militância nas organizações de esquerda antes de serem presos.

Portanto, na prisão, a discussão passa a ser outra. O que está em jogo, majoritariamente, é a luta por tratamento digno. E é isso que os une. Em outras palavras, a resistência política passa pela atitude de não aceitar a comida da penitenciária, e ter direito a recebê-la crua e cozinhá-la; cruza a reivindicação pela ampliação do período de banho de sol, que no início da Barreto Campelo se restringiu a duas tardes por semana, durante um período de duas horas; atravessa a reivindicação por um espaço maior e a consequente transferência da área onde ficavam no início, em celas ao lado do departamento administrativo, para um pavilhão construído especificamente para os presos políticos; alcança a solicitação da construção de um galpão para desenvolverem atividades artesanais/produzidas e de uma área específica para a prática de exercícios físicos (principalmente o futebol); cresce com as denúncias de censura a livros, jornais e materiais pessoais e protestos contra o cerceamento e

mau tratamento as visitas; e chega, por fim, aos protestos de greves de fome a favor da Anistia e contra as ameaças constantes, as retiradas de presos para os quartéis, as novas sessões de tortura, e ao isolamento em celas solitárias, por anos seguidos, de dois dos presos políticos do coletivo: Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti Silva.

Durante a coleta de depoimentos, os ex-presos políticos entrevistados para esta pesquisa relataram como os documentos de denúncias eram enviados clandestinamente para fora da penitenciária. Camuflados, principalmente, no material de artesanato, os documentos eram transportados escondidos pelas visitas – familiares ou amigos – que conseguiam passar pela revista da penitenciária e levar os relatos das situações precárias de dentro do cárcere para o mundo de fora.

Tinha correspondência que ia oficialmente, que passava pela censura. E tinha correspondência que a gente dizia “via Embratel”. Por baixo do pano, clandestinamente. A gente camuflava livro, camuflava em material de artesanato. Ocasionalmente tinha algum contato com presos que contrabandeavam. Sempre tinha forma. [...]Porque os caras confiscavam, tomavam tudo, tinha obsessão por fundo falso. Aí eu fiz o seguinte, eu peguei uma plaina de marceneiro e fiz uma estante com as laterais falsas. E o fundo era um papelãozinho bem fininho. Aí os caras chegavam na cela e ia lá pro fundo falso, aquele papelãozinho, só que estava tudo nas laterais.

[...]

Eram documentos com denúncias de torturas a preso comum, denúncias da nossa situação carcerária, dos processos da gente. Ato dos movimentos de Anistia, que a gente mandava documento, se pronunciava. Havia um fluxo de saída de material, a gente mandava documentos de denúncia para os deputados do MDB, para CNBB, para Comissão de Justiça e Paz, para o pessoal do exterior. (MARCELO MÁRIO DE MELO, Recife, 19/10/2010)

Em 1974, no segundo ano de funcionamento da prisão política em Itamaracá, uma dessas cartas de denúncia elaboradas pelo coletivo chegou a Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco, o que provocou a visita do conselho seccional da OAB aos presos políticos recolhidos à Penitenciária Barreto Campelo, em 17 de outubro. Estudar o relatório produzido pela OAB/PE, em 05 de novembro de 1974, onde constam os resultados e entendimentos sobre as reclamações dos presos políticos a cerca das condições carcerárias nos possibilita radiografar algumas leituras possíveis sobre a extensão de atuação da repressão, da resistência do coletivo e das suas reivindicações.

Distribuído em sete tópicos, o relatório da OAB/PE reitera, primeiramente, alguns esclarecimentos e soluções de problemas surgidos com a direção da Penitenciária e que deram lugar ao envio a entidade das correspondências dos presos políticos:

... havendo sido transferido o guarda Valdevino, principal responsável pela maior parte dos incidentes havidos com aqueles presos, os quais voltaram, após 30 dias de proibição, a terem acesso ao banho de sol e à prática de artesanato, tendo-lhes sido também devolvidos os eletrodomésticos a eles pertencentes. Por igual, cessaram os constrangimentos ocorridos da visita dos seus familiares. (Acervo Marcelo Mário de Melo, Relatório OAB/PE, fl. 1, 05 de novembro de 1974)

Parece ficar evidente aí o entendimento de que os presos políticos se organizavam para *resistir nas pequenas coisas* na medida em que reagiam aos dispositivos da ditadura em reprimir e restringir o acesso deles às coisas mínimas, mas que – o regime autoritário sabia – eram vitais para a sobrevivência dos seus opositores presos em Itamaracá. Afinal, ao deixar os presos políticos sem banho de sol e prática de artesanato, sem eletrodomésticos e visitas, a ditadura enfraquecia não só as condições físicas e morais dos detentos, mas, principalmente, debilitava o poder de luta que o coletivo exercia pela força de sua condição, representada pela união dos presos políticos juntos.

Citar as queixas dos presos políticos feitas a OAB/PE durante a visita e registradas como questões ainda não solucionadas, no relatório assinado pelo presidente da OAB/PE, Joaquim Correia de Carvalho Junior (1971-1975), permite localizar também outros procedimentos constantes impostos pela administração penitenciária para controlar, violentar e minar os presos políticos em suas condições carcerárias cotidianas.

Reiteram, porém, os presos políticos, as suas reclamações contra: (a) – o espancamento de presos comuns, que importaria em coação psicológica sobre eles; (b) – obstáculos ao contacto com advogados constituídos, [...] (c) – a necessidade de ser dado defensor aos sentenciados para que possam eles ter a devida assistência na defesa de seus direitos carcerários, face não terem advogado constituído e lhes ser recusado acesso aos advogados do Sistema Penitenciário [...]. (d) – deficiente assistência médico-dentária e (e) – ausência quase completa de acesso aos assistentes sociais da Penitenciária. (Acervo Marcelo Mário de Melo, Relatório OAB/PE, fls. 1 e 2, 05 de novembro de 1974)

No alcance das celas para a fora, produzir documentos de denúncias e entrar em greve de fome foram os dois instrumentos políticos mais utilizados pelo coletivo de Itamaracá para lutar e chamar a atenção dos que estavam do lado de fora, na sociedade, no mundo, para as

condições precárias impostas pela repressão ao grupo da Penitenciária Barreto Campelo. Da extensão das grades para dentro, entre eles mesmos, o coletivo de presos políticos também tratou de resistir e se organizar para encontrar maneiras de sobreviver à convivência, às divisões das tarefas do dia a dia e às mediações de conflitos internos. Afinal:

No espaço sujo e opressivo do cárcere, todos se organizam, inventam modos de tornar menos intragável a comida, discutem, se divertem, brigam, se dividem, se reagrupam, mas superam a dissolução que ameaça o preso e, de certo modo, amadurecem em condições anormais. (Antônio Candido, in FREIRE [et al.], 1997, p. 14)

Em condições anormais, o coletivo tratava também de normatizar o cotidiano, de definir regras de posturas, ocupações e atitudes entre os próprios presos políticos. Além de estar atento ao seu papel político, o coletivo assumirá a função de discutir questões e conflitos surgidos na relação entre eles, de mediar tempos e espaços e impor ritmos e rotinas dentro da prisão política de Itamaracá. Fator de união e de luta, será também através da experiência no coletivo que os presos políticos vão entrar em contato com as próprias contradições e dinâmicas da sua condição e se debater com divergências que expõem tanto a fragilidade, quanto a diversidade e riqueza dessa aprendizagem de, a cada momento, ser preso político na Penitenciária Barreto Campelo.

Durante as entrevistas com os ex-presos políticos, esses conflitos e contradições aparecem intrincados na própria construção da organização do coletivo. À medida em que eles explicam como se organizavam, como priorizavam - na abrangência das coisas para todos - o grupo ao individual, como tornavam a alimentação menos precária, como se dividiam para a produção laboral no artesanato, como escolhiam os horários de silêncio e de atividades, vai tomando relevo também as diferenças (de interesse, de classe, de temperamento) e os aspectos sensíveis e caros que estavam inclusos nessa vivência entre eles, na prisão política, e que os tornavam tão únicos quanto vulneráveis aos próprios dilemas.

Tudo era coletivo. Já era a grande discussão. Se podia ou não podia ter alimentação individual. Foi uma luta. Essa concepção que tudo era coletivo, então não podia ter o leitinho que a família mandava, se ficava com você ou se tinha que entregar a todo o coletivo. O semaneiro cuidava de arrecadar tudo que vinha da feira de alimentação e planejava a distribuição disso na semana. Sim, mas o cara que tem a família melhorzinha, classe média, que trás uma coisinha melhor pra ele? Era uma polêmica, era um drama. Depois a gente foi vencendo essas coisas. Então, tudo era discussão coletiva, tudo era decisão coletiva. O coletivo reunia, discutia tudo. (JOÃO BOSCO ROLEMBERG CÔRTEZ, Aracaju, 15/10/2010)

No primeiro momento, todos que participavam do coletivão, a orientação era essa [ dividir tudo o que chegasse] . Então, neste período foi o período mais pobre. A gente viveu num certo comunismo de guerra. Porque eram poucos presos que tinham família aqui para levar coisas. Por exemplo, eu era um deles. [...]. Bom, o pessoal daqui [que tinha família em Recife] recebia com frequência. E era esse pessoal que podia ter, recebia mais coisas. Então a gente propunha que o que fosse de uso coletivo fosse dado, pra que fosse redistribuído. Então, tinha algumas guerras por besteira, algumas contradições que chegavam aí. Por exemplo, Carlos Alberto tinha noiva, a mulher dele, aí mandava um manjar, um doce, um negocio pra ele, então a obrigação era dividir, e às vezes não queria dividir, Então gerava uma série de acusações, eu recebi uma torta de minha mãe que era uma coisa que eu gostava de comer em casa, então eu dava, mas ficava às vezes abusado. Às vezes, eu queria tirar uns dois pedaços pra mim, e o pessoal não, não sei o que, tem que ser tudo. Quer dizer, mas era já uma organização que já vinha da época de Gregório que a gente pegou aqui. E manteve lá também na PBC, com mais rigor ainda. Cigarro por exemplo, eu fumava muito. Mas para fumar uma quantidade que me satisfizesse o mínimo eu tinha que fumar o pior cigarro, que era Clássico. Aí eu podia fumar sete carteiros. Quem fumasse Hollywood podia fumar também, mas recebia três, quatro, sei lá, não me lembro bem. Quem fumasse Carlton, só recebia duas. Era de acordo com o valor do cigarro. (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 21/10/2010)

A gente viveu uma fase da Detenção que era comunismo de guerra. Tudo que chegava era coletivizado. Esse modelo, tanto aqui quanto na União Soviética, não deu certo. Porque quando a gente chegou em Itamaracá [...] no começo era também um artesanato comunista. Era todo mundo produzindo para o mesmo objetivo. E ali aquele dinheiro era para satisfazer as necessidades. Mas quando chegou nesse ponto começou aí o problema. Porque primeiro, tinha os que tinham necessidade ... começou pelo cigarro, de fumar. Mas tinham os que não fumava. Aí eu vou pagar pra tu fumar? (CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 21/10/2010)

A gente chegou a conclusão que duas horas de artesanato obrigatórias era suficiente para sustentar, para o coletivo. Era o artesanato e era a comida que chegava, a gente juntava para todo mundo e dividia igualmente.

[...]

O que chegava de presente das visitas era socializado. Tudo que chegava era dividido igualmente. Houve até uma situação exagerada, extremada, que Chico de Assis, o pai dele, seu Rocha, um velhinho, e a mãe dele, faziam um sanduíchizinho para ele, uma tortinha, um negocinho, e no dia da visita queria que o filhinho dele comesse. Resultado: aquele negócio era dividido, socializado, e o velhinho não tinha o prazer de ver o filhinho dele e a velhinha ... era um exagero, houve um exagero desse negócio. Depois a gente acha engraçado mas ... aquela tortinha era dividida para todo o mundo depois. E o velhinho queria, e a mãe queria ver o cabra comer durante a visita, porque levou o presente pra ele. (MARCELO MÁRIO DE MELO, Recife, 19/10/2010)

Essas falas dos ex-presos políticos sugerem a apreensão de algumas trilhas expressivas e específicas que abrangem o percurso de compreensão da experiência na prisão política Barreto Campelo. Assim como a resistência do coletivo acontecia nas pequenas coisas, os conflitos surgidos entre os presos políticos foram também gerados num território de negociação das questões essenciais e miúdas, postas no dia a dia, e por isso mesmo, fundamentais: a comida, o trabalho, a estrutura e a organização da sobrevivência carcerária.

O ponto mais forte em todos os quatro trechos destacados dos depoimentos é a necessidade e a prioridade em compartilhar tudo. E que, mesmo integrados em um coletivo, dividir não era tarefa fácil. Provenientes de uma militância político e ideológica que defendia como prerrogativa a adoção de um regime comunista/socialista onde todos tivessem os mesmos direitos e acesso igual às coisas, os presos políticos tiveram que, atrás das grades, enfrentar e superar a dificuldade de aprender a compartilhar o que era seu com todos os outros. Fosse o cigarro, fosse o seu tempo e esforço produtivo dedicado ao artesanato, fosse o leitinho da família *melhorzinha*, classe média, fosse o sanduíche ou a torta mandada pela mãe. Mesmo a contragosto, tudo ia para a discussão, tudo era dividido, tudo ia para o coletivo. Às vezes, solidariedade se fazendo na marra: *então eu dava, mas ficava às vezes abusado*, diz, em certo momento, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho. E o tempo e o amadurecimento diluindo, aos poucos, os rigores e exageros das posições. *Era uma polêmica, era um drama. Depois a gente foi vencendo essas coisas*, pontua João Bosco Rolemberg Côrtes.

Outras nuances não conseguem escapar a quem fareja, nos relatos dos depoentes, registros das contradições do convívio e funcionamento do coletivo. A diferença de classes entre os presos políticos também fica latente durante as entrevistas e é situada como uma questão nevrálgica na consolidação do coletivo. De um lado, os presos políticos que eram militantes de esquerda (descendentes do Partido Comunista, AP, PCBR), formados no movimento estudantil e originários de uma classe média “intelectualizada”. Do outro os presos políticos provenientes da guerrilha rural (integrantes das Ligas Camponesas, ALN, Var-Palmares), originários da mobilização política rural do Nordeste brasileiro, sem ou com quase nenhuma formação escolar, e vindos de classes pobres, camponesas.

Portanto, dizer que *era esse pessoal que podia ter, recebia mais coisas*, é dizer, implicitamente, que eram eles que tinham mais condições de receber apoio financeiro e afetivo - já que eram de famílias classes médias, *melhorzinhas*, como diz a certa altura um dos ex-presos políticos, o que aumentava as possibilidades de receber também mais material e mais visitas também, chance menor para o preso político que tinha a família morando no interior, no campo, em condições menos favoráveis. Fortalecer a estrutura do coletivo custou para os presos políticos deixar os ganhos particulares de lado e abrir mão da individualidade das suas próprias coisas. Se dispor a ser solidário passava pela obrigação decidida no coletivo de superar as divergências para aprender a dividir tanto a alimentação, e preparo dela, quanto

de trabalhar em conjunto durante duas horas para o mesmo objetivo: o de dar conta de produzir sustento suficiente para distribuí-lo igualmente entre os presos políticos.

Essa coisa de organização coletiva sempre foi um problema muito sério, gerando várias e várias discussões neuróticas. Para nos defender às vezes a gente reagia, pra quem tava de fora assim, rapaz isso é uma neurose braba, às vezes a gente passava dez horas em reunião lá, discutindo horário de silêncio, por exemplo. [...] Para alguns companheiros, inclusive, isso era uma aberração. Os companheiros, por exemplo, camponeses, operários, que não tinham a prática intelectual, aí gerava uma série de contradições. Quer dizer, nós vivemos muito as contradições que tínhamos dentro da esquerda, era muito transferido para lá. (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 21/10/2010)

Contradições que incluíam as questões de classe, mas também questões pessoais e de convivência, a mistura do coletivo e do individual, onde o íntimo se confunde com o que é socializado. Afinal, cada direito conquistado do coletivo (de beneficiar a comida crua da penitenciária e acrescentar alimentos trazidos pelas visitas cozidos em um fogão elétrico na própria cela, de ter acesso a um galpão de artesanato para atividades produtivas, de ter acesso a livros, jornais e revistas) propunha desafios e repertórios aos quais até então os presos políticos que se encontravam em Itamaracá não haviam vivido ou não estavam acostumados. As confluências e contradições serão, portanto, típica do aprendizado, no decorrer da prisão política.

Foi assim que o próprio coletivo da Penitenciária Barreto Campelo pôs pela primeira vez em frente ao fogão e nos serviços de sapateiro e marcenaria os filhos da classe média que haviam pego em ideias, livros e armas. Foi assim também que a prisão política pôs os homens do campo, da valentia agrária e da enxada em frente a jornais, revistas e livros, cadernos de alfabetização e nas discussões de ordem teórica do coletivo. Na zona de desconforto e conflito da prisão, na peleja entre estarem unidos para resistir à repressão carcerária e superar as divergências entre si, os presos políticos se confrontaram com suas próprias limitações e arranjaram um jeito, através do coletivo, de se estruturar, de agregar experiências e trocar saberes dentro das celas.

A necessidade de priorizar o coletivo, em detrimento ao pessoal, também está expressa nas correspondências analisadas. Em várias passagens nas cartas, fica latente o imperativo, entre os presos políticos, de dividir todos os pertences e de solicitar ajuda priorizando o coletivo, de ser solidário no convívio, de ser participativo no cumprimento das tarefas. Ainda das celas do Dops, sob custódia da Polícia Federal, João Bosco Rolemberg Côrtes registra, na

correspondência de 2 de outubro de 1974: *Aqui uma praga de percevejos invadiram os colchões, eu lembro da minha rede; fizemos uma cota e compramos remédio, vamos pedir colchões novos.* Do mesmo local, escreve em 7 de novembro de 1974: *Esta semana eu estou lavando o banheiro todos os dias.*

Ao que parece, a condição de preso político fazia suas exigências: era preciso se unir na adversidade, colocar a mão na massa (ou no material de limpeza) para tratar de tudo que afetava todos, exterminar a praga de percevejos, juntar dinheiro para colchões novos, cuidar da higiene da cela. Tudo posto ali, no dia a dia, na miudeza das coisas, na rotina do cotidiano.

Solicitar aos que estão de fora, aos familiares, que tragam objetos para o coletivo, por conta da quase obrigatoriedade imposta pelas condições na prisão em compartilhar o que se tinha de material efetivo, é também uma prática recorrente ao longo do corpo documental epistolar. Na correspondência de 24 de novembro de 1974, enviada ainda da prisão do Dops, o preso político pede: *Quando você vier traga um par de meia, pois o que eu tinha nós fizemos uma bola!* Na carta do último domingo, em 5 de janeiro de 1975, antes de ser transferido para a prisão de Itamaracá, está redigido: *No sábado teve banho de sol, paguei refrigerante e chupamos picolé de mangaba.*

Na Penitenciária Barreto Campelo, durante os quase cinco anos de cumprimento de pena, o procedimento permaneceria o mesmo: a ordem era que tudo fosse priorizado para o grupo de presos políticos. E a mobilização de parentes para arrecadação financeira ou de doações materiais para o sustento do coletivo cumpre um papel importante neste processo. É assim que, logo na segunda semana após sua transferência para a cela de Itamaracá, em 19 de janeiro de 1975, João Bosco escreve: *O que você conseguir com os parentes em dinheiro, doações de livros, remédios, pode mandar p/ cá.*

Qualquer ajuda é bem vinda, desde que abranja todos dentro do coletivo. Duas semanas depois da primeira solicitação, o preso político insiste, em 2 de fevereiro de 1975, no pedido de ajuda e cooperação, para os presos políticos, dos amigos que estavam lá fora, no mundo: *[...] se alguém quiser nos presentear com discos nós ficaríamos agradecidos.* Fica claro o que está inscrito na condição de preso político: o pronome *nós* reina, e é por essa conquista diária que eles vão lutar.

Em nome da coletividade, cada um entrava e ajudava com o que podia. A falta de dinheiro era algo que pesava dentro da prisão política, e se integrar na produção do artesanato foi a saída encontrada pelo coletivo para lidar com esta questão. Conhecer o que os presos

políticos solicitavam aos familiares dar uma dimensão do que faltava para eles materialmente, do que necessitavam para se manter vivos nos cárceres da ditadura. No domingo de 16 de março de 1975, João Bosco registra:

As coisas que precisamos: livros sobre história do Brasil, bloco, leis, selos, envelopes, cigarros, revista modas femininas, boutiques, modelos de bolsas couro, e outros artigos em moda, remédios (antigripais, anti-diarreicos, antiácidos, anti-alérgicos, cicatrizantes, expectorantes ...), produtos higiene pessoal.

A reestruturação do grupo dos presos políticos contra a coerção da repressão, na luta de reconquistas dos direitos adquiridos na Casa de Detenção do Recife e perdidos durante a transferência para a Penitenciária Barreto Campelo, em 1973, se baseia nos dois eixos revelados neste primeiro tópico do segundo capítulo. Tanto o poder de denúncia dos documentos, enviados para fora da prisão, quanto o imperativo de priorizar o coletivo para atender as principais necessidades de todos dentro da prisão se constituirão como vigas fundamentais para sustentar e fortalecer a luta dos presos políticos de Itamaracá. Organizados, eles se unem para resistir.

Ser preso político vai se configurar uma conquista diária, dentro de um terreno movediço de ganhos e perdas constantes de direitos para a repressão carcerária. Como vimos, a batalha por tratamento digno e humano e por poder exercer sua condição de preso político se dá a cada e todo momento, através de reivindicações básicas. Para administração da Penitenciária, reivindicam espaço e alimentação apropriados, banho de sol e prática de futebol, reivindicam acesso aos objetos pessoais, às visitas e ao acompanhamento jurídico, reivindicam poder exercer a atividade produtiva. Para os familiares, reivindicam ajuda para atender suas necessidades e sobreviver e é com esses livros, leis, bloco para cartas, selos, cigarros, couro, comidas, remédios e meias de fazer bola de futebol que vão se fortalecer para permanecer unidos na resistência atrás das grades contra a ditadura brasileira.

Nos próximos tópicos, 2.2 e 2.3, a pesquisa vai seguir e cruzar os depoimentos, com alguns registros das fotografias e trechos das correspondências analisadas para se aprofundar nos caminhos que deixam latentes e localizam, no cotidiano da prisão, os modos de operar dessas frentes nas quais os presos políticos consolidaram, *nas pequenas coisas*, sua condição e suas resistências. Trocando em miúdos, como enfrentaram e superaram as adversidades e instabilidades carcerárias, de que maneira os presos políticos da Barreto Campelo trataram de

refazer, naquele espaço e tempo, suas identidades, de construir e garantir para si seus espaços de luta - seja pelo coletivo e/ou individualmente.

## **2.2. “A necessidade leva à adaptação”: registro e organização do cotidiano dos presos políticos**

Para resistir, o coletivo mandava às ordens, após os presos políticos se organizarem para decidirem juntos as prioridades, de acordo com necessidades carcerárias surgidas no cotidiano: era preciso cuidar do bem estar pessoal - emocional e físico (que abrangia defender o direito de receber visita dos familiares de forma digna, preparar a própria alimentação, tomar banho de sol e fazer exercícios físicos), organizar a higiene coletiva e o espaço físico (limpeza das celas, lavagem de roupa, discussão de quem dividiria cela com quem), garantir o trabalho, a sobrevivência financeira e o horário produtivo (através do artesanato) e estar ativo intelectualmente (com a produção de documentos de denúncia, com a escrita de diários e cartas, com a leitura de livros, jornais e revistas, com a escuta de rádio e televisão, quando isso pudesse ser possível).

Desta forma, os presos políticos acabam por estabelecer um sistema social próprio, particular, ao mesmo tempo incluso e à parte do penitenciário. Um território de mecanismos próprios, com outros tempos e espaços, uma micro-sociedade alternativa situada em um pavilhão da Barreto Campelo. Impor para si suas próprias regras, tentar ter autonomia e controle tanto corporal quanto simbólico das suas ações no cotidiano, eis o desafio que os presos políticos se impuseram para fortalecer a própria condição.

Acompanhar as formas como os próprios presos políticos procuraram se registrar ajuda a compreender e mapear esses aspectos do cotidiano deles e todo o processo de organização, dia a dia, de uma estrutura alternativa ao sistema arbitrário de precariedades e humilhações físicas e morais do regime penitenciário. Além das opções comuns entre os presos políticos de todo o país, de escrever correspondências, diários de greve de fome, e de constar todas as situações de vulnerabilidade nos documentos de denúncia, no caso específico dos da Barreto Campelo, os presos políticos encontraram na fotografia<sup>40</sup> – tiradas de maneira

---

<sup>40</sup> As fotografias que registram os tempos e os lugares dos presos políticos da Barreto Campelo estavam guardadas de diversas maneiras nos acervos pessoais de cada preso político: em álbuns de família, soltas em caixas de sapato, embaralhadas em envelopes amarelados no porão, digitalizadas na internet. Para a elaboração

semi-clandestina durante os anos de Itamaracá - um outro jeito de registrar o cotidiano, de controlar a memória, e de permanecer e se rever em si e para a história com a experiência da prisão política. Durante a pesquisa, entrevistá-los olhando e comentando juntos essas imagens e, no segundo momento, analisar as fotografias comparativamente nos diferentes acervos dos ex-presos políticos foi o jeito que encontrei, mais de 40 anos depois, de abrir uma nova dimensão de entendimento da experiência deles na prisão política.

No vasto acervo imagético coletado (mais de 120 imagens) durante as visitas aos seis ex-presos políticos entrevistados para este trabalho, é possível decifrar o cotidiano dos presos políticos a partir das questões e intenções que aparecerem presentes e ausentes - as duas, de uma maneira ou de outra, sensíveis ao registro da máquina fotográfica. Afinal, indica Kossoy (2001, p. 45), toda fotografia foi produzida para uma certa finalidade, e seguir sua trajetória é passar pelos três estágios que a concebe enquanto documento que permite diversos prismas de leitura histórica. Analisar uma fotografia é tentar entender e captar, portanto, a intenção para que ela existisse, o ato do registro que deu origem à materialização da imagem e os caminhos percorridos por ela.

Sobre a entrada da máquina fotográfica na prisão e a intenção de se fotografar:

A prisão era um negócio assim muito instável. Não tinha um critério muito... ora eles permitiam a entrada de determinadas coisas, ora eles não permitiam. Era da cabeça lá do diretor. Nossos direitos eram da cabeça dele. Quando cheguei na Barreto Campelo meus familiares trouxeram uma máquina e aí não teve problema dessa máquina entrar. Porque era o seguinte: as visitas traziam às vezes a máquina, mas aí era no dia das visitas. Fora isso, que eu lembre, era só minha máquina que tinha lá. E eu tinha mania de tirar essas fotos. [...] Entrou a máquina e eu vim tirando foto lá primeiro nos dias da visita, depois, com o tempo, tem os momentos. A saída do Bosco tem uma foto. Tem várias fotos. Foi um momento ... eu acho assim a saída dele marcou porque foi um dos primeiros a saírem. Nessa questão da Anistia. Eu lembro que eu tava lá e eu tirei um bando de foto. [...] O momento do futebol, momento de brincadeira. Então esses momentos mais marcantes, mais assim... tirava foto. Nas greves de fome. (CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 21/10/2010)

Acho que aí era mais ou menos proibido. Era meio que clandestino esse negócio de retrato. Eles [os funcionários da Penitenciária] faziam um pouco de vista grossa, olhavam feio e a gente dava o nosso jeito. (ALBERTO VINÍCIUS MELO DO NASCIMENTO, Recife, 21/10/2010)

Acho que nós conseguimos a máquina contrabandeada lá, né? Mas não era, o uso não era muito intensivo não, sabe? [...] Era o prazer de mandar para os familiares, e tal, entendeu, era uma coisa assim de registro mesmo. Eu tinha minha obsessão documental, sempre tive. Mandava guardar logo. (MARCELO MÁRIO DE MELO, Recife, 19/10/2010)

---

da dissertação, todas as imagens foram digitalizadas e usadas como instrumento de mediação durante a realização das entrevistas.

Tirava a foto, dava, o pessoal revelava. Carlos Alberto gostava muito ... a máquina era dele e a máquina podia existir lá, não tinha proibição não. Agora eu não lembro ... acho que o filme passava pelas meninas [esposas, irmãs, mães e amigas] mesmo ... (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 20/10/2010)

Os relatos destacados acima indicam considerações úteis a cerca das mediações em torno do ato fotográfico entre os presos políticos. Uma das leituras possíveis que pode ser feita é que, assim como outros objetos, a presença de uma máquina fotográfica se dá sob um terreno de negociação instável. E essa zona movediça, que *dependia da cabeça do diretor da penitenciária*, também se expressa na memória que os ex-presos políticos entrevistados têm sobre se era ou não era permitido fotografar dentro da prisão, ocasionando divisões de lembranças. Para Carlos Alberto Soares, apontado de forma unânime como o dono do objeto, *não teve problema dessa máquina entrar*. Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho também recorda desta maneira: *a máquina podia existir lá, não tinha proibição não*. Já Alberto Vinícius Melo do Nascimento e Marcelo Mário de Melo lembram diferente: a máquina entrou contrabandeada e fotografar era mais ou menos proibido, meio clandestino, os administradores da Barreto Campelo *faziam um pouco de vista grossa, olhavam feio e a gente dava o nosso jeito*.

Por nenhum tipo de documento iluminar somente por si só um tema, fui em busca de algum indício sobre essa regulação do ato fotográfico nos 97 relatórios de vistoria das visitas aos presos políticos da Ilha de Itamaracá, correspondentes aos anos de 1977 e 1978 e sitiados no Fundo SSP/Dops do Arquivo Público do Estado de Pernambuco.

Em um deles, referente às visitas realizada no sábado de 8 de abril de 1978, ficam explícitas as regras em relação à entrada ou saída de objeto fotográfico dentro da prisão.

Senhor Diretor,

(...) registramos para resguardo do nosso trabalho o seguinte ocorrido: a visitante VANIA DE CASTRO LIMA, ao se retirar do alojamento para a última revista, trazia consigo uma "Máquina fotográfica" dizendo esta 'que, se havia entrado tinha que sair, porém não é permitido através de nós a entrada ou saída desse objeto, o qual foi entregue ao Dr. Rui - secretário do diretor da P.P.B.C. (Relatório nº 12, de 20 de abril de 1978, Fundo SSP/DOPS nº 29.686)

O registro da ocorrência traz quatro dados importantes. A entrada e saída de máquina fotográfica realmente não era permitida pela administração da Penitenciária Barreto Campelo, o primeiro. O segundo indício é que, assim como foi indicado por alguns ex-presos políticos,

o trecho do relatório também aponta o visitante como único e principal portador do objeto clandestino. O terceiro dado no relatório denuncia a falha do esquema de controle e censura aos objetos levados pelos visitantes aos presos políticos e montado na entrada da Penitenciária. Afinal, a própria administração da Barreto Campelo deixa passar o que não era permitido pelas próprias regras da instituição. Por último, o documento revela um procedimento de repressão que seria comum nessa como em tantas outras prisões políticas: a confiscação ilegal pela direção do presídio, na saída da vistoria das visitas, de objeto pessoal que fosse interpretado como indesejado ou que violasse as ordens da casa.

A análise desse trecho do relatório aponta uma das maneiras como poderia se dar a arbitrariedade da repressão da ditadura ao controle dos objetos endereçados aos presos políticos. Um outro registro do mesmo tipo de ocorrência se repete em outro relatório, referente à visita ocorrida em 18 de março do mesmo ano, 1978.

O presente relatório trata da "vistoria" aos visitantes dos presos enquadrados na LSN, tendo sido iniciada às oito horas, correndo tudo normalmente / apenas ocorreu a autuação de 3 fotografias das quais encontravam-se nas mãos das visitantes Vânia de Castro Lima e Maria de Lourdes N. Felipe, tendo o encerramento às 17 horas. (Relatório nº10, de 30 de março de 1978, Fundo SSP/DOPS nº 29.686)

A prática de reprimir fotografias que registrem o ambiente dos presos políticos da Ilha de Itamaracá parece, assim, se sistematizar. O que há dentro da prisão política para ser mostrado, e censurado, pela repressão do Estado? Ou melhor, que cenas, imagens e temas os olhos dos presos políticos escolheram para mirar a máquina fotográfica e congelar para sempre num filme de emulsão de prata? Que aspectos e de que maneira os presos políticos queriam, e podiam, enquadrar como registro da experiência no cotidiano?

A certa altura, nos trechos dos depoimentos sobre a intenção do ato fotográfico, os ex-presos políticos respondem, em parte, essas indagações. A fala de Carlos Alberto Soares é bastante incisiva sobre as escolhas das ocasiões que motivam fazer a fotografia: *Nessa questão da Anistia. Eu lembro que eu tava lá e eu tirei um bando de foto. [...] O momento do futebol, momento de brincadeira. Então esses momentos mais marcantes, mais assim... tirava foto. Nas greves de fome.* É interessante notar que, para ele, dizer dos momentos mais fortes, mais marcantes na prisão, é dizer que o que era classificado como importante e merecia o registro fotográfico dos presos políticos abrangia tanto os atos mais representativos de

resistência (greves de fome, a Anistia de um preso), quanto imagens das visitas e de atividades desenvolvidas no dia a dia da prisão política.

As fotografias registram aquilo que eles queriam, e podiam, deixar como registro. Aos poucos, fotografam suas mães mulheres familiares e amigos durante as visitas, suas mulheres familiares e amigos indo embora. Fotografam o time formado no campinho de futebol, o galpão de artesanato, a horta. Fotografam, timidamente, o corredor externo das celas, para só depois de alguns anos em Itamaracá, registrarem o espaço interno das celas e a intimidade de seus objetos. Fotografam os corpos em exercício. Fotografam-se lendo jornal e na máquina de escrever. Fotografam o pequeno fogão à resistência que cozinha os alimentos na própria cela, os pratos sujos dos restos dos alimentos sendo lavados no vaso sanitário improvisado no banheiro. Fotografam alguém no seu canto, ao violão. Fotografam o carnaval improvisado com água e sabão e toalha na cabeça no corredor do próprio pavilhão. Fotografam as greves de fome nas celas e no leito do Hospital do Estado do Recife. Fotografam as visitas da caravana da Anistia, de Frei Damião. Fotografam os primeiros companheiros arrumando a mala, juntando os trecos e indo embora. Fotografam a mão do adeus, com lente desfocada, olhos embaçados, que já atravessou a grade e está indo, agora, já foi, liberdade.

Ao entrar em contato com todo o acervo de fotografias pertencentes aos entrevistados, e depois de meses e meses de catalogação e análise, as imagens deram-me uma outra dimensão do início da consolidação do cotidiano para os presos políticos. Cito isto porque as fotografias mais antigas dos presos políticos nos dois primeiros anos de chegada na Penitenciária Barreto Campelo registram somente suas imagens junto as visitas, aos familiares. As máquinas fotográficas, tanto dos visitantes, como a de Carlos Alberto Soares, só vão retratar os presos políticos em grupo maior e coeso, num coletivo, após os primeiros meses de 1975, (ver imagem 3, p. 37 do capítulo 1). Coincidência ou não, essas fotografias onde os presos políticos se encontram juntos só começam a ser produzidas depois da regularização das condições carcerárias básicas, perdidas durante a transferência e reconquistadas com a organização e luta do coletivo, entre 1973 a 1975.



**Imagem 4:** O preso político Alberto Vinícius com seus pais na área externa da Barreto Campelo. Início de 1974. Acervo Alberto Vinícius Melo



**Imagem 5:** O preso político Carlos Alberto Soares com a esposa da época, Rosa Barros, área externa da Barreto Campelo. 1975. Acervo Carlos Alberto Soares



**Imagem 6:** O preso político João Bosco Rolemberg Côrtes, com a esposa e o primeiro filho, área externa da Barreto Campelo. 1975. Acervo João Bosco Rolemberg Côrtes

As primeiras fotografias tiradas pelos presos políticos na Penitenciária Barreto Campelo registram, portanto, o que lhes foi mais caro, afetivamente, durante a opção pela

clandestinidade e no período de prisão ilegal da repressão: o contato com a família. Seleccionadas nessa leva de fotografias pertencente ao acervo dos ex-presos políticos, estão as imagens 4, 5 e 6 apresentadas acima. Em preto e branco, elas registram, logo no período inicial dos anos da prisão, os reencontros com as famílias, com as mulheres, com os filhos pequenos. Nas três imagens, os gestos contêm a mesma natureza, o mesmo tipo de intenção: há sempre um abraço, um afago, um colo, um aconchego, um elo refeito.

Todas as três fotografias também têm algo em comum no seu enquadramento: são sempre tiradas no pátio externo da penitenciária, fora do ambiente das celas e do prédio administrativo da Barreto Campelo. Há, implicitamente, por trás da sensação de acolhimento nas fotografias, um tanto de desconforto. As imagens acabam por apreender, assim, mais precariedade do que dignidade no tratamento e área dispensados aos encontros entre visitantes e presos políticos. Afinal, é no espaço improvisado do batente de cimento da escada ou no meio do terreno de areia e mato que eles colocam as notícias e saudades em dia e posam para a lente fotográfica.

Além de ser um registro de si mesmo, as fotografias tiradas pelos presos políticos apresentam-se como uma forma clara de comunicação e de lembrança aos que estavam do lado de fora das grades, no mundo. Ao fundo da imagem 5, está escrito: *Sábado Santo, 1975. Moleque querida, esta foto têm o poder de reduzir o tamanho do meu coração de forma não muito dolorida.* O poder das fotografias na Barreto Campelo está também aí: de conseguir, em meio ao dia a dia de racionalidade na resistência política carcerária, abarcar, na emulsão de prata do filme e no papel revelado, parte da afetividade dos presos políticos. *Era o prazer de mandar para os familiares, e tal, entendeu, era uma coisa assim de registro mesmo,* afirma o ex-presos político Marcelo Mário de Melo.

A análise da carta de 17 de fevereiro de 1975, escrita por João Bosco Rolemberg Côrtes para sua esposa e filho, exatamente um mês e uma semana depois de ter chegado às celas da Barreto Campelo, permite compreender melhor como se dava esse processo de controle da sua inscrição, de dizer “estou aqui” para si e para os outros, através da fotografia.

Nêga e Toquinho:

A semana passada eu preguei o seu retrato na parede perto do meu travesseiro; eu que nunca liguei muito p/ retrato, agora tenho uma atitude diferente, às vêzes até de madrugada qdo me acordo p/ me mexer na cama, não deixo de reparar se você está bem (sic).

Segue junto c/ esta carta o retrato que tirei aqui; me espantei com a minha magreza e aspecto geral; fazia anos que não me via numa foto; você pode ver o campinho onde jogamos; o tênis fêz surgir uns calos duros no dedão do pé; acho que o futebol a péssima alimentação e a irregularidade do SBX; fizeram eu emagrecer.

Estou sem dinheiro para comprar pilhas p/ o rádio e cordoamento p/ o violão; paguei Cr\$ 5,00 pelos retratos, conseguindo dinheiro emprestado. Concentrei-me muito na feitura da sandália, que você logo deve receber; e com o retrato que estou enviando sei que lhe fará muito bem! (Carta de 17 de fevereiro de 1975, Acervo João Bosco Rolemberg Côrtes)

As palavras da correspondência assinalam que lugar a imagem passa ocupar no espaço do preso político dentro do cárcere. *Eu que nunca liguei muito p/ retrato, agora tenho uma atitude diferente.* Fica explícita a nova relação estabelecida com o objeto fotográfico. Ter a família por perto, presente na ausência, mesmo que através de um retrato colado na parede da cela, ao lado da cama.

O segundo parágrafo da carta revela como o retrato possibilita uma consciência ao preso político de não-inscrição da própria imagem nos anos de clandestinidade e do período de prisão ilegal nos órgãos de repressão. Ao se ver na primeira fotografia depois de tantos anos, o preso político se surpreende com suas condições físicas, com a magreza do corpo, com a magreza dos tempos. *Me espantei com a minha magreza e aspecto geral; fazia anos que não me via numa foto.* Desta forma, a prisão (e a mediação fotográfica) vai se configurando também como um espaço que permite ao preso político refazer sua própria imagem e, por tabela, sua própria identidade.

Justificando os motivos da magreza do corpo, a carta nos responde também algumas das principais questões que estão inseridas no cotidiano da Barreto Campelo e o peso que elas têm para a sobrevivência do preso político no seu dia a dia. Para ele, importa o futebol, importa a péssima alimentação da penitenciária, importa a ausência de exercício físico (SBX). Na realidade, tudo que influa na sua condição física conta e o atinge também moralmente.

O último parágrafo do trecho destacado da carta deixa claro quais outros aspectos são caros aos presos políticos de Itamaracá: seus objetos pessoais (rádio e violão), a falta de dinheiro, o trabalho (desenvolvido na prática do artesanato) e, mais uma vez, o contato com o mundo lá fora, através da família (ou de amigos).

Seja nas correspondências ou nas fotografias analisadas, seja nos depoimentos dos ex-presos políticos ou nos relatórios de vistoria das visitas aos presos da Barreto Campelo,

alimentação é um quesito que tem um papel decisivo tanto para a resistência quanto para a repressão.

Porque a alimentação era muito ruim, realmente. Feijão com gorgulho, que era tapuru. Porque até o finzinho da nossa saída, até 79, a gente ficou aguentando esse esquema de receber a comida feita para melhorá-la com as nossas condições lá. A única vantagem que a gente tinha do começo era que a gente tinha recebido o direito de ter o fogão, aí a gente podia recozinhar, mas isso nunca ficava bom. (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 20/10/2010)

Depois de toda aquela batalha inicial, nós fazíamos, conseguíamos fazer nossa própria alimentação. Nós recebíamos alguma coisa in natura do presídio e isso era melhorado com a alimentação que nós recebíamos da família, das visitas. E aí cada um tinha seu dia de cozinha. Que era o dia mais terrível [risos]. E quando eu entrava na cozinha não era só terrível para mim, era terrível pros companheiros também. Porque eu era ruim demais. (CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 21/10/2010)

No espaço da cela, a faxina, a divisão da faxina da cela, a lavagem do banheiro, dentro do coletivo como o todo, a gente optou por não comer a comida da cadeia. Era só um complemento. Era o semaneiro e o mensalista. O semaneiro que cuidava da cela e cuidava de fazer a cozinha da semana. E o mensalista que organizava as compras. O que faltava, o que precisava comprar. Pra no dia de visita dia de sábado passar para as famílias trazerem no outro sábado. (JOÃO BOSCO ROLEMBERG CÔRTEZ, Aracaju, 15/10/2010)



7



8

**Imagem 7:** Presos políticos cozinhando dentro de uma das celas da Barreto Campelo.  
S/ data. Acervo Alberto Vinícius Melo do Nascimento

**Imagem 8:** O preso político Alanir Cardoso na lavagem de pratos, no banheiro da cela.  
S/ data. Acervo: Alanir Cardoso

No novelo sobre a alimentação dos presos políticos, alguns pontos costuram os depoimentos dos ex-presos políticos e estas fotografias, as duas únicas encontradas nos acervos dos entrevistados que trazem o tema nos retratos. Tanto nas falas dos entrevistados quanto nas imagens, fica nítida a precariedade no preparo da comida. Mesmo podendo, depois de muita luta, a partir de 1974, receber alimentos das famílias para inteirar o alimento cru que era fornecido pela penitenciária, nota-se que não havia nenhuma estrutura física e de higiene favoráveis para o preparo das refeições e limpeza do material da “cozinha”. Na imagem 8, isso está posto: lavar panelas e pratos no local onde os presos políticos faziam suas necessidades fisiológicas nunca foi, nem é, algo recomendado pelo Ministério da Saúde.

A imagem 7 nos mostra a presença do fogãozinho elétrico citado pelos ex-presos políticos. Uma única boca de calor tinha que dar conta para cozinhar a comida de 30, 20, 10 presos, até não restar mais nenhum, no fim de 1979 / início de 1980.

Os mantimentos trazidos pelas visitas também estão na imagem 7, localizados em potes, um no chão, à mão do preso político que está agachado, e o restante na dispensa improvisada num móvel da cela, entre o fogãozinho e a estante de livros. É possível dizer que há café (dentro da cafeteira que se encontra no fogareiro) e ovos. A fotografia deixa transparecer o quanto a feira trazida todos os sábados pelas visitas era importante para reforçar o sustento alimentar dos presos políticos.

É possível compreender também a divisão das tarefas, decidida em coletivo. Nas duas imagens, enquanto um faz a comida, um outro lava. A organização da cozinha dos presos políticos, arranjada num canto da cela, tem estrutura e regras próprias. Cada um tem sua função, e seu dia. De acordo com João Bosco Rolemberg Côrtes, existiam *o semaneiro e o mensalista. O semaneiro que cuidava da cela e cuidava de fazer a cozinha da semana. E o mensalista que organizava as compras. O que faltava, o que precisava comprar.* Carlos Alberto Soares confirma: *E aí cada um tinha seu dia de cozinha.*

Este preso político fornece também na sua fala dois outros aspectos interessantes. Um diz da experiência que era aprender a cozinhar, na prisão. [...] *era o dia mais terrível [risos]. E quando eu entrava na cozinha não era só terrível para mim, era terrível pros companheiros também.* O outro aspecto diz respeito a essa maneira de como cada um fazia suas coisas. Fosse na cozinha, fosse no artesanato, fosse no convívio e organização dentro das celas, tudo que um só preso político fizesse, sua ação alcançava, atingia e influía no coletivo.

Na análise das 43 correspondências trocadas entre meu pai e minha mãe, nos tempos de detenção nas celas do Dops (agosto a janeiro de 1975) e de cumprimento de pena na Barreto Campelo (8 de janeiro de 1975 a 20 de março de 1979), a reclamação das péssimas condições da comida e a preocupação por melhoria na alimentação é algo constante. Logo na primeira carta do acervo, de 28 de setembro de 1974, quando ele ainda se encontrava sob custódia da Polícia Federal, na cela do Dops da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, já há registro: *A comida aqui é a mesma merda; na 2ª feira recebi um almoço de carne do sol de Selma. Selma [Rollemberg] é a irmã do preso político, e mais uma vez aí o papel decisivo do reforço alimentar trazido pela visita de familiares. Na carta seguinte, de 2 de outubro de 1974, mais uma passagem de reclamação: [...] não almocei quase nada; hoje cêdo fui estalar ovos e estava podre. Um mês e meio depois, na carta de 19 de novembro de 1974, ainda na cadeia do Dops, a situação permanece: No almoço agora às vezes vem carne fedendo à peixe e eu não como.*

Na última correspondência escrita atrás das grades da Secretaria de Segurança Pública, em 5 de janeiro de 1975, o preso político registra: *Na sexta belisquei o peixe e no sábado veio guisado. Com o fogão quebrado a última sopa e os últimos ovos estão encalhados.* Fica evidente neste trecho que o sistema de alimentação do lugar era o mesmo que se estabeleceria em Itamaracá: o regime carcerário fornecia alimentação de péssima qualidade, e os presos políticos tinham a alternativa de, quando podiam, cozinhar os alimentos trazidos pelas visitas em um fogareiro.

Na primeira carta redigida após a remoção para a Penitenciária Barreto Campelo, o preso político relata, na sexta-feira de 10 de janeiro de 1975, a rotina de horários das atividades, incluindo as refeições, e a estrutura encontrada: *Às 5hs toca levantar, 5h30 tem café, 7,30 começa banho de sol e artesanato; às 11 hs almoço; às 13hs banho de sol, futebol. Aqui tem radiola, TV, 2 violões (já toquei), jogos, geladeira e o melhor está no meio de muita gente, muita alegria!* Uma semana depois, em 19 de janeiro de 1975, mais informações sobre a alimentação: *Pela manhã e no jantar só toma café c/ pão e às vezes sopa; no almoço nós complementamos c/ verdura p/ comer picadinho de galinha ou guisado.* Fica explícita aí a estratégia dos presos políticos em complementar a comida recebida na prisão, especificamente o almoço, com alimentos que melhorassem a nutrição do grupo.

Mais uma vez o papel das visitas em serem os portadores dos mantimentos que iriam fortalecer o estado físico (e a resistência) dos presos políticos contra a ditadura é citado na

correspondência de 26 de janeiro de 1975: *Teté<sup>41</sup> me visitou no sábado. Conversamos das nove e meia até às 15,30 hs. Ela trouxe muitas compras de alimentação e trouxe também o nosso almoço do dia: salada, farofa c/ carne do sol, uma delícia.* Quando a família classe média insiste em enviar dinheiro para garantir o sustento de uma alimentação particular melhor somente para o preso político, o coletivo e o comunismo de guerra pesa na pena: *Teté continua querendo mandar Cr\$ 100,00 p/ comprarem almoços p/ mim; escrevi esclarecendo e propondo que este dinheiro venha p/ minhas mãos,* redige João Bosco Rolemberg Côrtes, em 9 de fevereiro de 1975. E assim, forçados pelas condições carcerárias, os presos políticos vão constituindo o aprendizado através das dificuldades encontradas no cotidiano: *A necessidade leva à adaptação e eu comecei a comer angu no café da manhã e janta.* (Carta de 19 de fevereiro de 1975)

Atrás das grades, cada um dava o seu jeito de ajudar o coletivo a driblar o paladar ruim da comida da Barreto Campelo: *Quando vier alguém mande muitos molhos de pimenta, antigamente aí tinha Colibri, Sabiá, p/ ajudar a anestesiá a horrorosa comida* (Carta de 19 de março de 1975).

A constante falta de água na Penitenciária Barreto Campelo é apontada também na escrita epistolar do preso político como fator de piora na estrutura da prisão, e que afeta não só a cozinha, mas outras áreas da organização de higiene dos presos políticos: *Esta semana não lavei minha roupa pq está faltando água,* escreve João Bosco Rolemberg Côrtes, em 5 de fevereiro de 1975.

A má qualidade da alimentação e das condições sanitárias foram só alguns dos meios utilizados pela repressão para debilitar e aumentar a vulnerabilidade do preso político. Casos de disenteria, vermes, intoxicação, fadiga, indisposição e falta de apetite são frequentes durante todo o período da prisão política. Doentes e enfraquecidos, ficava mais difícil para os presos políticos agirem, pensarem e resistirem. Após menos de três meses de chegada à prisão de Itamaracá, o estado de saúde do preso político João Bosco Rolemberg Côrtes começa a dar sinais da insalubridade da penitenciária, com a manifestação de vermes no organismo. Em 30 de março de 1975, ele registra: *Tive desinteria este fim de semana.* Logo em seguida, na carta de 13 de abril, vem a constatação: *Parei ontem de escrever porque estava de cabeça cheia.*

---

<sup>41</sup> Teté é o apelido de Nazareth Côrtes, irmã do ex-presos político João Bosco Rolemberg Côrtes

*Hoje recebi o resultado do exame de fezes, estou c/ trichiuris e ancilostomíase. Ele indicou foldan e eu vou ver se consigo.*

Próximo a completar um ano de prisão política, o preso político continua a convalescer da precariedade carcerária, escrevendo em 26 de novembro de 1975: *Eu iria me convalescendo de uma intoxicação que tive na noite da segunda feira, c/ diarreia, vômitos, enjoos, falta de apetite; passei a noite da 2ª feira indo ao sanitário, e a terça passei acamado; tomei plasil, B-vesil e kaomagma p/ minha conta e estou fazendo a dieta possível.*

Dois anos e meio depois de ter sido transferido para a Barreto Campelo, na carta de 31 de julho de 1977, João Bosco Rolemberg Côrtes continua a registrar nas correspondências os malefícios da má alimentação na sua saúde: *Já tomei remédio p/ameba e agora vou começar a tomar fortificante, até novo exame; estou um pouco mais magro.* A magreza e as condições precárias de alimentação, de estrutura sanitária e de higiene iriam acompanhar os presos políticos e permanecer no cotidiano deles até o fim, durante todo o período de encarceramento na Penitenciária Barreto Campelo.

Estudando os relatórios de revistas das visitas aos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, referentes aos 97 sábados de 1977 e 1978, se pode ter acesso não só aos nomes e informações pessoais de quem ia levar notícias, como também conhecer todas as encomendas trazidas por essas visitas aos presos políticos da ilha de Itamaracá. Elaborados pelo Dops/PE, da Secretaria de Segurança Pública e reunidos atualmente no Acervo Dops/SSP do Arquivo Público do Estado de Pernambuco, os relatórios mostram o grau de vigilância da repressão a tudo que entrava e saía nas visitas aos presos políticos. Nada escapava de ser revistado e/ou censurado, e é assim que essa extensa documentação de mais de mil folhas monitora e acaba por nos fornecer listas e mais listas de todo o material de artesanato, objetos pessoais, jornais, livros e revistas, eletrodomésticos, comida e remédios que passavam pelas revistas e que, muitas vezes, não chegavam ao seu destino final: os presos políticos.

Através deste corpo documental é possível conhecer que tipo de alimentação os presos políticos recebiam de familiares e amigos para reforçar sua alimentação. No relatório nº 12, de 20/04/1978, referente à visita de 15 de abril de 1978, consta a relação de todo material revistado e entregue a Penitenciária Barreto Campelo:

20 carteiras de cigarro Continenal (2 pacotes)  
20 " " " LS (2 pacotes)

30 " " " Vila Rica (3 pacotes)  
 20 " " " Hollywood (2 pacotes)  
 20 " " " Vila Rica (2 pacotes) para João Bosco Rolemberg.  
 1 pacote de carne contendo: Charque, toucinho de Fumeiro e carne de porco salpresa  
 Pasta Dental Kollynos (8)  
 12 papel Higiênico  
 2 latas de Leite Ninho  
 3 latas de leite Glória (pequena)  
 1 lata de Leite Glória (grande)  
 1 lata de Leite Glória (pequena)  
 3 latas pequenas, sem rotulo (não sabemos o que é, pois não possui tampa para abrir e verificar o conteúdo)  
 2 latas pequenas de Extrato de tomate  
 1 lata de Óleo Salada  
 1 lata de Doce Palmeron  
 1 lata de carne de conserva Wilson  
 1 lata de sardinha (pequena)  
 5 pacotes de macarrão "Pilar"  
 3 k de feijão mulatinho  
 2 k de arroz  
 2 k de açúcar  
 1 pacote de Café São Paulo (meio quilo)  
 6 sabonetes LUX  
 1 caixa de sabão OMO (grande)  
 1 Queijo Regina (pequeno)  
 1 caixa pequena de doce de Caju  
 1 caixa de (1 k) de Bolacha Cream Cracker  
 1 caixa de Rosquinha (biscoito)  
 1 pacote pequeno de Bolacha Cream Cracker  
 6 palmas de banana "Prata"  
 50 laranjas comum  
 16 abacates  
 4 abacaxis  
 2 mamões  
 1 Repolho  
 19 cebolas  
 19 batatas Inglesa 2  
 26 tomates  
 34 cenouras  
 2 goiabas  
 38 macaxeiras  
 6 pares de salto de madeira  
 2 tiras e um pedaço de "sola"<sup>42</sup>

A partir desta lista, ficamos sabendo com quais alimentos básicos e essenciais à sobrevivência, os presos políticos tentavam complementar as refeições, para resistir melhor na prisão: leite, café e açúcar, frutas e verduras, grãos (feijão, arroz, aveia). Enlatados, temperos e alimentos não perecíveis - que fossem capazes de não se estragar com facilidade no calor

---

<sup>42</sup> Relatório nº 12, de 20/04/1978, Fundo SSP/Dops nº 29.686, referente à visita de 15 de abril de 1978.

excessivo do Nordeste - também eram bem-vindos: macarrão, sardinha em conserva, extrato de tomate, doce em lata, bolachas. Carnes e queijo, produtos de preços mais altos ou mais perecíveis, chegavam, só que em menor quantidade. Assim, para um pacote de carne, 34 cenouras. Para um queijo Regina, 38 macaxeiras. A proporção dos tipos de alimentos vai seguir esse padrão em todos os relatórios de 1977 e 1978.

Datilogradas em papéis hoje amarelados, as listas também apontam o procedimento rigoroso e arbitrário das vistorias. Quando se trata dos materiais que chegam para os presos políticos, nada escapará do controle do Dops: eles inspecionam e especificam a quantidade exata, a marca do alimento, e detalham minuciosamente todo objeto que lhe pareçam suspeito como em *3 latas pequenas, sem rotulo (não sabemos o que é, pois não possui tampa para abrir e verificar o conteúdo)*. O relatório expõe, por escrito, que as mercadorias eram primeiro revistadas com a presença de um agente de polícia, e logo em seguida, entregues à administração da Penitenciária Barreto Campelo. Com este modo de operar as revistas aos visitantes, não havia nenhuma garantia ou certeza de que o material deixado para os presos políticos chegasse realmente ao seu destino final.

Anos depois que sai da prisão encontrei num sebo no centro do Recife um livro com dedicatória em meu nome que foi entregue pela minha família na Barreto Campelo, mas nunca chegou nas minhas mãos. Quer dizer, muitas vezes eles ficavam com nossos objetos e vendiam. (MARCELO MÁRIO DE MELO, Recife, 19/10/2010).

A lista de vistoria apresentada pelo relatório permite uma outra observação. Atentar para a quantidade de cigarros enviada aos presos políticos nos dá uma ideia também do nível da tensão e ansiedade vivenciada no cotidiano da prisão de Itamaracá. Os visitantes do sábado de 15 de abril de 1978 levaram para os presos políticos, no total, 110 carteiras de cigarros. Uma semana antes, no sábado de 08 de abril de 1978, segundo consta no relatório nº 11 (Fundo SSP/Dops nº 29.686), os que estavam recolhidos no pavilhão político da Barreto Campelo receberam 35 carteiras. No primeiro relatório do ano de 1977 (nº 1 de 07/01/1977, Fundo Dops/SSP), que presta contas da vistoria das visitas do sábado de 11 de dezembro de 1976, o tabaco já aparece elencado: no último encontro de 1976 com os presos políticos, familiares e amigos levaram três pacotes e meio de cigarros, o que corresponde a 35 carteiras. Na última visita do ano de 1978, no sábado de 23 de dezembro, a menos de oito meses da Anistia, o consumo de cigarros permanece mais ou menos constante: 30 carteiras de cigarros

foram entregues, segundo registra o relatório nº 47, de 29 de dezembro de 1978 (Fundo SSP/Dops/PE nº 29686).

A tirar pela grande quantidade de maços contabilizados nos relatórios semanais do Dops em 1977 e 1978, o hábito de fumar com grande frequência vai marcar a experiência dos presos políticos em todos os anos de cadeia. E não é só nessa fonte que este tipo de registro específico aparece. No corpo de correspondências analisadas, o cigarro também assume significados na dinâmica da prisão e na existência do coletivo. Logo na primeira carta escrita da cela do Dops, em Recife, em 28 de setembro de 1974, João Bosco Rolemberg Côrtes registra: *Os meus cigarros são p/ todos. Só eu aqui fumo e distribuo*. Uma semana depois de chegar a Penitenciária Barreto Campelo, na carta de 19 de janeiro de 1975, aparece novamente a necessidade de cigarro: *Voltei a fumar, senti estes dias uma vontade enorme, mas vou controlar*. O aumento do desejo de dar uns tragos, neste caso, diz muito dos meses iniciais de adaptação ao encarceramento na Barreto Campelo. Em outros momentos, pode representar expectativas relacionadas com o mundo de fora, como a espera da chegada do primeiro filho, como na carta de 21 de março de 1977: *Estou numa expectativa sobre a chegada de Toquinho, que já pode até está aí juntinho de você. Não sabia se devia escrever esta ou se aguardava notícias. Fico fumando mais um pouco, acabei uma carteira em 24 horas!*

Trancados na prisão de Itamaracá, os presos políticos fumam demasiadamente. Para diminuir o nervosismo da condição, para distrair a dor, para aplacar a saudade, para desafogar o apereio e a transformação da própria identidade.

Feito este parêntese analítico sobre a presença do cigarro na prisão, volto para aprofundar duas questões, já indicadas nos depoimentos da pesquisa, e que, como o cuidado com a alimentação, foram bandeiras de lutas tão caras à integridade e fortalecimento da estrutura dos presos políticos: o direito ao banho de sol aliado à prática de exercícios físicos, principalmente o futebol, e a produção do artesanato. A primeira iria garantir a disposição física do coletivo, a segunda asseguraria aos presos políticos uma atividade produtiva indispensável ao reforço financeiro, sempre bem-vindo para colaborar com a sobrevivência do coletivo.

Tanto nos depoimentos dos ex-presos políticos, quanto nas fotografias e nas correspondências, essas duas questões vão aparecer com frequência e se destacar como primordiais para fortalecer a resistência e compor o equilíbrio físico e psíquico deles,

individualmente e no coletivo. Em relação ao papel que o banho de sol e à prática de exercícios físicos tinham para os presos políticos da Barreto Campelo, os depoimentos coletados nas entrevistas possibilitam conhecer quais aspectos dessa experiência ficaram retidos na memória deles e o que cada um escolheu recordar sobre o tema durante a realização da pesquisa:

Depois da alimentação, os banhos de sol aliado ao futebol eram as principais reivindicações nossas quando chegamos em Itamaracá. Que era uma grande necessidade que a gente tinha lá. Eu, pessoalmente, se eu não tivesse a descarga emocional que eu tive lá com esse esporte que era o futebol [...]

Para mim era fundamental. Até onde o joelho aguentou, eu jogava todos os dias. Quer dizer, depois que a gente passou a ter a condição, porque a gente vai chegar lá, vai ter a greve de fome, a gente terminou conseguindo um pátio, para qual a gente era deslocado a 5h30 da manhã. Bom, mas nesse período ficou as idas para o banho de sol, a comida que a gente queria receber, pelo menos o direito de ter um fogão, pra gente melhorar, trazer de lá pra cá e melhorar, e um espaço de banho de sol menos problemático como aquele que já tinha resultado em, ninguém chegou a disparar contra a gente, mas o cara quando bateu no fuzil a bala foi embora. Podia ter batido em alguém. Com três meses, quatro, dessa situação, a gente desencadeou uma greve e só assim conseguimos um pavilhão específico, onde depois construíram, numa área interna desse próprio pavilhão, o campinho de futebol e o galpão de artesanato. (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO FILHO, Recife, 20/10/2010)

Então nós passamos um período na primeira localização nossa, bem perto da guarda.. A gente começa a reivindicar que o banho de sol da gente é inadequado, que tinha que ser banho de sol diário, direito de ler. Aí eles transferem a gente desse pavilhão para outro pavilhão. E transferem assim de repente. E aí a gente vai para esse outro pavilhão. E eles tinham prometido a gente que ia fazer um campo de futebol e dar direito a artesanato, mas transferem sem terem feito. Aí a gente faz uma greve de fome. A primeira, que durou 38 ou 39 horas. Tinha o futebol, tinha um pessoal que gostava do futebol. E tinha o pessoal que fazia o exercício físico. Eu não gostava de futebol, eu jogava eventualmente. Eu fazia meu cinco bx, [...], de uma vez por outra eu jogava. Então, todo mundo gostava ... o que pegava era o futebol.

[...]

Ele tem o papel de diversão individual de cada um, e tem o papel de confusão, de atrito, de confusão, de briga, de desentendimento também. No nível da massa, não tinha vanguarda nenhuma. (MARCELO MÁRIO DE MELO, Recife, 19/10/2010)

A análise dos dois trechos acolhe algumas pertinências. Em nenhuma das falas há detalhes exatos a respeito das greves de fome, quando e quantas realmente foram preciso ser feitas no início da luta de reconquista dos direitos dos presos políticos, mas os ex-presos políticos são claros e unânimes ao recordar que a necessidade de um espaço e de horários definidos para o banho de sol e a prática do futebol entravam, em todas as ocasiões, como reivindicações obrigatórias e prioritárias. Francisco de Assis e Marcelo Mário de Melo

deixam explícito isso em vários momentos: *Depois da alimentação, os banhos de sol aliado ao futebol eram as principais reivindicações nossas quando chegamos em Itamaracá*, afirma Francisco. *E eles tinham prometido a gente que ia fazer um campo de futebol e dar direito a artesanato, mas transferem[para o pavilhão que seria o definitivo dos presos políticos até a Anistia] sem terem feito. Aí a gente faz uma greve de fome*, relata Marcelo.

Na luta entre repressão e resistência, o artesanato, o banho de sol e o futebol eram motivos de declaração de guerra do coletivo dentro da prisão política da Barreto Campelo. E essa trincheira é justificada pelos entrevistados quando explicam a importância do papel que essas atividades desempenhavam no cotidiano para a sobrevivência dos presos políticos. Classificado como uma grande necessidade do grupo, o futebol tornava-se fundamental e principal atividade física que caía no gosto majoritário do coletivo por funcionar como um espaço não só de treino corporal, como também de extrapolação emocional coletivo. Era exercício, diversão e terapia, ao mesmo tempo.

Nos depoimentos de outros dois, é interessante perceber que os ex-presos políticos acabam por indicar, além do tríptico efeito exercício-terapêutica-recreativo, uma outra função desempenhada pela prática do esporte.

De manhã, cinco horas da manhã, acho, chegava o guarda, abria aqui [*mostrando na fotografia a grade do portão que separava as celas do corredor que dava para o acesso a campo de futebol*] e ficava até, sei lá, cinco horas, até ir escurecendo. Então, futebol geralmente era de tarde. Todo dia tinha, todo dia. Era o momento de botar pra fora também. (ALBERTO VINÍCIUS DE MELO DO NASCIMENTO, Recife, 21/10/2010)

Era um dos melhores momentos. De atividade física, de discussão, de gastar energia. [...]Então é isso, o dia todo era isso. As celas abertas, de manhã uma turma estava no artesanato, de tarde outra turma também ficava no artesanato. E no final da tarde, antes do tranca desse portão, acho que era cinco horas, jogava futebol. Todo dia. A depender do ânimo, da disposição, futebol. Uma delícia. (JOÃO BOSCO ROLEMBERG CÔRTEZ, Aracaju, 15/10/2010)

A prática do futebol fazia parte do dia, do cotidiano da prisão de Itamaracá. Atua, aí, como uma espécie de marcador temporal das atividades, dos turnos, da rotina estabelecida pelos presos políticos atrás das grades na Barreto Campelo. *Todo dia, todo dia, a expressão é repetida tanto por Carlos Alberto quanto por João Bosco. Ter jogo todas às tardes representava normalidade, hábito, constituía a rotina. Era, por natureza, algo importante para o coletivo, um dos melhores momentos para alguns. Momento de atividade física, de*

*discussão, de gastar energia.* Com os pés no campinho, correndo atrás da bola, os presos políticos se permitiam ter prazer, estourar, brigar e voltar a se resolver, em um território que tinha lugar e horário certos para começar e terminar: todos os dias, no fim de tarde, tinha jogo na prisão política de Itamaracá.

O peso da representatividade deste tema na experiência da prisão política revelou-se também quando parti para o levantamento do acervo fotográfico. Em todos os álbuns dos entrevistados, a maior incidência de fotografias são justamente aquelas que retratam os presos políticos formando um time de futebol após uma partida ou exercitando os corpos em jogo no campinho do pavilhão.



**Imagem 9:** Presos políticos no campo de futebol da Barreto Campelo.  
Julho de 1978. Acervo: Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho



10



11



12

**Imagem 10:** O time de presos políticos. Com a bola na mão, Carlos Alberto Soares. Nov. 1978.  
Acervo Carlos Alberto Soares

**Imagem 11:** O time de presos políticos. Com a bola na mão, José Pedro da Silva. Nov. 1978  
Acervo: Alberto Vinícius Melo do Nascimento

**Imagem 12:** O time de presos políticos. Com a bola na mão, Luciano de Almeida. Nov. 1978  
Acervo: Alberto Vinícius Melo do Nascimento.

As quatro fotografias apresentadas acima representam o tipo de imagem específica a que me refiro como constante no acervo dos álbuns dos entrevistados. Comparando umas com as outras, as imagens que registram, em grande quantidade, a prática do futebol, têm uma razão para ser tão numerosas. Ademais, elas acolhem algo de semelhante. Repare novamente nas imagens 1, 2 e 3 (ver p33-34, cap. 1), 9 e na série em sequência das imagens 10, 11 e 12.

Perceba que em todas as cenas em que miraram as lentes para si mesmo, na área destinada ao futebol, os presos políticos se deixam e querem ser fotografados propositalmente, exatamente neste momento em que estão juntos. Tudo indica que fazem questão de aparecer nas fotografias posando como um time. E o resultado dessa intenção fotográfica colabora para compor uma estética da imagem do coletivo. Focá-los todos, juntos, unidos, dava força à representatividade da formação dos presos políticos em um grupo forte e coeso.

Essas fotografias do time de presos políticos captam muito além do que a atmosfera da prática esportiva. Pode-se aprofundar a análise se compararmos a imagem 3, registro fotográfico mais antigo onde os presos políticos estão compondo um time de futebol em 1975, com a imagem 9, fotografia feita pelos presos políticos após um jogo em julho de 1978. Na primeira, eles estão mais sérios, mais fechados, fisicamente encolhidos – seis mantêm a atitude dos braços cruzados -, mais sistematicamente organizados, arrumados, abotoados em camisas. Dizer dessa rigidez para a pose fotográfica é dizer um pouco também do clima do período dentro da prisão. Em julho de 1978, na imagem 9, a composição já parece ser diferente. Os presos políticos já aparecem mais descontraídos (somente um de braços cruzados), mais soltos, corpos esparramados no chão, pouca roupa, peitos nus, como quem mostra menos insegurança e mais intimidade com o espaço onde vivem.

Nas imagens 10, 11 e 12, de novembro de 1978, uma constatação curiosa e significativa. Elas formam uma sequência da mesma série de fotografias. Em cada uma delas, um preso político diferente faz questão de estar com a bola, como que a inscrever a importância que o futebol tem no cotidiano das suas vidas na prisão. Na primeira, ela está com Carlos Alberto Soares, na segunda com José Pedro da Silva, na terceira com Luciano de Almeida.

Uma anotação ao fundo da fotografia pode nos ajudar a ampliar a investigação. Ao fundo da imagem 9, está escrito: *Reja, O retrato de um tempo que há de ser vencido c/ altivez*. A preocupação em se manter e se mostrarem altivos e ativos parece ter sido realmente um dos modos encontrados pelos presos políticos para resistir às duras e precárias condições na prisão. Seja na organização pessoal ou coletiva, banho de sol, futebol e exercícios físicos são questões sempre dadas como importantes na condição da prisão política e que atravessam insistentemente o corpo epistolar estudado, durante a elaboração dessa dissertação.

Através da primeira correspondência escrita por João Bosco Rolemborg Côrtes no Dops de Recife, em 28 de setembro de 1974, é possível perceber de que maneira os presos

políticos tinham a consciência do treino físico como um dos instrumentos fundamentais para gerar as condições de resistência: *Recebi também o livro 5BX e estou na 2ª tabela. [...]Estou mais equilibrado emocionalmente, acho que 5BX está contribuindo muito p/ aliviar tensão, continuo meio endurecido, esta atitude minha, nestas condições, eu acho positiva.*

Em outras palavras, era preciso cuidar do corpo, fortalecê-lo para estar preparado para as condições de conflito e de enfrentamento contra a ditadura e que se colocam a todo instante dentro da prisão. Em 2 de outubro de 1974, ele escreve: *Estou querendo mesmo fazer yoga p/desenvolver auto-controle; meu corpo já está melhor c/ 5BX; acabou as vitaminas mas continuo c/ mentalvit.* Desde o início do encarceramento, os exercícios físicos despontam como essenciais para a sobrevivência do preso político. 5BX, yoga, vitaminas, qualquer uma dessas alternativas era válida para conseguir disposição, equilíbrio, auto-controle para se recompor dos períodos de torturas e aguentar o terreno de instabilidade e vulnerabilidade em que se encontra. No período de adaptação, na chegada à Barreto Campelo, esse processo fica explícito em pequenas passagens como a encontrada em 19 de fevereiro de 1975: *Recomeçando o 5BX já melhorei a aparência.* Muitos presos políticos acompanhariam a tabela do 5BX para se recuperaram a condição física até os últimos dias de prisão política. Em 13 de dezembro de 1978, três meses antes de alcançar a liberdade, João Bosco Rolemberg Côrtes escreveria: *[...] o 5BX diariamente, importante acumulador de disposição física.*

Nas correspondências, os dias com futebol e banho de sol são sempre dignos de nota, tal seu valor para os presos políticos. A privação ao banho de sol em Itamaracá também é algo importante a ser registrado e nas cartas é sempre sinônimo de repressão e anormalidade carcerária. É assim que, ainda na de 02 de outubro de 1974, está redigido: *Estamos tentando conseguir uma bola p/ o banho de sol; agora aqui só somos quatro, o alagoano foi p/ Itamaracá; por sinal Fernando Lira [em 1974, era deputado federal eleito pelo MDB] leu uma carta de uma mãe de preso político em Itamaracá, falando sobre a falta de banho de sol.* Coloca-se de forma nítida neste trecho, acima de tudo, o poder de mobilização e de denúncia tanto da família do preso político, quanto do representante do MDB. Era 1974, e a eleição de uma bancada representativa do MDB para a Câmara Federal vai ser decisiva para fazer oposição política à ditadura, abrindo os caminhos para a luta que se travaria a favor do fim do regime nos anos seguintes da década de 70 no Brasil.

Assim como é relatado nos depoimentos com os ex-presos políticos, nas 43 cartas analisadas, que cobrem um período que vai de 1974 a 1979, o futebol, o banho de sol e o

artesanato são citados recorrentemente como atividades que consolidam a rotina e a resistência do coletivo de Itamaracá. E essa constância também vai percorrer, como foi visto, a coleção fotográfica dos ex-presos políticos da Barreto Campelo. Conhecer e estudar mais duas imagens deste lote temático possibilita acrescentar perspectivas.



**Imagem 13:** Presos políticos jogando futebol na Penit. Barreto Campelo. Nov/1978.  
Acervo: Marcelo Mário de Melo



**Imagem 14:** João Bosco Rolemberg Côrtes em pose de embaixada. S/data.  
Acervo João Bosco Rolemberg Côrtes.

As duas fotografias nos fornecem uma visão parcial do pátio interno do pavilhão dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo. Compõem o cenário da imagem 13, o campo de areia do futebol, a rede e as traves, alguns pés de bananeiras, uma abertura com grades na parede do lado direito da foto. Em ambas as imagens, muito sol, forte claridade, uma bola, e corpos, só de shorts e tênis, em movimento. Em nenhum momento há presença, nas fotografias, de policiais e seguranças da administração penitenciária. Ali era um território só deles. O campo de futebol se configura, imagetivamente, como zona livre de grades e da opressão da prisão. É neste espaço que dá para os presos políticos verem o céu quase sempre forte, quase sempre azul, sem estar quadrado. É neste espaço que os corpos estão soltos, correm, suam, queimam ao sol, e encontram o seu tempo e lugar de movimento, de liberdade momentânea, livres, por algumas horas, todos os dias, da sensação-função máxima da prisão, de oprimi-los ao os deixarem paradas e inertes, enjaulados no espaço mínimo do cárcere. Daí sua importância e a prática de se registrarem em fotografias exatamente nesses momentos e nesse local. Aquele era um espaço de conquista, a concretização real da resistência, da luta pelos direitos da condição de preso político.

Estrategicamente, o futebol e – principalmente - o artesanato vão preencher os dias dos presos políticos. Logo na primeira correspondência escrita após a chegada à Penitenciária Barreto Campelo, João Bosco Rolemberg Côrtes descreve o que encontra estabelecida como uma rotina de horários e atividades plenamente definida e em funcionamento no coletivo dos presos políticos: *Às 5 hs toca levantar, 5,30 tem café; 7,30 começa banho de sol e artesanato; às 11 hs almoço; às 13 hs banho de sol, futebol.*

Organizar-se logo para se integrar a essas atividades compõe a estratégia e o esforço inicial de se adaptar o mais rápido possível ao cotidiano da prisão. Ainda na primeira carta redigida na Barreto Campelo, escreve: *Como é normal meu ritmo de vida está bagunçado, mas logo me adapto. [...] Toda quinta-feira aqui tem lavagem de roupa. Acho que a partir de segunda-feira vou começar a organizar minhas atividades.*

Na segunda carta após a chegada na Barreto Campelo, em 19 de janeiro de 1975, o preso político já se mostra engrenando o ritmo, ao informar: *Eu estou trabalhando e sinto agora o tempo correr ligeiro. Estou certo que ganharei algum dinheiro com a venda dos quadros.* Nos relatos semanais sobre a vida no cárcere, há sempre presente uma preocupação do preso político em não ficar sem fazer nada, de se mostrar ativo e fazendo algo, de se tornar produtivo. Aliás, tratar de se ocupar e trabalhar no artesanato aparece, nas correspondências,

com dupla função no cotidiano da prisão política: ajudará a passar o tempo de cadeia e a angariar dinheiro para a ajuda do próprio sustento e nas despesas do coletivo.

A sensação de que o trabalho e o esporte colaboram para preencher e melhorar os dias de prisão permanece nas semanas seguintes do início de cumprimento de pena na prisão política de Itamaracá. Na carta de domingo de 26 de janeiro de 1975, consta: *Tenho tido o tempo cheio e embora já esteja mais adaptado ainda não encontro tempo p/ desenhar, o artesanato e o futebol têm enchido bastante o tempo. Os dias têm passado ligeiros.*

Ocupar-se para se sentirem vivos, ativos. Fazer com que a experiência da prisão tivesse serventia, e fosse útil a eles mesmos, era questão de honra e de resistência para presos políticos como forma de se colocar e se opor contra a ditadura brasileira. Após a transferência da Casa de Detenção do Recife para a Penitenciária Barreto Campelo, em 1973, os presos políticos trataram de batalhar para garantir novamente seus direitos básicos de sobrevivência. Após conseguirem regularizar o acesso a alimentação beneficiada, ao banho de sol, às visitas, e conquistaram um pavilhão e um terreno interno com um campo de futebol, em 1974, o direito de ter um espaço onde eles pudessem ter a opção de trabalhar seria a próxima reivindicação da luta do coletivo de presos de Itamaracá, concretizada com a construção do galpão de artesanato na mesma área destinada ao futebol.

Na Barreto Campelo a gente conseguiu também, depois de muitas confusões com a administração da penitenciária, organizar um artesanato. E isso gerava uma certa renda. Que a maioria dessa renda ia para ajudar alguns companheiros, principalmente pessoal da área rural que não tinha grana para família vim, viajar. Então esse dinheiro ia um pouco pra isso, e pra tentar melhorar a alimentação da gente. Então nós fazíamos artesanato e as famílias vendiam.

[...]

A ideia do artesanato até onde eu me lembro foi de Alberto. Alberto tinha ido passar, respondendo processo no Paraná, negócio assim, e aí ele trouxe de lá uns colares, um tear que fazia uns colares que era pra isso, daí começou a fazer esse artesanato, daí a ideia da gente organizar, terminou a gente trabalhando com couro, e uma série de outras coisas. Mas o objetivo era gerar renda.

[...]

Primeiro tinha algumas normas. Tinha, por exemplo, essa coisa do artesanato. Em determinado momento foi decidido que todos os presos tinham que dar, coletivamente, claro, que todos nós daríamos duas horas por dia para o artesanato coletivo. Tinha pessoal que já tinha experiência com trabalho em couro, sapateiro, que era Zé Arlindo. Tinha outras pessoas que tinha experiência com artesanato lá e nós íamos fazendo isso. Então todos nós trabalhávamos nisso. (CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 21/10/2010)

Durante minha custódia lá no Paraná, eu aprendi fazer artesanato. Era artesanato de miçanga e de couro. O pessoal lá era bem desenvolvido no artesanato. Aí quando eu cheguei, bom, eu trouxe umas coisas boas para gente fazer e tal. Aí, a primeira experiência foi com o tear. Uma tábua com os preguinhos, bota umas linhazinhas, aí com a agulha e umas miçangas você vai passando, faz esses colarzinhos. Rapaz, foi um drama para eles permitirem isso, esse tear. Porque achavam que era um perigo, uma arma. [...] porque a gente não tinha direito a nada, havia um rigor muito forte. Tanto que o tear não tinha como entrar, eu pedi para trazer uma tábua, dois pedacinhos de madeiras, e uns pregos para fixar. Linha, agulha e miçanga. Quando tava pronto lá, não, tem que dormir todo o dia fora, tem que entregar para eles o tear. Até que isso foi sendo quebrado, a gente conseguiu entrar uma faquinha. Com essa faquinha começou a comprar couro, fazer carteira, bolsas, sandálias. Essa era uma forma de conseguir dinheiro para comprar algumas coisas. (ALBERTO VINÍCIUS MELO DO NASCIMENTO, Recife, 21/10/2010)

Eu só trabalhava obrigado. Por mim eu ficava lendo de manhã, produzindo documentos e jogando minha bolinha à tarde, que pra mim era fundamental. Mas como tinha, tinha a obrigação social. Eu sempre fui muito desajeitado, nunca tive nenhuma habilidade, eu me virava fazendo colagem, e era por duas horas. [...]. Esse artesanato começou a ser muito bem vendido. Porque algumas mulheres nossas, a de Alberto, principalmente, estavam em São Paulo. Então o movimento democrático estava começando a ser organizar, surgiu o MFA, o Movimento Feminino pela Anistia, que surgiu mais ou menos em 75, por aí, e ela, e isso permitia a ela, como tinha ligações diversas lá com essa área, vender os nossos materiais, que aqui a gente vendia com um preço, era melhor do que saía na rua, mas era um preço baixo. Lá não, se aqui a gente vendia por cinquenta cruzeiros, ela vendia por 300 cruzeiros. Aí começou a melhorar muito nossa situação, a gente começou a relaxar as normas de ... então cigarro começou a ser mais liberados, lps ... então foi ficando uma coisa mais folgada pra gente. Aquilo que no início a gente chamava de comunismo de guerra, que tinha que cumprir muito rigorosamente as determinações todas do coletivo passaram a diminuir ... (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 20/10/2010)

Quando o assunto é a prática do artesanato, algumas congruências se salientam nos depoimentos dos três ex-presos políticos. A primeira delas é a dificuldade inicial de conquista do direito de trabalhar dentro da Barreto Campelo. Para conseguir um espaço e ferramentas para a prática do artesanato, o coletivo teve que vencer as confusões e os obstáculos impostos pela administração da penitenciária. A presença de qualquer pequeno objeto, indispensável para a fabricação do material artesanal, virava para a repressão motivo de controle e censura à realização do trabalho dos presos políticos. Para argumentar os impedimentos, a administração da prisão interpretava sempre como uma ameaça os direitos e as conquistas do coletivo. Fosse um tear, fossem pregos, fossem agulhas: qualquer coisa estranha à gramática carcerária comum entrava na lista rigorosa da direção da prisão, com o argumento de risco de perigo e de arma. Constata-se, assim, a prática corriqueira da ditadura em proibir e/ou atrapalhar os presos políticos em trabalhar, em exercer qualquer atividade que os fortalecessem e os beneficiassem.

As falas dos entrevistados também confluem sobre a importância da troca e construção de saberes e experiências entre presos políticos, fossem eles de prisões diferentes ou da mesma penitenciária. No caso da Barreto Campelo, os depoentes são unânimes em indicar a passagem temporária por um presídio político no Paraná de Alberto Vinícius Melo do Nascimento como crucial para o início do intercâmbio e aprendizagem das técnicas artesanais no galpão do pavilhão da prisão em Itamaracá. É observando a prática de presos políticos no outro extremo do país que um dos presos políticos leva e compartilha com os companheiros de cela em Pernambuco a técnica de fazer tear, miçangas e colares.

Um outro ponto de concordância majoritária entre os ex-presos políticos é a participação decisiva dos camponeses para o aperfeiçoamento e a ampliação da prática do artesanato no coletivo. Dentro da prisão, o artesanato cresceu, principalmente, por conta da experiência profissional de gente simples, a maioria provenientes do interior, pequenos artesãos, trabalhadores rurais, sapateiros como o preso político Arlindo Felipe da Silva, apontado pelos entrevistados como peça-chave para passar os segredos do ofício que ajudariam a estabelecer à produção de sandálias, bolsas e carteiras de couro.

Nos trechos analisados fica exposta uma outra questão, já abordada nesta dissertação, sobre as contradições de classe na composição dos presos políticos e como isso influía e definia aspectos na organização e no exercício das atividades no cotidiano do coletivo dentro da Penitenciária Barreto Campelo. Havia os militantes de classe média, com uma formação intelectual mais articulada, e havia os opositores da ditadura formados pela classe pobre, camponeses, operários e trabalhadores rurais. Na prisão de Itamaracá, os primeiros trataram logo de assumir o comando de decisão política do coletivo e puxar para si as responsabilidades de articular a resistência pelo caminho de escrita dos documentos de denúncias. Com pouca instrução escolar, os segundos foram fundamentais para tocar a resistência do coletivo pela estrada na qual os primeiros não tinham quase ou nenhuma andança: a experiência prática do trabalho.

Esse contexto facilita compreender porque o coletivo se impunha duas horas por dia de contribuição no artesanato, citado por Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho como *obrigação social*. Era a norma: todos *tinham* que dar sua cota diária de trabalho, de contribuição, tivesse ou não habilidade para tal. No cotidiano da prisão política, não bastava que cada um realizasse sua função e seu momento para cozinhar, limpar, ler, se exercitar, conversar, escrever, discutir. Assim como no mundo lá fora, por uma questão de

sobrevivência, as condições impunham a necessidade dentro da prisão. Para sustentar o coletivo, para arrecadar dinheiro, para gerar renda, para melhorar a situação de todos ali, para resistir, era preciso dividir também as tarefas laborais, era preciso trabalhar, botar a mão na massa, ou melhor, nos teares, trenas, moldes, couros, tesouras, miçangas.

Estudando os depoimentos, é pertinente observar que com a melhora das condições financeiras do coletivo, conseguida com a venda do material produzido no galpão do artesanato, os presos políticos puderam resolver alguns conflitos gerados entre eles por conta do comunismo de guerra. Com o dinheiro arrecadado, eles conseguiram reforçar as compras dos gêneros alimentícios, diminuir a escassez materiais do cotidiano e, conseqüentemente, reduzir o rigor da divisão de bens para o grupo e liberar mais o acesso a gêneros como cigarros e lps.

Por último, e não menos crucial, os entrevistados apontam o papel decisivo das famílias para a comercialização do artesanato. Mais uma vez aí, a participação efetiva e a articulação de resistência partindo sempre das mulheres. São as mães, as irmãs, as esposas e namoradas que arrecadam o dinheiro do lado de fora, compram as matérias-primas no comércio, levam esse material durante as visitas para os presos de Itamaracá, transportam de volta ao mundo já prontas as bolsas, sandálias, carteiras e bijouterias, ajudam a definir o preço, carregam o artesanato e os vendem nas feiras e em qualquer espaço onde fosse possível, recebem o pagamento, fazem os cálculos e vão as compras novamente para levar os mantimentos necessários para as condições dos seus filhos, irmãos, maridos e namorados, presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo. No decorrer da conversa com os entrevistados, fica claro também como toda essa mobilização ganha força com o Movimento Feminino de Anistia.

Não por acaso, todas as questões pontuadas nos depoimentos dos ex-presos políticos sobre a prática do artesanato são as mesmas que acompanham as preocupações e os registros encontrados nas correspondências escritas pelo preso político João Bosco Rolemberg Côrtes, principalmente no primeiro dos seus quatro anos, dois meses e doze dias de cumprimento de pena na Barreto Campelo. Logo na semana de chegada na penitenciária, na carta de 19 de janeiro de 1975, a primeira passagem sobre a prática no galpão já se manifesta: *No artesanato já costurei e pintei carteiras, iniciei a fazer colar simples, ainda estou aprendendo.* Praticamente em todas as cartas que redigiu dentro da prisão, o preso político vai relatar o desenvolvimento no ofício, num processo como que para tomar consciência da evolução do

aprendizado e do quanto estar ativo, trabalhando, lutando para conseguir resolver a dificuldade financeira, eram intransponivelmente fundamentais para a sua condição de sobrevivência na prisão política de Itamaracá.

Na correspondência de 19 de janeiro de 1975 também fica explícito como a comunicação com os familiares funcionava para o aperfeiçoamento da prática do artesanato e de que maneira as mulheres tinham uma atuação primordial para o crescimento das vendas e desafogo financeiro do coletivo: *Preste atenção à moda, usos e costumes em matéria de couro, colar e mande me dizer p/ que o artesanato fique ao gosto da moda. [...] Eu estou trabalhando e sinto o tempo correr ligeiro. Estou certo que ganharemos algum dinheiro com a venda dos quadros.*

Uma semana depois, no domingo de 26 de janeiro de 1975, o preso político registra não só o desenvolvimento inicial no novo ofício como também o começo de um caminho de experimentações técnicas e pesquisa artesanal que o faria descobrir, aprender e amadurecer, no espaço coletivo do galpão, uma aptidão que transformaria, no espaço da prisão, sua identidade, seu modo de ser: através do encontro com pirogravura, ele sairia das celas da Barreto Campelo como artista plástico. *No artesanato, estou desenhando, pirogravando e pintando as carteiras e bolsas. Mas não me sinto à vontade p/ aplicar minha habilidade por enquanto. Ainda não conheço bem o gosto atual e os tipos de pinturas usadas nas bolsas e carteiras, depois não gosto de desenhos geométricos, à moda hippie; nem tenho ainda uma coleção de temas nordestinos (meus preferidos) não sei se está na moda. Com mais tempo de trabalho e pesquisa resolverei este problema.* Um domingo adiante, em 2 de fevereiro de 1975, ele indicaria avanços, com uma evidente indicação de que o cotidiano da prisão política estava se constituindo como um tempo/espaço de aprendizado: *Na pintura do artesanato esta semana que passou eu fui melhor pq pintei temas reais, pássaros e baianas, jangadas. [...] Talvez esta semana nós vamos tirar retratos aqui no futebol, no artesanato ... aí vou poder mandar p/ meu pessoal e você, Toquinho, ficarão comigo mais perto.* Aí mais uma indicação e uma confirmação: não era suficiente só contar o que estava aprendendo, era preciso documentar, mostrar e guardar esses momentos considerados importantes para os presos políticos, através da fotografia.

E assim, com o passar dos dias, o preso político vai colocando no papel quais sensações, ensinamentos e efeitos o trabalho dentro da prisão acaba por proporcionar. Faz isso em vários momentos. Em 5 de fevereiro de 1975: *O artesanato e o futebol têm sido dias*

*cheios e riquíssimos p/ mim. O tempo voa rapidamente. Estou bem pretinho do sol. Em 13 de abril de 1975: No artesanato estou ajudando a fazer sandálias e aos poucos vou me habilitando; Eram as únicas horas que eu passava concentrado. [...]Estou aprendendo a trabalhar c/ serigrafia, uma técnica de reprodução de desenhos. Em 27 de abril do mesmo ano: Continuo a fazer sandálias no artesanato. Mais adiante, em 26 de novembro: Recomecei a trabalhar nas bolsas; se você trouxer alguns modelos será bom. Recomeçamos a fazer aqueles colares de cobre, não me lembro da aceitação deles por aí. Para enriquecer o tempo, ajudar os outros presos políticos, habilitar-se no ofício, se concentrar em uma ocupação, aprender com a vivência, para continuar e ter estímulo para recomeçar os dias e a vida na prisão. Ações, e sentimentos que se misturam e se agregam à prática produtiva do coletivo e que, aos poucos, vai constituindo o cotidiano e à experiência dos presos políticos na Penitenciária Barreto Campelo.*

Nas correspondências, o fortalecimento da sistematização da venda do artesanato encontra, mais uma vez, nos entendimentos com a família, parceria cúmplice e solidária à tarefa de contatar pontos de revenda e adequar e direcionar o perfil da produção dos presos políticos aos interesses do mercado fora da prisão. É assim, por exemplo, na carta de 19 de março de 1975: *Veja c/ minhas primas se elas pretendem receber encomendas fixas p/ vender nas lojas aí mensalmente, ganhando percentagens. Precisamos de um ou várias lojas p/ fornecer mensalmente e regularizar as vendas. [...]. Mande também sempre revistas de modas femininas, ou então fique comprando p/ você e só mande as sugestões. Como você deve ter notado estamos pretendendo conquistar e garantir mercado fixo p/ fornecermos mensalmente.*

Através das correspondências, é possível também conhecer a estratégia utilizada para sondar a aceitação dos produtos e os preços pelos quais eram vendidos: *Hoje você deve estar recebendo três pares de sandália que mandei como amostra ao preço de Cr\$ 35, 00; caso seja interesse e possível no futuro podemos mandar alguma quantidade,* registra a carta de 30 de março de 1975. Quase um mês depois, em 20 de abril, mais indícios da tabela cobrada: *Você pode vender as bolsas à Cr\$ 60,00 e os colares à Cr\$ 10,00.*

A produção e a venda do artesanato, a renda gerada a partir da prática do ofício, toda essa movimentação resultava em meios de resistência dos presos políticos. Nas cartas analisadas, há indícios claros de que a repressão tinha total ciência disto e agia com censura e revistas rigorosas. Em 25 de fevereiro de 1975, o preso político informa à destinatária: [...];

*recebi ainda p/ surpresa minha sua encomenda de boutique, duas coleções de bastões cores, 2 lixas, 1 pincel; os outros materiais p/ talha vou receber amanhã; mande dizer p/ carta a lista desse material para que eu possa conferir.* A necessidade de checar parece assinalar a desconfiança do preso político de que nem todos os materiais enviados pela família e que passam pela vistoria da administração carcerária chegavam realmente ao seu destino final.

Ao acompanhar os relatórios de visita produzidos pelo Dops, esse corpo documental nos fornece duas dimensões de entendimentos. Ao investigá-los detalhadamente, é possível compreender, no período referente a dezembro de 1976 e dezembro de 1978: 1) o poder de alcance do controle que o Dops exercia através da catalogação minuciosa de tudo o que chegava 2) o fluxo de entrada dos produtos e quais as matérias-primas que compunham a prática artesanal dos presos políticos.

Pelos relatórios das visitas realizadas no dia 11 de dezembro de 1976 e 08 de janeiro de 1977, por exemplo, é possível inferir pela grande quantidade de produtos entregues, que o fluxo da produção artesanal dos presos políticos estava a todo pique. Constam na lista do Dops: 19 tiras de couro, 13 vidros de verniz, 14 pares de saltos grandes, 24 saltos pequenos, 2 sacos de serragem, 1 tira de sola, 1 kg de cola branca, dois grampos de carpinteiro, 1 lata de cola, 1 lata de neutrol, 2 grampos de carpinteiro, 1 lata de cola, 1 lata de neutrol, 30 feiche clair, 124 fivelas médias, e 140 fivelas pequenas, mais dois saltos de sapato e 3 sarrafos.

No sábado seguinte, no relatório de 15 de janeiro de 1977, o grande fluxo de material entregue permanece, fato que sugere a constância no ritmo de produção semanal dos presos políticos, e a urgência em conseguir dinheiro para sobreviver. Constam entre os objetos entregues: 2 sacos contendo couros e solas, 2 latas de procouro, 1 lata de adesivo, 4 fechi-clair, 1 faca de sapateiro, 1 saco de bucha p polimento pequeno, 72 saltos p/ saltos ou sandálias, 1 suvela, 1 lata de neutro, 1 pedaço de borracha para solado, 1 vidro amicol verniz, 1 tesoura p/ cortar ferro.

Quanto mais material para o artesanato, mais trabalho, mais ocupação, mais chance de melhorar as condições precárias e as necessidades coletivas e individuais que afligiam os presos políticos de Itamaracá. Analisar as fotografias relativas a este tema, encontradas nos acervos dos entrevistados, implica também em algumas sugestões provocativas.

---



**Imagem 15:** Vista panorâmica do galpão de artesanato dos presos políticos na Penit. Barreto Campelo. S/data. Acervo: Carlos Alberto Soares



**Imagem 16:** Vista do galpão de artesanato. S/data. Acervo: Alanir Cardoso



**Imagem 17:** O preso político Alanir Cardoso no galpão de artesanato. S/data.  
Acervo Alanir Cardoso



**Imagem 18:** Da esquerda para direita, em pé: Arlindo Felipe da Silva e Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho. Sentados: José Calistrato Cardoso Filho e Samuel Firmino. S/d. Acervo: Alberto Vinícius Melo do Nascimento

Seja ao lado de familiares nos sábados de visita, seja à boca do fogareiro elétrico improvisado como cozinha no canto da cela, seja formando um time no meio do campinho de futebol, os negativos registrados pelo ato fotográfico dos presos políticos captam uma intenção específica: a de registrar um certo tipo de imagem, nos espaços onde se trava, no dia a dia, o esforço obrigatoriamente voluntário e coletivo de reestruturação da identidade e da ação política dentro do cárcere. Nas imagens 14, 15, 16, 17 e 18, referentes ao artesanato, a cena capturada não é diferente. Os presos políticos são sempre expostos às lentes da máquina fotográfica fazendo algo, produzindo, com ferramentas em mãos.

O conjunto dessas imagens nos possibilita entender mais da estrutura do espaço e das mediações realizadas no local conquistado e definido pelos presos políticos como específico para o trabalho. A imagem 14 permite uma visão mais panorâmica do galpão de artesanato. Percebe-se a extensão mediana do lugar, a presença de dois presos políticos no exercício da prática, muita areia na parte externa do galpão e que sua localização se dava colada a uma das paredes da área interna do pavilhão de presos políticos. Na imagem 15, a composição precária da estrutura do galpão se coloca de maneira mais nítida. Dá para observar tanto as escoras de madeiras simples que sustentam a telha de amianto quanto o chão batido de terra que forra os pés dos fotografados. Na imagem, o ambiente parece ser mesmo de uma oficina: há tamboretas, bancos compridos, mesas, prateleiras com latas e garrafas, moldes de sapatos pendurados na parede, retalhos de couro e papéis. Sentados ou em pés, os seis presos políticos que despontam no enquadramento do retrato estão em postura ativa, manuseando alguma ferramenta ou material de trabalho. Descalços ou não, vestem pouca roupa. Ali dentro deveria ser quente.

Nas correspondências estudadas, há passagens que mostram como a localização da Barreto Campelo numa ilha afastada e a precariedade do galpão construído pela administração da penitenciária atingem e afligem às atividades dos presos políticos. Na carta de 11 de março de 1975, consta: *Aqui praticamente já começou o inverno e a praga de moscas e muriçocas. A semana passada não tivemos artesanato, nem banho de sol.* Na de 27 de abril do mesmo ano, insiste: *Se continuar a chover aqui, teremos muita lama. Continua chovendo, o campinho e o galpão ficam imprestáveis.*

As singularidades na representação social dos presos políticos, registradas no ato fotográfico feito por eles mesmos, nos fazem, novamente, ter sempre em pensamento que o que existe é algo real que foi enquadrado em favorecimento de uma cena. Muitas vezes, no

entanto, o poder revelador das imagens pode escapar e extrapolar a intenção inicial dos presos políticos, transbordando perspectivas interpretativas mais amplas a partir dos objetos e ações flagradas nas imagens.

Na imagem 17, por exemplo, a constatação de que o cigarro era companhia constante nos dias nervosos de prisão em Itamaracá pode ser certificada se repararmos a carteira de cigarros e a caixa de fósforo encontradas do canto inferior do lado direito da fotografia. A presença de um outro objeto na mesma imagem, um relógio no pulso do preso trabalhador, pode provocar estranhamento e indagar sobre a mediação com o tempo.

Essas fotografias nos dão a percepção exata da importância que o tempo tinha dentro do confinamento. Em três das quatro imagens expostas acima, os presos políticos aparecem com relógios no lado esquerdo do braço. Ter o controle do tempo, do passar das horas, marcar nos ponteiros a disciplina e divisão das atividades aparece como uma preocupação comum aos presos políticos do coletivo da Barreto Campelo.

Não perder a noção da passagem do tempo também é motivo de apreensão e de registro nas correspondências analisadas. E ela surge já na primeira correspondência do acervo pesquisado, escrita das celas do Dops de Recife: [...], *mandei meu relógio p/ consertar; consegui um calendário c/ Selma*. A ausência ou a presença do objeto marca também as investidas da repressão penitenciária. Em todos os momentos de tensão e de mudanças de espaço e de transferências entre locais de prisões diferentes ou de pavilhões na mesma penitenciária, os relógios seriam confiscados. Tanto que, o preso político João Bosco Rolemberg Côrtes só vai registrar em carta a devolução do relógio quase um mês depois da sua chegada à Penitenciária Barreto Campelo, em 02 de fevereiro de 1975: [...] Continuo firme no futebol. O relógio já foi devolvido.

O tempo da prisão é o da repetição, no qual o cotidiano é normativo (PEDROSO, 2003). É ali, no mesmo espaço, quadrado, todo dia, todo dia, todo dia, que a prisão se faz. Alguma coisa em comum que sustenta os presos políticos juntos e lhes separa. Acompanhamos a composição de elementos, pelos depoimentos, pelas fotografias, pelas correspondências, que nos dão a compreensão de que só se é preso político inserido em um conjunto, dentro de um coletivo. É seu envolvimento individual em uma sociedade construída atrás das grades que o integra como tal, essencialmente, própria da sua condição. O que os une: a adversidade das condições, uma base de reivindicações por direitos dentro da Penitenciária Barreto Campelo, o protesto contra as violações da repressão. A resistência os

sustenta.

O que os separa: a diversidade das condições e perfis individuais que cada um traz para a cela, a constituição heterogênea da cela, o convívio difícil. Cada um viveu um tipo particular de experiência na prisão política. Cada qual produziu uma maneira própria de resistir. Cada um tratou de reinventar, como podia, espaços (físicos e subjetivos) de intimidade e afeto, qualquer artifício, hora ou canto só seu, para sobreviver, para reconstruir a identidade e não desaparecer para si e para os outros nos anos de cárcere.

### **2.3. Sobre as formas individuais de resistência e o mal estar de se estar preso**

Adaptados às rotinas - de instabilidade arbitrária da administração penitenciária e de previsibilidade na agenda de atividades estabelecidas pelo coletivo – cada preso político vai também procurar sustentar uma dicção própria no cotidiano da prisão. No local incômodo e não privativo da cela, vai buscar delimitar só para si um espaço físico mínimo e tentar construir espaços subjetivos para encontrar intimidade e individualidade, em meio à opressão do cárcere.

Se diversos fatores os tornam semelhantes, tantos outros, não menos importantes, vão fazer da experiência de cada preso político única e diversa. Cada qual vai produzir seus mundos particulares dentro da Penitenciária Barreto Campelo. Cada um vai resistir e traduzir, à sua maneira, os processos para refazer a identidade dilacerada no período da clandestinidade e diluída na prisão, enfrentar os conflitos de convivência entre os presos políticos e as violações constantes da repressão, aproveitar os tempos do cárcere para aprender um ofício ou/e estudar, arranjar um jeito de saber do mundo de fora e de desafogar a tensão, a dor e a saudade.

Você busca naquilo que você tem em potencial, em desenvolver como forma de resistência àquilo. A primeira forma é a forma de luta, que é coletiva, contra a repressão. Aí são as formas de luta coletiva. E outra tem as formas individuais. De você não cair na depressão, de você não se desesperar, de você ter uma expectativa, de você tentar tornar toda aquela situação, aproveitar aquilo, uns liam, ah, mas você não pode se prender só a isso, então tinha uma atividade física, o futebol, o artesanato, que tinha um pouco de cada um dessas coisas. Então eu acho que todo mundo pegava naquilo que tinha de, que poderia levar a isso. Eu acho que no meu caso tinha, eu nunca fui um cara de gostar de futebol, de gostar de exercício, ainda hoje eu não gosto, então eu tinha essa coisa talvez de ler um pouco. E quando tinha essa questão de gastar alguma energia, queimar, então eu fazia coisas. Ou me dedicava mais ao artesanato, ou inventava de limpar o campo de futebol, o pessoal pensava que eu tava maluco. (CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 21/10/2010)

Escrever era uma coisa fundamental para mim, inclusive texto poético. Eu via como forma de auto-expressão e era uma forma de você botar um pé fora. Eu chamava a quinta parede do sonho. Você tem as quatro paredes, e a quinta parede era a da fantasia, da expressividade literária, artística, entendeu? Sair daquela contingência limitada, porque a contingência é muito limitada, muito rotinizadora, né? Então você tinha que ter uma alternativa fora, e a coisa da cultura, da leitura, da criatividade, do processo criativo era fundamental pra gente. Até para manter o equilíbrio, né? E as relações ficavam muito rotinizadas. (MARCELO MÁRIO DE MELO, Recife, 19/10/2010)

Minha grande válvula primeiro era a leitura, que eu sempre fui muito ligado na minha vida política sempre teve durante quase 40 anos, hoje é que não faz mais, mas a política teve durante quase 40 anos a condição de vetor principal da minha vida. Mas em todo esse percurso sempre houve um contraponto que era feito com a literatura, desde menino mesmo.

[...]

Na prisão trocava muitas correspondências [...]. Então, isso tinha um papel muito importante na sobrevivência da gente e o fato de manter uma prática intelectual ajudava também. Isso aí era fundamental do ponto de vista da sobrevivência enquanto ser humano, inclusive, a gente tinha que ... porque aquilo ali é um estado ... cadeia nunca foi de recuperação de porra nenhuma. Pelo contrário, é um local de embrutecimento das pessoas, basta ver os presos comuns, eu conheci diversos casos que chegaram lá, por exemplo, essas pessoas que matam por clima passional, mas não são marginais, em um ano estavam completamente marginalizados, na maconha, na prática, na coisa e tal, porque não tinham nenhuma forma que permitisse uma resistência mais lúcida, manter a lucidez, manter uma certa ... de se sentir vivo, de interagir com pessoas que estavam vivendo a mesma situação. [...] eu vivia muito nessa ... de nove às doze, particularmente, pra mim era fundamental ou está escrevendo ou lendo. (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 20/10/2010)

Tentar encontrar janelas, saídas e asas na prática intelectual parece ser, com tonalidades e intensidades particulares, um artifício que intersecciona as práticas de resistência individual cultivadas por parte dos presos políticos de Itamaracá. Fora dos horários coletivos, da hora de cozinhar e comer, da hora se exercitar, da hora de trabalhar, da hora de discussão no coletivo, da hora de preparar documentos de denúncias, cada um foi à procura das suas potencialidades, à caça de momentos e espaços/tempos internos, da catalisação de forças para aguentar a barra de se estar preso.

Esse aspecto toma relevo sensível na fala de todos eles. Tornar toda aquela situação, aproveitar aquilo de alguma maneira, tatear caminhos para se apropriar daquela realidade, cada qual ensaiando traçar sua própria perspectiva de desdobramento da prisão durante o próprio cárcere. Procurar se sustentar, se agarrar a algo, se apegar àquilo que tinha e no que poderia levar, como ressalta o ex-presos político Carlos Alberto Soares. Por isso, qualquer

palavra de afeto em carta já era um alívio, qualquer coisa que os ajudasse a se abastecer e renovar as energias. Importante também gastar a tensão acumulada, qualquer válvula emocional de escape que fosse eficiente e útil. Fosse varrer o campo de futebol, fosse na leitura de jornais e romances, fosse se aliar à escrivinhadura de cartas e contos, o que valia era a tentativa constante de se manter lúcido, de se manter vivo.

É interessante perceber também como a intensidade e os efeitos da opressão do encarceramento vão, implicitamente, definindo as rotas não só das práticas socioculturais coletivas, como também as demandas individuais dos presos políticos. Quanto mais a ditadura brasileira instrumentaliza a repressão com dispositivos para, já dentro da prisão, continuar a excluir, controlar e tirar qualquer poder de participação e informação dos presos políticos, mais eles querem saber do mundo. Quanto mais o regime autoritário impede as visitas, censura as correspondências e impede ou confisca a presença de objetos pessoais, mais eles querem saber dos seus. Quanto mais a administração carcerária viola qualquer indício de individualidade, o quer inerte e anulado, esquecido e não-inscrito, identidade desossada, mais o preso político quer saber de si.

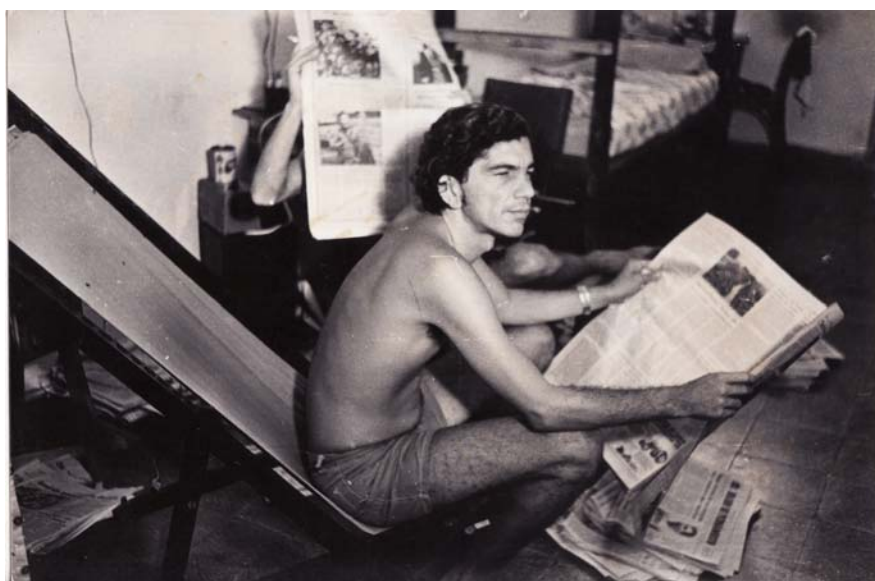
Saber do mundo, saber dos seus, saber de si são três elementos que se configuram como modos de resistência individuais contidos nos depoimentos dos ex-presos políticos de Itamaracá. Assim, o que cada preso político mais deseja é ultrapassar o limite do isolamento, mesmo estando lá. Cavar passagens de fuga e de encontro, sem sair das celas, assume uma função fundamental para lidar com a rotina opressiva da prisão. Neste processo, cada preso político mapeia suas singularidades e afinidades, algumas em comum, outras especiais. Uns se entrincheiravam em jornais e livros ou para manter a lucidez e não embrutecer totalmente ou para abstrair das dificuldades do convívio, um suspiro criativo, uma rota alternativa aos impedimentos rotineiros do cárcere. Trancados em quatro paredes, era preciso fantasiar uma quinta, como cita o entrevistado Marcelo Mário de Melo, para poder encontrar equilíbrio para sobreviver. Afinal, pela poesia, pela escrita, pela memória, pode-se reconquistar a liberdade (PERROT, 2011, p. 310).

Ler, e escrever, escrever, escrever. Documentos, bilhetes, diários, contos, poesia, e cartas. Essencialmente, cartas. Se comunicar com os outros era um maneira de botar o pé para fora, de se auto-expressar, de não ficar mais a margem do que se já estava. Em outras palavras, de se sentir vivo. Junto com os sábados de visita, os dias de mandar e receber correspondências representam as únicas chances reais que os presos políticos da Barreto

Campelo tinham de interagir com o mundo lá fora, de saber dos seus, de se compartilhar e de quebrar a rotina degradante da prisão.

Para além desses elementos, não se pode deixar escapar desses depoimentos como os presos políticos incluem e trazem toda essa prática intelectual para o seu discurso de legitimação da condição de preso político. Eles se colocam como diferentes do preso comum não só por conta da natureza do regime jurídico que os definem (a Lei de Segurança Nacional), ou por causa da atuação de oposição política que os levaram para trás das grades. Para o preso político ele é diferente do preso comum, do marginalizado, porque encontra formas de resistir com lucidez, com o intelecto, com clareza no modo de pensar e agir. Se sente diferente do preso comum porque resiste diferente. Por isso também, pelo poder de ameaça intelectual e ação política, é taxado e tratado diferente pelo Estado: perigoso, terrorista, subversivo, separado num pavilhão para um tipo específico de criminoso. A condição que lhe é própria custa alto ao preso político, e talvez seja por isso que as fontes analisadas o flagram em um esforço intenso em se registrar naquilo que os faz diferente dos presos comuns, e nas questões que os implica como preso político.

Nos acervos fotográficos dos ex-presos políticos, por exemplo, esse processo se dá de forma bastante clara. Quando a pesquisa começou a focar, puxada pelas entrevistas, na resistência individual dentro da prisão, as fotografias que apareceram corriqueiramente, durante o levantamento, em todos os álbuns relacionados aos momentos da prisão na Barreto Campelo foram estas:



**Imagem 19:** O preso político Alberto Vinícius Melo do Nascimento e outro preso político na cela da Barreto Campelo. S/d. Acervo Alberto Vinícius Melo do Nascimento



**Imagem 20:** Preso político Alberto Vinícius Melo do Nascimento na cela da Barreto Campelo. S/d. Acervo Alberto Vinícius Melo do Nascimento



**Imagem 21:** Presos políticos Emilson Ribeiro (datilografando) e João Bosco Rolemberg Côrtes, na cela da Penit. Barreto Campelo. S/d. Acervo João Bosco Rolemberg Côrtes



**Imagem 22:** Marcelo Mário de Melo na cela da prisão de Itamaracá. S/d. Acervo Marcelo Mário de Melo



**Imagem 23:** Alanir Cardoso na cela da Barreto Campelo. S/d. Acervo Alanir Cardoso.

Se o olhar fotográfico pode enfatizar ou omitir (SONTAG, p. 46-47), nas cinco imagens apresentadas acima, a intenção do preso político de se registrar lendo e escrevendo está bastante ressaltada. Em quatro delas eles posam explicitamente: nas imagens 22 e 23 os fotografados olham diretamente para a câmera; nas restantes sustentam uma postura explícita de quem está sendo fotografado. Ler jornais e escrever (fosse à mão ou na máquina datilográfica) aparecem ocupando funções fundamentais no cotidiano do preso político. Registrar essa preocupação, mostrando a como tal, também.

Aos poucos, com a análise até aqui de 20 imagens específicas ao ambiente da Penitenciária Barreto Campelo, as fotografias dos presos políticos vai formando, no decorrer desta pesquisa, um arcabouço simbólico e estético que nos propõe captar o cotidiano de um certo grupo social e o modo como eles se registram e se fazem interpretar a si mesmos. Investigar a evolução dessa construção de análise através dessas fotografias nos possibilita perceber o quanto a disposição e a sequência das imagens nos álbuns dos ex-presos políticos adquirem uma narrativa imagética que produz sentidos historiográficos representativos.

Se observarmos novamente todas as imagens expostas até agora nesta pesquisa, é possível ver e sentir, pela composição das fotografias, como a adaptação e o passar do tempo dos presos políticos na prisão de Itamaracá vai os levando para dentro do espaço íntimo da cela, como se a lente da máquina fotográfica acompanhasse e revelasse o aprofundamento da experiência no cárcere. No início, eles só se deixam (ou só podiam) ser fotografados do lado de fora da construção penitenciária, sentados ao lado dos familiares, meio crus, no batente seco. Depois o foco atravessa os portões da penitenciária e se retém ainda no ambiente externo, só que já dentro do campo de futebol e no galpão de artesanato. Só mais adiante, os negativos já saindo do preto e branco e começando a colorir, o olhar do preso político se autoriza e se permite entrar (ou é autorizado e permitido pela repressão) no espaço íntimo da cela. Ali onde o indivíduo encarcerado se despe da sua representação coletiva e se constitui da sua essência particular, onde se mostra sozinho, recolhido. É exatamente aí, para esse lugar mínimo e essa dimensão subjetiva, para relativa intimidade, que as fotografias começam a nos levar.

Atentar para os objetos que compõem a cena das fotografias dentro da cela é alcançar também o grau de direitos já conquistados na luta dos presos políticos. Há beliches, cadeiras, espreguiçadeira, travesseiros e lençóis, tamburetes e vassouras. No espaço restrito da cela, a

prática intelectual ocupa um lugar considerado: há mesas e estantes, prateleiras e luminária, jornais e livros, lápis e caneta, papel e cola, máquina de datilografia.

Dizer da quantidade de pertences na cela é dizer um pouco também do nível de pertencimento do preso político à prisão. Os quadros e calendários pendurados na parede, a gaiola de passarinho embaixo da cama, o estrado do beliche fazendo às vezes de guarda-roupa, são, de alguma maneira, tentativas de domesticação da cela, de apropriação de um espaço que seja só seu, algo que lembre, ao menos de longe, um lar. E é para este tipo de adaptação que a administração penitenciária da Barreto Campelo estará alerta para investir contra. Com os confiscos bruscos, as revistas brutas, as censuras arbitrárias das correspondências, as insistentes inspeções dos corpos dos visitantes, as suspeitas e mudanças imprevisíveis, a repressão vigia, viola e encaçapa tudo o que os nutre significativamente atrás das grades.

A gente lia o que caía. Romances, questões de marxismo mesmo, quando a gente conseguia entrar com um livro mais teórico, alguma coisa assim, era por aí, a gente não tinha muita escolha, né?! Porque os critérios, ninguém sabia quais eram os critérios [de censura]. [...], então tinha rodízio, televisão, isso, essas coisas não aconteceram durante esses nove, dez anos de prisão, tinha momentos, como disse, o raciocínio da repressão era uma coisa, nada garantia que a gente tivesse televisão hoje e no outro dia ele tirasse, tivesse um livro e no outro dia eles tirassem. Então, tivesse nosso banho de sol, futebol, e no outro dia eles tirassem. Tudo isso foi conquistado com essas lutas todinhas: banho de sol, o fazer nossa própria comida, o respeito maior as nossas visitas. Então tudo isso foi feito à custa de lutas internas, de muita luta, muita coisa. (CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 21/10/2010)

A gente passou quase que cinco anos, de 75 a 79, sem ler a parte nacional dos jornais, sem ler a Veja, a sessão de política vinha tudo recortado. Batida quase toda semana lá, nas primeiras semanas levaram lá livros os mais diversos. Eu tinha uma luta pra receber um tal do Ulisses, que era um livro de James Joyce, que era visto como vanguarda, e só porque tinha na contracapa essa expressão vanguarda da literatura, daí eles prenderam e não teve jeito de liberar. (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 20/10/2010)

Despersonalizar o cotidiano do encarcerado, retirar e, por tantas vezes, destruir seus objetos de sustentação e resistência, deixá-lo instável e vulnerável, foram práticas recorrentes das prisões políticas brasileiras, e era desta maneira que funcionava também na prisão de Itamaracá. *Nada garantia*, resume bem a expressão dita pelo ex-presos político Carlos Alberto Soares. Interditar os presos políticos no espaço mínimo/íntimo da cela funcionava como um dos principais instrumentos da ditadura. O raciocínio da repressão utilizada somente dois critérios para a censura: o arbitrário e o aleatório. Baseado neles, a repressão poderia tanto

entregar os jornais com as páginas da editoria de política nacional arrancadas, quanto cismar com a palavra vanguarda na contracapa de um romance épico, como nem chegar a entregar ao preso político os livros que passavam pelas revistas durante as visitas dos sábados.

Nos relatórios do Dops, consultados durante a pesquisa, o raciocínio da repressão também aparece preocupado em catalogar todas as publicações, entre periódicos, revistas e livros, que chegavam com os familiares para ser entregues aos presos políticos. A patrulha ideológica dentro da prisão partia também desse artifício: saber e controlar tudo o que liam. A leitura desses prontuários funcionais referentes às vistorias realizadas durante a entrada das visitas na Penitenciária Barreto Campelo possibilita uma outra dimensão: ter conhecimento sobre que tipo de jornais e revistas, que tipo de literatura alimentava os presos políticos, que perfil de leitor se formava atrás das grades.

No relatório sobre a visita realizada em 23 de dezembro de 1978, é possível saber, por exemplo, que foram entregues ao diretor da Barreto Campelo, uma relação de periódicos, livros e revistas onde listavam:

- 1 jornal do Bairro
- 1 jornal Gazeta de Alagoas
- 2 Jornal do Commercio
- 1 jornal Noticia de Trairi
- 4 jornais do Estado de SP
- 5 Jornal do Brasil
- 2 Folha de SP
- 1 Diário de Pernambuco
- 1 revista Veja
- 1 revista Isto É
- 1 livro el dibrio del natural volume 1
- 1 livro el dibrio del natural volume 2
- 1 livro el oleo y su técnica
- 1 livro Ópera do Malandro
- 1 livro Economia Paraibana
- 1 livro Resistência ao medo
- 1 livro O homem que calculava
- 1 livros Notas do meu lugar
- 1 revista econômica do Nordeste
- 1 revista Cidade Nova
- 1 folha de jornal Diário de Pernambuco
- 2 livros antologias do padre Monte
- 3 livros antologia da literatura de cordel<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> Relatório nº 47, de 29/12/1978, pertencente ao prontuário funcional do Fundo SSP/Dops/PE nº 29686, do Arquivo Público do Estado de Pernambuco.

Examinar e nos reter detalhadamente nesta relação nos permite fazer uma ideia da formação não só de um certo tipo de leitor, como também radiografa as preocupações temáticas dos presos políticos. A constar pela região onde se filiam os jornais publicados (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas), pode-se inferir que existia uma atenção voltada tanto para temas nacionais quanto mais regionais. Por sinal, questões sociais e econômicas do Brasil, e, em especial, do Nordeste, aparecem sempre como um dos principais focos de interesse dos presos políticos, a julgar pelos títulos dos livros listados nos 97 relatórios do Dops, entre o que lhes são entregues pelas visitas nos sábados de 1977 e 1978.

São esses documentos históricos que nos permitem saber, por exemplo, o interesse que os presos políticos tinham em ler além do Pasquim, os jornais Movimento, Em tempo, À União, Versus, Flagrante, Ensaio, O Trabalho, as revistas Fradim, Visão e Sentinela, grande parte representante da chamada imprensa nanica, que exerceu um papel fundamental na mobilização pela abertura política do país, a partir de 1974.

Ao raciocínio da repressão não bastava monitorar, listar e censurar. A patrulha ideológica da ditadura brasileira chega a tal ponto que o Dops também individualiza, escaramuça e direciona o controle dos presos políticos. É por isso que em vários relatórios, podem-se conhecer não só as listas gerais de material entregues, como também a especificação do que cada preso político recebia de jornais, livros e revistas, remédios e objetos pessoais.

Assim, é possível saber pelo relatório nº11, emitido em 20/04/1978, que na visita de 15 de abril de 1978, para o preso político Alberto Vinícius Melo do Nascimento chegaram para ser entregues sete exemplares do Jornal do Brasil, dois do Jornal do Commercio, 2 do A Tarde, cinco da Folha de São Paulo, um da Gazeta de Alagoas, três do Estado de São Paulo, nove do Diário de Pernambuco, e um do Pasquim. Ou que no sábado de 30 de julho de 1977<sup>44</sup>, aos órgãos de segurança importava saber, por exemplo, que para Carlos Alberto Soares chegou uma coleção em três volumes da História Sincera da República, de Leôncio Basbaum e um disco Saltimbancos; que para João Bosco Rolemberg Côrtes chegou um dicionário de especialidade farmacêutica da equipe do Jornal Brasileiro de Medicina e provas [do filho] de Eduardo Santos Rolemberg Côrtes da Escola Parque Comecinho de Vida; e que

---

<sup>44</sup> Relatório nº 29, de 30/07/1977. Prontuário Funcional SSP/Dops nº 27.421 “B”. Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco.

para Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho foram entregues os jornais Estado de São Paulo dos dias 22, 26, 27, 28 e 29 de julho de 1977.

Ficam mais uma vez postas de maneira bastante evidente aí duas dimensões. A de que os presos políticos procuraram, a todo instante, dentro do cárcere, atualizar-se e munir-se politicamente através do que consumiam - ou tentavam consumir – intelectualmente. E o poder da repressão em invadir e violar a intimidade dos seus opositores. Fosse um dicionário, fosse um disco, fosse o exemplar de uma prova de alfabetização de uma criança, tudo estava sob controle, sob rigorosa vistoria, sob suspeita de ser sempre uma ameaça.

O exercício de resistir individualmente, através da escrita, a esta opressão generalizada, foi outro espaço de intimidade construído pelos presos políticos na prisão de Itamaracá. Meu pai o fazia semanalmente, através de cartas, todos os domingos, como também o fizeram tantos outros presos políticos da Barreto Campelo e de outros Estados brasileiros, na década de 1960 e 1970.

O foco das minhas cartas era a preocupação. Pra mim é isso, é questão da distância. Da ausência da distância. Meu foco era me fazer presente, me fazer presente pro dia a dia e uma visão de esperança, de otimismo. [...]. Pra compensar a distância e a ausência. Pronto, a carta era o instrumento que eu tinha para encurtar a distância e a ausência. [...] é tanto que as cartas eu só focava questões pessoais, familiares e as enviava normalmente. As cartas que tinham conteúdo político, ou os documentos políticos dos presos, eram enviados clandestinamente pelo material de artesanato. (JOÃO BOSCO ROLEMBERG CÔRTEZ, Aracaju, 15/10/2010)

Os laços entre a prisão e a escrita são estreitos. Escrever para resistir e recusar ser negado pelos outros. Escrever para tentar se reapropriar de sua existência e imortalizá-la (PERROT, 2011, p. 310-11). Escrever para saber, novamente, do mundo, e de si. Para se comunicar e ter notícias dos seus que ficaram do lado de fora, para diminuir a distância, para matar as saudades, para se fazer presente na ausência. Escrever para criar um tempo de vida no cotidiano que seja só seu. No ato de escrever, o preso político encontra um espaço de assimilação da experiência dos dias bem próprio, particular. Tempo e espaço que o coloca, no local mínimo da cela, suspenso entre o tempo de rotina imposto pelo regime penitenciário e pelas tarefas no coletivo. Ao escrever, o preso político vai ao encontro do que lhe é mais caro na prisão além da própria liberdade: sua intimidade.

---

Desta maneira, eis que a escrita nas correspondências analisadas revela três caminhos investigativos sobre resistências individuais. Ao estudar o corpo documental epistolar específico para esta pesquisa, foi possível flagrar as mediações contidas: 1) No próprio registro da necessidade de escrita. 2) Na exposição da sistematização de mecanismos de controle e checagem tanto de quem resistia como de quem reprimia. 3) Na indicação, durante a escrita das cartas, de outros processos de descobertas de munições individuais de resistência que vão sendo vividos enquanto a experiência se faz.

Logo nas linhas iniciais da primeira carta do acervo trabalhado, escrita por João Bosco Rolemberg Côrtes, em 28 de setembro de 1974, ainda nas celas do Dops de Pernambuco, o lugar que o ato de se corresponder ocupa já possibilita assinalar que peso de importância vai ter o hábito de escrever e receber cartas para o preso político.

Nêga,  
Soube que sua mãe e Ednaldo estiveram c/ você. Deve ser resultado de suas cartas. Gostei muito porque você teve então c/ quem conversar. Depois escreva contando. Esta semana passei c/ muita necessidade de comunicação c/ você. Uma sensação de que faz muito tempo que não sei sobre você. [...] Também esta semana não pude mandar nada p/ você p/ escrito.

O desejo irremediável de comunicação, de ter notícias da família, em manter os laços afetivos, já aparece latente nesse primeiro trecho, sendo colocado como questões primordiais para sobrevivência e reestruturação do preso político. Desde o início, escrever e receber cartas, se contar e ouvir as novidades – ter afeto em palavras no papel de carta - os fortalecia emocionalmente, abastecidos, assim, para resistir melhor ao cárcere.

A espera pelas correspondências perpassa, assim, a escrita e os dias na prisão de Itamaracá. É assim que, na carta de 16 de março de 1975, consta: *O fato é que eu passei da expectativa para uma preocupação enorme, e certa tristeza, porque passei do dia 10 qd recebi a sua carta de 3 de março até o dia 15 quando fui receber carta sua nº 2, sem receber notícias suas [...].* Passar os dias sem receber notícias, sem saciar a vontade de saber sobre os seus, sem manter uma ligação constante nos relacionamentos, reflete-se na urgência da troca de correspondência, na preocupação e na expectativa que atravessam, a todo momento, a escrita no cárcere. E, para estes casos, não há adaptação que dê jeito. Assim, dois anos e meio após ter chegado a Penitenciária Barreto Campelo, o preso político escreve, em 31 de julho de 1977: *Tenho esperado muito seu telegrama e a cada sábado as notícias me deixaram mais ainda na expectativa.*

Quase dois meses depois, mais uma vez o ato de escrever tem, implicitamente, como foco o papel indicado pelo depoimento do entrevistado: o de se fazer presente na ausência. Em carta de 23 de outubro de 1977, se registra: *Como disse pro meu pessoal, a qualidade do relacionamento que mantemos apagará as marcas dessa ausência.*

Nas cartas também estão registradas – claro que de forma tênue, para que se pudesse passar pela censura - a violação de privacidade, o impedimento e a dificuldade de trocar as correspondências, impostas pela repressão penitenciária. Ainda sob custódia da Polícia Federal, na cela do Dops, em Recife, o preso político escreve, em 22 de novembro de 1974: *Recebi agora sua carta nº 3, a primeira que recebo c/ envelope fechado.* Na Penitenciária Barreto Campelo, o rigor e o controle seriam no mesmo nível e o faz sussurrar uma queixa, escrevendo em 19 de fevereiro de 1975: *Ultimamente só estou mesmo escrevendo bilhetes, as condições da correspondência me tiram toda inspiração.*

Para monitorar os recebimentos das cartas, para não perder a noção de quais conseguiam chegar em mãos e quais ficavam retidas nas da repressão, cada preso político criava um sistema de monitoramento particular durante a própria escrita da carta. No acervo analisado para esta pesquisa, toda correspondência tem uma numeração específica, dada pelo próprio preso político, que zera a cada entrada de mês. Em quase todas também o cabeçalho escrito no início das cartas checa e informa qual numeração de carta ele recebeu do remetente e qual número está escrevendo naquele momento.

A repressão pernambucana também estabeleceria na Penitenciária Barreto Campelo seu próprio sistema de controle das correspondências. E os indícios dessa censura se preservam não somente nas folhas das cartas, nas indicações assinaladas nas queixas em escrito pelo preso político, como também nas marcações encontradas em uma outra parte do corpo documental epistolar analisado: os envelopes.



IMAGEM 24: Envelopes de cartas remetidas por familiares ao preso político João Bosco Rolemberg Côrtes. Acervo João Bosco Rolemberg Côrtes.

Nos três acima, encontrados no acervo de correspondências analisadas, todos têm remetentes diferentes e um mesmo destinatário: o preso político João Bosco R. Côrtes, da Penitenciária Barreto Campelo. Todos estão abertos de uma mesma maneira, com uma rasura ao canto, e todos possuem um visto, uma marcação à caneta no meio do envelope. Um visto, uma marca de censura, um sinal de que o envelope foi aberto, a carta foi lida, a correspondência foi revistada. Só depois de ter a sua identidade e intimidade violadas, o preso político teria direito a lê-la.

A leitura das correspondências, cobrindo o período de setembro de 1974 a fevereiro de 1979, tateia e dá acesso também a outros modos individuais de encontrar firmeza e desafogo, de achar força e resistência durante o isolamento. Na primeira carta escrita após a chegada a Barreto Campelo, em 10 de janeiro de 1975, quando descreve o que levou na transferência das celas do Dops da Secretaria de Segurança para a prisão de Itamaracá, o preso político já deixa uma pista forte quais são esses instrumentos e que lugar eles vão ocupar para ajudá-lo a

resistir: [...], e às 16:30 chegou escolta p/ remoção. A arrumação foi uma bagunça nas sacolas. O rádio e o violão eu trouxe na mão. Despedi-me do pessoal, a viagem foi normal.

Carregar os objetos à mão, e contar que o fez desta maneira, durante a remoção para a prisão definitiva dá a dimensão do valor e da representatividade que esses dois objetos pareciam ter. Ainda sob custódia, na cela do Dops do Recife, o preso político registra em carta o significado que o rádio adquire dentro do cárcere. Escreve, em 19 de novembro de 1974: *Arranje de todo jeito um rádio bom p/ você escutar músicas; isto é muito importante, nos enriquece bastante, são elas que têm me ajudado muito.*

A música, ouvida no rádio ou tocada no próprio violão, vai se colocando assim como um dos principais meios de desafogo individual, de acúmulo de energia afetiva, de estímulo ao equilíbrio emocional de cada um. A preocupação com o confisco do instrumento de cordas dentro da prisão acentua essa função. Na correspondência de 28 de novembro de 1974, há quatro meses detido na Secretaria de Segurança Pública de Recife, o preso político se queixa: *Meu violão ainda não recebi, eu já lhe disse que estou agora c/ muito receio.*

Pelo rádio, os presos políticos conseguiam ouvir as canções, como também tinham a chance de escutar notícias imediatas do mundo. Assim, a correspondência de 29 de novembro de 1974 registra: *O festival de música c/ Chico, Nara, foi proibido p/ motivo de ordem pública. Eu quero cadernos músicas Chico Martinho da Vila, Paulino da Viola, MPB4. É preciso cantar!* A citação da proibição do festival faz a escrita correr aflita, sem vírgulas ou preposições. O desejo de cantar na prisão parece se tonificar proporcionalmente à força da ditadura em calar às manifestações dos festivais, em silenciar as vozes musicais do país.

A importância da presença do rádio e as mediações com a repressão dentro da prisão política da Barreto Campelo foram assinaladas também por um outro ex-presos político entrevistado.

[...] cada vez que a gente protestava contra algum espancamento, que ele [ o diretor da penitenciária, major José de Siqueira Silva] fez muito, ele tirava alguma coisa que ele chamava regalia. Ah, hoje vou tirar o rádio, aí tirava o rádio, que era o único rádio que a gente tinha lá pra ouvir, inclusive alguns companheiros do PCdoB gostavam muito porque ouviam Rádio Albânia lá, as notícias da guerrilha, que estava no processo de eliminação na época, 74, 75. (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 20/10/2010)

Neste trecho, o depoimento localiza bem não só como se dava o campo de conflito e negociação com a opressão na prisão de Itamaracá, como traz a visão do tratamento da

administração penitenciária em relação a esses objetos pessoais. Enquanto para os presos políticos o rádio é um direito e uma conquista, para a repressão trata-se somente de uma *regalia*.

Um outro aspecto sobre essa questão, colocado pelo ex-presos político João Bosco Rolemberg Côrtes, prospecta para a prisão o alcance dos efeitos dos tempos de clandestinidade:

Aí foi fundamental. Foi quando eu reencontrei a produção musical brasileira. O hiato da minha vida da clandestinidade, me desliguei de tudo que era novo, de gente nova. Não ouvia, me desliguei, não interessava nada. E lá eu voltei a escutar e a conhecer o povo que tava surgindo: Simone, Elis[...] Foi quando voltei a conhecer. A ler não que eu não li que eu tava sem querer saber mais de livro [...], porque eu me considerava razoavelmente na leitura de livros, era fundamental, e a prisão pra mim livro não sustenta a posição. Uma distância entre compreender as coisas e ter a resposta prática na vida. Então não quis saber. (JOÃO BOSCO ROLEMBERG CÔRTEES, Aracaju, 15/10/2010)

É interessante perceber como, a partir dessa fala, a análise historiográfica se ressignifica. Pensar agora em que livros e discos e com que intensidade os presos políticos os consumiam durante o cárcere tem a ver, portanto e também, com a vontade de recuperar o buraco de formação geracional provocado pelo fechamento da ditadura e a consequente opção dos militantes de esquerda pela clandestinidade, a partir da segunda metade da década de 60. O trecho do depoimento nos permite pensar também na diversidade como cada preso político encontrou suas maneiras particulares de resistir. Se para um a experiência da leitura era algo fundamental, para outros esse tipo de opção não funcionava. De qualquer maneira, eles trataram de viver e preencher na prisão a lacuna deixada pelo período vivido na clandestinidade.

Como em relação à produção literária, o material musical que conseguia se fazer chegar até os presos políticos era algo digno de importância, de registro e de controle tanto para quem exercia a resistência (presos políticos) quanto para a repressão (administração da Penit. Barreto Campelo). Na carta de 2 de fevereiro de 1975, a uma certa passagem escrita pelo preso político João Bosco Rolemberg que diz: *Esta semana escutei muitos discos bons do MPB4, Vandrê, Baden Powel, Trio Nordestino [...]*. No relatório sobre a revista e catalogação dos materiais entregues durante o dia de visita de 27 de maio de 1978<sup>45</sup>, foram

---

<sup>45</sup> Relatório nº 20, de 15/06/1978. Prontuário Funcional Fundo SSP/Dops nº 29.686. Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco.

elencados: *1 lp de Fafá de Belém, 1 lp de Xico Buarque[sic], 1 lp Martinho da Vila, 1 lp de Roberto Carlos.*

Ao violão, cantava-se o lamento, a tristeza, a indignação, a saudade, a contenteza após um dia de visita, cantava-se a emoção da despedida, a alegria do encontro de algum companheiro de prisão com a liberdade. Vinte dias após a chegada na Penitenciária Barreto Campelo, em 26 de janeiro de 1975, o preso político escreve sobre a devolução do seu instrumento de estimação: *Hoje o violão entrou e eu já matei um bocado das saudades.* Três anos depois, na correspondência de 27 de março de 1978, as cordas continuariam a serem tocadas pela saudade: *Esta semana passei curtindo sua visita; toquei muito violão, pois estava c/ muita saudades.*

Nos momentos onde aparecem na prisão, a música, o rádio, o violão, se colocam essenciais para criar os espaços particulares de suspensão e respiro de cada um. Tanto na reestruturação emocional típica dessa fase de adaptação à prisão de Itamaracá, quanto para diminuir a distância afetiva diluída na rotina carcerária já consolidada, como durante o período de despedidas dos companheiros de celas que começam a ir embora a partir do começo de 1979, quando as lutas por aceleração jurídico e pela Anistia começam a surtir efeito nos cárceres brasileiros. No domingo de 27 de abril de 1975, o preso político escreve a despedida de um companheiro que conseguiu a absolvição do STM: *Esta semana aqui tivemos uma alegria pois aquele alagoano obteve a L I B E R D A D E; nós sempre comemoramos a saída de alguém c/ muita música, palmas e assobios, é maravilhoso.* Mais uma vez, a música interseccionando a intimidade e os momentos de passagem.

Todas essas mediações podem ser localizadas nos depoimentos dos ex-presos políticos, nas correspondências escritas à época, nos relatórios dos Dops e, também, nas fotografias que compõem o acervo pessoal de cada entrevistado.

---



**Imagem 25:** O preso político João Bosco em dia de visita ao lado da esposa, do filho e da irmã. Pátio externo da Barreto Campelo. 1975 ou 1976. Acervo João Bosco Rolemberg

**Imagem 26:** Presos políticos no pátio interno do pavilhão da prisão de Itamaracá. S/d. Acervo João Bosco Rolemberg.



**Imagem 27:** O preso político João Bosco Rolemberg Côrtes em uma das celas. S/d. Acervo: João Bosco Rolemberg Côrtes



**Imagem 28:** Presos políticos em uma das celas da Penit. Barreto Campelo. S/d. Acervo Carlos Alberto Soares

Nas imagens 25, 26 e 27, o som do violão participa e resiste nas visitas familiares, no convívio no coletivo, no espaço íntimo da cela. Na primeira imagem, é quase canção de ninar. Na segunda (imagem 26), a postura é de quem o aponta como uma arma, um parabellum na mão. Na fotografia 27, entre quartinha d'água, latas de leite ninho guardadas na prateleira, jornal no chão e material de papel enrolado embaixo da mesa, o violão parece aninhar a solidão e compor a intimidade do canto do preso político, no espaço restrito da cela.

Na imagem 28, a composição vai para o oposto. A cela ocupada por tantos presos políticos. Já não é mais o espaço solitário, e sim solidário, a representação imagética do coletivo, do espaço compartilhado por todos. Está lá o rádio, na cama superior do beliche ao fundo. Como está a televisão e um gravador, na mesinha colada à parede do lado direito, atrás da espreguiçadeira. A cela que é quarto e que é sala e que é cozinha e que é escritório de estudo, gradeados. Ambiente domesticado aparentemente, a prisão nunca desaparece, está sempre presente no seu modo de ser instável e arbitrário, compondo o cotidiano vulnerável e tenso dos presos políticos.

Com muita gente e pouco espaço, as contradições vão permear o aprendizado dos presos políticos. No início, desejam a transferência, a saída do isolamento e o encontro com os outros companheiros de mesma condição. Na fase de adaptação, se reestruturam juntos, tentam superar as diferenças e priorizar tudo para o coletivo. Na consolidação do cotidiano na prisão em Itamaracá, tateiam resistências individuais também como uma alternativa ao que

vai se colocar como uma das maiores dificuldades enfrentadas por cada preso político dentro do grupo: a falta de privacidade, o excesso de convívio com tamanha diversidade humana.

Eu fiz um poema sobre isso [...] o mal estar de estar preso, ou poluição humana. É assim: meu amigo visitante, você quando pensa nos seus queridos colegas parentes e amigos, há muito ou pouco tempo engaiolados, talvez se apiede ou apiegue por coisas que não sejam nossos maiores suplícios. Portanto, devo-lhes dizer o fato que mais nos incomoda. Fazendo assim justiça as suas e as nossas dores. Sinteticamente, eis a verdade: o pior da cadeia não são as grades, são os outros presos e o diretor. Porque é a falta de privacidade, a poluição humana, você viver seis anos numa cela com o mesmo cara. Não há casamento que aguente isso. Acaba. Casamento já é um [...], imagine prisão. Aí eu fiz o seguinte, usei a tática do desencontro. Eu acordava muito cedinho, aí tinha a escala de leitura de jornais e revistas, aí eu acordava bem cedinho, fazia meu exercício bem cedinho, e corria, ficava lendo jornal cedinho. Aí o pessoal tendia a acordar lá pras oito, por aí. Quando o pessoal estava se acordando e fazendo barulho na cela, eu ia para o artesanato. Quando o pessoal ia, eu voltava. Eu usei a chamada tática do desencontro para ter uma certa privacidade, entendeu? Excesso de convivência. (MARCELO MÁRIO DE MELO, Recife, 19 de outubro de 2010)

E na cadeia é isso, quer dizer, era o contato com 30, 40, 50 pessoas, diário, né?! Dia e noite. Eu me lembro que a gente brincava assim, olhe, nem com uma mulher nossa nós vamos viver tanto tempo, tantas horas juntos. Nós estávamos lá, muitas vezes numa cela com pessoas que não conhecíamos antes, nem tínhamos escolhidos pra ter companhia. Então, tínhamos uma dificuldade muito grande e tinha um coletivo que tentava mediar essas coisas. Os problemas que apareciam, as relações que apareciam, que teve sempre, mas que conseguiam mediar .... então isso vai dando um amadurecimento. Mas essa coisa não acontece de forma igual, nem da mesma forma pra todo mundo. (CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, Recife, 05/05/2011)

A convivência em condições assim é uma coisa muito difícil. Porque, por exemplo, nós tínhamos companheiros extremamente perturbados, que já estavam perturbados fora. A gente mesmo conseguia resolver essas questões num processo muito neurotizante de discussão lá. Porque no pavilhão tinha que ter o nosso horário de silêncio que a gente procurava ser muito rigoroso na cobrança dele. A partir das 8 das manhã, das 9 da manhã até o meio dia, você tinha que falar bem baixinho no pavilhão, não podia ... Isso dava uma neurose muito grande entre a gente, porque tinha companheiros que precisavam do trabalho do artesanato, aí tinha que fazer barulho mesmo lá, tinha um espaço para eles fazerem. Então a gente ia compondo os companheiros de celas e os horários de atividades desta maneira, com muito debate, muita discussão, a gente tinha que arranjar um jeito de se entender. (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 03/05/2011)

Os desafios de lidar com esse mal estar de se estar preso, de sobreviver ao controle da administração e a eles mesmos, de conseguir driblar e tentar solucionar os conflitos gerados pelo excesso de convivência, ao “casamento” forçado, rotineiro, massacrante da prisão indicam os pontos sensíveis e viscerais que costuram os desalinhos da experiência na prisão de Itamaracá. São dessas dificuldades impostas no cotidiano da Barreto Campelo, e do esforço que dela sucede para se achar caminhos de mediá-las, que brota uma construção singular de

aprendizado e de amadurecimento. Novamente, as contradições e os dilemas próprios da experiência na prisão política: os que fogem da solidão do isolamento são os mesmos que procuram o silêncio, os que se encaminham para a discussão de horas e horas de debate coletivo são os mesmos a arquitetar estratégias de fuga da poluição humana no cárcere. E é no grupo, desse mesmo lugar de onde tiram a firmeza e a força para resistirem juntos, entre eles, que vão se exaurir, ao ponto de observarem, 40 anos depois, *o pior da cadeia não são as grades, são os outros presos e o diretor.*

## CAPÍTULO 3

### OS CAMINHOS DA LIBERDADE:

### GREVES DE FOME E LUTA PELA ANISTIA NO CÁRCERE DE ITAMARACÁ

*“Nasce desse processo, desse convívio, das dificuldades que nós tivemos, nasce um tipo de relação que acho que é única, quer dizer, depois de dez anos preso, pessoas que muitas delas você nem conhecia, [...]. Porque foi uma amizade, uma coisa criada e fortalecida em momentos muitos difíceis e que requeria uma solidariedade muito grande. Por exemplo, como eu posso hoje imaginar uma amizade na qual as pessoas arriscam suas próprias vidas pra tirar o outro do isolamento. Meus companheiros fizeram isso junto comigo. Entraram numa greve de fome, chegamos a 25 dias, quer dizer, pondo em risco as próprias vidas, pra me tirar, e pra tirar o Rholine da prisão. [...]. Daí uma amizade que a distância, que a separação de anos, não acaba.”<sup>46</sup>*

---

<sup>46</sup> CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 21/10/2010. Preso no início de 1971 e condenado à prisão perpétua, Carlos Alberto foi submetido, juntamente com o preso político alagoano Rholine Sondi Cavalcanti, a um severo isolamento carcerário, entre 1975 a 1978, respaldado pelo artigo 105 do decreto-lei 898/69 da Lei de Segurança Nacional, que impunha que a pena de prisão perpétua fosse cumprida em regime especial, ficando o condenado separado dos outros que estivesse cumprindo pena privativa de liberdade. Os dois só saíram do isolamento após a primeira Greve Nacional de Presos Políticos, entre abril e maio de 1978, a terceira mobilizada pelos companheiros de prisão em Itamaracá na tentativa para tirá-los do isolamento desumano.

### 3.1. A REPRESSÃO APERTA E A MOBILIZAÇÃO ULTRAPASSA AS CELAS: o início das greves de fome como arma política extrema em Pernambuco

O trecho do depoimento do ex-presos político Carlos Alberto Soares apresentado na abertura deste último capítulo semeia alguns aspectos importantes germinados na experiência do movimento pró-Anistia que se constituiu no Brasil gradualmente a partir de 1975: aprendizado solidário, ampliação do esforço coletivo, rearticulação política, luta intensa por dignidade e direitos humanos e contra as arbitrariedades políticas e jurídicas dos anos de chumbo. Fosse para os que se encontravam nos cárceres do país, fosse para os exilados, fosse para parcela da sociedade civil que, *livre*, mas tão refém quanto de uma ditadura que se arrastava há mais de dez anos, a palavra de ordem era unificar forças e ampliar a mobilização que se definiu não apenas como oposição ao regime militar, mas também como um marco decisivo no processo de (re)constituição da sociedade civil no país (SILVA, p. 59).

O desafio de assumir o protagonismo político atrás das grades, em situação anormal e condições tão adversas, significou para os presos políticos de Itamaracá, na frente de batalha interna, como já vimos, a tentativa de superar as limitações e fragilidades individuais, de tolerar as divergências ideológicas e os atritos de convivência entre si, de reestruturar um coletivo que definisse as regras na luta cotidiana pela sobrevivência na prisão. Na frente de batalha externa, durante toda a década de 1970, e mais acentuadamente a partir de 1975, os presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo e de outros Estados vão realizar sucessivas greves de fome<sup>47</sup> como principal arma política contra a ditadura e pró-Anistia.

---

<sup>47</sup> Entre as principais greves de fome de outros presídios políticos estão: 1969, Presídio de Linhares, Juiz de Fora (MG), e no Presídio Tiradentes (SP); em 1970, na Prisão Militar, em Brasília; em 1971, em Ilha das Flores (RJ), em setembro do mesmo ano, cerca de 50 presos políticos em Linhares (MG); em junho de 1972, em São Paulo, 33 dias nos Presídios Tiradentes, Penitenciária do Estado, Presídio Presidente Venceslau, Casa de Detenção do Carandiru, Presídio do Hipódromo; 1973, Presídio de Linhares, Juiz de Fora; outubro de 1974, Penitenciária do Estado de São Paulo, novembro de 1974, Fortaleza de Santa Cruz (RJ), Instituto Penal Paulo Sarazate (CE); 1975, 26 dias de duração com 33 presos políticos no Presídio Ilha Grande (RJ); outubro/novembro de 1977, 20 dias na Penitenciária Feminina Talavera Bruce, em Bangu (RJ), Presídio Milton Dias Moreira (Frei Caneca, RJ), Penitenciária Lemos de Brito (Salvador – BA); 1978, abril-maio – Primeira Greve Nacional de Fome, 27 dias, com participação de 87 presos políticos em seis estados brasileiros; 1979, março – Presídio Político de São Paulo (Barro Branco), julho-agosto – Greve Nacional de Fome pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, 32 dias de duração. Ver GRECO, Heloísa. *Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia*. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, 2003, p. 206-207. Ver também: VIANA, Gilney Amorim. CIPRIANO, Perly. *Fome de liberdade: a luta dos presos políticos pela anistia*. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

Aliadas à divulgação de documentos e cartas de denúncias de violações de direitos, as greves de fome se constituirão como tentativa extrema e principal munição dos presos políticos para potencializar as reivindicações, a atuação política e o poder de fogo (e/ou de fome!) do coletivo contra o processo repressivo. Através das análises das fontes históricas - depoimentos dos ex-presos políticos, dos diários de greve de fome de um deles, dos relatórios de visita elaborados pelo Dops e do acompanhamento do discurso na cobertura dos jornais -, será possível neste terceiro capítulo, compreender como, sem comer, os presos políticos protestaram estrategicamente com a própria vida, resistiram à repressão com o movimento intramuros a favor da Anistia, se reencontraram em um engajamento político mais amplo e atuante e acabaram por colaborar decisivamente para aprofundar as articulações e fortalecer as mobilizações das organizações civis e representações políticas que tentaram abrir algum caminho possível no meio da ditadura em direção às liberdades democráticas no Brasil, no final da década de 1970.

Em Pernambuco, os presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo fizeram sete greves de fome entre 1974 a 1980. A primeira, em 1974; a segunda em julho de 1975; a terceira em outubro do mesmo ano; a quarta entre 21 de novembro a 08 de dezembro de 1977; a quinta e decisiva – por se constituir na primeira Greve de Fome Nacional dos presos políticos - entre 17 de abril a 09 de maio de 1978; a sexta e mais conhecida - a Greve de Fome Nacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita -, entre 30 de julho a 22 de agosto de 1979, e a sétima, última e quase anônima, entre dezembro de 1979 e janeiro de 1980, quando dois dos últimos presos políticos do Brasil – Rholine Sonde Cavalcanti e Luciano de Almeida – ainda se encontravam no cárcere de Itamaracá, portanto depois que a Lei de Anistia parcial já havia sido promulgada.

Houve um fator diferente na realidade da gente. Enquanto os presos políticos dos outros Estados, Rio, São Paulo, sofreram terrivelmente, em termos de condições carcerárias, nos quatro primeiros anos [dos anos 70], nós passamos os três primeiros anos numa situação mais ou menos estável, que foi na Casa de Detenção, e passamos a enfrentar o que era realmente a orientação de Doi-Codi, aquela coisa, aí botaram um major que era um desgraçado lá pra reprimir a gente o tempo todo, o tal do major Siqueira, que foi um cara que nos criou muitos problemas. [...]. A gente reivindicava permanentemente e desencadeamos a primeira greve, a menor de todas, meses depois que a gente chega na Barreto Campelo, reivindicando direitos que haviam sido prometidos e não cumpridos, como ter acesso a um fogãozinho elétrico nas celas, pra melhorar a alimentação, a mudança para um espaço maior, e tinha também um outro elemento de tensão e denúncia permanente que era porrada que comia solta aos presos comuns na frente desse primeiro pavilhão, antes de sermos transferido para um definitivo. (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 20/10/2010)

As greves de fome foram a nossa arma política mais extrema e com maior potência na luta pela dignidade carcerária e contra a repressão da ditadura. A gente só a usava quando os outros canais de negociação, documentos de denúncia, não estavam resolvendo a situação e a administração do presídio se mostrava irredutível. A primeira que teve foi uma amostra grátis, curtiinha, e os caras cederam, transferindo a gente para um segundo pavilhão, isso na Barreto Campelo, já em 74, por aí. Aí teve uma greve de 11 dias e meio em 1975, foi quando eles quiseram separar os presos políticos, fragmentar o coletivo, e espalhar nos quartéis da polícia, exército, aeronáutica, marinha, bombeiro, polícia militar. E começaram por mim e Luciano de Almeida, que fomos transferidos no início de julho de 75 para o Quartel da Polícia Esquadrão Dias Cardoso, em Recife. Nós dois entramos em greve de fome e avisamos o pessoal. O pessoal segurou até sábado para poder passar um documento. Aí começa essa greve em protesto a essa transferência injustificável. O auditor vai lá e diz que resolve tudo, basta a gente fazer um ofício. A gente para a greve e manda o ofício, mas a situação não se resolve. Aí três meses depois a gente retoma segunda greve de 75 que durou 25 dias e meio. Duas greves em 75. Aí eles brecam o processo de separação, mas mantém Rholini, Alberto Vinícius e Carlos Alberto isolados, como retaliação, utilizando um artigo da Lei de Segurança. Então a greve de 77 e a greve de 78 foi exatamente para vencer essa batalha, para denunciar nossa situação precária, mobilizar as representações políticas e entidades de direitos humanos e concentrar no retorno deles. (MARCELO MÁRIO DE MELO, Recife, 19/10/2010).

Em 75, surgiu um boato lá na cadeia que o diretor do presídio nos iria dividir em vários grupos. Quer dizer, nós já vivíamos num espaço lá apertado e ele queria nos dividir internamente, para enfraquecer a organização do coletivo. E foi o que aconteceu. Primeiro levaram Marcelo Mário de Melo e Luciano de Almeida e botaram no quartel da polícia. Entramos em greve de fome, prometeram trazê-los de volta, cessamos a greve, não nos atenderam, a repressão apertou, substituíram o diretor e colocaram um major e foi aí que as coisas começaram a piorar. Retomamos a greve três meses depois, eu me lembro que era outubro de 75 porque teve a morte de Herzog, na morte de Herzog estávamos na greve de fome, em torno de 20 dias. Aí nós paramos essa greve porque foi uma censura total a imprensa, as famílias disseram que não estava mais sendo divulgado, e a gente queria que fosse noticiado. Não conseguimos sair vitoriosos nessas duas primeiras porque eles não dividiram mais o conjunto dos presos políticos, mas usaram um argumento, de que aqueles presos com prisão perpétua, eu, Alberto e Rholine, teríamos que cumprir pena em prisão especial. Isso significou nos colocar numa cela isolada em condições piores, construindo uma parede no fundo do corredor, onde ficamos sem ter contato com os outros do coletivo, sem direito a banho de sol regular e recebendo visita separada até 1978. (CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 21/10/2010)

Discutir alguns dos aspectos relatados acima nos depoimentos dos ex-presos políticos de Itamaracá nos possibilita aprofundar as mediações e os conflitos intrínsecos que vão permear, em meados de 1970, tanto às questões peculiares e internas relacionadas à prisão política em Pernambuco quanto o início da força política que se enraíza nesse coletivo específico de presos políticos, e, progressivamente, entre os coletivos de presos políticos espalhados pelo Brasil. É o fortalecimento desse movimento político que amadurece nos coletivos dentro dos cárceres brasileiros e entronca-se através das denúncias e greves de fome transmitidas por seus primeiros aliados - os familiares -, que vai romper o espaço restrito das

celas, se entrelaçar com os galhos combatentes extramuros – sociedade civil, Igreja, movimentos sociais e exilados - e arvorar o movimento pró-Anistia no Brasil, a partir de 1975, com o confronto gradual, direto e aberto contra a ditadura.

A constante e crescente tensão entre repressão e resistência no ambiente intramuros do cárcere é a primeira questão saliente ao se dimensionar modos de problematizar e compreender as primeiras greves de fome dos presos políticos na Penitenciária Barreto Campelo. Como já vimos no capítulo 2, nos dois primeiros anos de chegada em Itamaracá (1973-1974), contra a violência, as más condições carcerárias e o discurso de “reeducando” da administração carcerária, eles fazem o esforço perene – nem por isso tranquilo - de se reorganizar coletivamente e voltar toda a energia para romper o cerco imposto pelo regime militar.

Fosse com o envio de ofícios com reivindicações de melhoria das já conhecidas péssimas condições carcerárias (má qualidade da alimentação, ausência de banho de sol e de espaço para atividade física, censura a livros, apreensão de objetos pessoais), fosse com os documentos públicos de denúncias de outras violações graves (tortura a presos comuns, proibição das visitas, vistorias desrespeitosas aos familiares dos presos, arbitrariedades e atrasos no andamento dos processos judiciais do STM), é através dessa insistência permanente em reivindicar o que lhes eram de direito que os presos políticos começam a expandir para o instrumento da greve de fome seus canais de resistência e atuação política. Em resposta à ousadia do enfrentamento, a repressão recrudescer e estabelece uma política gradual de fustigamento e de indisposição para negociar. Isso parece ficar configurado em várias passagens dos depoimentos, como quando o ex-presos político Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho diz que *“a gente reivindicava permanentemente e desencadeamos a primeira greve, [...] reivindicando direitos que haviam sido prometidos e não cumpridos”*, ou quando Marcelo Mário de Melo coloca que *“a gente só a usava quando os outros canais de negociação, documentos de denúncia, não estavam resolvendo a situação e a administração do presídio se mostrava irredutível”*.

De certa forma, a tentativa insistente da ditadura de desmoralizar (moral e fisicamente), isolar e dividir o grupo de presos políticos em Itamaracá, com a remoção não prevista, em 03 de julho de 1975, de dois deles – Marcelo Mário de Melo e Luciano de Almeida -, para o Batalhão de Cavalaria Dias Cardoso, em Recife, representava um reconhecimento velado do aparelho repressivo ao poder de ação do coletivo. Esse

contrataque da repressão, uma retaliação às incessantes reivindicações do grupo motivaria a primeira de uma série de greves de fomes na Penitenciária Barreto Campelo, e o início da experiência dos presos políticos em adotar constantemente esse instrumento tão poderoso quanto desgastante como uma tentativa extrema de exigir definição que invertesse o processo repressivo.

Nos seus depoimentos, os ex-presos políticos também trazem indícios de que as transferências, a militarização no comando<sup>48</sup> da administração penitenciária e restrições carcerárias assinalam o endurecimento da repressão e a intolerância da ditadura em negociar. Quando Marcelo Mário de Melo afirma que “[...] *teve a primeira greve de 11 dias e meio em 1975, o auditor vai lá e diz que resolve tudo, basta a gente parar a greve e fazer um ofício. A gente pára, manda o ofício, mas a situação não se resolve. Aí três meses depois a gente retoma a segunda greve de 75 que durou 25 dias e meio.*”, ou Carlos Alberto Soares relata que “*entramos em greve de fome, prometeram trazê-los de volta, cessamos a greve, não nos atenderam, a repressão apertou, substituíram o diretor e colocaram um major e foi aí que as coisas começaram a piorar*”, fica claro a intransigência da repressão ao diálogo. Afinal, negociar significaria mostrar alguma disposição em ceder, reconhecer o inimigo, e legitimar, de certa forma, a luta dos presos políticos como oposição.

Gradativamente, a repressão apertada e a mobilização dos presos políticos, através das greves de fome, extrapola os muros da prisão da ilha de Itamaracá. Nesse processo de construção do movimento de solidariedade e articulação com a sociedade, a presença dos familiares nos momentos de visitas, aos sábados, desempenha papel estratégico e decisivo para que as denúncias sejam levadas para fora e as notícias do andamento e alcance das greves de fome cheguem às celas de Itamaracá. Isso fica claro em algumas passagens dos depoimentos, como em “[...]. *Nós dois entramos em greve de fome e avisamos o pessoal. O pessoal segurou até sábado para poder passar um documento. Aí começa essa greve em protesto a essa transferência injustificável*”, na voz do ex-presos político Marcelo Mário de Melo e/ou em “*Retomamos a greve três meses depois, eu me lembro que era outubro de 75 porque teve a morte de Herzog,(...). Aí nós paramos essa greve porque foi uma censura total*

---

<sup>48</sup> Entre 1973 e 1975, ocuparam o cargo de diretor da Penitenciária Barreto Campelo Kleber Amorim e, em seguida, o capitão Humberto de Moraes Veras. O major José de Siqueira Silva substituiu o capitão Veras após a primeira greve de fome dos presos políticos, em julho de 1975, e permaneceu no comando rigoroso do presídio até a saída de todos os prisioneiros políticos da ilha de Itamaracá, entre 1979 e 1980.

*a imprensa, as famílias disseram que não estava mais sendo divulgado, e a gente queria que fosse noticiado*”, por Carlos Alberto Soares.

Burlar a censura e constar nas páginas dos jornais do país em plena ditadura representava a possibilidade, primeira, do movimento de greve de fome de presos políticos tomar corpo e ocupar um raio de ação e mobilização pública, para além do círculo mínimo de ofícios e documentos direcionados internamente à administração carcerária, a Secretaria da Justiça de Pernambuco e ao juiz-auditor da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, ao qual os processos dos presos enquadrados na Lei de Segurança Nacional em Pernambuco estavam vinculados judicialmente àquela época. Ser noticiado na mídia brasileira como *presos políticos em greve de fome*, tornar visíveis os problemas e as arbitrariedades gerados pela repressão dentro do cárcere legitimava também a luta política da resistência contra a ditadura, ao fortalecer a condição dos presos não mais como *terroristas e sanguinários*, estratégia recorrente utilizada pelo terrorismo implantado pelo Estado nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil, e sim enquanto presos políticos.

É possível aprofundar a compreensão do terreno de combate e acirramentos nas campanhas de greve de fome dos presos políticos de Itamaracá, ao rastreamos questões latentes nos discursos contidos na cobertura jornalística em um dos veículos de âmbito nacional, o jornal O Estado de São Paulo. Já na primeira greve de fome de 1975<sup>49</sup>, ocorrida entre 05 a 19 de julho de 1975, é possível mapear e localizar os fios da disputa entre repressão-resistência, e o engajamento inicial de alguns atores políticos aliados aos presos políticos que, até 1979, vão se entrelaçar e engrossar a corrente dos movimentos democráticos pró-Anistia contra a ditadura brasileira.

A primeira notícia sobre a greve de fome de Itamaracá em O Estado de São Paulo ocupa dois parágrafos da edição da quarta-feira, 09 de julho de 1975, onde consta que:

Os presos políticos recolhidos à penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá (PE), entraram em greve de fome, sábado, protestando contra a transferência dos companheiros Marcelo Mário de Melo e Luciano de Almeida para o Batalhão de

---

<sup>49</sup> Ver *O Estado de São Paulo*: 09/07/1975, “Presos fazem greve de fome”, p. 12; 11/07/1975, “Falcão receberá relatório sobre greve de presos”, p. 14; 12/07/1975, “Presos de Itamaracá podem terminar greve de fome hoje”, p. 12; 13/07/1975, “Presos políticos cessam a greve”, p. 25; 15/07/1975, “Presos políticos reiniciam greve sábado”, p. 16; 17/07/1975, “Comando mostrará material recolhido com os 33 presos”, p. 26; 18/07/1975, “Acusados no processo do PCB são libertados”, p.10; 23/07/1975, “Presos põem fim à greve de fome”, p. 14; 24/07/1975, “Memorial da OAB manterá serenidade”, p. 20; 26/07/1975, “Recife aguarda juiz-auditor”, p. 16; 31/07/1975, “Liberada visita a Itamaracá”, p.24.

Cavalaria Dias Cardoso, conforme explicaram em ofício dirigido ao diretor do presídio.

Eles encaram a transferência como punição imposta a Luciano por ter liderado, recentemente, movimento contra as condições carcerárias da penitenciária e alegam que as instalações do quartel são desumanas para quem deve cumprir longas penas. Por outro lado, sentem-se ameaçados por novas transferências, cujo objetivo seria a desintegração do grupo. (“Presos de Itamaracá fazem greve de fome”, p. 12)

A restrição no tamanho da reportagem e a distância de quatro dias que separam a deflagração da greve e a publicação do fato no jornal – a greve foi deflagrada num sábado, a notícia veiculada na quarta-feira seguinte – permite-nos dimensionar o grau de dificuldade em se abrir espaço para o assunto. Fosse sete meses antes, o tema não chegaria nem sequer a ser impresso no jornal, censurado, por exemplo, na página 29 da edição de 19 de novembro de 1974, e obrigado a substituir a matéria “14 presos políticos em greve de fome”<sup>50</sup> por versos de *Os Lusíadas*, de Luiz de Camões.

Mesmo com o espaço limitado e vigiado, os presos políticos denunciam, suas mães, esposas e irmãs irradiam o protesto que alcança os jornais, tornando público os motivos essenciais dessa greve de fome de Itamaracá: o protesto dos presos políticos contra a transferência de dois companheiros, a denúncia das condições carcerárias, o medo de novas remoções e fragmentação do grupo. Assim, palavras como protesto, movimento, condições desumanas, desintegração e ameaça aos presos políticos vão compondo, aos poucos, a gramática sobre a resistência dos presos políticos de Pernambuco na mídia nacional.

Acompanhar e analisar o modo como a greve de fome se encaminha nas notícias d’O Estado de São Paulo, no período correspondente aos 14 dias que ficaram à base somente de água, em julho de 1975, possibilita-nos observar quem são os primeiros representantes envolvidos na defesa aos direitos dos presos políticos e como, por essa postura adotada de apoio pró-ativo ao movimento e de enfrentamento à ditadura, tornam-se alvo direto e predileto da repressão durante a greve de fome.

Na segunda notícia publicada no jornal sobre a greve de fome, na edição de 11 de julho de 1975, por exemplo:

---

<sup>50</sup> A matéria noticiava que catorze presos políticos que cumpriam pena na penitenciária do Exército, na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio, entravam no quarto dia de greve de fome iniciada para protestar contra a suspensão das visitas, a qualidade da comida e os constantes espancamentos a que são submetidos – bandeiras comuns aos presos políticos de Itamaracá. Ver acervo digital de O Estado de São Paulo, páginas censuradas, edição de 19/11/1974, Caderno Geral, p. 29.

Os grevistas estão confinados e não podem receber a visita de seu advogado, Paulo Henrique Maciel, que há três dias solicita ao secretário permissão para visitá-los. O secretário diz que a decisão é do diretor da penitenciária, capitão Humberto do Moraes Veras. No momento, gestões nesse sentido estão sendo feitas pelo presidente de seção de Pernambuco da OAB, Moacir Baracho. (“*Falcão receberá relatório sobre greve de presos*”, O Estado de São Paulo, p. 14)

A proibição do contato entre os presos políticos e seu principal representante legal, o advogado Paulo Henrique Maciel<sup>51</sup> durante as greves de fome será somente uma das estratégias utilizadas pela ditadura na tentativa de enfraquecer a força do movimento. Essa posição será sustentada pela administração carcerária até o derradeiro dia de greve, em julho de 1975, como pode se registrar na última matéria publicada sobre esse protesto dos presos políticos de Itamaracá, na edição de 31 de julho de 1975:

Pela primeira vez, desde que os 23 presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo iniciaram uma greve de fome, a 2 de julho, o advogado Paulo Henrique Maciel conseguiu ontem avistarse com seu cliente, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, um dos líderes do movimento grevista. (“*Liberada visita a Itamaracá*”, O Estado de São Paulo, p.24)

Durante a primeira greve de fome de 1975 de Itamaracá, e em todas as outras que serão realizadas nos anos seguintes na Penitenciária Barreto Campelo, os familiares dos presos políticos exercem presença efetiva, e, por tabela, também se tornam alvo predileto dos impedimentos e da incomunicabilidade imposta pela repressão em Pernambuco. Analisando a cobertura de O Estado de São Paulo, é possível observar como o apoio incondicional e o exercício do poder de ação política das mães e mulheres dos presos políticos as constituem como as primeiras e principais aliadas na defesa dos direitos dos presos políticos.

Várias passagens das matérias que vinculavam notícias da greve de fome de julho de 1975 possibilitam registrar essas considerações, como em:

[...]

No lado de fora do presídio, sob forte chuva, familiares de presos políticos

---

<sup>51</sup> O pernambucano Paulo Henrique Maciel foi o advogado representante dos presos políticos de Itamaracá em todas as greves de fome a partir de 1975, estando engajado desde o início no movimento de Anistia em Pernambuco. As advogadas Ronilda Noblat e Mércia Albuquerque (in memoriam) também tiveram atuação importante na defesa dos direitos de grande parte dos presos políticos detidos em Pernambuco, a última citada principalmente no período entre 1964 e 1974, tendo entre seus clientes o militante histórico do PCB, Gregório Bezerra. Ver também: SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo, MARTINS, Paulo Emílio. Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

aguardavam o desenrolar dos acontecimentos. Quando o presidente da OAB, Moacir Baracho, anunciou: "Eles vão cessar a greve", imediatamente, o secretário da Justiça autorizou que os presos políticos fossem visitados por seus familiares. ("*Presos políticos cessam a greve*", O Estado de São Paulo, p. 25, 13/07/1975)

Famíliares dos 23 presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, enviaram ontem carta ao presidente Geisel e um memorial ao auditor Angelo Rattacazzo, pedindo uma solução para a greve de fome que os detentos vêm fazendo há 14 dias, em protesto pela transferência de dois companheiros para um quartel do Recife. ("*Famíliares enviam carta ao presid. Geisel*", O Estado de São Paulo, p. 10, 18/07/1975)

A greve de fome dos 23 presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá, terminou, sábado, graças à intervenção das mães e esposas dos detentos, que após um encontro com o juiz auditor interino da 7ª Região Militar, Angelo Rattacazzo, estão confiantes em que os 2 presos transferidos para o Batalhão de Cavalaria Dias Cardoso, no Recife, voltarão em breve. O juiz Angelo Rattacazzo havia prometido às mães e esposas dos presos que reexaminaria as reivindicações, mas somente com a cessação incondicional da greve de fome, por considerar inaceitável qualquer deliberação sob pressão. ("*Presos põem fim a greve de fome*", O Estado de São Paulo, p. 14, 23/07/1975)

Os trechos acima deixam transparecer como a participação dos familiares se consolida durante as greves de fome e de que maneira suas ações funcionam como instrumento de pressão nas negociações. Afinal, são as *mães e esposas* dos presos políticos que acompanham o protesto de perto, sob as condições mais adversas, fosse chuva, fosse sol; são elas que encaminham documentos e reivindicam solução, seja ao ditador Ernesto Geisel, seja ao juiz-auditor militar, Ângelo Rattacazzo; são elas, mais uma vez, que dão as caras e tentam intervir diretamente na negociação a favor dos prisioneiros políticos.

Em contrapartida, pode se compreender igualmente como o aparelho repressivo utiliza a suspensão das visitas familiares para atingir diretamente os presos políticos e minar o movimento. Ao só autorizar as visitas de familiares após a cessação da greve, fica nítido tanto a força e o peso da atuação desses aliados para a greve de fome dos presos políticos, quanto à intenção declarada da repressão em enfraquecer qualquer tipo de articulação que fortalecesse o protesto.

Não por acaso, é por esse caminho de participação que as mães e mulheres dos presos políticos somam força gradativamente a partir desse ano, 1975, como as representantes de uma das primeiras frentes organizadas contra a opressão política da ditadura: o Movimento Feminino de Anistia. É assim que, enquanto em Recife, a edição de O Estado de São Paulo de 24 de julho de 1975 noticia que elas estão exigindo uma posição do auditor militar sobre as irregularidades e violências impetradas contra os prisioneiros políticos de Itamaracá

(“*Auditor estudará prisões*”, O Estado de São Paulo, p.20), na mesma página há uma nota com o título ANISTIA tornando público que:

O Movimento Feminino pela Anistia divulgou em São Paulo um comunicado informando que listas de ação à entidade estão à disposição de interessados na rua Caio Prado, 102, onde membros do Movimento poderão prestar informações. Haverá um plantão até o fim do mês - data de encerramento da campanha - das 14 as 17 horas, diariamente. (em “*Memorial da OAB manterá serenidade*”, O Estado de São Paulo, p. 20, 24/07/1975)

Pode-se compreender, portanto, como, através da greve de fome, esses núcleos de resistência ligados aos presos políticos – familiares, advogado do coletivo, representantes da OAB – iniciam e fortalecem a rede de solidariedade nacional e o poder de mobilização civil contra a ditadura e pelas bandeiras democráticas. Aos poucos, elas deixam de se limitar às visitas aos sábados para estender o exercício do protesto, da reivindicação e da cidadania nos plantões na entrada das penitenciárias, na procura por aliados políticos em diversas outras entidades, no envio de documentos de denúncia e nas audiências com as auditorias militares espalhadas por todo o país. De modo que:

Se este processo começa no âmbito doméstico e privado, logo assume caráter público em irreversível movimento de ampliação do universo do possível. Não é outra a gênese do Movimento Feminino de Anistia, que, a partir de 1975, além de divulgar amplamente as denúncias e reverberar ao máximo a resistência no interior dos cárceres, imprime caráter definitivamente político, programático e organizativo à questão, incorporando a este registro familiar a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. (GRECO, 2003, p. 199)

Seguir e aprofundar a investigação da cobertura jornalística em julho de 1975 em O Estado de São Paulo como fonte pode nos oferecer também indícios fortes de como se configurava o campo de tensões entre presos políticos e a ditadura, durante as greves de fome. É possível perceber, por exemplo, a permanente insistência em reivindicar o que eram a eles de direito – como melhores condições carcerárias e o retorno dos dois companheiros de cela separados do coletivo e transferidos arbitrariamente para um batalhão da polícia militar em Recife – e a intermitente indisposição política da ditadura em negociar e ceder a qualquer reivindicação do movimento. Esse terreno instável e de conflito entre resistência e repressão fica explícito em vários momentos, como quando os presos políticos paralisam a greve por

um dia, em 12 de julho de 1975, para negociar, e a retomam 24 horas depois, numa reação a irredutibilidade dos representantes da ditadura em não atender as reivindicações do protesto.

A decisão dos presos foi tomada após uma série de reuniões que seu líder, Francisco Assis Barreto da Rocha Filho, manteve com o juiz-auditor da Justiça Militar, Ângelo Rattacazzo, o presidente da OAB, seção Pernambuco, Moacir Baracho, e o secretário da Justiça, Carlos Alberto Oliveira.

E fizeram sua proposta: suspender a greve em troca da volta dos dois companheiros Marcelo Mário de Melo e Luciano Almeida. O auditor militar, assim como o secretário de Justiça, não aceitaram essa proposta porque haveria "quebra de disciplina". ("Presos políticos cessam a greve", O Estado de São Paulo, p.25, 13/07/1975)

A greve entra hoje em seu 14º dia, após uma paralisação de 24 horas (qd se alimentaram de leite e laranja) e os presos dizem que só a suspenderão quando seus companheiros voltarem, embora as autoridades militares tenham esclarecido que foram transferidos porque havia uma superlotação no presídio.

Ontem o juiz-auditor reuniu-se com os advogados dos presos, para tentar solucionar a questão, mas não se chegou a um acordo. As autoridades prometem atender às reivindicações dos detentos, mas depois que eles cessem a greve. Os presos, por sua vez, afirma que isso só ocorrerá depois da volta dos dois companheiros. ("*Presos políticos reiniciam greve suspensa sábado*", O Estado de São Paulo, p. 16, 15/07/1975)

É interessante perceber, acompanhando os embates durante essas negociações, como a greve de fome potencializa o crescimento do poder de ação política do coletivo da prisão de Itamaracá. Se, como já vimos, em 1973, durante o período pós-transferência para a Penit. Barreto Campelo, os presos políticos são (des)tratados como reeducandos, só podem ir ao refeitório de mãos para trás e entram nas celas sem direito até aos objetos pessoais, dois anos depois, já em meados de 1975, eles aparecem organizados – com um líder representativo escolhido pelo coletivo -, dispostos para o enfrentamento, e firmes à mesa de negociação.

Ao não aceitar propostas e não fazer acordos, *por considerar inaceitável qualquer deliberação sob pressão* (O Estado de São Paulo, p. 14, 23/07/1975), as autoridades militares deixam clara a intransigência da repressão para o diálogo ou para qualquer tentativa de atender as reivindicações dos presos políticos antes do fim do protesto. Ao expô-las como arbitrária, injusta e violenta, as greves de fome começam a se consolidar como uma afronta real da resistência à ditadura e forçam os militares a lidar com a possibilidade real de pressão e de negociação. Com o impasse formado, os presos políticos acabam por ceder à condição imposta pela repressão e suspendem a greve novamente em 19 de julho de 1975, na

expectativa de que a promessa de trazer os dois presos políticos de volta a Barreto Campelo, com o fim da greve, se confirme.

Com o término do protesto, a primeira retaliação da ditadura de imediato é destacar para a opinião pública o insucesso da mobilização dos presos políticos, como em [...] *o secretário de Justiça, Carlos Alberto Oliveira, informou que os presos estão recuperados e considerou o movimento "um fracasso", "porque não cedeu às pretensões dos grevistas"* (“Presos põem fim à greve de fome”, O Estado de São Paulo, p. 14, 23/07/1975). O contra-ataque da repressão ao coletivo dos presos políticos que ousaram ocupar um espaço de ação política que o momento lhes oferecia, através da greve de fome, também será traduzido não só no não cumprimento do retorno dos dois presos políticos do Quartel de Cavalaria Dias Cardoso, como também com a troca de comando da Penitenciária Barreto Campelo, que no lugar do capitão Humberto de Moraes Veras colocará o major José de Siqueira Silva logo após o término do movimento de julho de 1975.

No documento *Aos que se solidarizam com os presos políticos*, enviado do Esquadrão Dias Cardoso por Marcelo Mário de Melo e Luciano de Almeida, onde permanecem isolados, em setembro de 1975, os prisioneiros políticos vão a público em carta que explicita como o clima militar de fustigamento, de manutenção de restrições e castigo, de desgaste psicológico, de incertezas e de tensão constante na prisão é decisivo para que o coletivo recorra mais uma vez, no início de outubro de 1975, ao recurso extremo da greve de fome.

Tornou-se evidente um processo de “cozinhamento” da nossa transferência. Fomos retirados da penitenciária em 03 de julho. Encerramos a greve de fome no dia 14. Nesta data, quando falamos com o Auditor, disse-nos que nada tinha, em princípio, contra o nosso retorno, podendo ser ele decidido por autorização sua, oral ou escrita, mediante encerramento da greve [...]. Cumprimos tais exigências. No processo da espera, porém, os que se avistaram com o auditor – familiares, advogados -, só recolheram a incerteza e uma atitude diferente da assumida diante de nós, no que diz respeito à transferência. [...]. Não podemos ficar esperando indefinidamente, nas condições de restrição e castigo a que estamos submetidos. Nossos limites de prazo, há muito, se encontram esgotados. Este é um dos elementos [...].

O outro é dado pelos novos cerceamentos impostos aos companheiros da Penitenciária Barreto Campelo, com a mais recente mudança de Diretor. Foram proibidas as visitas de amigos, incluindo-se nessa categoria as mulheres dos companheiros, que não sejam casadas legalmente. Os encontros conjugais foram passados do semanal para o quinzenal. Radicalizou um clima de militarismo e repressão caracterizada na redução do espaço destinado às visitas, no excessivo policiamento ostensivo durante a mesma, nas batidas nas celas, nos contatos do Diretor com os companheiros, gravador a tiracolo, sem dar condições ao diálogo. Nossos livros, que desde março têm ficado na portaria, continuam a não ser entregues.

[...]

O único instrumento de que dispomos, para quebrar o círculo vicioso, é o único instrumento que se apresenta quando todas as formas e todos os prazos são vencidos, é a greve de fome. Temos de recorrer novamente a ela. (“Aos que se solidarizam com os presos políticos”, Setembro de 1975, Acervo Marcelo Mário de Melo)

Os pontos nevrálgicos apontados no documento pelos opositores encarcerados pelo regime expõem a intolerância da ditadura brasileira com os seus dissidentes e nos faz entender de que maneira se processa a política gradual, lenta e segura de compressão do Estado aos perseguidos políticos que se encontravam presos em Pernambuco na década de 1970. O primeiro aspecto nítido é que a ausência total de garantias define a lógica do discurso e da prática do aparelho repressivo aplicada aos presos políticos. Assim, a ditadura não só não cumpre o acertado durante as negociações para o término da greve de fome de julho de 1975 – o de melhorar as condições carcerárias e de devolver os dois presos políticos isolados do coletivo para a Penitenciária Barreto Campelo – como executa uma campanha mais ampla para imobilizar e silenciar os integrantes do movimento de protesto contra ela.

Proibir e/ou restringir o contato com amigos e familiares – que cumprem papel afetivo e político decisivo, principalmente nestes momentos de vulnerabilidade e resistência -, vedar qualquer possibilidade dos presos políticos de lerem alguma notícia que venha de fora das grades, trocar o comando da penitenciária para uma patente mais ostensiva e violenta. Em outras palavras, atingir os presos políticos no que lhes é mais caro e íntimo no cotidiano do cárcere, eis o plano de punição implantando pela administração carcerária aos presos políticos da Ilha de Itamaracá, logo após a primeira greve de 1975.

É importante considerar também que esse recrudescimento no tratamento carcerário, com o objetivo de fragmentar os presos políticos de Itamaracá ou, mais precisamente, de enfraquecer diretamente o poder de resistência e combate desse coletivo no cárcere – exercido nos estreitos limites a que estão vinculados – fortalece a decisão do grupo de recorrer novamente à greve de fome, três meses depois, em outubro de 1975. Forma extrema de luta utilizada para denunciar a permanência da política de maus tratos e isolamento carcerário e burlar o bloqueio de negociação imposto pelo sistema repressivo, as greves de fome, assinala Heloísa Greco, em sua tese sobre as Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia:

[...] constituem a base cotidiana dos presos políticos, na qual cada avanço em termos de condições carcerárias, por milimétrico que seja, significa conquista de um espaço de possibilidades, um espaço de ruptura da regra do jogo, da lógica do sistema. Trata-se, portanto, de garantia de sobrevivência política – o reconhecimento da

condição de presos políticos – e, frequentemente, também física. Significa, sobretudo, contraponto às investidas permanentes no sentido da alienação e desumanização. (GRECO, 2003, p. 206)

A segunda em menos de seis meses, a greve de fome realizada em outubro de 1975 por 23 presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo vai insistir na pauta de reivindicação de melhorias reais nas condições carcerárias e o cumprimento da Auditoria Militar do compromisso de transferir de volta os dois presos políticos transferidos para um quartel militar em Recife. Ao analisar esse protesto, pode-se acompanhar tanto a expansão do fôlego político da luta dos presos políticos, através da ampliação da rede de solidariedade engajada ao movimento, quanto o aumento das interdições da repressão a todos esses opositores que desafiam se unir para contestar a ditadura.

Na matéria “*Nova greve de fome, o protesto em Itamaracá*”, vinculada no jornal em 07 de outubro de 1975, o coletivo dos prisioneiros políticos volta à cena nacional para impor, publicamente, sua presença como realidade incontornável e insistir nas denúncias das terríveis situações vivenciadas no interior do sistema carcerário da ditadura militar. Com essa greve de fome, tornam-se um tanto mais visíveis e expõem cada vez mais a violência do regime, ao *reclamar melhores condições de vida e pedir a regulamentação definitiva da prisão política, que os livre “das variações de humor e do arbítrio de qualquer guarda da penitenciária”* (O Estado de São Paulo, p. 20).

O tratamento desumano dirigido a eles e o clima de incerteza sobre novas intenções de fragmentação do coletivo também são assinalados durante essa greve, na mídia impressa do país:

Decorridos três meses - prosseguem - os companheiros não retornaram, continuando em condições primitivas de vida, das quais basta citar o fato de lhes serem concedidas apenas duas horas de banho por semana. E, na penitenciária, voltam a se erguer os muros que, além de nos emparedarem no já estreito espaço de que dispomos, podem significar novos projetos de divisão. (IDEM, 07/10/1975, p.20)

De fato, o alerta dos presos políticos sobre os muros que estavam sendo construídos na Barreto Campelo antecipava a intenção da repressão - que não tardou a realizá-la assim que a greve terminou, após 25 dias à base de água e sal - de imobilizar o poder de combate do coletivo e enrijecer a punição aos presos políticos.

É pertinente observar também como a greve de fome de outubro de 1975 em Itamaracá vai provocar o crescimento do caráter político do movimento, com a adesão de grupos ligados aos direitos humanos que combatem a truculência do regime que recai sobre não só os presos políticos, mas também sobre seus familiares. Ao investigar tal aspecto, é possível compreender como se consolida durante as greves de fome esse acúmulo gradativo de articulação de forças de entidades aliadas aos presos políticos e opositoras da ditadura que, nos anos seguintes, forjam uma unidade maior na luta pela Anistia e pela redemocratização do país.

Em vários momentos, as matérias publicadas em O Estado de São Paulo, durante a greve de fome de outubro de 1975, registram esses engajamentos históricos, a exemplos de:

O deputado pernambucano Jarbas Vasconcelos, do MDB, denunciou ontem na Câmara arbitrariedades cometidas contra presos políticos em seu Estado, responsabilizando o governador Moura Cavalcanti, os secretário de Justiça, Sérgio Higino Filho, e o diretor da penitenciária de Itamaracá, major Siqueira, por "quaisquer consequências mais graves da greve iniciada segunda-feira".

"A prática de maus tratos contra os presos - afirmou o deputado - voltam com maior intensidade agora, tendo a orientação e o beneplácito do sr. Moura Cavalcanti, muito afeito a todo tipo de violência e arbitrariedade, sobretudo quando ao gosto da linha radical do atual sistema político". (*"Deputado culpa governador pela violência em PE"*, O Estado de São Paulo, p. 23, 09/10/1975)

Os presos políticos do Rio enviaram ontem carta ao deputado José Bonifácio Neto, presidente da CPI que investiga o sistema penitenciário nacional, informando-o sobre a greve deflagrada na ilha de Itamaracá e chamando-o a compartilhar das "responsabilidades pelo que possa ocorrer aos companheiros, cujas vidas estão em risco". Enquanto isso, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, o líder do MDB, João Ferreira Lima Filho, propunha a criação de um grupo interpartidário para apurar as denúncias feitas pelos grevistas. (*"CPI recebe denúncia da greve de Itamaracá"*, O Estado de São Paulo, 14/10/1975, p. 15)

Também o deputado Fernando Lyra (MDB-PE) leu na Câmara um apelo em favor de presos políticos, desta vez relativo aos 23 que se encontram em greve de fome há 10 dias na ilha de Itamaracá. Falando em nome da minoria, ele lamentou que a oposição viesse, quase diariamente, protestar e denunciar violações que são praticadas no País contra os direitos da pessoa humana. (*"Governo não vai dar explicações para as prisões"*, O Estado de São Paulo, 17/10/1975, p. 14)

Também familiares dos presos de Itamaracá procuraram o cardeal de São Paulo [Dom Paulo Evaristo Arns], relatando a grave situação em que se encontram depois de duas semanas de greve de fome e novas restrições a eles impostas, como a retirada da água, do sal e do açúcar, que os garantiam contra a desidratação. Interrogado sobre o que estava fazendo em favor dos presos políticos, o cardeal respondeu: "Não estou fazendo outra coisa estes dias. Já falei com o governador, mas nós, bispos, não somos donos das cadeias, só podemos pressionar". (*"Oração, a arma dos bispos em favor dos presos"*, O Estado de São Paulo, 23/10/1975).

Às vozes ativas dos familiares e dos representantes da Ordem de Advogados do Brasil presentes na greve de julho e 1975, vão se aliar em favor dos presos políticos, no segundo protesto do mesmo ano, os parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro, os presos políticos do Rio de Janeiro e o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns<sup>52</sup>. Seja no plenário da Câmara Federal, seja na Assembleia Legislativa de Pernambuco, seja por cartas e documentos, seja por oratórias ou orações, a luta pela resistência no cárcere contra a ditadura toma proporções públicas, urgentes e inadiáveis.

Numa clara manifestação abertamente política de enfrentamento à ditadura, integrantes das entidades pró-democráticas no país começam a ocupar, ativos, o espaço de ação inicial que o período de greve de fome lhes oferece. É este o momento propício e possível para engrossar o discurso contra a ditadura e fortalecer a prática de mobilização, e assim fazem: culpam governador pela violência, denunciam arbitrariedades, cobram responsabilidades e garantias, protestam contra novas restrições, articulam-se, pressionam e solidarizam-se com os presos políticos de Itamaracá.

A participação do MDB em defesa aberta pela luta de resistência dos presos políticos da Barreto Campelo manifesta-se como um sinal de reflexo claro das vitórias do Movimento Democrático Brasileiro nas eleições legislativas de 1974<sup>53</sup>, um dos primeiros marcos, quiçá o primeiro, do início da rearticulação da sociedade civil brasileira contra a ditadura. O apoio dos presos políticos do Rio de Janeiro - que em maio do mesmo ano de 1975, já haviam conseguido com uma greve de fome ser transferidos do Presídio da Ilha Grande para o Presídio Milton Dias Moreira (Frei Caneca) – traz um forte indício de como irão se articular as ligações entre os presos políticos de diversos Estados do país na defesa de sua condição política, durante os anos seguintes.

---

<sup>52</sup>Figura decisiva no apoio aos perseguidos políticos brasileiros, Dom Paulo foi um dos principais responsáveis pelo Projeto **Brasil: Nunca Mais (BNM)**, ao lado do pastor presbiteriano Jaime Wrigh e de uma equipe de especialistas. Publicado em 1985, coordenado pela Arquidiocese de São Paulo e desenvolvido clandestinamente entre 1979 e 1985 durante o período final da ditadura civil-militar, o projeto sistematizou cópias de mais de um milhão de páginas contidas em 707 processos do Superior Tribunal Militar (STM), produzindo uma vasta e importante documentação que traça um perfil profundo e detalhado dos atingidos pela repressão, identifica e denuncia as perseguições, os assassinatos, os desaparecimentos e as torturas praticadas nos aparelhos oficiais e clandestinos repressivos. O acervo original, compreendido por 12 tomos, está sob a guarda do Arquivo Edgard Leuenrouth da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O resumo dessa pesquisa está no livro *Brasil: nunca mais*, publicado pela editora Vozes.

<sup>53</sup> Nas eleições de 1974, o partido de oposição à ditadura consegue conquistar 13 das 22 vagas disputadas para o Senado e dobrar o número de representantes na Câmara Federal, elegendo uma bancada de 203 deputados, contra 364 da Arena. O MDB obteve também maioria das Assembléias Legislativas de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O papel da Arquidiocese de São Paulo, e das Comissões de Justiça e Paz, espalhadas pelas principais cidades do Brasil, também terá participação fundamental na mobilização durante as greves de fome, e mais adiante, no movimento pela Anistia. Os que aparecem em defesa dos presos políticos na greve de outubro de 1975 fornecem a dimensão da representatividade dos grupos que começarão a se engajar, daí por diante, no movimento político e civil crescente contra a repressão no país. As greves de fome realizadas nas prisões políticas brasileiras, ao longo de toda a década de 1970 no país, têm, portanto, esse poder irradiador de agilizar e fortalecer as perspectivas de luta e manifestações públicas junto com os movimentos sociais externos ao cárcere, no combate à ditadura no Brasil.

Se a resistência fortalece seu coro e assume, cada vez mais, durante as greves de fome, o enfrentamento público com a ditadura, forçando-lhe a reconhecer a existência de uma oposição, a repressão se mostrará ainda mais direta e incisiva, ao reagir com manobras de intenções nebulosas e declaradas de interdição e desqualificação dos seus adversários políticos.

Três passagens distintas de matérias publicadas pelo jornal o Estado de São Paulo, durante a greve de Itamaracá de outubro de 1975, nos possibilitam assinalar essas indicações:

Em Brasília, o Ministério da Justiça informou não ter recebido ainda o documento enviado a Armando Falcão pelas mães e mulheres dos presos pernambucanos, no qual são denunciados os vexames a que são submetidas por ocasião das visitas. (*“Nova greve de fome, o protesto em Itamaracá”*, O Estado de São Paulo, 07/10/1975, p. 20)

Já o juiz auditor Alzir Carvalhaes, que retornou ao Recife, limitou-se apenas a confirmar que a retirada de fogões e geladeiras das celas realmente foi uma punição ao último movimento grevista realizado em julho pelos mesmos presos, e que a transferência de dois deles para o Batalhão Dias Cardoso não passou de medida administrativa. (*“CPI recebe denúncia da greve de Itamaracá”*, IDEM, 14/10/1975, p. 15)

Sérgio Higinio Filho [secretário de Justiça de Pernambuco], desmentiu, ontem, as informações - dadas por familiares dos 23 presos políticos da penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, em greve de fome há 17 dias - de que três deles haviam sido transferidos para local ignorado. "Por medida de precaução, diante do estado de debilidade orgânica em que se encontravam - explicou - sete dos detentos da Lei de Segurança nacional foram transferidos para hospitais". Por questões de segurança - segundo o secretário - os familiares não foram informados dos hospitais onde eles se encontram. (*“Em Itamaracá, 7 hospitalizados”*, IDEM, 23/10/1975, p. 42)

A intransigência explícita da ditadura em não deixar gratuita a luta dos presos políticos travada nas duas sucessivas greves de fome em 1975 se traduz, explícita, nas manobras

repressivas de retirada de direitos conquistados, de desrespeito as visitas em Itamaracá, e de estratégias de desarticulação da unidade do coletivo dos presos políticos durante a manifestação. Se a oposição do regime vai aos jornais denunciar suas arbitrariedades e se mobilizar a favor das reivindicações dos presos políticos durante a greve de fome, a ditadura não fará mais questão de esconder que contra ataca, ao atingir a dignidade moral e física dos familiares durante as revistas rigorosas, ao piorar a alimentação dos presos políticos (e, por conseguinte, enfraquecê-los fisicamente), punidos com o confisco do fogão e geladeira no pavilhão de suas celas, e, por fim, ao separá-los durante a greve, colocando-os em hospitais diferentes, isolados entre si e incomunicáveis com seus familiares.

A edição do jornal do dia 25 de outubro de 1975 será o último a veicular alguma notícia sobre a greve de fome em Itamaracá, em *Arenistas procuram solução para greve* (O Estado de São Paulo, p. 18), ficando nítida uma quebra no percurso das negociações exatamente a partir do período do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo. Quando o ex-presos político Carlos Alberto Soares indica que *na morte de Herzog estávamos na greve de fome, em torno de 20 dias. Aí nós paramos essa greve porque foi uma censura total a imprensa, as famílias disseram que não estava mais sendo divulgado, e a gente queria que fosse noticiado*, percebe-se, novamente, o quanto a resistência dos presos políticos estava articulada aos seus familiares – e o quanto a imprensa tinha, para o movimento, papel decisivo para romper o cerco imposto a todos pelo regime civil-militar.

Se a morte de Herzog – e o repúdio público que se sucedeu em seguida, em um culto ecumênico que reuniu milhares de pessoas na Catedral da Sé de São Paulo, em 31 de outubro de 1975 - desnudou o fato de que a repressão não discriminava classes e foi importante para que os setores da classe média e da elite aderissem às forças de oposição ao regime (DEL PORTO, 2009, p. 60), se transformando em um ponto marcante na luta pela organização coletiva contra a ditadura, o fim não vitorioso da greve de fome em Itamaracá prenunciava o aumento da repressão em cima dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo.

Apesar de o protesto conseguir trazer de volta ao convívio dos demais companheiros na prisão de Itamaracá, os dois presos políticos que se encontravam desde o início de julho do mesmo ano, no Batalhão Dias Cardoso, em Recife, a ousadia do movimento de transformar o próprio corpo em instrumento político sofreria um desfalque violento arquitetado pela ditadura. Assim que o fim da greve foi declarado, os dois presos políticos condenados à prisão

perpétua<sup>54</sup>, Carlos Alberto Soares e Rholini Sondi Cavalcanti, seriam submetidos a severo isolamento carcerário, permanecendo separados de todos do restante grupo, em uma cela atrás daqueles muros que estavam sendo construídos no início da greve. Respalhada pelo artigo 105<sup>55</sup> do decreto-lei 898/69 da Lei de Segurança Nacional, que impunha que a pena de prisão perpétua fosse cumprida em regime especial, a repressão manteve os dois prisioneiros nessas condições por dois anos e meio, e eles só saíram de lá depois da primeira Greve Nacional de Presos Políticos, entre abril e maio de 1978.

### **3.2. A EXPERIÊNCIA SE ACUMULA E A SOLIDARIEDADE SE AMPLIA:**

#### **Itamaracá a frente da primeira Greve de Fome Nacional de 1978**

Ao amargarem duas derrotas de greve de fome em 1975, os presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo têm saldos políticos sob dois ângulos distintos. Ao mesmo tempo em que saem mais fortalecidos e integrados às articulações iniciais dos movimentos sociais contra a ditadura, sentirão a vigilância do Dops enrijecer o controle carcerário de Itamaracá, sintoma de que *as autoridades policiais ficavam incomodadas com as propostas e os avanços do movimento pró-anistia* (SILVA, 2009, p. 339).

Os registros nos relatórios produzidos pelo Dops de Pernambuco sobre as visitas ocorridas em todos os sábados de 1977 e 1978 nos permitem refletir como a vigilância da repressão ao movimento pró-anistia que se consolidava atrás das grades no Brasil alcançou e atacou incisivamente ao primeiro e principal aliado dos prisioneiros políticos, os familiares. Não por acaso, o rigor das vistorias se tornariam mais vexatórias após as greves de fome de 1975 e a chegada do major Siqueira ao comando da Barreto Campelo, ocorrida na entressafra dos dois protestos.

Sobre a visita de 14 de maio de 1977, por exemplo, o relatório nº 18, de 18/05/1977 (Fundo SSP/DOPS, nº 27.421 “A”) discorre normalmente até pontuar *apenas uma observação: a visitante Sr<sup>a</sup> Daura Lúcia Santos manifestou revolta ao ser revistada. Menos*

<sup>54</sup> Inicialmente, a LSN 898/1969 previa a condenação de morte àqueles presos políticos acusados de participar de “crimes de sangue”, em ações que haviam sido registradas mortes ou risco de morte. Nesses casos, ao Supremo Tribunal Militar, após pressões externas, reduziu o rigor da pena para a prisão perpétua.

<sup>55</sup> O artigo 105 da LSN 898/1969 definia que: “A pena de prisão perpétua em estabelecimento penal, militar ou civil, ficando o condenado sujeito a regime especial e separado dos que estejam cumprindo outras penas privativas de liberdade.” Ver em : [www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=179024](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=179024). Acessado em 10/03/2012.

de um mês depois, o relatório nº 22, de 07 de junho de 1977, registra detalhadamente ao diretor do Dops de Pernambuco mais um protesto:

O presente relatório, trata da "Vistoria" aos visitantes dos presos enquadrados na Lei de Segurança Nacional, no plantão do dia 04 de junho do ano em curso, na Penitenciária Professor Barreto Campelo, tendo sido iniciada às oito horas até as dezesseis horas e cinquenta minutos, ocorrendo o seguinte fato: a visitante, irmão do preso enquadrado na Lei de Segurança Nacional, Prontuário nº 21.714, CARLOS ALBERTO SOARES, Ceris Soares,/ Carteira de Identidade nº 408.162 – natural da Paraíba, endereço - Estrada de Aldeia - Km 13 - São Lourenço da Mata, após a revista de entrada passou a gritar em voz alta e tom agressivo, que protestava contra aquele tipo de revista, que aquilo era um ato de desrespeito, e mesmo vergonhoso para as agentes ali presente, que não via nenhum ginecologista, não sabendo como as agentes se prestam pra isso, e que iria falar com o Diretor, para protestar contra a revista. Ao sair do local de revista, gritou para as outras visitantes, que se encontravam na fila, no salão de espera, que: "tenham cuidado, que agora elas estão mandando abrir as pernas e alisando a gente". A citada visitante quando de volta da visita, às 11 horas continuou a protestar, dizendo "que em nenhum Estado do Brasil se fazia uma revista desse jeito". E saiu, ainda dizendo (gritando) que protestava. O referido fato foi comunicado ao diretor. (Fundo SSP/DOPS, nº 27.421 "A")

Nos dois casos, a revolta e o grito de protesto são sempre entoadas por vozes femininas, irmãs, mães, companheiras dos presos políticos, as mesmas que se arriscam e se prontificam, durante as greves de fome, a levar para fora os documentos de denúncias e a apelar pessoalmente à Auditoria Militar, à OAB, à mídia, aos parlamentares do MDB, as Arquidioceses e aos diversos outros segmentos da sociedade civil.

Nos relatórios fica claro que para a repressão não bastava revirar bolsas e sacolas e ter o controle sobre informações pessoais completas, fichando, o nome completo, o número da carteira de identidade, a filiação, a data e o local de nascimento, a ligação de parentesco com o preso político visitado, a profissão, o endereço residencial e profissional de todos que passaram pelos 97 sábados de visitação aos presos políticos da Barreto Campelo, em 1977 e 1978. Para a ditadura, era preciso tocar, constranger e violar os corpos das mulheres durante as revistas, desestruturar qualquer esquema de transporte clandestino de objetos e comunicação política durante as visitas e registrar qualquer manifestação verbal de quem se mostrasse contra as práticas da administração carcerária da prisão em Itamaracá.

Acompanhar o movimento da repressão através dos relatórios do Dops em Pernambuco nos permite compreender também de que modo se executava o patrulhamento minucioso das revistas enquanto as mobilizações pró-Anistia atravessam as grades das prisões políticas, e em que momentos a repressão é incapaz de controlar a luta de resistência dos presos políticos.

No relatório relacionado à visita de 16 de julho de 1977, a administração carcerária assinala:

Comunicamos a V. S<sup>a</sup> que o presente relatório, trata do serviço de revista realizada na "Penitenciária Professor Barreto Campelo", no dia 16 p.p., as visitas feita aos presos enquadrados na Lei de Segurança Nacional, tendo sido iniciada às 9.00 horas em virtude do preso político CLAUDIO DE SOUZA RIBEIRO<sup>56</sup>, ter foragido no dia 14 p.p., e só com a ordem do Diretor é que daríamos início aos trabalhos. (FUNDO SSP/DOPS nº 27.421 "A", Relatório nº27, de 19 de julho de 1977)

Em outra passagem, durante a visita de 23 de maio de 1978, o relatório dirigido à Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco registra o protesto imediato das visitantes, em solidariedade a uma das companheiras que é coagida a dar explicações na sala do diretor da Penitenciária:

Começamos a revista às 8:00 hs, transcorrendo a mesma normal, porém na saída (das visitas) ao revistar uma das visitas, notamos que a mesma conduzia um broche na blusa, com um desenho de um pássaro e uma tocha olímpica, com a sigla M.I.F.A (Movimento Internacional Feminino de Anistia), no qual perguntamos a mesma o significado e ela não soube responder, disse apenas que tinha ganho no Hospital dias atrás e que ao sair da Penitenciária resolveu colocá-lo na blusa. Imediatamente a agente ELINE, pediu a portadora do mesmo (D. Lídia Ferreira da Silva) para ver, e levou-o ao conhecimento do Diretor, entregando ao Secretário Dr. Rui para as devidas averiguações.

Momento depois as outras visitas (mulheres) que chegavam para serem revistas, tomaram conhecimento do fato e não gostaram, pois também conduziam o tal broche e vendo D. Lígia em nossa sala aguardando o recebimento do mesmo, disseram que só sairiam do local, quando D. Lígia fosse liberada com o seu broche e depois que falassem com o Diretor.

Momentos depois D. Rui mandou D. Lígia ir embora, para receber o broche na próxima visita e a mesma não aceitou. O Diretor chamou-a a seu gabinete e entrevistou-a sobre a procedência do broche, entregando-a em seguida. (FUNDO SSP/DOPS nº 29.594, Relatório nº22 de 07 de junho de 1978)

Ao fiscalizar e querer confiscar o broche do Movimento Feminino Internacional de Anistia [M.I.F.A] da visitante Lídia Ferreira da Silva, o aparelho repressivo mostra que se mantém atento aos mínimos detalhes que representem resistência e comprometimento social

---

<sup>56</sup> Ex-marinheiro da VPR, Cláudio de Souza Ribeiro montou e executou seu plano de fuga com o preso político Samuel Firmino, que, cardíaco, chegou a escapar dos muros da prisão, mas desistiu de completar a missão depois de se sentir mal. Cláudio Ribeiro nunca chegou a ser recapturado pela repressão. Em agosto de 1979, dois anos após a fuga em Itamaracá, a Penitenciária Lemos Brito, em Salvador, também registraria a fuga do preso político Theodomiro Romeiro dos Santos. Depois de sumir no mundo, Cláudio de Souza Ribeiro suicidou-se no fim da década de 2000.

das visitas ou qualquer natureza de ameaça à ditadura no cárcere. Por outro lado, é possível apreender como as mulheres – ao condizerem todas o broche do M.F.I.A - já estão, naquele momento, maio de 1978, engajadas e organizadas em um movimento de âmbito internacional a favor da Anistia. E como participam ativas e solidárias a qualquer tentativa de violação dos seus direitos. Demonstrem insatisfação, rejeitam coação, exigem explicações e se mantêm firmes e unidas até que a companheira do broche confiscado seja liberada com o objeto.

Lentamente, a ditadura vai dando sinais que não segura mais a resistência, e que, às vezes, a rigidez no controle se coloca tão inconstante que, eficiente em deter broches trazidos por mulheres durante as visitas, é incapaz de evitar a fuga de um dos presos políticos de Itamaracá. De qualquer modo, casos como a reação à censura ao desenho do pássaro e da tocha olímpica representam em que patamar se davam as primeiras lutas pela libertação dos presos políticos, pulverizadas nessas ações pontuais, que mais tarde se constituíram em uma grande campanha nacional pela anistia no Brasil.

Além da análise dos relatórios de vistoria produzidos pelo Dops-PE sobre as visitas aos presos políticos da Barreto Campelo, os depoimentos dos ex-presos políticos entrevistados para esta pesquisa colaboram para compreender qual a dimensão do papel das mulheres no nascedouro e amadurecimento do movimento de resistência que, saído dos cárceres, colaboraria por se somar as mobilizações sociais a favor da Anistia.

Inicialmente mesmo, antes dos movimentos, eram os familiares, as mães, as namoradas, o mulhério, as mulheres foram que puxaram esse negócio, atrás de advogado, falar com autoridade, aí foi surgindo a articulação. Surgiu primeiro o Movimento Feminino pela Anistia, depois foi que veio o Comitê Brasileiro de Anistia, inicialmente começou como movimento feminino, nacionalmente puxado por Therezinha Zerbini. (MARCELO MÁRIO DE MELO, Recife, 19/10/2010)

Elas tiveram um papel muito importante. Elas que iam atrás da gente quando sumíamos, clandestinos, nos porões da tortura. Elas que iam nos visitar aos sábados na prisão. São elas que são fisicamente e verbalmente agredidas, tendo que passar por revistas absurdas, obrigadas a se despir nas greves de fome. Lembro que uma vez meu filho teve um problema no braço, e teve que enfaixar, quando meu filho tinha um ano, dois anos de idade, queriam tirar a faixa do menino lá, muitas vezes queriam que as mulheres tirassem os absorventes pra poder revistar [...] (CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 05/05/2011)

Para o ex-presos político Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, o *motor era a mãe, a companheira, o motorzinho pra ir pros cantos e chegar lá e reclamar. Se juntavam todas e iam* (Recife, 20/10/2010). Todos eles são uníssonos em reconhecer a efetiva

participação das mulheres na garantia e na luta das liberdades civis elementares durante a ditadura. Os depoimentos mapeiam a progressiva organização e atuação política que o movimento feminino adquire em meados dos anos 1970 no Brasil: primeiro se unem entre si durante as visitas, depois se articulam em Movimento Feminino de Anistia, puxam e expandem a rede de solidariedade, denunciam as arbitrariedades e pressionam durante as greves de fome, formam os Comitês Brasileiros de Anistia e, em 1979, estarão totalmente engajadas na campanha pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita.

A grande presença das mulheres pode ser captada quantitativamente nos relatórios de visita produzidos pelo Dops de Pernambuco. Nos últimos 22 sábados de 1978 (relatórios dos n°s 27 a 47, do Fundo SSP/DOPS n° 29686), entre 02 de agosto a 23 de dezembro, das 586 pessoas que atravessaram o rio Jaguaribe para visitar os presos políticos na Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá, 489 eram mulheres, a maioria companheiras, mães e irmãs dos presos políticos. Nos registros, donas de casa, assistentes sociais, costureiras, enfermeiras, domésticas, estudantes, sociólogas, operárias, professoras, jornalistas, médica, engenheira, psicólogas, funcionárias públicas, que levavam aos presos políticos acalanto e notícias, contato íntimo e cigarros, a força do afeto e a feira da semana, e rompiam para o mundo a brutal barreira de silenciamento em torno das prisões e dos porões da ditadura. Isso explica porque a quase totalidade de cartas, petições, ofícios, apelos e gestões encaminhadas por familiares à população e/ou às chamadas autoridades competentes é assinada exclusivamente por mulheres (GRECO, 2003, p. 199).

Investigar as fotografias pertencentes ao acervo dos entrevistados para esta pesquisa pode trazer contribuições na reflexão dessa presença feminina no movimento de resistência dos presos políticos de Itamaracá. Observar de que maneira se configura o ato fotográfico e o que se enfatiza ou omite nessa narrativa imagética pode revelar um arcaísmo simbólico que transcende o que a fotografia mostra. De modo que o tema, a perspectiva e a estética constituintes da fotografia são frutos da relação de interesses entre retratistas (fotógrafo) e o retratado (fotografado), e sendo assim, como qualquer outro produto do homem, a fotografia traz em si uma história (KOSSOY, 2001, p. 74).



**Imagem 29:** Mulheres e amigas de presos políticos em dia de visita na Penit. Barreto Campelo. Das 10 que aparecem nesta foto, ao menos quatro vão compor o Movimento Feminino de Anistia em Pernambuco: Tereza Vilar, Maria das Neves Santos e Rosa Barros (as três primeiras da esquerda para a direita, na parte superior), e Ana Côrtes ( a primeira sentada no chão, à esquerda). S/d. Acervo: Carlos Alberto Soares



**Imagem 30:** Saída das visitas da Penit. Barreto Campelo. S/d. Acervo: Carlos Alberto Soares



**Imagem 31:** Visita aos presos políticos no Hospital Militar de Pernambuco, durante greve de fome de 1978. S/d. Acervo: Alberto Vinícius Melo do Nascimento



**Imagem 32:** Presos políticos e familiares durante greve de fome no Hospital da Polícia Militar. 1978. Acervo Alberto Vinícius Melo do Nascimento.



**Imagem 33:** Familiares dos presos políticos com o Governador de Pernambuco Moura Cavalcanti. Greve de Fome Nacional. 27/04/1978. Acervo: Marcelo Mário de Melo.

Das cinco imagens apresentadas acima, somente as duas primeiras (n<sup>os</sup> 29 e 30) foram registradas na Penitenciária Barreto Campelo. Não há como declarar certeza se aquelas saias sentadas, na imagem 29, são fotografadas pelos próprios presos políticos ou por alguma delas. O fato é que posam e, se posam, deixam exposta a intenção de serem alcançadas por uma câmera – e câmera amiga -, afinal, ninguém ousaria demonstrar sorriso a qualquer funcionário de ambiente carcerário tão hostil. Um olhar cauteloso detido ainda na imagem 29 nos permite observar outro indício dessa mediação: sacolas, pacotes, bacias, caixas e uma garrafa térmica aparecem postas no chão, o que parece ser um indicativo de que ali não havia uma estrutura adequada para recebê-las.

Nos álbuns dos ex-presos políticos, os retratos que se fixam na presença feminina são tão recorrentes quanto às cenas onde eles se autofotografam em atividades no ambiente da prisão, no artesanato, no futebol, na cozinha improvisada em um canto da cela. Elas orbitam tão fortemente o foco de interesse da narrativa imagética construída por eles durante a experiência da prisão política, que formam o único tema iconográfico na constituição desse acervo que se expande para os registros de imagens ocorridos fora da geografia interna da Barreto Campelo.

Seja ao fotografar a saída das mulheres após um sábado de visita na Penitenciária Barreto Campelo, seja nas imagens onde elas aparecem, sentadas ou deitadas, grávidas ou

idosas, ao lado dos seus filhos e companheiros em greve de fome nas dependências do Hospital da Polícia Militar do Recife, seja na audiência de negociação com o governador de Pernambuco, seja nos protestos públicos para tirar os presos políticos do isolamento carcerário, a sintaxe visual construída pelos prisioneiros políticos de Itamaracá parece enveredar para uma mesma intenção: a de direcionar o olhar para a representação desse imaginário de coletividade e mobilização feminina.

A gramática imagética desse conjunto de fotografias é a mesma das outras já apresentadas ao decorrer desse trabalho. Assim como os presos políticos, as mulheres são captadas quase sempre juntas, unidas. Sempre aliadas à luta de resistência dos presos políticos, se revelam nas fotografias com a mesma postura em que vão ser registradas nos depoimentos dos ex-presos políticos, nos jornais, nas cartas pessoais, nos documentos de denúncias, nos diários de greve de fome: participantes efetivas e afetivas, decisivas no cotidiano e nos caminhos trilhados a favor da liberdade.

Se o apoio incondicional das mães, companheiras, irmãs e amigas estava posto desde o princípio como algo decisivo para romper o bloqueio da ditadura dentro e fora da prisão, o processo de construção da rede de solidariedade política aos presos políticos de Itamaracá, iniciado com as duas greves de fome de 1975, voltaria a arregimentar novas adesões na greve de fome de 1977 e sairia definitivamente fortalecido com a realização da Primeira Greve de Fome Nacional, entre abril e maio de 1978, quando os presos políticos dos presídios de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará entraram na manifestação puxada pelos de Pernambuco, e conseguiram retirar do isolamento os presos políticos Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti.

Uns dois anos e meio depois das primeiras greves de 1975, o pessoal de Itamaracá fez uma greve de fome em solidariedade para nos retirar do isolamento, em 77. Perdemos novamente essa greve, depois de 20 e tantos dias. E aí, se articulou uma greve de fome dos presos políticos em caráter nacional. Isso em 78. Aí já se falava em Anistia e teve um processo de mobilização, o apoio das famílias, nós conseguimos nos comunicar com presos políticos de outros presídios e foi articulada uma greve de fome em caráter nacional. [...]. Se no início da prisão vínhamos de várias dissidências dentro da esquerda, e mesmo se continuávamos tendo discordâncias políticas dentro do coletivo de presos políticos, aquele era o momento onde essas questões se diluíam por uma causa mais forte contra a ditadura, por dignidade no nosso tratamento, por Anistia, por liberdade democrática no nosso país. (CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 05/05/2011).

Depois do fim da greve de 75, o major Siqueira imprimiu um clima de guerrilha, de fustigamento permanente pra dobrar a gente ideologicamente. Fomos aguentando, mandando documento, denúncia, denúncia, denúncia, dizendo que era uma situação insuportável e aí terminou desencadeando uma greve de fome de mais de 20 dias em

77. A reivindicação central nossa era a volta de Carlos Alberto e Rholine do isolamento. E eles não admitiam isso, mais uma vez prometem, mais uma vez não cumprem. Quer dizer, demonstraram força, derrubaram a gente nesse processo Mas aí a situação no país mesmo já começava a tomar uma outra forma, movimento de anistia, e foi aí que fizemos a maior greve de todas, a de 78, da qual saímos vitoriosos, com o retorno dos companheiros para o convívio coletivo. (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 20/10/2010)

É possível identificar, nas sucessivas greves de fome realizadas na Penitenciária Barreto Campelo, tanto o grau de truculência das reações arbitrárias das autoridades carcerárias em Pernambuco, quanto o acúmulo progressivo de força adquirido durante esses protestos extremos dos presos políticos de Itamaracá. A muito custo e estômago vazio, são as experiências adquiridas a partir dos vários processos de negociação contra as violações cotidianas de direitos, de intimidação vexatória às visitas, de batidas e confisco aos objetos pessoais nas celas, de transferências repentinas, de coação física e moral, de promessas acertadas e não cumpridas, que sedimentam as estratégias de resistência dos presos políticos contra a ditadura.

Mesmo sem conseguir ainda trazer de volta ao convívio coletivo os dois presos políticos que se encontravam em severo isolamento desde outubro de 1975, a greve de fome de 1977 - realizada entre 17 de novembro e 09 de dezembro - terá a função de alastrar ainda mais o espectro político do movimento, fator fundamental para que, dali a quatro meses, entre abril e maio, a Greve de Fome de 1978, a favor da quebra do isolamento carcerário de Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, tomasse proporção nacional.

O protesto de 77 é desencadeado, primeiro, pelos dois presos políticos que se encontram segregados em celas isoladas há mais trinta meses. Dois dias depois, em *Presos dão apoio à greve* (O Estado de São Paulo, 17/11/1977, p. 21), os nomes de 13 dos 15 companheiros<sup>57</sup> da Barreto Campelo já aparecem na mídia brasileira, endossando a decisão de suspender a alimentação por tempo indeterminado em solidariedade ao protesto contra as políticas de perseguições na Penitenciária Barreto Campelo.

---

<sup>57</sup> Aderem à greve: Luciano de Almeida, Alberto Vinícius do Nascimento, Marcelo Mário de Melo, Antônio Ricardo Braz, José Calixtrato Filho, José Emilson Ribeiro, Francisco Peixoto, Alanir Cardoso, Arlindo Felipe da Silva, João Bosco Roemberg Côrtes, José Adeildo Ramos, José Pedro da Silva e Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho. Ficam de fora: Samuel Firmino de Oliveira e Francisco Ferreira de Lima, que alegaram motivos de saúde.

"Depois de termos vivido, durante dois longos anos, sob o constrangimento da punição imposta aos companheiros, vendo-os submetidos a brutal isolamento, não poderíamos aceitar passivamente que sozinhos assumissem o ônus da destruição que inexplicavelmente recaiu sobre eles, extensiva agora ao plano físico". (*Amplia-se a greve de presos políticos*, O Estado de São Paulo, 22/11/1977, p. 17)

Assumir uma atitude coletiva e solidária de não aceitar passivamente as punições da ditadura representava um enfrentamento direto ao aparelho repressivo. Com a experiência acumulada dos protestos anteriores, nesta os presos políticos procuraram garantir, desde o início, a legitimidade da manifestação, ao encaminhar comunicação oficial não só ao juiz auditor da 7ª Circunscrição Militar, em Recife, como também ao presidente da seção pernambucana da OAB (Idem, 22/11/1977, p. 17).

Investigar a cobertura jornalística realizada durante esse protesto nos permite compreender como, aliada desde 1975 das greves de fome dos presos políticos de Itamaracá, a Ordem dos Advogados do Brasil procura ampliar a representatividade jurídica para atuar, junto ao Supremo Tribunal Militar, na tentativa de suspender o isolamento imposto a Carlos Alberto e Rholine.

O advogado paulista Idibal Almeida Pivetta dará entrada, amanhã, na seção de São Paulo da OAB, a uma representação contra o assessor jurídico da Penitenciária Barreto Campelo, de Itamaracá, Rui Albuquerque, que sábado passado, impediu que ele se entrevistasse com detento Marcelo Mario Melo [...]. Pivetta explicou que foi convidado pelo advogado de Marcelo, Paulo Henrique Maciel, para atuar, junto ao Supremo Tribunal Militar, em um pedido de revisão de processo. (*Amplia-se a greve de presos políticos*, O Estado de São Paulo, 22/11/1977, p. 17)

Junto ao pedido de habeas corpus, os advogados Luiz Eduardo Greenhalgh, Márcia Ramos de Souza e Luiz Alberto Marcondes Piccina anexaram uma carta de familiares dos presos políticos de Itamaracá ao presidente Geisel, narrando a situação de cada um deles.

[...]

Mas o que os advogados denunciam como "o mais grave de tudo" é a falta de segurança física dos presos, quatro dos quais em março de 1976, foram retirados do presídio e levados a um quartel onde foram seviciados. (*Pedido 'habeas' para os presos do Recife*, O Estado de São Paulo, 23/11/1977, p. 19)

A articulação dos advogados a favor dos presos políticos de Itamaracá cresce em âmbito nacional ao mobilizar um núcleo jurídico ligado à seção da OAB de São Paulo - profissionais como Idibal Pivetta e Luiz Eduardo Greenhalgh-, com vasta experiência em casos de defesa de organizações e indivíduos opositores da ditadura. Essa colaboração conjunta em Pernambuco cumpre importante papel nesse momento de combate à legislação

de exceção aplicada ao sistema carcerário, a graves violações de direitos humanos e de defesa dos opositores da ditadura perseguidos nos cárceres em todo o país. As denúncias sobre a falta de segurança física dos presos e dos impedimentos arbitrários impostos pela administração da Penitenciária Barreto Campelo, que proibiam o acesso dos representantes civis legais aos presos políticos, apontam em que direção os advogados agiam e eram coagidos pela radicalidade da repressão.

Meses depois, em 1978, esse mesmo núcleo jurídico estará ao lado dos presos políticos e de seus familiares a frente da criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia. Ao que parece, as greves de fome têm esse potencial histórico catalisador de congregar os que resistem intra e extramuros da prisão, dentro e fora do mesmo Estado ou país, e de contribuir para dar, em conjunto, os primeiros passos de iniciativas que logo se converterão em uma bandeira mais ampla: a luta pela Anistia.

A interseção de ações para a construção desse espaço de luta, que logo se transformaria na campanha política mais ampla e importante contra a ditadura e por democracia no Brasil no fim da década de 1970, também pode ser apreendida quando a mesma página 19 da edição de jornal que noticia o reforço jurídico dado a greve dos presos políticos de Itamaracá (*Pedido 'habeas' para os presos do Recife*, O Estado de São Paulo, 23/11/1977) apresenta outra matéria registrando que o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, pregou em Porto Alegre a anistia geral no país (*Cardeal Arns faz apelo pela*, O Estado de São Paulo, 23/11/1977).

A pressão do Secretariado da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo por uma solução dos problemas que motivaram a deflagração da terceira greve de fome dos presos políticos da ilha de Itamaracá vem expressa por um comunicado oficial, *alertando para o perigo que correm os presos e pedindo "enérgicas medidas das autoridades e a solidariedade do povo em geral"* (*Dom Arns critica os salários*, O Estado de São Paulo, 27/11/1977, p. 42). No décimo dia de greve de fome, a convocação de um dos principais organismos ligados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para que a população apoiasse o movimento agrega ainda mais legitimidade ao poder de alcance político do ato.

Os presos políticos do Rio de Janeiro e do Presídio do Barro Branco, em São Paulo, também vão endossar, em notas de solidariedade, pedidos para que o STM atenda às reivindicações dos presos políticos em greve de fome em Pernambuco.

Na carta, eles [os presos políticos do Barro Branco] dizem: "Não foram poucos, na história recente do País, os presos políticos que, isolados do conjunto de seus companheiros, estiveram sujeitos a toda ordem de violências, chegando mesmo, em alguns casos, a serem assassinados. Eis porque compreendemos sobejamente a justiça da luta dos companheiros e com eles nos solidarizamos". (*Deputados vão a Recife visitar os presos em greve*, O Estado de São Paulo, 07/12/1977, p. 12)

É importante considerar que essa era a segunda vez em menos de dois meses que os presos políticos brasileiros entravam em greve de fome em 1977 e estreitavam a comunicação entre si para manifestar solidariedade a movimentos de companheiros em presídios de outros Estados. Entre outubro e novembro daquele ano, seis presas políticas<sup>58</sup> da Penitenciária Feminina Talavera Bruce, em Bangu, no Rio de Janeiro, fizeram 20 dias de greve de fome por motivos semelhantes aos de Itamaracá. Elas reclamavam das instalações e do isolamento do instituto penal e reivindicavam a transferência para o presídio político Milton Dias Moreira, na rua Frei Caneca, para onde presos políticos da ala masculina já haviam conseguido ser transferidos, após greve de fome de mais de 20 dias no Presídio Ilha Grande (RJ), no ano de 1975. Assim como na de Itamaracá, grande parte dos presos políticos do Rio de Janeiro e de São Paulo divulgariam abaixo assinado de adesão<sup>59</sup> em solidariedade ao movimento.

O isolamento e a consequente insegurança se tornavam, assim, a questão central das denúncias da situação carcerária de todos os presos políticos durante as greves de fome. No caso da de Itamaracá, em 1977, nem a pressão dos coletivos de outros presídios políticos, de familiares, da OAB, da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e de parte da mídia, nem a ida de dois membros da Comissão de Direitos Humanos do MDB a Recife – deputados Airton Soares e Sérgio Murilo - para averiguar as condições dos grevistas e pressionar o presidente do STM, Hélio Leite, é capaz de demover a insensibilidade da ditadura frente à justa reivindicação de quebra de isolamento dos presos políticos Carlos Alberto Soares e Rholine Cavalcanti (*Deputados vão a Recife visitar os presos em greve*, O Estado de São Paulo, 07/12/1977, p. 12).

---

<sup>58</sup> As presas políticas do Talavera Bruce, em Bangu (RJ), que fizeram a greve de fome em 1977 foram: Elza Maria Parreira Lianza, Maria de Fátima Martins Pereira, Maria Cecília Barbosa Wetten, Norma Sá Pereira, Jessie Jane Vieira de Souza e Rosalice Magaldi Fernandes. Ver SANTOS, Rodrigo da Fonseca Vieira Justen dos. *Da memória para a história: mulheres prisioneiras no Instituto Penal Talavera Bruce (1970-1979)*. In THIESEN, Icléia (Org.). *Imagens da Clausura na ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 118.

<sup>59</sup> Em *Presos aderem à greve de fome* (O Estado de São Paulo, 04/11/1977, p. 12), a imprensa relata que 36 dos 53 presos políticos que se encontravam nas Penitenciárias Esmeraldino Bandeira (Bangu) e Milton Moreira Dias (Frei Caneca) entram em greve de fome em solidariedade às presas políticas do Talavera Bruce, e que 26 companheiros da Penit. Barro Branco, em São Paulo, também lançam nota de apoio.

Mesmo suspendendo a greve de mais de 20 dias, em 08 de dezembro de 1977, dando um crédito de confiança às gestões que vinham sendo desenvolvidas pela Comissão de Direitos Humanos do MDB e pela OAB, os 17 presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo não serão atendidos em suas reivindicações pela 7ª circunscrição Judiciária Militar e pela Secretaria de Estado da Justiça (*Termina a greve de fome em Itamaracá*, O Estado de São Paulo, 08/12/1977, p. 13).

A terceira derrota de Itamaracá em movimento de greve de fome em menos de dois anos indicava, mais uma vez, a postura intransigente da repressão em não ceder aos opositores encarcerados pelo regime. Por outro lado, garantiria aos presos políticos uma maior exposição pública do protesto, o que possibilitava que a população do país tivesse acesso à violência e a tática de aniquilamento a que eram submetidos os perseguidos pela ditadura. Gradativamente, de greve de fome em greve de fome, os presos fortalecem sua condição política, desconstroem a pecha de terroristas e assassinos - imposta pela política de terror do Estado brasileiro -, aprendem a afiar as estratégias de resistência e fermentam a ligação com entidades da sociedade civil, abrindo um diálogo político que ultrapassa a dimensão do cárcere em que a ditadura teimava em lhes manter. Porque o regime não queria justamente isto: que os “terroristas”, que os sobreviventes da luta armada fossem ouvidos pelas pessoas e instituições civis e religiosas socialmente reconhecidas e valorizadas (VIANA, 2009, p.186).

Perdemos novamente nessa greve de 77 e aí se articulou uma greve de fome dos presos políticos em caráter nacional, porque já se falava em Anistia e teve um processo de mobilização, o apoio das famílias, a comunicação com outros presídios, tudo isso teve um papel importante nesse processo que terminou vitorioso, ao nos tirar, finalmente, do isolamento. (CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 21/10/2010)

Quatro meses depois do fracasso da greve de fome em dezembro de 1977, os presos políticos<sup>60</sup> da Penitenciária Barreto Campelo estariam à frente, entre 17 de abril e 09 de maio de 1978, da primeira Greve de Fome Nacional de presos políticos do Brasil. Juntos por um objetivo específico - a quebra do isolamento carcerário de Carlos Alberto Soares e Rholine

---

<sup>60</sup> Aderem à greve: Carlos Alberto Soares, Rholini Sonde Cavalcanti, José Calistrato Cardoso Filho, Luciano de Almeida, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, José Emilson Ribeiro, Marcelo Mário de Melo, Alberto Vinícius Melo do Nascimento, João Bosco Rolemberg Côrtes, Arlindo Felipe da Silva, Antônio Ricardo Braz, Alanir Cardoso, Francisco Peixoto, José Adeildo Ramos. Não participam dessa manifestação os presos políticos Valmir Costa e Edilson Freire Maciel.

Sonde Cavalcanti – os presos políticos de Pernambuco vão receber adesões da maioria dos presos políticos do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Ceará e Minas Gerais. Cartas e documentos, notas de solidariedade e de protesto, vigílias e debates públicos, caravanas e mobilizações civis se espalham por todo o país durante os 23 dias de jejum de Itamaracá. O ineditismo do movimento não só garante ampla repercussão nacional e internacional – reatualizando as denúncias contra o aparelho repressivo, a legislação de exceção e o sistema carcerário da ditadura – como vai funcionar também como liga dos diversos movimentos de anistia ativos no Brasil, que, naquele momento, ainda não estão organizados formalmente em âmbito nacional (GRECO, 2003, p. 210).

Examinar o diário de greve de fome escrito por Marcelo Mário de Melo, durante os dias de jejum dos presos políticos da Barreto Campelo, entre abril/maio de 1978, possibilita nos deter nas tensões internas e articulações do movimento, a partir do cárcere, e compreender como, naquele período, tecem-se as diversas instâncias de embate com a repressão, solidariedade participativa e resistência política que compõem o caráter eminentemente nacional dessa greve de fome.

O fato substancial é que esta greve, acredito, está muito mais enraizada do que a anterior. [...] A GF já começa a incomodar e está em cena, de novo, a situação de Itamaracá. Há o caráter nacional. A GF será tremendamente desgastante para a Direção da Penitenciária e ela tentará evitar a todo custo. (1º dia do Diário da Greve de Fome, 17 de abril de 1978, Acervo Marcelo Mário de Melo)

[...], estamos lutando pelo fim do isolamento. Agora já temos experiência de promessas e só podemos parar a G. F. com compromisso palpável. [...] Depois temos de cercar p/ compromisso dele do máximo de seguranças. É importante por exemplo, a gente consiga que o compromisso seja diante do máximo de entidades: a OAB, IAB, etc etc. Por enquanto é continuar a GF e aguardar os acontecimentos. (5º dia do Diário da Greve de Fome, 21/04/1978, Acervo Marcelo Mário de Melo)

O essencial de tudo isto é sabermos politicamente se os caras realmente estão para negociar ou não. E estabelecer exigências, exigir compromissos que se tornem públicos. Enfim, não afrouxar a guarda na pressa de encerrar a GF ou movidos por ilusionismos, nem fazer exigências próprias a quem está sem o poder nas mãos. Realismo político. Firmeza e senso de medida. Atenção ao quadro político e a situação das forças internas. (9º dia do Diário da Greve de Fome, 24/04/1978, Acervo Marcelo Mário de Melo)

Nestes trechos do documento de 139 páginas, é possível captar como o coletivo de Itamaracá se mostra consciente da potência política do movimento, de que maneira traz assimilada nesta as experiências das greves de fome passadas, como amadurecerem as estratégias de luta e adquirem uma postura firme de pressão diante das negociações com a ditadura. Com a clareza do histórico da falta de comprometimento da 7ª Circunscrição da

Auditoria Militar e da Secretaria de Justiça de Pernambuco, a preocupação constante em tornar pública a negociação e de agregar o maior número possível de entidades representativas de diversos setores da sociedade, o preso político expõe o domínio do grupo de Itamaracá das estratégias que seriam decisivas para garantir, pela primeira vez, a vitória do protesto e o fim do rigoroso isolamento carcerário a que estavam submetidos, desde 1975, os dois companheiros da Penitenciária Barreto Campelo.

Em algumas passagens, é possível identificar também como os presos políticos de Pernambuco apostavam na efetiva cooperação ativa e aguardavam a possibilidade do alastramento nacional da luta conjunta entre os companheiros dos outros presídios do país. O núcleo irradiador do movimento fornece fortes indícios de que estava ciente e confiante no poder de mobilização da categoria- há anos se organizando atrás das grades contra a violência e perseguições da ditadura engendradas no cárcere - e que poderia contar com as adesões solidárias dos presos políticos dos demais Estados.

Esta Greve é muito repetitiva em matéria de emoções. O fato novo mesmo são as adesões. Tou ligado nas adesões. Tenho absoluta certeza de que as adesões vão superar nossas expectativas. Estados onde a gente não estabeleceu contato quando a gente vir, tá lá: saindo uma grevezinha. O Brasil todo entra e acho que onde tiver preso político há possibilidade de sair GF. Vou fazer um mapinha do Brasil e ficar brincando na cama: uma adesão vou lá e enfio um alfinetinho, um percevejo com cabecinha pintada de vermelho serve. (Quarto dia do Diário da Greve de Fome, 20/04/1978, Acervo Marcelo Mário de Melo)

A GFN levará, isto sim, a pressões políticas na área estadual no sentido de dar uma solução ao caso, na medida em que criará um problema para a ditadura em termos de conjunto. (Décimo dia do Diário da Greve de Fome, 26/04/1978, Acervo Marcelo Mário de Melo).

A expectativa dos presos políticos em torno dos desdobramentos iniciais e da importância de cada nova adesão dos companheiros dos presídios de outros Estados para o crescimento do movimento é registro constante no diário da greve de fome. No segundo dia de protesto, em 18 de abril de 1978, consta que *o movimento de solidariedade espera as adesões dos outros presídios, confiante nisto, achando que por aqui o tempo está fechado e só o Nacional na GF alterará as coisas*. No quarto dia de greve de fome, em 20 de abril de 1978, Marcelo Mário de Melo escreve que ficaram sabendo que as presas do Bom Pastor vão dar uma nota de solidariedade; no nono dia, em 25 de abril, que a greve está em todos os noticiários e que, a partir dali, era Greve de Fome Nacional. Além das informações passadas

durante as rarefeitas visitas dos familiares e do advogado dos presos de Itamaracá, Paulo Henrique Maciel, o rádio se torna, para o grupo, o transmissor oficial da repercussão do protesto enquanto os prisioneiros políticos estiverem sem se alimentar nas celas da Barreto Campelo, e, a partir de 29 de abril de 1978, nas dependências do Hospital Militar de Recife, no bairro da Boa Vista.

De noite ouvimos pela Rádio JB e pelo repórter da Band que 17 presos políticos haviam entrado em greve de fome de solidariedade na Guanabara, incluindo-se aí as 3 companheiras do Talavera Bruce. [...] Estou surpreso com a segurança do pessoal da Guanabara. Disseram que entravam no 7º dia e no sétimo dia tão lá, seguros. [...]. A gente mandou um documento propondo a entrada dos outros presídios e eles responderam por escrito dizendo que entravam no 7º dia. Eles se comprometeram e cumpriram.

Linhares também vai entrar, eu aposto. (Oitavo dia do Diário de Greve de Fome, 24/04/1978, Acervo Marcelo Mário de Melo)

Terceiro noticiário anuncia a entrada das companheiras da Bahia, acrescentando: “a exemplo de S. Paulo”. Ou estão tomando S. Paulo por Guanabara, ou os paulistas já entraram também. (Nono dia do Diário de Greve de Fome, 25/04/1978, Acervo Marcelo Mário de Melo)

Uma semana depois da deflagração em Itamaracá, a expectativa de adesão concretizava-se: 17 presos políticos do Rio de Janeiro – três mulheres da Penit. Talavera Bruce, em Bangu, e 14 homens do Presídio da rua Frei Caneca – e os 4 presos políticos da Penitenciária Lemos de Brito, na Bahia, eram anunciados na imprensa como os primeiros a entrarem em greve de fome em solidariedade aos de Pernambuco, em 24 de abril de 1978. Até o dia 05 de maio, também aconteceria a adesão de 21 presos políticos do Barro Branco, em São Paulo, dez do Instituto Penal Paulo Sarazate, no Ceará e três do Presídio de Linhares<sup>61</sup>, em Juiz de Fora (MG).

A análise do diário da greve fome de 1978 ponteia saciar entendimentos também sobre como os presos políticos de Itamaracá administravam a fragilidade física/psicológica provocada pela falta de alimentação e como digeriam as obstruções impetradas diretamente pela repressão ao movimento da Barreto Campelo. Intercruzada à investigação da cobertura jornalística nacional realizada durante o protesto, o relato escrito por um dos grevistas na Penitenciária Barreto Campelo nos fornece a possibilidade de investigar também de que

<sup>61</sup> Ver *O Estado de São Paulo*: “Presos da Bahia e do Rio fazem greve” (25/04/1978, p. 18); “Ampliada a adesão a greve de presos políticos” (28/04/1978, p. 13); “Presos paulistas também entram em greve de fome” (02/05/1978, p. 14); “ ‘Anistia’: novo apelo por presos políticos” ( 05/05/1978, p. 12).

maneira eles iam sendo alimentados pelas notícias das adesões extramuros e a evolução do grau de ampliação do apoio de representantes políticos e entidades da sociedade civil e como, já no fim das negociações, aparecem totalmente sintonizados com essas articulações políticas a ponto de adiarem em dois dias o término da greve de fome para que a caravana de mulheres, familiares e representantes das comissões do Movimento Brasileiro Pró-Anistia pudessem concluir, em peregrinação por Brasília<sup>62</sup> (08/05/1978), as pressões para solucionar o caso dos presos políticos de Itamaracá.

A fraqueza física e a real possibilidade de risco de morte atravessa, a todo o momento, a experiência dos presos políticos em greve de fome. É algo da própria natureza e condição do movimento, jogar com a saúde de seus corpos – violada há muito pelas torturas da repressão – para criar uma consciência nacional na luta pelo fim das restrições violentas do isolamento imposto aos perseguidos nos cárceres do país. O registro da progressiva debilidade do organismo, durante os dias de protesto que o coletivo de Itamaracá passa sem se alimentar é um aspecto que permeia recorrentemente a escrita do diário de greve de fome de Marcelo Mário de Melo.

Se no segundo dia, em 18 de abril de 1978, *há transição sem dor de cabeça nem nada*, no quarto dia de manifestação, em 20 de abril, os sinais de repugnância à água já começam, se tornando um grande suplício para o preso político ingerir qualquer golada a partir do nono dia de greve de fome, em 25 de abril. No meio de uma adesão e outra, de assembleias internas para discutir o andamento do protesto e do entusiasmo crescente com o aumento significativo da mobilização externa à greve de fome, os presos políticos precisam resistir a tudo isso: às tonturas, aos desmaios, aos enjoos, à sonolência, aos pesadelos, à confusão mental e ao extremo desgaste emocional e físico provocado pelos 23 dias que passariam sem ingerir nenhuma comida.

Ontem passei mal. Rejeição enorme, queimor e palpitações na barriga. Cansaço, preguiça, vontade de abandonar o diário, medo de complicações, diminuição da cota

---

<sup>62</sup>Em “*Só o juiz decide sobre Itamaracá*” (O Estado de São Paulo, 09/05/1978, p. 15), o jornal informa que a peregrinação era composta por uma comissão de 30 mulheres de São Paulo, incluindo a mãe de Carlos Alberto Soares e mulher de Rholine Sonde Cavalcanti – os dois em isolamento carcerário de Pernambuco – e por representantes das seções de São Paulo e do Rio do Movimento Brasileiro Pró-Anistia. A caravana vai a Brasília, em 08/05/1978, para cobrar o fim do isolamento dos dois presos políticos de Itamaracá diretamente ao Congresso Nacional, ao Superior Tribunal Militar, ao ministro da Justiça e ao general Geisel.

d'água, identificação de racionalizações procrastinadoras para não bebê-la. O fenômeno da rejeição orgânica. A vontade da cabeça e o querer do corpo. Estou bebendo água ideologicamente. Um clima de insanidade e mal-estar acoessando e o desgaste de mantê-lo sob controle. Resistência cansa. (12º dia do diário de Greve de Fome, 28/04/1978, Acervo Marcelo Mário de Melo)

Tristeza de combatente. E se houver o estique? Medo. Inconformação. Muito cansaço na visita. Cansaço mesmo. Teve uma hora que estava em pé e tive que sentar. Tenho procurado manter os recursos antidepressivos, as atividades mínimas, e a atenção íntima contra o pântano. Mas não posso fingir alegria nem quero. E ninguém pode distribuir sorrisos com este gosto gosmento na boca e o vômito borbulhando constantemente na garganta. (14º dia do diário de Greve de Fome, 30/04/1978, Acervo Marcelo Mário de Melo)

O corpo cansa e exaure para, solidário, continuar a fortalecer a greve de fome nacional. O controle vigoroso do movimento físico e a procura de estratégias mentais para trabalhar o desânimo íntimo se apresentam como artifícios úteis para os presos políticos que, sem comer, sentem e temem consequências mais graves no estado de saúde. Dentro do quadro interno estrutural da greve de fome em Pernambuco, não só os sintomas de transtornos físicos são citados como obstáculos a serem driblados pelos presos políticos de Itamaracá. Assim como nas outras greves de fome, também nessa a ditadura tentará barrar, insistentemente, os canais de comunicação que pudessem fortalecer o andamento da mobilização de solidariedade à greve de fome.

No diário da greve, há registros das diferentes maneiras de repressão aplicadas pela administração carcerária e autoridades locais ao protesto puxado pelos prisioneiros da Barreto Campelo. No primeiro dia de jejum e de escrita, em 17 de abril de 1978, o preso político relata que o diretor da Penitenciária, major Siqueira, convocou uma reunião no galpão – que servia para a prática de artesanato – para tentar destituir os presos políticos de prosseguir, alegando *que nada tinha a dizer sobre possíveis medidas em andamento sobre a situação de Carlos e Rholine, mas hoje, precisamente hoje, soubera que gestões haviam sido encaminhadas neste sentido e que a greve sustaria tais estudos, sendo, portanto, inoportuna*. No quarto dia do protesto, em 20 de abril, quando *médicos vieram à noite, secretário de Justiça mandou nos olhar*, surge um sinal sutil de que o coletivo de presos políticos permaneceria sob o patrulhamento rigoroso da ditadura durante todos os dias do movimento.

Os mecanismos de impedimentos e contrataques forjados pela repressão continuam a aparecer em vários trechos do documento sobre a greve de fome. No sexto dia, em 22 de abril, o juiz auditor da 7ª Circunscrição Militar (Recife), José Bolivar Régis, *se recusa a*

*receber visitas argumentando que sofre do coração e Secretaria de Justiça deu nota refutando o nosso documento de deflagração.* No décimo segundo dia, em 28 de abril, o preso político Marcelo Mário de Melo escreve: *membro da Comissão de Justiça e Paz tentou por duas vezes nos visitar, preocupado com nosso estado de saúde e foi vetado.*

No décimo quarto dia de protesto, em 30 de abril - 24 horas depois da transferência<sup>63</sup> dos quinze presos de Itamaracá para o Hospital da Polícia Militar, em Recife, o cerco se fecha ainda mais: *Paulo veio com TV. Nem TV nem visita. Jornais regularizados, exceto de outros estados. Está escrevendo? Nada de política. A censura baixou.* Nada escapa à repressão. Proíbem a entrada de visitas, do advogado do coletivo, Paulo Henrique Maciel, e dos representantes de entidades civis; restringem o acesso aos jornais que anunciam a repercussão nacional da ampliação da rede de solidariedade; controlam até o que se pode ou não se pode escrever no diário da greve.

Como nas greves anteriores, os mecanismos restritivos do aparato carcerário, da Secretaria de Justiça de Pernambuco e do STM tentam minar os processos de articulação e negociação do protesto. No diário de greve de fome, é possível observar que, mesmo com os canais de comunicação parcialmente bloqueados, o coletivo de Itamaracá consegue, dentro do cárcere, acompanhar e repercutir o amplo crescimento da mobilização. A cada registro de vigília ou visita, a cada novo dado de adesão ou pronunciamento político, o documento escrito por um dos grevistas da Barreto Campelo sacia o entendimento de como a rede de solidariedade se desenvolve, se integra e se amplia; quem são as entidades protagonistas, quais são ações e atos públicos de apoio e como essa articulação possível entre os núcleos dos diversos estados ressignifica, de maneira muito concreta, a bandeira da Anistia Ampla Geral e Irrestrita (GRECO, 2003, p. 210).

Logo no segundo dia após a deflagração da greve em Itamaracá, em 19 de abril de 1978, o preso político Marcelo Mário de Melo consta no seu diário que *Jarbas Vasconcelos faz pronunciamento, Roberto Freire faz discurso e aguarda para fazer o segundo quando*

---

<sup>63</sup> A remoção dos 15 presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo ocorre em 29 de abril de 1978, no 13º dia de greve de fome, quando os grevistas já apresentam sinais de vulnerabilidade física e o movimento de solidariedade já toma proporção nacional. Eles iriam permanecer nas dependências do Hospital Militar de Recife até o fim das negociações, em 09 de maio de 1978. Sobre o dia da transferência, o diário de fome de Marcelo Mário de Melo registra: *Fora, a imprensa e os carros que dentro em poucos nos levará para o Hospital. Fizemos histórico, revelamos desencanto, seis pontos, segurança.[...]A viagem foi torturante. Dois camburões somente, calor, sufoco, cheiro de gasolina crua e queimada. [...]Aparato automobilístico nunca visto. Ficamos no mesmo alojamento, na maioria camas. Só dois beliches.* (Diário de Greve de Fome, 1978. Acervo Marcelo Mário de Melo).

*surgissem fatos novos, a fim de não banalizar pela repetição.* Mais adiante escreve: *O presidente da OAB recebeu familiares nossos.* Nesse momento inicial de formatação, os aliados de sempre, velhos conhecidos das greves de fome de 1975 e 1977: familiares, Ordem dos Advogados do Brasil, deputados pernambucanos do MDB.

No sexto dia de protesto e de relato, em 22 de abril de 1978, a importância do movimento ganhar fôlego em Pernambuco é assinalada: *reuniões do Movimento Feminino pela Anistia ampliadas com outros setores. Nota de Solidariedade programando missa em Igreja e GF de um dia na frente da Secretaria de Justiça.* Dois dias depois, a iniciativa de representantes civis de outros Estados para disseminar a Campanha Nacional de Apoio a Greve de Fome também é digna de nota: *Famíliares de presos políticos de SP foram à Assembleia da CNBB, recebidos por vários bispos, e pediram apoio à nova GF (8º dia do Diário de GF, 24/04/1978, Acervo Marcelo Mário de Melo).* No dia seguinte, através do noticiário do rádio, no nono dia de almoço d'água, os presos políticos da Barreto Campelo saberiam também do empenho do Movimento Feminino pela Anistia de Minas Gerais em prol do fim do isolamento carcerário dos presos políticos Carlos Alberto Soares e Rholine Cavalcanti.

Pouco a pouco, o movimento de solidariedade vai se desenhando pelas páginas do diário de greve de fome. Os escritos assinalam também a intransigência da ditadura durante o processo de negociação. *O rádio diz: Moura Cavalcante recebeu familiares. Disse que lamentava a situação dos rapazes, mas não podia ir contra a lei. Acataria determinações da justiça. Não podia mudar o destino nem a situação (11º dia do Diário de GF. 27/04/1978. Acervo Marcelo Mário de Melo).* No décimo terceiro dia do protesto (29/04/1978), data da transferência dos presos políticos para o Hospital Militar, Marcelo pontua *a visita de dois membros da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, que tentaram cinco vezes, até que estiveram com o Auditor e se prestaram a ser intermediários.*

Se a inércia e a tergiversação por parte das autoridades carcerárias não podia/queria mudar o destino, nem a situação dos perseguidos políticos nas prisões do país, o grau de engajamento dos representantes das diversas entidades civis - que surgem nomeadas no diário de greve de fome - indicava que havia, por parte do conjunto de opositores da ditadura, muita vontade coletiva, disposição política e insistência na crença de que era possível sim mobilizar o Brasil por mudanças pelo fim do tratamento desumano aos prisioneiros políticos.

No avanço das páginas do diário da greve de fome, apreende-se a amplificação do quadro geral das pressões. Se no décimo quarto dia do protesto (30/04/1978), consta a observação de que Comissão de Direitos Humanos do MDB e o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) estão mobilizados, em 02 de maio o preso político já registra em seu diário a visita de uma comissão<sup>64</sup> de representantes nacionais do CBA, União Nacional pela Anistia (UNA) e do Movimento Feminino pela Anistia: *à noite, chegou Paulo com Abigail, representando o CBA esperando fora, Helena Greco, Ruth Escobar, representante de Terezinha Zerbini (Neide). Tiveram audiência com Moura Cavalcante, participaram do jejum.*

Nos últimos três dos 23 dias de greve de fome, o diário de Itamaracá registra um crescimento vertiginoso do movimento, a constar pela quantidade de citações de adesões: no vigésimo dia (06/05/1978), *D. Hélder Câmara [arcebispo de Recife e Olinda] em cena em nova Vigília*; no vigésimo primeiro (07/05/1978), *jejum no MFPA de Minas, Grupo pela Anistia em Sergipe, documento das famílias, telefonemas, telegramas, Comissão de Justiça e Paz, deputados, notícias de solidariedade da Paraíba e famílias em Brasília.*

Do Rio, de Salvador, de São Paulo, do Uruguai, de Fortaleza, de Curitiba, de Belo Horizonte, vigílias públicas endossam a força e o clamor do protesto. Na análise da cobertura<sup>65</sup> do jornal O Estado de São Paulo, é possível flagrar dois momentos que expõem como, próximo a vitória do movimento, a greve de fome atinge repercussão internacional e coloca-se como articuladora para a criação da secção paulista do Comitê Brasileiro de Anistia.

Pela segunda vez em três semanas, a Anistia Internacional enviou ontem telegrama ao presidente Geisel, pedindo-lhe para "fazer o possível" para acabar com a greve e fome de "quase todos os presos políticos do Brasil". Em sua mensagem, a organização, que defende os direitos humanos no mundo inteiro, classifica a penitenciária Prof. Barreto Campelo, em Itamaracá, como a "pior prisão brasileira". (*'Anistia': novo apelo por presos políticos*, O Estado de São Paulo, 05/05/1978, p. 12)

Manifestação pública pela quebra do isolamento dos presos políticos de Itamaracá, no Recife, está prevista para amanhã, às 18 horas, no pátio interno da Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco em S. Paulo. Cerca de 30 entidades já se

<sup>64</sup> A comissão era composta por: Paulo Henrique Maciel, advogado dos presos políticos de Itamaracá, Abigail Paranhos (CBA-RJ), Helena Greco (MFPA-MG), Ruth Escobar (UMA) e Neide de Azevedo (MFPA-PR).

<sup>65</sup> Em *O Estado de São Paulo*: "Presos reiniciam a Greve em Itamaracá" (18/04/1978, p. 25); "Presos da Bahia e do Rio fazem greve" (25/04/1978, p. 18); "Familiares dos presos de PE farão greve simbólica (26/04/1978, p. 19); "Presos da BA aderem à greve" (27/04/1978, p. 24); "Ampliada a adesão a greve de presos políticos" (28/04/1978, p. 13); "Presos em greve vão para o hospital" (29/04/1978, p. 10); "Presos paulistas também entram em greve de fome" (02/05/1978, p. 14); "Justiça só atenderá presos após a greve" (04/05/1978, p.23); " 'Anistia': novo apelo por presos políticos (05/05/1978, p. 12); "Geisel não interfere nas greves de fome" (06/05/1978, p. 10); "Só o juiz decide sobre Itamaracá (09/05/1978p. 15).

comprometeram a participar do ato, entre as quais, DCEs de várias faculdades, Associação dos Médicos residentes, Associação dos Sociólogos do Estado de S. Paulo, o Sindicato dos Artistas, Associação dos Docentes da USP, Associação dos Produtores Teatrais de S. Paulo, Centro Acadêmico XI de Agosto e o Movimento Unidade e Participação dos Advogados. A manifestação, segundo os promotores, é pacífica e deverá representar "o máximo de solidariedade pela vida humana". Além desse ato público, marcado para hoje, os mesmos movimentos e organizações deverão estar presentes, 6ª feira, na Câmara Municipal para a instalação oficial da seção paulista do Comitê Brasileiro pela Anistia. (*Só juiz decide sobre Itamaracá*, O Estado de São Paulo, 09/05/1978, p. 15)

No repertório iconográfico encontrado no acervo pessoal dos ex-presos políticos de Itamaracá também é possível desvendar vestígios do poder de alcance da greve de fome nacional de 1978, traduzidos nas intenções de representações imagéticas que os integrantes do coletivo procuravam destacar ao se fotografarem.



**Imagem 34:** Presos políticos em entrevista, logo após o fim da greve de fome. Hospital da Polícia Militar do Recife. Maio de 1978. Acervo Marcelo Mário de Melo



**Imagem 35:** Primeira refeição após 23 dias de greve de fome. Hospital da Polícia Militar de Recife, maio de 1978. Acervo Marcelo Mário de Melo.



**Imagem 36:** Ato de Solidariedade aos presos políticos de Itamaracá. Recife-PE. 04/05/1978. Acervo: Marcelo Mário de Melo

A maneira como os presos políticos de Itamaracá aparecem na imagem 34 nos permite ponderar uma mudança na composição do quadro: até 1978, o coletivo não registra no ato fotográfico dentro do cárcere outras figuras que não sejam eles mesmos ou, no máximo, seus familiares durante as visitas. Na primeira fotografia apresentada acima, o detalhe de mãos de prováveis repórteres ouvindo e escrevendo em blocos nos passa a sensação de que, pela

primeira vez, os presos políticos registram um espaço de abertura onde eles podem falar, denunciar e ser ouvidos. E que começavam, enfim, a sair do isolamento imposto pela ditadura.

Ao se fotografarem realizando a primeira refeição depois de 23 dias sem alimentação, eles parecem indicar também que o alívio de saciar a fome, após a vitória do movimento, é tão importante quanto se mostrar para câmera fotográfica deitados, magros e firmes, no leito do Hospital Militar em Recife (ver imagens 31 e 32, p. 152) em pleno exercício de resistência da greve. Mas não se reduzem a formação de um repertório iconográfico que fixe somente a mobilização intramuros. Fazem questão de ter o domínio de imagens que alcancem a força das ações extramuros expandida pela greve de fome iniciada em Itamaracá.

Na imagem 36, o registro da pequena multidão reunida em ato público, da faixa solidária, dos panfletos em mãos e da cantoria do violão a favor do fim do isolamento de dois dos presos políticos de Itamaracá é, de certa forma, o enquadramento iconográfico de como a greve de fome dos presos políticos brasileiros, em 1978, permitiria um salto de qualidade na luta pela Anistia, ao unificar, pela primeira vez, em um protesto específico e de dimensão nacional, as forças de oposição na luta contra o tratamento desumano dado pela ditadura aos seus opositores no país. Com a greve de fome nacional, não só Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti saíam do isolamento de trinta meses como a luta ganharia as ruas, as praças, as massas (VIANA, 2009, p. 27). E ocupará, em 1979, os corredores e celas da Penitenciária Barreto Campelo, nos caminhos que iriam trilhar a liberdade dos presos políticos de Itamaracá e o processo de redemocratização do país.

### 3.3. Caravanas e despedidas: o alcance do movimento por *Anistia ampla geral e irrestrita* na Barreto Campelo



**Imagem 37:** Cartão de Ano Novo enviado pelos presos políticos da Bahia aos de Pernambuco. Dez/1978. Acervo Marcelo Mário de Melo



**Imagem 38:** Os presos políticos Alberto Vinícius Melo do Nascimento e José Calistrato Cardoso, em uma das celas da Barreto Campelo. 1979. Acervo Alberto Vinícius do Nascimento

*Nas grades, ou fora dela, temos uma missão imediata para o ano novo: anistia!* Os dizeres escritos pelos presos políticos do Presídio Lemos de Brito, na Bahia, aos da Barreto Campelo, em Pernambuco, na passagem de ano entre 1978 e 1979, no verso da imagem 37, deixam claro que o desejo urgente por liberdade estava posto e que a luta por Anistia se constituía, para 1979, tarefa prioritária das ações articuladas tanto dentro do cárcere quanto fora dele.

No acervo fotográfico dos entrevistados para esta pesquisa, a campanha pela Anistia ocupa parte considerável dos registros dos anos de experiência como presos políticos em Itamaracá. Na imagem 38, o discurso visual a favor desse movimento está mais do que latente: dentro da cela não basta improvisar o cartaz e pregá-lo na parede, é preciso se expor e se registrar ao lado dele. A fotografia nos permite ponderar um outro aspecto na constituição do espaço íntimo já na fase final de prisão política. Em 1979, a julgar pela ausência do colchão de cima do beliche, já não há mais tantos presos por cela em Itamaracá<sup>66</sup>.

Os presos políticos encerram o ano de 1978 fortalecidos com a luta unificada que, pela primeira vez, reúne as entidades do movimento pró-Anistia, de forma organizada, em uma greve nacional vitoriosa que teve as características de solidariedade a Itamaracá. Os fios fortalecidos durante essa manifestação serão decisivos para tecer a rede dos comitês de anistia, que se organizam a partir do I Congresso pela Anistia<sup>67</sup>, em novembro de 1978, em São Paulo, e que se espalham por todo o país.

---

<sup>66</sup> Se na Greve de Fome Nacional entre abril/maio de 1978, são 15 os presos políticos de Itamaracá, na Greve Nacional pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, entre julho/agosto de 1979, eles já só serão onze: Arlindo Felipe da Silva, Alberto Vinícius Melo do Nascimento, Francisco Ferreira Lima, José Calistrato Cardoso Filho, Edilson Freire Maciel, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, Samuel Firmino, José Emilson Ribeiro, Rholine Sonde Cavalcanti, Luciano de Almeida e Valmir Costa. Quatro presos políticos saem da Penitenciária Barreto Campelo no intervalo deste período, três deles são libertados: João Bosco Rolemberg Côrtes, em 20 de março de 1979, com um habeas corpus impetrado no STM pela advogada baiana Ronilda Noblat; Alanir Cardoso, em 03 de abril de 1979, e Marcelo Mário de Melo, em 24 de abril de 1979, beneficiados pela redução de penas prevista na nova Lei de Segurança Nacional (Lei 6.620, de 17 de dezembro de 1978). Por último, no meio da deflagração da greve de fome de 1979, Carlos Alberto Soares é transferido, em 30 de julho, para o Presídio Barro Branco, em São Paulo, sendo atendido na sua reivindicação de estar mais próximo da família, que já residia na capital paulista.

<sup>67</sup> Realizado entre 2 e 4 de novembro de 1978, no teatro da PUC-SP (TUCA), o Congresso reuniu representantes de todos os CBAs do Brasil, do Movimento Feminino pela Anistia, da OAB Federal, da Associação Brasileira de Imprensa, da Comissão de Justiça e Paz-SP, da CNBB, da Comissão de Solidariedade Brasil-França, do CIMAD (Organização Internacional de apoio aos refugiados do mundo inteiro), além de senadores e deputados federais do MDB. Ver ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes. *O Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo (CBA-SP): memórias e fragmentos*. In SILVA, Haike R. Kleber da (org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora Unesp, p. 88-89.

Na entressafra das duas mais representativas greves de fome contra a brutalidade governamental na década de 1970 no Brasil, a atmosfera de mobilização favorável aos perseguidos políticos também é sentida de dentro do cárcere. Em carta de 12 de fevereiro de 1979, um dia após o sábado costumeiro aberto às visitas, o preso político João Bosco Rolemberg Côrtes escreve: *estou com o coração tocado pela solidariedade; a vontade é de sair abraçando todo mundo, alisando a cabeça das pessoas, um sentimento assim grande, infinito.*

Até poder sair abraçando quem quisessem, os prisioneiros políticos ainda teriam de enfrentar meses de combate à repressão. Em nota pública, emitida através do Comitê Brasileiro de Anistia, seção de Pernambuco, eles denunciam, em 09 de fevereiro de 1979:

Depois da greve de fome nacional de abril de 1978, quando retornamos à Penitenciária, vindos do Hospital da Polícia Militar, defrontamo-nos com um novo retrocesso na censura, uma nítida represália à greve: passaram a ser proibidos e expropriados os exemplares dos jornais Movimento, Em Tempo, O Trabalho, Pasquim e outros.

[...]

Insistimos em continuar denunciando a prática das torturas contra os presos comuns, bem como a existência da cela de castigo onde seres humanos semi-despidos são obrigados a dormir no chão e sobreviver em condições que atentam contra a saúde e a dignidade. (Documento As reivindicações dos presos políticos de Itamaracá no plano das condições carcerárias. 09/02/1979. Acervo Marcelo Mário de Melo)

No total, o documento apresenta onze reivindicações<sup>68</sup> do coletivo, quase todas recorrentes da pauta de demandas e negociações com a ditadura desde os tempos da transferência dos presos políticos da Casa de Detenção do Recife para a Penitenciária Barreto Campelo, em 1973. A permanência de problemas como censura, torturas a presos comuns, revistas vexatórias durante as visitas e falta de tratamento dentário adequado deixa transparecer o quanto o regime foi insistentemente incisivo em querer isolar e aniquilar física e moralmente seus prisioneiros políticos. Graves, grande parte dessas violações serão levadas

---

<sup>68</sup> Na síntese das reivindicações estavam: 1) Acesso a todas as publicações vendidas legalmente no País e garantias de que os livros não seriam objeto de apropriação indébita pela Direção da Penitenciária; fim do bloqueio das correspondências. 2) Entrada da visita no horário regulamentar ou compensação de atrasos. 3) Fim da revista degradante a que são submetidos os familiares e amigos. 4) Realização da visita ao espaço amplo do pavilhão onde residiam. 5) Recebimento de Alimentação Crua. 6) Melhora no atendimento dentário. 7) Fim das torturas aos presos comuns e apuração das denúncias a respeito. 8) Concessão de audiências onde se possa dialogar e restabelecimento dos abaixo-assinados.

do cárcere para o movimento de Anistia e se incorporarão às bandeiras em defesa de direitos humanos, liberdades e justiça social na consolidação do processo democrático no Brasil.

Aí, início de 79, já começava a mudar um pouco, a situação no país mesmo, já começava a tomar uma outra forma, movimento de anistia. Essa [a de 1979] foi a greve maior, a gente saiu derrotado, mas já encontrou um clima, começou a se apoiar mais nesse movimento que vinha de fora. Foi o momento que começou a se respirar um pouco. A gente recebeu visitas da Comissão de Anistia, Teotônio, Jarbas, Roberto Freire, e o advogado Eduardo Pandolfi. Ruth Escobar chegou por lá, Bruna Lombardi com Carlos Ricceli (...)

[...]

Apesar de toda essa mobilização e da greve de fome, muitos de nós não fomos anistiados. Eu mesmo saí com a liberdade condicional, quatro meses depois da Anistia. Anistia foi 28 de agosto, eu saí 27 de novembro. Três meses depois. Porque a Anistia foi uma grande contradição. Eles pegaram algumas mesquinhas jurídicas pra justificar que quem estivesse envolvido em ações armadas, continuaria preso (...) (FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO, Recife, 20/10/2010)

O relato do ex-presos político de Itamaracá assinala algumas das principais questões que fizeram parte da discussão na campanha pela Anistia, em 1979. A primeira delas é que é justamente o caráter *contraditório* do projeto de lei de Anistia, formulado pela ditadura, que vai impulsionar uma ampla frente democrática em jornada pela libertação de todos os presos políticos do país. A proposta do governo desenhava uma anistia que excluía os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal (Art. 1, § 2º, Lei nº 6.683/79). Além de não ser “ampla, geral e irrestrita”, ela contrariava ainda as reivindicações das responsabilidades pelas torturas, mortes e “desaparecimentos” realizados pelo regime (SILVA, 2009, P. 66). Em outras palavras, a lei de Anistia se propunha parcial, porque, entre outros aspectos, além de não alcançar grande parte dos presos políticos enquadrados pela legislação militar da Lei de Segurança Nacional, deixaria/deixa impune os agentes responsáveis pelo terrorismo de Estado durante a ditadura.

Em protesto ao envio do projeto de lei de Anistia parcial ao Congresso, os presos políticos da Frei Caneca, no Rio, deflagram, em 22 de julho de 1979, greve de fome nacional<sup>69</sup>, a favor da Anistia Ampla Geral e Irrestrita. Logo recebem as adesões dos de

---

<sup>69</sup> A Greve de Fome dos Presos Políticos pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita terminou, depois de 32 dias, no dia da votação do projeto de Anistia pelo Congresso Nacional, em 22 de agosto de 1979. Na batalha final, a ditadura consegue aprovar a anistia parcial do governo. Apesar da derrota, os presos políticos calculam entre os ganhos significativos do movimento: a perda da capacidade do regime de capitalizar politicamente seu projeto,

Itamaracá, em 30 de julho, dos de Fortaleza e Natal, em 06 de agosto, dos presos políticos do Barro Branco, em São Paulo, e do Presídio Lemos de Brito, em Salvador, em 19 de agosto. Ao investigar o documento da posição pública do coletivo de Itamaracá em relação ao engajamento na campanha, é possível compreender como, após anos de experiência, eles mesmos reconhecem a greve de fome como a arma mais extrema e eficaz de resistência dos presos políticos no país.

A situação criada a partir do envio do projeto de Anistia do governo ao Congresso Nacional coloca uma responsabilidade muito grande sobre os ombros de todos aqueles que se encontram empenhados na luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita. No nosso entender, trata-se de um momento ímpar para a aceleração dessa luta. As contradições visíveis no projeto refletem as dificuldades da ditadura para tentar aproximá-lo das aspirações nacionais, e estimula a procura de iniciativas que visem ampliá-lo.

É nesse contexto que situamos – ao lado de toda a sorte de manifestações das forças populares em atividades no país – a perspectiva de uma greve de fome nacional dos presos políticos. Julgamos supérfluo tecer comentários sobre a eficácia e validade da forma de luta. Ela se tem comprovado em diversas oportunidades, além de ser entre as formas de resistência de que dispomos como presos, a única à altura do nosso descontentamento diante do projeto. (Nota pública dos presos políticos de Itamaracá, 21/07/1979, em VIANA, 2009, p. 312)

Se no protesto de abril de 1978, o coletivo de Itamaracá lidera as mobilizações no sentido intra-extramuros, na greve de fome nacional de 1979 eles se apoiam no movimento vindo de fora para potencializar a luta pela resistência à ditadura. Pela primeira vez, depois de mais de 15 anos de luta carcerária, parlamentares, representantes dos CBAs, advogados e artistas entram, em caravana, nos pavilhões dos presos políticos do Rio, São Paulo, Bahia, Pernambuco. Em 18 de julho de 1979, na visita do senador Teotônio Vilela<sup>70</sup> (MDB), presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional encarregada do projeto de anistia, à

---

transformado em lei, diante do repúdio crescente de todos os setores representativos do país [...]; a demonstração da possibilidade de unidade de múltiplos setores sociais, e variadas forças políticas para o trabalho prático comum, em torno da bandeira da Anistia, servindo de experiência para uma ampla unidade das oposições populares contra a ditadura militar (Ver Declaração Final de Greve ao Povo Brasileiro. VIANA, 2009, p. 282-283).

<sup>70</sup> O senador e parlamentares do MDB se antecipam à visita oficial da Comissão Mista de Anistia do Congresso e, em pleno recesso parlamentar, iniciam uma caravana por presídios políticos de todo o Brasil: Presídio Frei Caneca (RJ), em 10 de julho, Barreto Campelo (PE), no dia 18 de julho, Lemos de Brito (BA), em 19 de julho, e o Talavera Bruce e Esmeraldino Bandeira, em Bangu (RJ), no dia 25 de julho de 1979. O inventário de denúncias e das reais condições carcerárias dos presos políticos coletados durante a peregrinação da Comissão ajudará a destituí-los do posto de *terroristas* e legitimá-los, definitivamente, na condição enquanto presos políticos.

Penitenciária Barreto Campelo, os presos políticos detidos em Itamaracá entregam *um dossiê sobre suas condições físicas, psicológicas e processuais e documento no qual consideram o projeto de anistia "mesquinho, contraditório, e injusto"* ("Viana rejeita pressa", O Estado de São Paulo, 19/07/1979, p. 2).

Se nos detivermos no acervo fotográfico dos ex-presos políticos, poderemos encontrar outros modos de compreender a representatividade das mudanças trazidas pela peregrinação da Comissão de Anistia a Itamaracá. Entre julho e agosto de 1979, durante a Greve de Fome por Anistia Ampla Geral e Irrestrita, os representantes das caravanas nacionais invadem os cárceres, atravessam as grades e encampam, pessoalmente, a campanha a favor de liberdade no espaço onde, por longo período, a ditadura manteve seus opositores inacessíveis. Todo esse processo de abertura política por dentro das celas vai ser flagrado e acompanhado por uma construção imagética feita pelos próprios prisioneiros políticos da Barreto Campelo.



**Imagem 39:** Os senadores Teotônio Vilela (paletó escuro) e Marcos Freire em visita ao pavilhão dos presos políticos da Barreto Campelo. 18/07/1979. Acervo Alberto Vinícius Melo do Nascimento.



**Imagem 40:** Visita do senador Teotônio Vilela a Penitenciária Barreto Campelo. 18/07/1979.  
Acervo Alberto Vinícius Melo do Nascimento



**Imagem 41:** Presos políticos da Barreto Campelo conversam com o deputado Roberto Freire.  
Jul/Ago 1979. Acervo Alberto Vinícius Melo do Nascimento



**Imagem 42:** Visita de frei Damião aos presos de Itamaracá. Jul/Ago 1979  
Acervo Alberto Vinícius Melo do Nascimento



**Imagem 43:** Presos políticos de Itamaracá reunidos em uma das celas com representantes da Comissão da Anistia. Jul/1979. Acervo Alberto Vinícius Melo do Nascimento



**Imagem 44:** Reunião com representantes do Movimento de Anistia. Balcão de artesanato da Penit. Barreto Campelo. Jul/Ago 1979. Acervo Alberto Vinícius Melo do Nascimento

É a primeira vez, desde que começam a se fotografar no cotidiano na Barreto Campelo, que os presos políticos registram cenas como a das fotografias 39/40. Não há registro de que antes eles haviam focado a câmera para o corredor interno do pavilhão, tampouco enquadrado uma imagem onde as grades que os isolavam do restante da penitenciária aparecessem abertas para dar passagem à comitiva tão numerosa. Captam a chegada dos senadores Teotônio Vilela e Marcos Freire. Registram também os gestos simbólicos de apoio, as mãos parlamentares nos ombros de um preso político.

A imagem 40 tem a potencialidade de nos revelar que a Comissão de Anistia traz consigo a visibilidade da imprensa. O clima agora é outro: a euforia e a movimentação do debate nas celas fazem a câmera tremer (imagem 43). O entusiasmo de serem ouvidos e de ouvirem as novas perspectivas de liberdade política preenchem as conversas de corredor com o deputado federal Roberto Freire (MDB), na imagem 41.

O clima de agitação e solidariedade muda a paisagem fotográfica forjada pelos presos políticos. O cárcere, neste momento, se transforma em espaço de adesão e diálogo em defesa da Anistia. A campanha também ressignifica as funções dos lugares dentro da prisão de Itamaracá. Na luta por liberdade democrática, o galpão de artesanato dos presos políticos vira

sala de reunião. O portão da grade de entrada do pavilhão, o local da audiência com o frade capuchinho, Frei Damião.

Mesmo fortalecidos no movimento por Anistia Ampla Geral e Irrestrita, a maioria dos presos que fazem a greve de fome em Itamaracá, e os do resto do país, não vão ser alcançados pelas condições restritas e parciais propostas pela ditadura e aprovada, em 22 de agosto, pela Lei nº 6.683/79. Dos onze presos políticos que participam da campanha pela Anistia em Itamaracá, só dois - Valmir Costa e Edilson Freire Maciel – são soltos logo depois da aprovação do projeto no Congresso Nacional. No fim de setembro de 1979, 31 condenados<sup>71</sup> pela Lei de Segurança Nacional em todo Brasil ainda permaneciam como presos políticos. Grande parte só seria posta em liberdade condicional em consequência de um indulto de Natal, concedido pelo general João Figueiredo, em 20 de novembro de 1979 (*Os últimos presos políticos vão sair até o final do ano*, O Estado de São Paulo, 21/09/1979, p. 9).

Dos ex-presos políticos entrevistados, três deles – João Bosco Rolemberg, Alanir Cardoso e Marcelo Mário de Melo, saíram entre março/abril de 1979, antes da deflagração da greve a favor da ampliação da Anistia. Alberto Vinícius Melo do Nascimento sairia no fim de outubro, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho em 28 de novembro e Carlos Alberto Soares seria libertado em 03 de dezembro de 1979, no Presídio do Barro Branco, em São Paulo, para onde havia sido transferido em julho do mesmo ano. No entanto, a missão imediata proposta como prioridade para 1979, no cartão de Ano Novo (imagem 37) trocado entre os presos políticos da Bahia e Pernambuco, só terminaria para os de Itamaracá em 13 de fevereiro de 1980, quando os dois últimos presos políticos da Barreto Campelo, Rholine Cavalcanti e Luciano de Almeida, são libertados, após ficarem por mais de 30 dias sem comer, naquela que seria a sexta e última greve de fome de Itamaracá.

O ano da campanha por Anistia Ampla Geral e Irrestrita alcança os presos políticos de Itamaracá nas mobilizações coletivas, mas também em duas outras dimensões distintas. Eles precisam conciliar, ao mesmo tempo, a intensidade das despedidas aos outros companheiros

---

<sup>71</sup> Publicada na edição de 21/09/1979 de O Estado de São Paulo, a lista dos presos políticos que ainda cumpriam pena depois da Lei de Anistia incluía: em São Paulo, Adilson Ferreira da Silva, Aton Fon Filho, Carlos Alberto Soares, Diógenes Sobrosa de Souza, Manoel Cirylo de Oliveira Neto. No Rio, Alex Polari de Alverga, Carlos Alberto Sales, Francisco Gomes da Silva, Gilney Amorim Viana, José Roberto Gonçalves de Rezende, Jorge Raimundo Jr, Manuel Henrique Ferreira, Nelson Rodrigues, Perly Cipriano, Vicente Vaz Maia. Em Pernambuco, Alberto Vinícius Melo do Nascimento, Arlindo Felipe da Silva, Francisco Ferreira de Lima, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, José Emilson Ribeiro da Silva, José Calixtrato Carlos, Luciano de Almeida, Rholine Sonde Cavalcanti Silva, Samuel Firmino de Oliveira. No Ceará, Antonio Esperidião Neto, Gilberto Telmo e Sidney Marques. No Rio Grande do Norte, Maurício de Anizio Araújo.

de anos de convivência no cárcere com as próprias expectativas políticas e pessoais trazidas pelo anseio da chegada do dia da liberdade.

Lembro que essa foi uma das coisas que mais me marcou na saída. Porque havia uma perda de identidade nossa na cadeia. Isso significava que ali você não era uma pessoa de carne e osso, que tem uma estória, que tem um pensamento, que tem um projeto, e isso é o que diferencia as pessoas. Nós entramos na prisão por pensar um processo revolucionário, no qual nós jogamos de fato nossa vida pra realização desse projeto. Aquilo era o centro de nossa existência, e não estava mais colocado, sim, e daí?! O que é que nós íamos fazer?! Bom, aqui há uma perda de identidade. Porque a sua identidade é definida por todas essas questões. Seus projetos, o fundamento desses projetos, isso não tava mais colocado. A gente tinha que refazer isso tudo dentro da prisão. Quando cada um saiu de lá, o comportamento foi totalmente diferente um dos outros. Por exemplo, Marcelo [Mário de Melo] conta que quando saiu, já saiu na festa. Rasgando na alegria, já saiu pro mundo, já integrou aquilo ali tudinho, foi embora. Essa coisa de incorporar esse espaço, essa alegria, essa retomada pra mim não houve. Claro que eu desejava a liberdade, mas eu também sentia por me separar de companheiros com quem convivi nove, dez anos e por não saber o que iria encontrar lá fora. (CARLOS ALBERTO SOARES, Recife, 05/05/2011)

Nesse relato, estão expostos aspectos importantes que estavam em cena no momento da saída dos presos políticos de Itamaracá. Os conflitos inerentes aos deslocamentos da identidade transparecem como o mais forte deles. Se, na chegada ao cárcere, eles precisam se refazer do aniquilamento dos seus projetos de ações revolucionárias na esquerda brasileira, e se adaptar as todas as novas e difíceis condições impostas dentro da prisão, na saída a transição diz respeito ao esforço em assimilar as experiências vividas neste espaço e incorporá-las ao desafio pessoal e político de deixar o isolamento da Ilha para voltar ao mundo.

O momento de reencontro de cada preso político com a sua liberdade é quando, também, se apresentam de forma mais intensa o sentimento da força solidária do coletivo formado na Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá.

A saída de um preso e sua despedida é o momento onde eu vejo se manifestar c/ toda intensidade a aspiração pela liberdade; os que têm perpétua, 50, 80 anos, nós os de pena mais curta, muito unidos e expressando nos abraços, na música que tradicionalmente cantamos na despedida, nas lembranças aos que estão lá fora; parece que nós formamos um só corpo nessa hora, um só abraço. Eu já tinha participado de outras despedidas, mas nessa também enchi os olhos d'água. (Carta de 25/06/1975, Itamaracá, Acervo João Bosco Rolemborg Côrtes)



**Imagem 45:** Dia da Liberdade do preso político João Bosco Rolemberg Côrtes. 20/03/1979  
Acervo João Bosco Rolemberg Côrtes



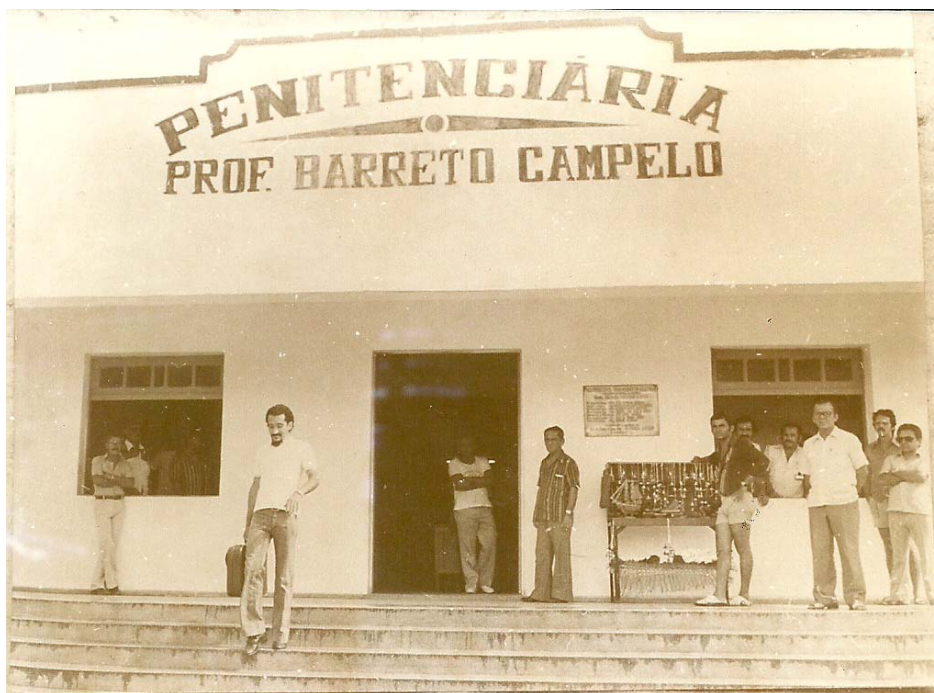
**Imagem 46:** Os que ficam se despedem dos que vão. 1979. Pátio externo do pavilhão de presos políticos da Barreto Campelo. Acervo Carlos Alberto Soares.



**Imagem 47:** Saída de Alanir Cardoso. 03/04/1979. Acervo Alanir Cardoso

**Imagem 48:** Saída de Alanir Cardoso. 03/04/1979. Acervo Alanir Cardoso

**Imagem 49:** Saída de Alanir Cardoso. 03/04/1979. Acervo Alanir Cardoso



**Imagem 50:** Saída de Alanir Cardoso. 03/04/1979. Acervo Alanir Cardoso

De Itamaracá, os preso políticos carregam os abraços e a cantoria, as palmas de vibração e a saudação fraterna da mão já liberta. Levam juntos o aprendizado político, diário e coletivo, as intermináveis reuniões para deliberar conflitos internos e documentos de denúncias, a repugnância ao almoço d'água das greves de fome. Trazem consigo os gritos dos presos comuns torturados na cela vizinha, o muro que isola dois companheiros por dois anos e meio, a morrinha das celas em dias quentes.

Embalam na mala as mobilizações nacionais solidárias, os dias de ausência, as revistas vexatórias impostas aos familiares, as notícias comunistas da Rádio Albânia, sintonizada nas madrugadas. Trazem os fundos falsos feitos no artesanato para passar o material clandestino, as páginas de política arrancadas dos jornais nacionais e os percevejos dos colchões.

Em 1979/1980, amadurecidos no processo de resistência vivido na prisão e no enfrentamento da repressão, os ex-presos políticos descem as escadarias da Penitenciária Barreto Campelo para refazerem suas identidades pessoais e políticas, afetivas e coletivas. Ao lado dos cassados, exilados, foragidos e clandestinos, retornam à vida pública do Brasil para ajudar a recompor a unidade das organizações civis contra a ditadura e pela democratização do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Dediquei minha juventude a luta contra a ditadura.  
Dedico minha meia idade a reconstrução do país.  
Preparo minha transição para uma velhice minimamente digna.  
Tenho direito a isso”<sup>72</sup>*

---

<sup>72</sup> JOÃO BOSCO ROLEMBERG CÔRTEZ, Aracaju, 06/02/2012.

Ao entrevistar meu pai, em Aracaju(SE), e os seus cinco antigos companheiros de celas da Penitenciária Barreto Campelo, em Recife (PE), minha intenção com esta pesquisa era tentar compreender as dimensões cotidianas de suas experiências e discutir os mecanismos de resistência estabelecidos por eles no cárcere contra a ditadura, na década de 1970. O percurso da maneira como os relatos dos ex-presos políticos iam sendo coletados e o diálogo estabelecido nessas entrevistas com o acervo de seus álbuns fotográficos possibilitou apreender mediações que dizem tanto do recorte temporal inicialmente planejado para este trabalho, quanto dos caminhos trilhados pela memória social dentro do processo de transição de justiça democrática que o país ainda consolida.

Durante o trabalho de coleta dos depoimentos orais, procurei acompanhar de que modo os ex-presos políticos, ao se fixar em cada registro fotográfico, procuravam resignificar seus discursos e olhares sobre a experiência no cárcere. As temáticas que surgem do decorrer da investigação, portanto, são puxadas a partir da exploração desse conteúdo trazido tanto durante os depoimentos quanto nas intenções de representação imagética captadas na prática do ato fotográfico.

A leitura dessa documentação visual possibilitou aprofundar o entendimento de como - ao direcionar o foco da máquina fotográfica para as visitas familiares, o galpão de artesanato, a cozinha improvisada na cela, a prática de futebol, as greves de fome - os presos políticos elegem formas de enquadramentos e constroem uma gramática imagética das questões que consideram importantes para experiência na prisão política. Em alguns momentos da análise, não só no acervo fotográfico, como também no lote de correspondências estudadas, a ausência de algumas temáticas também cooperou para esclarecer aspectos relacionados à repressão dentro da Barreto Campelo. Em nenhum momento, por exemplo, eles registram em seus negativos a presença de representantes da administração carcerária, ou direcionam a câmera para os locais onde eram permitidas as visitas conjugais.

Ao incursionar na leitura de cartas trocadas durante a prisão política e de um diário de greve de fome, procurei trabalhar com essas fontes dimensões mais íntimas estabelecidas no cotidiano da prisão de Itamaracá. Assim, foi possível estabelecer ligações entre o isolamento repressivo e o desejo de comunicação e contato coletivo com outros presos políticos; entre precariedade carcerária e preocupação com higiene, alimentação e rigor físico; entre a questão do tempo e as atividades ligadas ao artesanato.

A discussão travada com os relatórios de vistoria das visitas, produzidos pelo Fundo Dops do Arquivo Público de Pernambuco, observou como documentos de narrativas históricas de naturezas diferentes das que estão centradas esta pesquisa puderam ser tão úteis quanto. Foi possível não só sentir o pulsar da instabilidade carcerária e os cerceamentos arbitrários, como saciar aprofundamentos detalhados do tipo de comida, remédios, material de artesanato, jornais, livros, discos, revistas e outros objetos pessoais chegavam para ser entregues aos presos políticos da Barreto Campelo. A consulta aos documentos produzidos pelo coletivo de Itamaracá e aos jornais da época também forneceu aparato no sentido de alcançar a extensão nacional e local do poder do coletivo político de Itamaracá durante, principalmente, o movimento a favor da Anistia e da retomada do caminho democrático brasileiro.

No decorrer da realização das entrevistas, das transcrições orais, da construção de quadro temático comparativo e da composição do texto da pesquisa, o modo como cada um dos seis ex-presos políticos reagiu, durante as conversas, ao tema do trabalho foram também me rastreando indícios de que cada um encontrou um jeito diferente de lidar com a memória social presente de um passado tão recente. Ao elaborar o *Dossiê Itamaracá*, dei-me conta / dou-me conta de que a pesquisa não saiu inerte nem de como foram estabelecidos esses modos, nem de como, talvez, tenha sido essa a melhor maneira que encontrei de compartilhar com a minha e com as outras gerações o direito à Verdade e Justiça.

O Brasil só poderá envelhecer tranquilo quando fizer sua transição política e democrática de forma minimamente digna. Compreender o cotidiano de resistência dos presos políticos da Barreto Campelo, na década de 1970, é parte desse esforço.

## FONTES

### Correspondências

*Acervo João Bosco Rolemberg Côrtes.* Quarenta e três cartas escritas das celas do Dops de Pernambuco e da Penitenciária Barreto Campelo, endereçadas à esposa Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes. O lote cobre o período entre 28 de setembro de 1974 e 12 de fevereiro de 1979, sendo as 11 primeiras escritas no Dops, e as 32 restantes na prisão de Itamaracá.

### Entrevistas

*Alanir Cardoso*, 69 anos, é presidente estadual do PCdoB em Pernambuco. Natural de Arraias, cidade pertencente à antiga Goiás, hoje Tocantins, vive atualmente em Recife. Entrevista realizada em Recife, em 06 de maio de 2011. Duração: 2h06min

*Alberto Vinícius Melo do Nascimento*, 65 anos, funcionário público, natural de Jardim do Seridó (RN), vive atualmente em Recife. Entrevistas realizadas em Recife, em 19 de outubro de 2010 e 03 de maio de 2011. Duração total: 1h42min

*Carlos Alberto Soares*, 69 anos, funcionário público, natural de João Pessoa (PB), vive atualmente em Recife. Entrevistas realizadas em Recife, em 21 de outubro de 2010 e 05 de maio de 2011. Duração total: 2h23min

*Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho*, 65 anos, advogado, natural de Recife (PE), vive atualmente na mesma cidade onde nasceu. Entrevistas realizadas em Recife, em 20 de outubro de 2010 e 03 de maio de 2011. Duração total: 2h57min

*João Bosco Rolemberg Côrtes*, 65 anos, funcionário público, natural de Aracaju (SE), vive atualmente na cidade onde nasceu. Entrevistas realizadas em Aracaju, em 15 de outubro de 2010 e 06 de fevereiro de 2012. Duração total: 1h33min

*Marcelo Mário de Melo*, 68 anos, é jornalista. Natural de Caruaru (PE), vive atualmente na capital pernambucana. Entrevistas realizadas em 19 de outubro de 2010 e 30 de agosto de 2011. Duração total: 1h22min

### Fotografias

No total foram coletadas e digitalizadas 257 imagens:

*Acervo Alanir Cardoso* (31 imagens)

*Acervo Alberto Vinícius Melo do Nascimento* (59 imagens)

*Acervo Carlos Alberto Soares* (58 imagens)

*Acervo Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho* (13 imagens)

*Acervo João Bosco Rolemberg Côrtes* (48 imagens)

*Acervo Marcelo Mário de Melo* (48 imagens)

## Jornais

*Diário de Pernambuco*. Recife. As edições de 11, 14, 15 e 16 de março de 1973.

*Jornal do Comércio*. Recife. As edições de 09, 10, 14, 16 e 17 de março de 1973.

*O Estado de São Paulo*. São Paulo. Edição de 09/07/1975, Geral, p. 12. “Presos fazem greve de fome”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 11/07/1975, Geral, p. 14. “Falcão receberá relatório sobre greve de presos”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 12/07/1975. Geral, p. 12. “Presos de Itamaracá podem terminar greve de fome hoje”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 13/07/1975. Geral, p. 25. “Presos políticos cessam a greve”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 15/07/1975. Geral, p.16. “Presos políticos reiniciam greve sábado”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 17/07/1975. Geral, p. 26. “Comando mostrará material recolhido com os 33 presos”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 18/07/1975. Geral, p.10. “Acusados no processo do PCB são libertados”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 23/05/1975. Geral, p. 14. “Presos põem fim à greve de fome”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 24/07/1975. Geral, p. 20. “Memorial da OAB manterá serenidade”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 26/07/1975. Geral, p. 16. “Recife aguarda juiz-auditor”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 31/07/1975. Geral, p. 24. “Liberada visita a Itamaracá”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 07/10/1975. Geral, p. 20. “Nova greve de fome, o protesto em Itamaracá”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 09/10/1975. Geral, p. 23. “Deputado culpa governador pela violência em PE”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 11/10/1975. Geral, p. 22. “Solução para greve depende do auditor”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 14/10/1975. Geral, p. 15. “CPI recebe denúncia da greve de Itamaracá”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 17/10/1975. Geral, p. 14. “Governo não vai dar explicações para as prisões”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 23/10/1975. Geral, p. 42. “Oração, a arma dos bispos em favor dos presos”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 24/10/1975. Geral, p. 20. “Governo esclarecerá greve em Itamaracá”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 25/10/1975. Geral, p. 18. “Arenistas procuram solução para greve”

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 04/11/1977. Geral, p. 12. “Presos aderem à greve de fome”.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 13/11/1977. Geral, “Presos encerram no Rio greve de fome”.

- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 16/11/1977. Geral, p. 13. “*Presos políticos iniciam greve de fome no Recife*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 17/11/1977. Geral, p. 21. “*Presos dão apoio à greve*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 19/11/1977. Geral, p. 15. “*Presos serão transferidos*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 20/11/1977. Geral, p. 41. “*Internados presos em Greve de Fome*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 22/11/1977. Geral, p. 17. “*Amplia-se a greve de presos políticos*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 23/11/1977. Geral, p. 19. “*Pedido ‘habeas’ para os presos do Recife*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 01/12/1977. Geral, p. 23. “*Greve de Fome pode terminar*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 06/12/1977. Geral, p. 19. “*Presos não são atendidos*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 07/12/1977. Geral. “*Deputados vão a Recife visitar os presos em greve*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 09/12/1977. Geral, p. 13. “*Termina a greve de fome em Itamaracá*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 15/12/1977. Geral, p. 23. “*Presos cobram promessa*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 12/03/1978. Geral, p. 41. “*Presos do Recife ameaçam reiniciar a greve de fome*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 14/03/1978. Geral, p. 26. “*Presos pretendem reiniciar a greve*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 18/04/1978. Geral, p. 25. “*Presos reiniciam a Greve em Itamaracá*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 25/04/1978. Geral, p. 18. “*Presos da Bahia e do Rio fazem greve*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 26/04/1978. Geral, p. 19. “*Familiares dos presos de PE farão greve simbólica*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 27/04/1978. Geral, p. 24. “*Presos da BA aderem a greve*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 28/04/1978. Geral, p. 13. “*Ampliada a adesão a greve de presos políticos*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 29/04/1978. Geral, p. 10. “*Presos em greve vão para hospital*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 02/05/1978. Geral, p. 14. “*Presos paulistas também entram em greve de fome*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 03/05/1978. Geral, p. 14. “*Em SP, juízes pedem assistência a presos políticos*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 04/05/1978. Geral, p. 23. “*Justiça só atenderá presos após a greve*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 05/05/1978. Geral, p. 12. “*‘Anistia’: novo apelo por presos políticos*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 06/05/1978. Geral, p. 10. “*Geisel não interfere nas greves de fome*”.

- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 09/05/1978. Geral, p. 15. “*Só o juiz decide sobre Itamaracá*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 10/05/1978. Geral, p. 14. “*Termina a greve de fome em Itamaracá*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 11/05/1978. Geral, p. 25. “*Ludwig: governo não influenciou no fim das G.F.*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 12/05/1978. Geral, p. 13. “*Chaves decidirá transferência de presos políticos*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 13/05/1978. Geral, p. 12. “*Continuam no hospital os 15 presos de Itamaracá*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 14/02/1979. Geral, p. 17. “*Presos do Recife fazem 17 pedidos*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 19/07/1979. Geral, p. 2. “*Viana rejeita pressão*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 24/07/1979. Geral, p. 2. “*Governo acha greve de fome natural*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 01/08/1979. Geral, p. 5. “*Oposicionista perde o ‘perdão mútuo’*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 17/08/1979. Geral, p. 28. “*Greve de apoio*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 23/08/1979. Geral, p. 5. “*Greves são suspensas*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 21/09/1979. Geral, p. 9. “*Os últimos presos políticos vão sair até o final do ano*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 21/11/1979. Geral, p. XX. “*Indulto beneficia metade dos presos políticos*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 08/01/1980. Geral, p. 12. “*Penas reduzidas*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 15/01/1980. Geral, p. 10. “*Procurador recorre no Recife*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 10/02/1980. Geral, p. 18. “*No júri, os últimos presos*”.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Edição de 14/02/1980. Geral, p. XX. “*Solto os dois presos políticos de Pernambuco*”.

### **Prontuários funcionais do Arquivo Público do Estado de Pernambuco**

*Prontuários Funcionais Fundo SSP/ Dops nº 27.421 “A” ( jan-jul/1977) e “B” (ago-dez/1977); Fundo SSP/Dops nº 29.594 (jan a jun/1978) e nº 29.686 (jul-dez/1978).* Os quatro pacotes contém 97 relatórios do Dops sobre as vistorias às visitas dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, produzidos entre 07/01/1977 e 29/12/1978, sendo 50 referentes ao ano de 1977, e 47 ao de 1978.

*Prontuário Funcional Fundo SSP/Dops nº 3905. Pedido de busca de 08/01/1976.*

### **BIBLIOGRAFIA**

AQUINO, Rubim Santos Leão de; MENDES, Francisco Roberval; BOUCINHAS, André Dutra. *Pernambuco em chamas: revoltas e revoluções em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, ed. Massangana, 2009.

AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento – uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (orgs). *Na trilha do golpe: 1964 revisitado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massanga, 2004.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*. São Paulo: Annablume, 2006.

BETTO, Frei. *Cartas da prisão*. São Paulo: Brasiliense.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BLOCH, March. *Apologia da História ou O ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL: NUNCA MAIS. Arquidiocese de São Paulo (org.). 38ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRODSKY, Marcelo. *Buena memoria*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação limite e memória: reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial / Fapesp, 2002.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: memórias políticas*. 2º vol. Recife: editora Guararapes, 1980.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. *Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COMPARATO, Fábio (org.). *Pela revogação da Lei de Segurança Nacional*. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1982.

DOSSIÊ DITADURA: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. 2ª ed. Revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

ESQUERDA ARMADA: testemunho dos presos políticos do presídio Milton dias Moreira. Vitória: Edições do Leitor, 1979.

FARIA, Cátia. *Revolucionários, Bandidos e Marginais: Presos políticos e comuns sobre a ditadura militar*. Dissertação. Mestrado em Pós-Graduação de História da Universidade Federal Fluminense, 2005.

FENELON, Déa R. et AL. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004

FREIRE, Alipio; ALMADA, Izaías; PONCE, J.A. de Granville (orgs). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOIFMAN, Kiko. *Valetes em slow motion – a morte do tempo na prisão: imagens e textos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. (Coleção Momento)

GRECO, Heloísa. *Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia*. Tese. Doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

HANAWA, Kazuichi. *Na prisão*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

HENFIL. *A volta de Ubaldo – o paranóico*. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 1994

\_\_\_\_\_. *Cartas da mãe*. Rio de Janeiro: Cidecri, 1980.

KOSSOY, Boris. *Fotografia&História*. 2ª ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

LEGISLAÇÃO MILITAR. São Paulo: Saraiva, 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

MAIA, Clarice Nunes (org) et al. *História das prisões no Brasil. Vol. 1*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

\_\_\_\_\_. *História das prisões no Brasil. Vol. 2*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MEMORIA EM LA CIUDAD: señales del terrorismo em Buenos Aires. 1ª ed. – Buenos Aires: Eudeba, 2009.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. (orgs). *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo. Mortes e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 1999.

NARDI, Silvia ... [et. al.]. *Los lugares de la memoria*. 1ª ed. Buenos Aires: Madreselva, 2009

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEDROSO, Célia Regina. *Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PERROT, Michelle. *A história dos quartos*. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 6ª reimpressão.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

POLITI, Maurice. *Resistência atrás das grades*. São Paulo: Plena Editorial, 2009.

POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, nº 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15

PORTELLI, Alessandro. *Projeto História, São Paulo*, (14), fev. 1997 . P.25-39.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

RICOEUR, Paul. *A Memória, A História, O Esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2008.

SÁ, Fernando. MUNTEAL, Oswaldo. MARTINS, Paulo Emílio (orgs.). *Os advogados e a Ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes; PUC Rio, 2010.

SÁ, Geraldo Ribeiro de. *O prisioneiro: um processo de qualificação e requalificação*. Tese. Doutorado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduando em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

SACHETTA, Vlamidir; ROIO, José Luiz Del; CARVALHO, Ricardo. *Os cartazes desta História: Memória Gráfica da Resistência a ditadura militar*. São Paulo: Escrituras. 2012.

SACHETTA, Vladimir. CARMAGOS, Márcia. MARINGONI, Gilberto. *A imagem e o gesto*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

SALINAS, Luiz Roberto. *Retrato Calado*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

SAMAIN, Etienne (org). *O fotográfico*. 2ª ed. São Paulo: editora Hucitec/Editora Senac São

Paulo, 2005.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Tese. Doutorado em História. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

SILVA, Haike R.Kleber da. (org). *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora UNESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura; os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. Tese. Doutorado em História Social. Programa de Pós-graduando em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/USP, 2011.

\_\_\_\_\_ (org.). *Mortos e Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLC/USP, 2001.

TEUBAL, Ruth. *Memorias fraternas: la experiencia de hermanos de desaparecidos, tíos de jóvenes apropiados la última dictadura militar*. 1ª ed. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

THIESEN, Icléia (org.). *Imagens da clausura na ditadura de 1964: informação, memória e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3. ed – São Paulo: editora Planeta, 2008.

VIANA, Gilney Amorim. CIPRIANO, Perly. *Fome de liberdade: a luta dos presos políticos pela anistia*. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.